

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DE PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA  
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL**

**NAZLY LÓPEZ PEÑA**

**UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA  
CAMPESSINA NO URABÁ ANTIOQUENHO, COLÔMBIA**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2017**

**NAZLY LÓPEZ PEÑA**

**UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA  
CAMPESSINA NO URABÁ ANTIOQUENHO, COLÔMBIA**

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Inovações Sórias tecnológicas e Ação Extensionista

Prof. Dr. Adilson Francelino Alves

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2017**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

López Peña, Nazly

Uma Análise Institucional da Construção Social da Economia Campesina no Urabá Antioquenho, Colômbia / Nazly López Peña; orientador(a), Adilson Francelino Alves; coorientador(a), Juan Esteban Vélez Villegas, 2017. 201 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2017.

1. Economia campesina. 2. Economia Institucional. 3. Perspectiva Orientada ao Ator. 4. Teoria Ator-Rede. I. Alves, Adilson Francelino. II. Vélez Villegas, Juan Esteban. III. Título.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
RURAL SUSTENTÁVEL – MESTRADO E DOUTORADO**

**Nazly Lopez Peña**

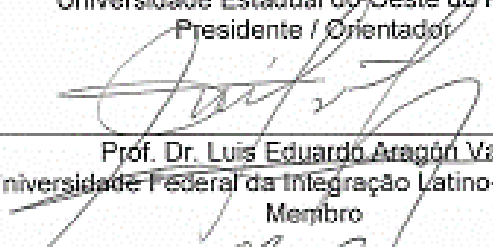
**"UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA  
ECONOMIA CAMPESSINA NO URABÁ ANTIOQUEÑO, COLÔMBIA"**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 07 de fevereiro de 2017.



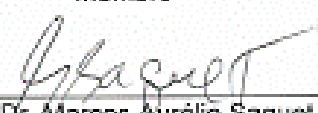
Prof. Dr. Adilson Francelino Alves  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Presidente / Orientador



Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana -  
Membro



Prof. Dr. Clério Plein  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Membro



Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Membro

**Aos meus avós  
Rosa Amparo, José e Ofelia (*In Memoriam*):  
Inspiradores campesinos do Êxodo rural e contadores de histórias**

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha família por depositar sua confiança em mim e me oferecer todo o apoio espiritual e material em cada uma das minhas caminhadas; sem ela, não teria conseguido cumprir cada uma das minhas metas.

Ao meu orientador, o professor Adilson Francelino Alves, cujas orientações ajudaram abrir minha mente a outros campos do conhecimento que enriqueceram esta pesquisa e minha profissão, de mesma maneira, por ter me dado a liberdade de fazer minhas próprias escolhas e pela sua imensa paciência. Seu profissionalismo superou as minhas expectativas.

Ao professor Juan Esteban Vélez Villegas, que desde a minha graduação me motivou a pesquisar na área do desenvolvimento econômico, e foi quem fez parte fundamental deste trabalho como co-orientador.

A CAPES, pelo apoio financeiro através da bolsa de estudos entre os anos de 2016 e 2017.

Aos professores Clério Plein, Marcos Saquet e Luis Aragón por aceitarem fazer parte da banca de defesa desta pesquisa e por me oferecerem seus saberes para o enriquecimento da mesma.

Ao projeto *Construcción de los perfiles productivos de los municipios de Apartadó, Arboletes, Carepa, Chigorodó, Murindó, Mutatá, Necoclí, Turbo, San Juan de Urabá, San Pedro de Urabá e Vigía del Fuerte*, do qual fiz parte, e a seus pesquisadores, por terem compartilhado suas bases de dados e inspirado a empreender esta aventura. Excelente trabalho!

Ao Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade (IRIS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por me aceitar como estagiária no mês de junho de 2016, especialmente aos professores Júlia Guivant e Paulo Fonseca e ao acadêmico Ricardo Paes por dividir ideias respeito das teorias empregadas nesta pesquisa. Seus aportes foram de muita utilidade e sua energia me fez sentir em extremo confortável.

Aos meus professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), por me ensinarem a importância da multidisciplinariedade para formar um pesquisador integral. Toda minha admiração pelo compromisso colocado em cada uma das suas aulas.

Aos professores da minha Alma Máter, a Universidad de Antioquia (Colômbia), pelo seu empenho em formar a economista e ser humano que sou.

Devo um enorme agradecimento à professora Luciana Fariña de Oliveira, por ter me motivado a fazer este mestrado e por ter se preocupado comigo desde minha chegada no Brasil, até minha partida. Seus filhos, sobrinhos e esposo se converteram na minha segunda família. Ficarei eternamente agradecida pelo seu carinho e compreensão.

À Angélica Siqueira, amiga e colega incondicional, por me receber e ajudar desde minha chegada com seu apoio moral e espiritual. Te espero em casa!

Aos meus colegas de mestrado por terem me ajudado e recebido com carinho. O intercâmbio cultural foi enriquecedor e admiro vocês pelo seu empenho nesta caminhada.

Aos novos amigos feitos no Brasil, especialmente à família Schweig. Vou sentir saudades de todos vocês.

Ao povo urabaense, por resistir.

## RESUMO

LÓPEZ P, Nazly, Titulação, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, fevereiro 2017. **Uma Análise Institucional da Construção Social da Economia Campesina no Urabá Antioquenho, Colômbia.** Orientador: Dr. Adilson Francelino Alves.

Esta dissertação tem como objetivo identificar os elementos chaves da construção social entorno à configuração da economia campesina no Urabá Antioquenho (Colômbia), a traves de uma análise integral das suas instituições formais e não formais. Para isto foi utilizada a perspectiva ator-orientada, de Norman Long (2007) e a Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2005), em conjunto com o reconto histórico de várias fontes secundárias e os resultados do trabalho de campo feito na região no 2014 e as análises da sociologia do desenvolvimento rural, entre outros. A pesquisa revelou que a construção social que teve lugar no Urabá a nível histórico, determinou numa forma decisiva a configuração do seu desenvolvimento rural e, especialmente, da sua economia campesina, caracterizada pela proletização do campesinato, a expansão da fronteira agrícola por causa das economias de enclave, e a pobreza.



## **ABSTRACT**

LÓPEZ P, Nazly, Titulação, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, february 2017. **An Institutional Analysis of Peasant Economy Social Construction in Urabá Antioqueño, Colombia.** Mastermind: Dr. Adilson Francelino Alves

This dissertation aims to identify the key elements of social construction around the configuration of the peasant economy in the Urabá Antioqueño (Colombia), through a comprehensive analysis of its formal and non-formal institutions. For this, the methodologies of the actor-oriented perspective of Norman Long (2007) and the Actor-Red Theory of Bruno Latour (2005) were used together, plus the historical account of several secondary sources and the results of the fieldwork done in the region in 2014, as well as the analyses of the sociology of rural development, among others. The research showed that the social construction that took place in Urabá at a historical level, determined in a decisive way the configuration of its rural development and, especially, of its peasant economy, characterized by the proletarianization of the peasantry, the expansion of the agricultural frontier as a consequence of the enclave economies, and poverty.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Problematização.....	20
1.2. Objetivos específicos de pesquisa.....	22
1.3. Justificativa.....	23
1.1. Metodologia.....	27
2. O URABÁ ANTIOQUENHO EM CONTEXTO .....	34
2.1. Generalidades do Urabá antioquenho .....	35
2.2. A primeira etapa da colonização no Urabá Antioquenho. Colonização lenta e dispersa .....	43
2.3. A colonização comercial. A chegada dos investidores e da desordem social .....	52
2.3.1. Dos direitos de propriedade.....	58
2.3.2. Da incursão da violência guerrilheira, paramilitar e estatal .....	62
3. ECONOMIA CAMPESINA .....	68
3.1. Sobre a Economia Campesina .....	68
3.1.1. Alguns antecedentes da economia campesina no Urabá Antioquenho.....	70
3.2. Entendendo a estrutura da economia campesina colombiana face à sociedade envolvente.....	88
4. ENTENDENDO A COMPOSIÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA ECONOMIA CAMPESINA COM ENFOQUE INTERDISCIPLINAR.....	95
4.1. A interdisciplinaridade voltada ao desenvolvimento rural.....	103
4.1.1. Sobre o Desenvolvimento Rural com caráter territorial .....	109
4.1.2. Uma análise do Desenvolvimento Rural com base na Sociologia do Desenvolvimento. ....	116
4.1.3. Uma visão teórica da construção social dos mercados voltada ao desenvolvimento da economia campesina.....	126
4.2. Alguns antecedentes de estudo economia campesina e de sociologia do DR.....	135
4.2.1. Sobre a composição cultural e socioprodutiva da economia campesina.....	136
4.2.2. Sobre a sociologia do desenvolvimento no espaço rural .....	144
5. IDENTIFICANDO A CONSTRUÇÃO SOCIAL AO REDOR DA ECONOMIA CAMPESINA URABAENSE.....	148
5.1. A mentalidade cordilheirana como instituição e a religiosidade e os imaginários sociais como campos sociais de interação.....	149
5.2. Os imaginários sociais. Criando domínios e campos sociais ao redor da desarticulação .....	157
5.3. A violência guerrilheira, paramilitar e estatal como arena crítica de interação .....	161

- 5.4. A arena da economia campesina no Urabá antioquenho. Tentando retomar o rumo  
171

CONCLUSÕES.....	185
BIBLIOGRAFIA.....	193

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 Estrutura de análise TAR.....	32
Figura 2 Estrutura de análise da Perspectiva Ator-orientada .....	33
Figura 3 Configuración social en el Urabá antioquenho .....	163
Figura 4 Interpretação da TAR da Economia Campesina no Urabá Antioquenho .....	183

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 Indicador de qualidade de vida (IQV) em Antioquia e Sub-regiões (2009-2013) .....	24
Tabela 2 Porcentagem de população pobre e em miséria segundo o Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) por zona no Urabá Antioquenho, 2005....	25
Tabela 3 Grupos étnicos do Urabá Antioquenho, censo 2005 .....	41
Tabela 4 População indígena por comunidade e área geográfica no Urabá (com exceção de Carepa), censo 2014.....	41
Tabela 5 número de vítimas por fato criminoso do conflito armado no Urabá Antioquenho desde antes de 1985-2016.....	66
Tabela 6 Índice e Ruralidade (IR) 2013, porcentagem de população rural e Classificação de Ruralidade 2014. Urabá Antioquenho .....	73
Tabela 7 Classificação UAF por ZRH Urabá Antioquenho (em hectares). 2013 .....	76
Tabela 8 Tamanho das propriedades rurais. Urabá Antioquenho, 2014 .....	77
Tabela 9 Proporção de proprietários segundo o tamanho da propriedade. Urabá Antioquenho, 2014 .....	78
Tabela 10 Coeficiente de Gini para a terra. Urabá Antioquenho, 2012 .....	80
Tabela 11 Total de Unidades de Produção segundo atividade, Urabá Antioquenho, 2015 .....	84

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1. Localização da Colômbia na América .....	37
Mapa 2 Localização do Departamento de Antioquia na Colômbia .....	38
Mapa 3 Departamento de Antioquia em releve .....	39
Mapa 4 Localização do Urabá antioquenho no departamento de Antioquia e divisão política com Golfo de Urabá e principais rios. ....	40

## LISTA DE SIGLAS

ANUC: Associação Nacional de Usuários Camponeses.

CICC: Comité de Interlocução Camponês e Comunal

CORANTIOQUIA: Corporación Autónoma Regional del Centro de Antioquia

DANE: Departamento Administrativo Nacional de Estadística

DEL: Desenvolvimento Endógeno Local

DNP: Departamento Nacional de Planeación

DR: Desenvolvimento Rural

EPL: Exército Popular de Liberação

FARC: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FPR: Farmers Participatory Research

ICO: Índice de Capacidade Organizacional

IGAC: Instituto Geográfico Agustín Codazzi

INCODER: Instituto Colombiano de Desarrollo Rural

INCORA: Instituto Colombiano de la Reforma Agraria

ILSA: Instituto Latino-americano para una Sociedad y un Derecho Alternativos

INVEMAR: Instituto de Investigaciones Marinas y Costeras “José Benito Vives de Andrés”

IR: Índice de Ruralidade

MSNM: Metros Sobre o Nível do Mar

NARS: National Agricultural Research Systems

NEI: Nova Economia Institucional

ONG: Organização Não Governamental

ORMET: Observatorio Regional del Mercado de Trabajo

PAA: Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PCC: Partido Colombiano Comunista

PC-ML: Partido Comunista Marxista-Leninista

PIB: Produto Interno Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SDDE: Secretaria Distrital de Desarrollo Económico

UAF: Unidade Agrícola Familiar

UNDOC: Nações Unidas contra a Droga e o Delito

UP: União Patriótica

UPA: Unidade Produtiva Agrícola

UPNA: Unidade Produtiva Não Agrícola

ZBH: Zonas Biofísicas Homogêneas

ZRH: Zonas Relativamente Homogêneas

## 1. INTRODUÇÃO

A economia campesina<sup>1</sup> é um cenário em que complexas e diversas mudanças estruturais ao longo da história têm se encontrado e definido uma sociedade, que poderia se dizer, difere das dinâmicas da sociedade envolvente de Mendras (1987). Sua adaptação às diferentes conjunturas dá conta da importância que possui para o sustento de uma grande proporção da população mundial e do poder de barganha que tem constituído com a economia de mercado, no entanto, deve-se ressaltar também que com o modelo de modernização da agricultura, a economia campesina tem passado a desenvolver um papel marginal, razão pela qual a vulnerabilidade à pobreza e à miséria da população campesina é evidente no mundo, pois longe de ter beneficiado seu desenvolvimento, multiplicou os obstáculos que lhe permitissem se integrar ativamente nas suas estruturas.

Numa visão mais específica da marginalidade que tem representado a economia campesina, inclusive para países agrodependentes, segundo Baribbi e Spijkers (2011), para inícios do segundo decênio do século XXI, na Colômbia, dos onze milhões de habitantes da sua zona rural, sete milhões pertencem à população campesina, cifra que não tem diferido muito nos últimos cinquenta anos, que se deriva da violência civil que se intensificou nesta zona durante quase todo o século XX e dos desequilíbrios ambientais e econômicos aí acontecidos, que têm ameaçado a reprodução dos seus núcleos familiares. Os autores continuam comentando que estes setes milhões de camponeses produzem o alimento para os

---

<sup>1</sup> Sobre usar os termos “Economia Campesina” e “Agricultura Familiar” no mesmo contexto: o termo “Economia Campesina” será usado nesta pesquisa para definir a organização sócio produtiva que concentra seus esforços físicos e materiais, principalmente, no equilíbrio da relação entre consumo e trabalho do seu núcleo familiar, onde os fatores terra e trabalho representam condições indispensáveis para o objetivo da sua reprodução. A Economia Campesina é uma estrutura de fatores que confluem para o desenvolvimento de dito objetivo, entre os que se encontram a Agricultura Familiar e o agricultor familiar (nos aspectos relacionados à produção com mão-de-obra familiar), e o campesinato e campesino (camponês), relacionados com aspectos mais culturais, sociais e políticos. Respeito ao primeiro fator, Schneider (2016, p. 20) no seu trabalho sobre a Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe, expressa que a agricultura familiar “se refere a uma atividade produtiva (agricultura) que é executada por um grupo social (família) ligado por laços de consanguinidade e parentesco”; agora, com respeito ao segundo, o autor colombiano Alejo Vargas (1987, p. 93) afirma que se refere à Economia Campesina como “uma forma de produção que contem no seu interior uma variedade de relações sociais que só existem de forma articulada e subordinada a outras formas e/ou modos de produção e que engloba aos produtores agropecuários que se localizam num ‘continuum’ que vai, sem inclui-los, desde os trabalhadores agrários sem-terra até os que poderíamos denominar produtores agrícolas propriamente capitalistas”. No Brasil, é mais usado o termo “Agricultura Familiar” e “agricultor familiar”, do que “Economia Campesina” e “campesino”, mais usados na Colômbia. O termo “campesino” nesta pesquisa abrange, então, características de ofício (agricultor) e socioculturais (camponês). De tal forma, cada termo será usado em concordância com o contexto relacionado, seja à produção, seja a outros aspectos sócio produtivos.

quarenta e sete milhões de colombianos que habitam no país, resultando numa relação aproximada entre produtor e consumidor de um a seis, enquanto há cinquenta anos era de dois a um. Assim, é visível que, desde a segunda metade do século XX, a população colombiana tem tido um maior interesse por se movimentar para os centros urbanos, acompanhado de uma menor representatividade da cultura campesina. O que os colombianos não levam em conta é que a marginalidade da economia campesina colombiana está colocando constantemente em risco sua segurança alimentar e muito das dinâmicas socioeconômicas do país.

Ao anterior se soma a proletarização do camponês colombiano nos labores das economias extrativistas que tem chamado a atenção desde os tempos da colonização espanhola, de investidores estrangeiros para seu usufruto, sem deixar maiores retornos socioeconômicos da sua atividade. Isto não representa apenas um risco para a soberania nacional, mas também para a conservação e preservação de identidades territoriais como o campesinato, que são ameaçadas também com a pobreza urbana provocada pelo êxodo camponês decorrente de dita proletarização.

No entanto, políticas públicas do governo colombiano têm apontado à abertura dos mercados por meio de programas de modernização da agricultura desde os anos 1960 e 1970 e com tratados de livre comércio com o neoliberalismo, que beneficiam à produção estrangeira de alimentos e outros insumos através da diminuição de impostos para a entrada dos mesmos, em detrimento dos efeitos que sobre a agricultura de pequena e mediana escala estes programas iriam deixar. Assim, a economia campesina colombiana se encontra imersa numa situação menos benéfica, pois o acesso a insumos para a produção é limitado, a infraestrutura para a comercialização não é a adequada – rodovias, proximidade aos mercados, protagonismo dos atravessadores e anonimatos dos pequenos produtores, baixos preços de venda e altos custos de insumos, entre outros – e as estratégias para a mitigação dos efeitos negativos que sobre os cultivos deixam os fenômenos climáticos são ineficientes (FAJARDO, 2002).

No caso pontual do Urabá Antioquenho, não foi apenas o modelo de modernização da agricultura que afetou o desenvolvimento de outro tipo de agriculturas, como a de subsistência, mas, também, incidiram outros aspectos relevantes que caracterizaram um desenvolvimento da economia campesina pouco funcional, entre os quais se destacam a alta concentração da terra como

consequência da pecuária de gado extensiva e pouco tecnificada e das economias extrativas de madeiras, palmeira e banana entre os séculos XIX e XX, a vulnerabilidade dos direitos políticos, civis e de propriedade, especialmente para os colonos da economia campesina, a histórica e marcante violência civil ocorrida ao longo do século XX, a ausência de uma institucionalidade estatal e a legitimidade de outra alternativa – guerrilhas – para garantir a justiça privada; o limitado acesso a serviços sociais e políticos e a técnicas e tecnologias de produção, os choques étnicos e culturais, sua consequente falta de associatividade e atomização dos grupos, e a relevante pobreza rural. Todos têm influenciado diretamente o desenvolvimento de uma economia campesina pouco viável e sustentável na região. Neste, a construção particular do território urabaense tem funcionado como um entrave para a sustentabilidade desta prática, pois ela se encontra enraizada nas suas estruturas sociais.

Como resultado deste cenário, as dinâmicas socioprodutivas da economia campesina nos municípios do Urabá antioqueño encontram-se pouco estimuladas, desenvolvidas e coesivas, originando impactos negativos em aspectos como a qualidade de vida da sua população, na confiança com a institucionalidade, na gestão dos recursos ambientais, humanos e financeiros, que resulta numa grande dependência do governo central, obstaculizando o caminho para o surgimento de um desenvolvimento endógeno territorial sustentável.

Porém, estes fatores possuem suas raízes em aspectos e comportamentos que devem ser revisados através da história. Uma das instituições mais relevantes na configuração do território urabaense se refere à *mentalidade cordilheirana*, uma atitude que provem desde a campanha colonizadora espanhola em conjunto com a Igreja católica, que demonstrou um marcado desinteresse por fazer proselitismo nas terras baixas e cálidas de litoral, visto que economicamente a cordilheira oferecia maiores benefícios para o pago de serviços à Coroa espanhola, assim como a Igreja católica se mostrava receosa a agir em zonas de afrodescendentes e mulatos, onde a cultura se desenvolvia ao redor de cultos animistas (KALMANOVITZ e LÓPEZ, 2002).

Este cenário se evidencia, atualmente, na insuficiência – em comparação com as zonas de cordilheira – dos serviços básicos como infraestrutura de rodovias, redes de esgoto, de aqueduto, de energia, acesso a Tecnologias da Informação e



das Comunicações (TICs), cobertura e assistência escolar, ao que se adiciona a resistência a verdadeiros processos associativos e a histórica corrupção na região. Estes aspectos afastam o camponês tanto das condições básicas para a interação mercantil, como dos instrumentos necessários para a identificação de mercados e de demandas potenciais. Com isto, o poder de barganha com a sociedade envolvente através da combinação de estratégias monetárias e não monetárias para a reprodução do núcleo familiar camponês, se encontra obstaculizado.

De igual forma, o Urabá antioquenho, ao ser região de litoral, mesmo formando parte de um departamento conservador de cordilheira, não observou, desde o primeiro movimento colonizador de chocoanos e cordoneses, na segunda metade do século XIX, a presença de um Estado que lhe provesse das condições mínimas para garantir sua qualidade de vida. Logo, com esta *mentalidade*, a colonização comercial e tardia de antioquenos de montanha trouxe uma série de confrontos etnoregionais que, desde a religião e a cultura, criou imaginários sociais em cada um dos grupos, traduzidos numa rejeição que é possível, ainda, observar na atualidade. Isto, somado ao difícil ambiente de guerra sofrido na região, aportou na configuração social desarticulada que não possibilitou a construção de capacidades e habilidades em benefício do empoderamento territorial. Neste ambiente, a economia campesina encontrou suas bases, fazendo dela, portanto, uma atividade pouco sustentável, situação que se evidencia na pobreza e miséria da região, especialmente na zona rural.

Assim, este trabalho pretende reconhecer as estruturas sociais, culturais, econômicas e institucionais que abrangem à economia campesina do Urabá Antioquenho a partir das diferentes abordagens teóricas que relacionam o desenvolvimento rural com o desenvolvimento econômico local, com o intuito de interpretar as dificuldades que têm ameaçado sua sustentabilidade a favor do bem-estar da sua população.

Para isto, será imprescindível o diálogo de diferentes fontes do conhecimento e disciplinas, que sirvam de suporte para acertar as hipóteses e objetivos que esta pesquisa plantea, como a economia campesina (Chayanov, 1974; Lewis, 1979; Lamarche, 1993; Forero, 2003; Wanderley, 2003; Palerm, 2008;) da sociologia econômica e do desenvolvimento (Polany, 1977; Giddens, 1984 e 1991; Durkheim, 1999; Weber, 2002; Long, 2007; Long e Van der Ploeg, 2011) do desenvolvimento

rural e endógeno local (Abramovay, 1992; Sen, 1999; Ellis e Biggs, 2001; Hoff e Stiglitz, 2002; Lotero e Hernández, 2002; Favareto, 2006; Vásquez, 2007; Alves e Guivant, 2010), da economia institucional (Commons, 1931; North 1990 e 1994; Williamson, 2000).

Num diálogo entre a *Sociologia Econômica*, a *Nova Sociologia Econômica*, a *Sociologia do Desenvolvimento*, e a *Economia Institucional*, por exemplo, se pretende estabelecer uma base argumentativa ao redor do enraizamento das relações mercantis nas relações sociais num ambiente de barganha, principalmente porque a tese das duas primeiras correntes estabelece que os sistemas econômicos não conseguem se desenvolver sob um marco institucional ineficiente que não garanta condições básicas de interlocução social como o acesso aos direitos de propriedade, o estabelecimento e monitoramento dos contratos sociais, a segurança social, e a justiça e resolução de conflitos. Porém, estes aspectos são resultado das construções sociais que criam suas normas comportamentais, regras morais, tradições, convenções e regras formais através do tempo. Assim, a institucionalidade é a construção de um grupo social.

Em complemento às análises metodológicas da Perspectiva Ator-orientada (Long, 2007) e da Teoria Ator-Rede (TAR) (Latour, 1984 e 2005), serão de grande utilidade para aprofundar no exame da construção social através das interações entre os agentes, as traduções e suas consequentes agências, que vão configurando, então, as características das interfaces decorrentes dos tipos de discursos empregados em cada agência que se traduzem em discrepâncias ou acordos no território.

Aqui, é importante a compreensão do ator-rede ou *actante* na TAR, na medida em que, ao mesmo tempo que age como ator num espaço, tempo ou nível determinado, também atua como um fio condutor, ou rede, que influencia as agências de outros ator-rede. Neste sentido, o *actante* pode ser um grupo ou um indivíduo, que ao tempo pode ser humano ou não humano. Logo, a perspectiva ator-orientada avalia se estas interações estão tendo um impacto na conformação das suas relações e estruturas sociais e, conseqüentemente, no empoderamento territorial que permite uma endogenização das forças externas através da construção de habilidade e capacidade nos agentes. A vantagem desta análise é que permite combinar atores-rede de forma assíncrona em tempo e espaço,

permitindo realizar uma análise histórica para encontrar as respostas respeito às bases da construção social num território.

De igual forma, algumas análises sobre as metamorfoses da economia campesina na Colômbia serão de grande utilidade para entender o tipo de poder de barganha que esta atividade está construindo face à sociedade global, e quais estão sendo suas estratégias para isso, com o objetivo de refletir respeito da funcionalidade que podem ou não estar tendo as diferentes políticas públicas no desenvolvimento rural (BOBADILLA, 2015), e se estão sendo estruturadas sob um *discurso desenvolvimentista* de ocidente ou levando em conta a heterogeneidade e necessidades particulares das suas próprias regiões.

Decorrente do anterior, deve ser esclarecido que este trabalho não limita à análise do desenvolvimento rural, voltado à economia campesina, à ligação do agro com a indústria de grande escala ou com o agronegócio, mas procura uma horizontalização das relações sociais e mercantis desde a natureza da economia campesina, desde sua composição orgânica e características particulares, reconhecendo a importância do núcleo familiar na organização socioproductiva para o cumprimento do seu principal objetivo: a segurança alimentar de cada um dos seus membros. Sua cultura, já é *per se* um grande valor agregado da sua oferta de bens e serviços, encontrando nos mercados alternativos um ponto de partida para a criação de laços de confiança com outros atores, convergindo à planificação de um desenvolvimento humano e econômico sustentável desde sua própria territorialidade.

Os instrumentos metodológicos a usar na avaliação que pretende desenvolver esta pesquisa se baseiam em documentos e dados históricos, coletados de diferentes fontes, a saber, pelos registros quantitativos outorgados nos censos agropecuários, nos anuários estatísticos do departamento e nos censos populacionais, ao igual que os qualitativos consultados em coleções históricas de crônicas e relatos ao igual que pelo projeto *Construcción de los perfiles productivos de los municipios de Apartadó, Arboletes, Carepa, Chigorodó, Murindó, Mutatá, Necoclí, Turbo, San Juan de Urabá, San Pedro de Urabá e Vigía del Fuerte*, executado entre o 2013 e o 2014, que expõe as condições mais recentes em que se encontram envolvidos os camponeses e a população urabaense no geral.

Assim, este trabalho encontra-se estruturado em 5 capítulos: esta introdução, que inclui a problematização, a justificativa, os objetivos gerais e específicos e a metodologia; um segundo, que expõe a história geral do Urabá antioquenho e a caracterização do objeto de estudo; um terceiro, que resolve o marco teórico e alguns antecedentes relacionados com esta pesquisa; e um quarto capítulo, que se encarrega de realizar uma conexão entre os aspectos teóricos e os empíricos já subministrados maiormente no capítulo 2, aplicando as metodologias de análise; para terminar, serão apresentadas as conclusões resultantes do diálogo estabelecido ao longo do estudo realizado.

### **1.1. Problematização**

Do mesmo modo que a atividade mineira, a agrodependência dos países latino-americanos, tem se convertido num dos temas mais propostos e pesquisados pela academia e os governos, com o objetivo de identificar os gargalos que impedem o desenvolvimento do setor agropecuário e de gerar espaços para a ação da política pública, em torno à solução dos mesmos.

Ainda que tenham surgido novas técnicas e tecnologias que propendem por uma agricultura cada vez mais eficiente e efetiva em América Latina, em concordância com os critérios planteados pelo modelo de modernização da agricultura, predominam tradicionais formas de produção, como a economia campesina que, combinadas com altos índices de pobreza e de carência de serviços sociais básicos para sobrevivência – infraestrutura física, saúde, educação, assistência técnica, justiça, direitos de propriedade e individuais –, fazem dela uma atividade de baixa sustentabilidade no mediano e longo prazo. Assim, a economia campesina da região é caracterizada por um baixo rendimento, precário acesso a técnicas e tecnologias na produção e na diversificação dos seus produtos, que com a monetização e mercantilização da agricultura de grande proporção, tem ocupado um lugar cada vez menor na economia destes países.

A Colômbia não é alheia a estas características, como na sua região do Urabá antioquenho onde se têm desenvolvido difíceis processos sociais, políticos, econômicos e institucionais pelo acesso a terras, e a uma forte e longa onda de violência que, além de ter enfocado os recursos financeiros dos seus municípios na guerra desde a década de 1960, deixou como resultado um grande impacto negativo

sobre o uso dos solos – muito diferente ao que sua verdadeira vocação define–, uma alta concentração de capital agrícola, uma incipiente institucionalidade e governança que dificilmente apoia processos de desenvolvimento endógeno local e empoderamento territorial

Uma das causas deste desalentador cenário radica na coexistência de duas realidades no desenvolvimento das suas atividades econômicas. Uma delas corresponde ao predomínio de uma economia em torno à produção de banana e o plátano<sup>2</sup> de exportação<sup>3</sup>, evidenciando-se como um enclave<sup>4</sup> produtivo, em que se sobressai a mão-de-obra não qualificada e um extensivo uso de uma considerável proporção do solo por parte de multinacionais e pecuaristas. Posteriormente, os recursos provenientes desta atividade deixam seus retornos fora do território, e, portanto, as famílias urabaenses e outros atores locais, como os governos, não possuem as condições mínimas para a melhora das condições de vida dos seus habitantes.

Um segundo cenário, e no qual esta pesquisa concentrará seus esforços, corresponde à economia campesina da qual depende um grande conglomerado de população urabaense. Por um lado, esta economia caracteriza-se por ser uma atividade que concentra seus esforços na segurança alimentar, da qual os benefícios nutricionais estão sendo cada vez menores, e, por outro, o campesinato possui um baixo e anônimo acesso aos diferentes canais de comercialização de baixa utilidade econômica, em que o atravessador gera e acumula as ganâncias.

Adicionalmente, identifica-se ao redor da atividade campesina urabaense uma débil infraestrutura física e social. A primeira é em termos do limitado acesso a serviços básicos na zona rural, como saúde, educação, água potável, rede de esgotos e energia; predominando a presença de rodovias e meios de comunicação rudimentares que não permitem uma correta comunicação, tanto ao interior da zona,

---

<sup>2</sup> Banana de terra.

<sup>3</sup> No mundo, cinco dos 72 países bananeiros concentram o 69,5% das exportações, dos quais Colômbia compete com Costa Rica pelo quarto e quinto lugar com um 9,6% de participação (Macas Acosta, 2014). Da produção total colombiana, o Urabá aporta o 72% da produção, seguido pelo Magdalena com um 28% a 29% (Viloria de la Hoz, 2008, pág. 28).

<sup>4</sup> Falero (2015) sinala várias concepções da economia de enclave que têm tomado lugar em diferentes épocas desde a década de 1960. De uma forma geral e sucinta, o enclave se descreve como um setor vinculado a atividades extrativistas, como a mineração e as plantações, onde a produção obtida é administrada desde fora (investimentos estrangeiros). Outra característica, é a demanda por mão-de-obra não qualificada de baixo custo para a expansão da indústria, que pelo geral provêm dos setores tradicionais e é altamente explorada. O rebaixamento dos impostos, a dissociação com o comportamento do setor produtivo do país da exploração e a relação com o setor transformador do país investidor, são outras características desta economia.

como com seu centro povoado e outros pontos próximos, isolando-se da oportunidade de descobrir novas habilidades e caminhos para o desenvolvimento agrícola.

A segunda das suas debilidades funciona em termos de uma baixa associatividade – ainda quando se encontram conformados alguns grupos de pequenos e medianos agricultores que não são muito funcionais – e cooperativismo, que não estimula a inovação social, técnica e tecnológica em torno à atividade rural. Portanto, ao não se apresentarem iniciativas de empreendimentos produtivos para se articular aos diferentes mercados alternativos ao convencional, a economia campesina perde impulso e incentivo para sua sustentabilidade.

Neste sentido, e segundo as problemáticas enunciadas que têm gerado altos índices de pobreza e miséria e outros impactos negativos de ordem social, cultural e institucional, é imperativo apontar à criação de cenários em que a dependência que o camponês tem sobre a agricultura deixe de ser uma falência para se converter numa das grandes virtudes da região.

Por esta razão, a pesquisa se concentrará em responder à questão: quais são as raízes a nível histórico, em termos da formação de instituições, das estruturas socioculturais e mercantis, que têm funcionado como entraves e gargalos da sustentabilidade em tempo e espaço do desenvolvimento da economia campesina do Urabá Antioqueño e, portanto, do seu Desenvolvimento Endógeno Local? A resposta a esta questão se encontra na aceitação das seguintes hipóteses: não é possível conceber a funcionalidade de um sistema econômico, como a economia campesina urabaense, sem que a construção social em que se encontra envolvida lhe ofereça as condições mínimas para a interação dos agentes; as relações mercantis se encontram enraizadas nas relações sociais; e os comportamentos socioculturais criam um *path dependence* sobre a reflexividade que desenvolvem os atores de um território.

## **1.2. Objetivos específicos de pesquisa**

O objetivo desta pesquisa e as hipóteses previamente apontadas pretendem se desenvolver através de três objetivos específicos, a saber:

- a) Elaborar um breve reconto a respeito do entorno institucional, sociológico e econômico no qual tem se desenvolvido historicamente a economia

camponesa da região através de descrições histórico-qualitativas e quantitativas.

- b) Identificar desde os delineamentos teóricos as estruturas que funcionam como gargalos na construção social da região ao redor da economia camponesa, referentes ao estabelecimento das relações de intercâmbio nos mercados, ao marco institucional e ao nível de agência desenvolvido nas redes de ação.
- c) Reconhecer relações entre os obstáculos identificados ao redor do desenvolvimento da economia camponesa e o estado das forças do desenvolvimento atingidas na região, apontando às principais necessidades e carências num contexto integral do território.

### **1.3. Justificativa**

Como tem sido mencionado até este ponto, o Urabá tem se convertido em foco de variadas discussões em torno das dificuldades de ordem social, econômico e institucional que aí têm emergido. Como espaço geográfico, caracteriza-se como um dos pontos mais estratégicos do departamento e do país em termos de conexão com o mundo e integração comercial, com uma grande fortaleza agrícola, até reconhecer-se como a “despensa de Antioquia”, e onde se localizam importantes recursos hídricos, ecossistêmicos e turísticos do Caribe colombiano.

No entanto, como já foi apontado, alguns sucessos têm afetado negativamente seu desenvolvimento, como a violência e a discussão em torno da propriedade da terra, obtendo um dos maiores índices de Gini do território nacional<sup>5</sup>, em benefício da atividade pecuária de gado e dos monocultivos de banana. Estes fatos lograram impactar sua dinâmica demográfica, seu desenvolvimento sociocultural e institucional, sua integração com o departamento e o país – se estigmatiza como uma das regiões mais perigosas da Colômbia–, o aproveitamento dos seus solos e o desenvolvimento de outras agriculturas como da economia campesina,

Neste sentido, tem surgido com o tempo, um Urabá pouco desenvolvido em termos de qualidade de vida principalmente, logrando posicionar seus indicadores sociais nos níveis mais baixos, assunto que funciona como uma das maiores

---

<sup>5</sup> Segundo Gaviria e Muñoz (2007, p. 25), “o coeficiente de concentração de Gini reflexa um processo marcado de latifúndio para o Urabá; entre 1996 e 2004 o índice amostra cifras por acima de 0,73. Talvez por ser a zona com aproximadamente o 55% da produção total do departamento, que concentra a produção de banana de exportação, sempre tem sido caracterizada por ser apetecível para a aquisição de terras”.

preocupações e justificativas para a elaboração desta pesquisa, pois demonstra que dificuldades importantes estão estagnando o desenvolvimento da região, especialmente na zona rural, e que, portanto, não está sendo sustentável. As tabelas 1 e 2 a continuação expõem alguns dos indicadores mais destacados:

Tabela 1 Indicador de qualidade de vida (IQV)<sup>6</sup> em Antioquia e Sub-regiões (2009-2013)

Subregiones	2009			2011			2013		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
<b>V Aburrá</b>	71,37	70,99	71,34	72,51	70,69	72,34	73,48	72,51	73,38
<b>B Cauca</b>	58,97	43,9	52,67	60,8	47,16	55,09	59,03	36,68	47,83
<b>M. Medio</b>	63,44	59,44	61,55	61,11	56,09	59	61,75	54,87	58,58
<b>Nordeste</b>	60,7	49,57	55,44	63,26	50,21	56,72	63,95	47,56	55,03
<b>Norte</b>	64,78	51,45	57,42	67,42	51,43	58,78	69,04	54,57	61,06
<b>Occidente</b>	62,02	53,39	56,34	65,07	52,41	56,78	66,64	49,45	54,85
<b>Oriente</b>	68,01	59,22	63,78	67,88	57,3	62,85	70,59	59,34	65,31
<b>Suroeste</b>	64,22	57,73	60,78	66,13	52,28	58,79	67,97	55,06	60,95
<b>Urabá</b>	59,69	41,8	52,5	62,58	41,87	54,1	63,08	41,42	52,98
<b>Centro</b>	60,56	39,85	53,61	63,11	45,71	57,6	63,76	43,06	56,45
<b>Norte</b>	56,15	45,85	50,1	60,01	37,02	44,52	60,38	39,88	45,2
<b>A Medio</b>	47,71	33,06	38,23	50,75	32,27	38,78	44,74	33,08	37,46
<b>Antioquia</b>	<b>69,13</b>	<b>56,9</b>	<b>66,05</b>	<b>70,43</b>	<b>55,78</b>	<b>66,76</b>	<b>71,55</b>	<b>55,77</b>	<b>67,2</b>

Fonte: Encuesta de Calidad de Vida. Gobernación de Antioquia, 2013

<sup>6</sup> Este índice toma como base 15 dimensões básicas de análise com suas respectivas variáveis, a saber, entorno e qualidade da moradia (nível socioeconômico da moradia, moradia com materiais inadequados por nível socioeconômico), acesso a serviços públicos (números de serviços públicos, número de serviços públicos suspensos), meio ambiente (percepção da poluição do ar, percepção da poluição das micro bacias hídricas, percepção da poluição por lixo, percepção da poluição visual, percepção de arborização), escolaridade (escolaridade do chefe da família, escolaridade do conjugue), falta de escolaridade (falta de escolaridade de menores de 3 a 12 anos, falta de escolaridade de jovens entre 13 e 18 anos), mobilidade (percepção das rodovias/estradas e do transporte público, qualidade do transporte público), capital físico da família (número de veículos com 5 anos ou menos, número de eletrodomésticos, número de celulares, aquisição da moradia por nível socioeconômico), participação cidadã (proporção de votantes da família, conhecimento em política do chefe de família), liberdade e segurança (percepção sobre a liberdade de expressão, percepção sobre a liberdade de se deslocar dentro do bairro ou vila, percepção sobre segurança), vulnerabilidade (superlotação, alimentação das crianças, alimentação dos adultos, número de crianças, número de maiores de 70 anos, mulher chefe de família), saúde (percepção sobre o acesso à saúde e qualidade do serviço de saúde, proporção de pessoas na família com sistema de saúde contributiva, sistema de saúde do chefe da família), trabalho (durabilidade do emprego, carga econômica da família), recreação (participação em atividades esportivas, participação em atividades recreativas, participação em atividades culturais), rendas (medidos pelos gastos *per cápita* da família) e percepção de qualidade de vida (percepção de qualidade de vida). O indicador assigna a cada família uma pontuação que varia entre zero (0) e cem (100): à medida que o índice aumenta, as condições de vida da família melhoram (GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA, 2014).



Tabela 2 Porcentagem de população pobre e em miséria segundo o Índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)<sup>7</sup> por zona no Urabá Antioquenho, 2005

Município	Pobreza			Miséria		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
<b>Apartadó</b>	21,18	44,26	24,53	7,11	20,13	9
<b>Arboletes</b>	44,74	90,84	72,4	16,2	47,66	35,07
<b>Carepa</b>	36,74	60,45	43,17	11,39	33,14	17,28
<b>Chigorodó</b>	34,88	69,45	40,15	14,23	45,63	19,02
<b>Murindó</b>	98,23	96,65	97,08	29,91	65,62	55,79
<b>Mutatá</b>	43,24	74,85	60,74	16,81	49,73	35,04
<b>Necoclí</b>	47,22	87,23	77,8	20,05	66,98	55,92
<b>S J de Urabá</b>	58,4	83,93	75,86	36,45	43,1	41
<b>S P de Urabá</b>	70,13	92,57	82,5	34,2	64,53	50,92
<b>Turbo</b>	57,49	73,67	67,38	27,64	44,07	37,68
<b>Vigía del Fuerte</b>	58,74	74,5	68,35	11,17	25,1	19,66
<b>Urabá</b>	36,56	76,34	53,06	14,91	47,35	28,37
<b>Antioquia</b>	15,9	47,48	22,96	4,23	21,73	8,15

Fonte: Anuário Estatístico de Antioquia, 2014

<sup>7</sup> O mecanismo de construção do INBI é bastante simples: No caso de que uma família apresente pelo menos uma carência crítica, o INBI toma o valor de 1; caso contrário, o INBI tomará o valor de 0. Agregando os valores do INBI para todas as famílias se obtém uma espécie de “índice de recuento”, que indica quantas famílias têm pelo menos uma necessidade insatisfeita e se consideram, em consequência, pobres (FERES e MANCERO, 2001, p. 19). O NBI se compõe de quatro necessidades com cinco dimensões e suas respectivas variáveis, assim:

Necessidades Básicas	Dimensões	Variáveis de censo
Acesso a moradia	Qualidade da moradia	Materiais de construção usados no piso, paredes e teto
	Superlotação	i) Número de pessoas na família, ii) Número de habitações da moradia
Acesso a serviços sanitários	Disponibilidade de água potável	Fonte de abastecimento de água na moradia
	Tipo de sistemas de eliminação de excretas	i) Disponibilidade de serviço sanitário, ii) Sistema de eliminação de excretas
Acesso à educação	Assistência de crianças em idade escolar em um estabelecimento educativo	i) Idade dos membros da família, ii) Assistência a um estabelecimento educativo
Capacidade econômica	Probabilidade de insuficiência de rendas a família	i) Idade dos membros da família, ii) último nível educativo aprovado, iii) Número de pessoas na família, iv) Condição de atividade

Fonte: Féres e Mancero, 2001, p. 11.

As cifras das tabelas evidenciam claramente a singular posição que tem o Urabá antioquenho nos indicadores sociais; por um lado possui o menor indicador de qualidade de vida; e, pelo outro, sobrepassa indiscutivelmente a média departamental ao respeito da satisfação das suas necessidades básicas, especialmente nas zonas rurais onde se assentam os habitantes que exercem a agricultura de subsistência e de pequena escala. Sobre isto, López, López e Mesa (2014, p. 71), comentam que:

La región del Urabá antioqueño se muestra como um curioso caso del departamento, pues pese al alto dinamismo económico que allí se presenta, a su ubicación geográfica que la hace estratégica y a su abundante riqueza en fauna, flora y suelos, posee uno de los índices de desarrollo humano más bajos del departamento. Em simultánea, el manejo del fisco se encuentra poco efectivo, generando una alta dependencia de las transferencias de la Nación, una alta proporción de gastos dirigidos al funcionamiento de la administración y una baja capacidad de generación de recursos propios.<sup>8</sup>

Assim, temas como a associatividade e cooperativismo, a inovação social, técnica e tecnológica, a governança e a potenciação do capital humano e físico em geral, entre outras forças<sup>9</sup> do desenvolvimento económico local, têm se encontrado, além de pouco coesivas, pouco estimuladas e ativas, especialmente para a população rural.

Por outro lado, a vulnerabilidade da segurança alimentar na economia campesina deve se considerar como um critério de ampla preocupação para sua sustentabilidade, fato que viu se refletido nos indicadores de qualidade de vida que ilustraram as difíceis condições nas quais os camponeses se desenvolvem. Já diziam Baribbi e Spijkers (2011) que a produtividade agropecuária na Colômbia não tem aumentado na mesma proporção que o tem feito a relação entre consumidores e produtores e por tanto, a demanda de alimentos que são produtos da economia campesina, continua em permanente aumento. Assim, é proposto que as possíveis respostas das políticas setoriais sejam: 1) importar alimentos 2) aumentar a área

---

<sup>8</sup> A região do Urabá antioquenho se mostra como um curioso caso do departamento, pois a pesar do seu alto dinamismo econômico que se apresenta aí [o negócio da banana], a sua localização geográfica que a faz estratégica, e a sua abundante riqueza em flora, fauna e solos, possui um dos índices de desenvolvimento humano mais baixos do departamento. Em simultânea, a gestão do fisco encontra-se pouco efetivo, gerando uma grande dependência das transferências da Nação, uma alta proporção de gastos direcionados à função da administração e uma baixa capacidade de gerar recursos próprios.

<sup>9</sup> Vazquez Barquero (2005), define as forças do desenvolvimento endógeno local como a organização da produção, a difusão das inovações, as dinâmicas urbanas existentes no território e a mudança institucional (Desarrollo Sostenible de la Economía, 2005a).

plantada; 3) melhorar a produtividade agrícola ou; 4) uma combinação destas alternativas.

Por tais motivos, a pretensão desta pesquisa radica em identificar a fundo as dificuldades que impedem à economia camponesa da região se desenvolver sustentavelmente. É válido ressaltar que as intenções deste trabalho não supõem a desapareição da economia de enclave ou da atividade pecuária extensiva, porém, o que certamente é desejável é constituir estratégias para a mitigação dos efeitos negativos que estas possuem sobre a economia campesina, através do reconhecimento das estruturas que abrangem seu desenvolvimento na região.

### **1.1. Metodologia**

As fontes de informação por meio das quais se desenvolverão as hipóteses de pesquisa são variadas, entre as quais se encontram as percepções de diferentes autores com as quais se constituirá uma base teórica, a partir de documentos e relatos históricos sobre a composição histórica de Urabá a nível social, cultural, econômico, político e institucional; e algumas estatísticas que ajudarão a entender dita composição com a ajuda das metodologias de análise da perspectiva ator-orientada, de Norman Long (2007) e a Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour (2005).

O propósito metodológico deste trabalho se fundamenta numa dialética entre as diferentes teorias com os trabalhos de pesquisa realizados respeito das estruturas que compõem territorialmente ao Urabá, como os critérios da economia campesina (Chayanov, 1974; Lewis, 1979; Vargas, 1987; Lamarche, 1993; Fajardo, 2002; Forero, 2003; Wanderley, 2003; Fernandes, 2004; Palerm, 2008; Bobadilla, 2015) da sociologia econômica e do desenvolvimento (Polany, 1977; Giddens, 1984 e 1991; Durkheim, 1999; Weber, 2002; Long, 2007; Long e Van der Ploeg, 2011) do desenvolvimento rural e endógeno local (Abramovay, 1992; Sen, 1999; Ellis e Biggs, 2001; Hoff e Stiglitz, 2002; Lotero e Hernández, 2002; Favareto, 2006; Vásquez, 2007; Alves e Guivant, 2010) e da economia institucional (North 1990 e 1994; Williamson, 2000).

Para este diálogo, serão utilizados os instrumentos empíricos dos resultados obtidos pelo projeto *Construcción de los perfiles productivos de los municipios de Apartadó, Arboletes, Carepa, Chigorodó, Murindó, Mutatá, Necoclí, Turbo, San Juan de Urabá, San Pedro de Urabá e Vigía del Fuerte*, executado entre 2013 a 2014

pela Rede de Observatórios Regionais do Mercado de Trabalho de Antioquia –Rede ORMET, que congregou grupos de pesquisa da Universidade de Antioquia e da Universidade de Medellín, com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Ministério de Trabalho da República da Colômbia.

À luz do projeto, coletaram-se informações primária e secundária, qualitativa e quantitativa, correspondente às técnicas e insumos utilizados na produção agrícola, produtividade, heterogeneidade do produto, homogeneidade e grau de especialização nos modos de produção. Também sobre os níveis de cooperativismo e associatividade, participação cidadã e institucionalidade e qualidade de vida dos habitantes, entre outros assuntos de ordem social, ambiental e cultural que incidem nas formas de desenvolvimento das economias camponesas da região, e que serão de grande utilidade para o cumprimento dos objetivos aqui planejados.

Este projeto conseguiu construir deduções interpretativas a respeito do nível de qualidade de vida dos urabaenses em relação aos impactos da guerra, da ineficiência estatal e da relação dos habitantes com seu entorno; com complemento de elementos indutivos como a execução de entrevistas estruturadas em grupos focais, a saber, associações de agricultores, pescadores, pecuaristas, vítimas do conflito, indígenas, afrodescendentes, mulheres, jovens e comerciantes, além de algumas empresas, as prefeituras e suas respectivas divisões administrativas, sendo esses documentos de domínio público e podem ser consultados na web. Alguns dados de caráter quantitativo foram oferecidos pela Red ORMET e Nações Unidas na elaboração dos textos, que ainda que seja difícil adquiri-los na web, se encontram desenvolvidos ao longo dos documentos, e por tanto legitimados. Esta pesquisa em particular conta com acesso a esses dados, como, por exemplo, os índices de ruralidade.

Também se utilizarão fontes secundárias como o *Tercer Censo Nacional Agropecuario* do Departamento Nacional de Estatística (DANE) elaborado entre os anos 2014-2015, dos anuários estatísticos da Antioquia de diferentes anos, principalmente do 2014 e relatórios e textos institucionais para a interpretação das variáveis outorgadas pelos anexos do Censo e dos anuários. Se conta, também, com documentos da *Colección Antioquia* reservada pela Biblioteca Central da Universidade de Antioquia, crônicas e relatos históricos em temas como a

antropologia, organização social e a constituição das guerrilhas e paramilitares, e outras fontes que ajudam a criar o diálogo entre estes elementos e o marco teórico.

Neste sentido, a abordagem metodológica se constitui por um exercício de indução/dedução, pois na dedução devem ser conhecidos as afirmações, axiomas ou argumentos para que possa se chegar a uma conclusão. Porém, para chegar a isto é imperativo realizar uma observação de exemplos por meio da indução (DÁVILA, 2006). De forma mais específica, o método dedutivo se constrói de três momentos, a saber, a *axiomatização*, que não requer uma demonstração e se converte no primeiro princípio; a *postulação* que faz referência aos postulados, doutrinas assimiladas ou criadas; e a *demonstração* como ato científico próprio dos matemáticos, lógicos, filósofos (Ibid.).

A grande vantagem deste método é que, a partir das deduções feitas por meio da teoria, é possível construir hipóteses, parte essencial da pesquisa científica (Ibid.). Neste trabalho em particular, as teorias consultadas em vários campos do conhecimento se integraram para edificar as hipóteses de pesquisa, a saber, que não é possível conceber a funcionalidade de um sistema econômico, como a economia campesina urabaense, sem que a construção social em que se encontra envolvida lhe ofereça as condições mínimas para a interação dos agentes; que as relações mercantis se encontram enraizadas nas relações sociais; e que os comportamentos socioculturais criam um *path dependence* sobre a reflexividade dos atores de um território.

Porém, para confirmar estas hipóteses se faz necessária uma observação, logo, o emprego do método indutivo. Este método se conhece como experimental e possui uma estrutura consequente, por meio de passos a seguir para provar ditas hipóteses, assim: observação, formulação das hipóteses, verificação, teses, Lei e Teoria (Ibid., p. 187). A Lei e a Teoria são o resultado dos passos anteriores que generaliza comportamentos a partir de casos particulares, por meio do diálogo entre os diferentes campos do conhecimento que se consideraram apropriados para a formulação de hipóteses e objetivos, e da observação/empirismo das estruturas de diferente índole que abrangem à economia campesina na região.

Esta pesquisa também se caracteriza por ser explicativa, ao pretender oferecer respostas aos porquês dos fenômenos encontrados, por meio do exercício dedução/indução. Neste respeito, Sáenz e Tinoco (1999, p. 64) expressam que:

Este tipo de investigación está dirigido a responder las causas de los eventos, con sus resultados busca explicar por qué ocurre un fenómeno y en qué condiciones se produce, es decir, por qué dos o más variables están relacionadas. Los estudios explicativos son los más estructurados y giran en torno al establecimiento de las relaciones de causalidad, de modo tal que ofrecen elementos para explicar los eventos<sup>10</sup>.

Posteriormente, os procedimentos técnicos escolhidos para o desenvolvimento das hipóteses e dos objetivos serão históricos, quantitativos e avaliativos. Simand (2003, p. 165) oferece uma definição sucinta da utilidade do método histórico, assim:

En su esencia, el método llamado histórico es el proceso de conocimiento experimental indirecto, es decir, de un conocimiento de hecho obtenido por intermediación de otro espíritu; dicho conocimiento puede ser indirecto en el espacio o indirecto en el tiempo; el proceso lógico es el mismo en los dos casos. En este sentido es empleado de manera recurrente en todas las ciencias positivas; pero no tiene solo ese sentido; conlleva (salvo excepción) el control de una verificación posible y procede con la seguridad de que un método bien definido ha presidido la primera constatación ¿Por qué la historia, es decir, según el sentido actual que ha adoptado esta palabra, el estudio de los hechos humanos, le ha dado su nombre a este método? Ello es debido a que, en materia de acontecimientos pasados, que no se producen más que una vez y no son evocables de nuevo por la experimentación fáctica, este modo de conocimiento es el único posible<sup>11</sup>.

Desta forma, o procedimento avaliativo é dependente e complementar do método histórico, na medida que oferece as ferramentas de interpretação a partir de fatos registrados pelos cientistas, não apenas pelas crônicas e relatos, mas pela conformação de percepções analíticas de ordem teórica e pelos dados estatísticos pertinentes para apoiar os procedimentos anteriores. Por isso, o método quantitativo também apoia a avaliação, na medida em que “se utiliza para consolidar creencias (formuladas de maneira lógica em uma teoria o em um esquema teórico) y establecer

---

<sup>10</sup> Este tipo de pesquisa está direcionado a responder as causas dos eventos; com os seus resultados busca explicar por que ocorre um fenômeno e em quais condições se produz, quer dizer, por que duas ou mais variáveis estão relacionadas. Os estudos explicativos são os mais estruturados e giram em torno ao estabelecimento de relações de causalidade, de modo tal que oferecem elementos para explicar os eventos.

<sup>11</sup> Na sua essência, o método chamado histórico é o processo de conhecimento experimental indireto, quer dizer, de um conhecimento de fato obtido por intermediação de outro espírito; dito conhecimento pode ser indireto no espaço o indireto no tempo: o processo lógico é o mesmo nos dois casos. Neste sentido é empregado de forma recorrente em todas as ciências positivas; mas não tem apenas esse sentido; leva (salvo exceção) o controle de uma verificação possível e procede com a segurança de que um método bem definido tem conduzido a primeira constatação. Por que a história, quer dizer, segundo o sentido atual que tem adotado a palavra, o estudo dos fatos humanos passados, tem lhe dado seu nome a esse método? Aquilo se deve a que, em matéria de acontecimentos passados, que não se produzem mais que uma vez só e não são evocáveis de novo pela experimentação fáctica, este método de conhecimento é o único possível

com exactitud patrones de comportamiento en una población”<sup>12</sup> (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2003, p. 11).

Neste sentido, o processo avaliativo reúne estes dois métodos para seus propósitos interpretativos, dos quais também dependem a dedução e a indução. De Lellis *et al* (2010,p. 301) comentam que a pesquisa avaliativa se caracteriza por que:

- a. Se aplica sobre distintos componentes, correspondientes a diferentes niveles sistémicos.
- b. Integra datos primarios y secundários de carácter cuantitativo y cualitativo em las distintas fases que componen el proceso de investigación.
- c. Se le otorga un importante peso al objetivo de empoderar a los sujetos participantes que cumplen roles en la Institución, a fin de promover las capacidades y la toma de decisiones para la autoevaluación de sus prácticas.
- d. Si bien se ajusta estrictamente sobre el proyecto y de acuerdo a su cronograma de ejecución, genera conocimiento útil que trasciende los fines de una intervención en particular<sup>13</sup>.

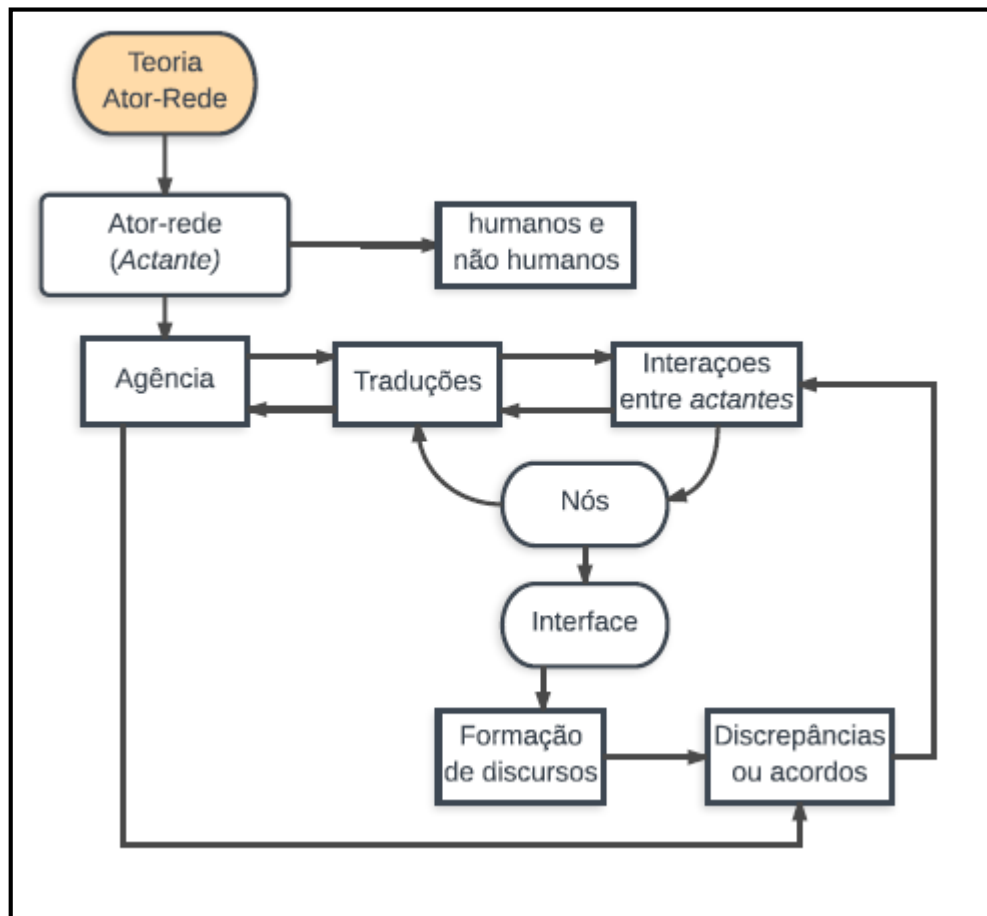
As ferramentas do processo avaliativo compreendem duas metodologias de análises específicas, a saber, a perspectiva ator-orientada de Norman Long (2007) e a Teoria Ator-Rede (TAR), de Bruno Latour (2005). Estas envolvem pautas que coadjuvam ao entendimento do tipo de construção social existente num território, neste caso, no Urabá antioquenho e que são complementadas com outros conceitos das teorias e enfoques adotados. A estrutura metodológica pode se ver assim:

---

<sup>12</sup> Utiliza-se para consolidar as crenças (formuladas de um modo lógico numa teoria ou esquema teórico) e estabelecer com precisão padrões de comportamento numa população

<sup>13</sup> a. Aplica-se sobre distintos componentes, correspondentes a diferentes níveis sistemáticos; b. Integra dados primários e secundários de caráter quantitativo e qualitativo nas distintas fases que compõem o processo de pesquisa; c. Outorga-lhe um importante peso ao objetivo de dar poder aos sujeitos participantes que cumprimentam papeis na instituição, com o fim de promover as capacidades e as decisões para a auto avaliação das suas práticas; d. Se bem se ajusta estrictamente sobre o projeto e de acordo ao seu cronograma de realização, gera conhecimento útil que transcende os fins de uma intervenção particular

Figura 1 Estrutura de análise TAR

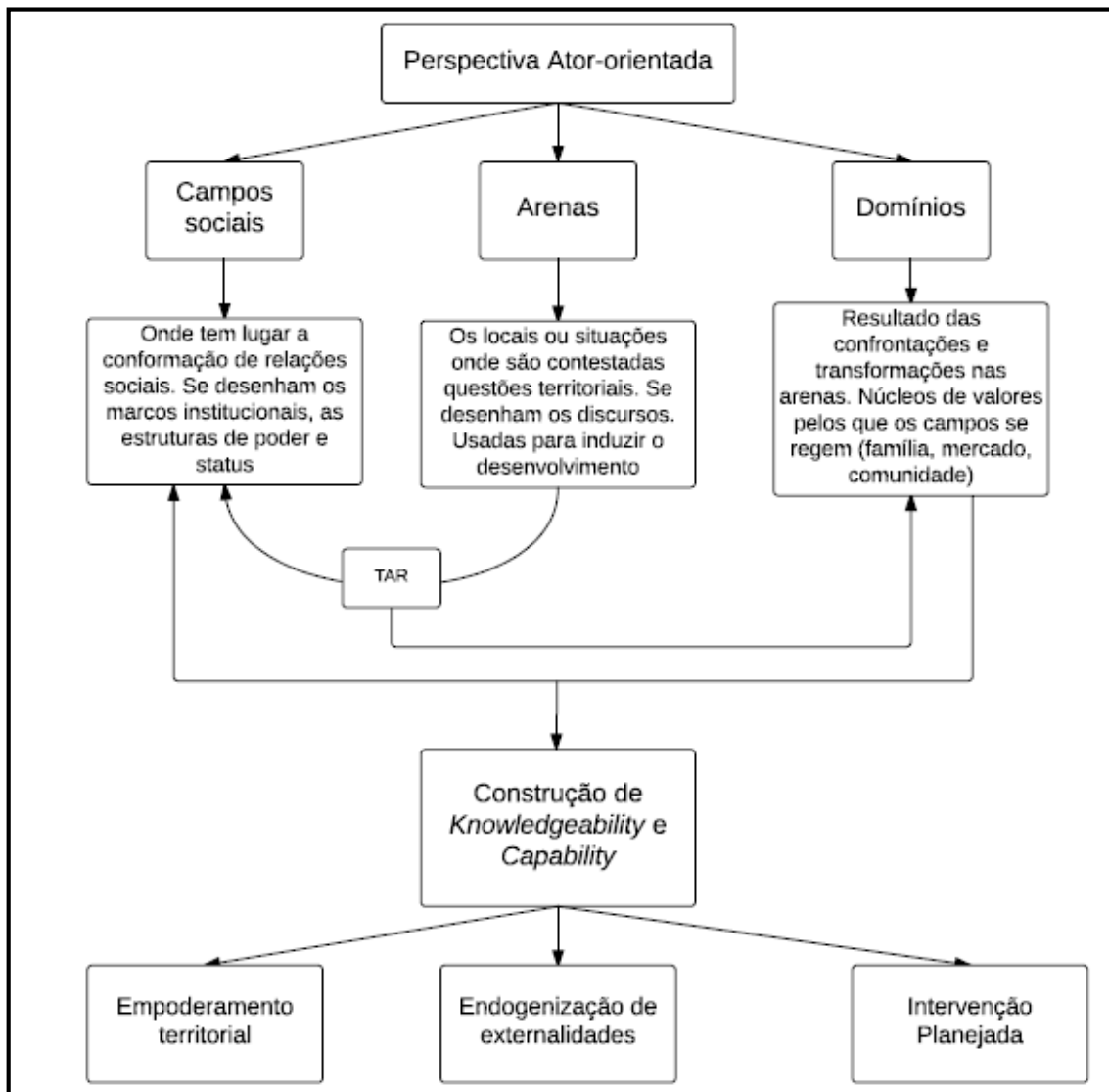


Fonte: elaboração própria com base em Latour (2005)

Dado que o ator-rede se concebe como uma unidade, um pivô, e não tanto como a ligação de atores por meio de fios, a estrutura de análise parece ser um círculo virtuoso, na medida em que, ao mesmo tempo, o ator é rede, ou seja, funciona como um veículo de outros atores-redes, como se fosse um hibridismo de todo o que ele atrai por meio da sua agência. É como se as interações não tivessem nem princípio nem fim, mas continuidade e dependência de outras agências. Isto será válido para compreender a formação histórica das instituições ou códigos comportamentais e seu impacto na organização social do Urabá.



Figura 2 Estrutura de análise da Perspectiva Ator-orientada



Fonte: elaboração própria com base em Long (2001)

Por sua parte, a perspectiva ator-orientada ajuda na descrição das práticas organizadas pelos agentes de um território, resultantes da TAR. Aqui, o entendimento é mais específico a respeito das agências, pois a perspectiva oferece elementos de análise para entender se estas agências coadjuvaram ou não à constituição de um desenvolvimento funcional do território, na medida em que a população se encontre num ambiente de bem-estar e de empoderamento territorial. Especificidades sobre estes enfoques serão descritas no capítulo 4.

No momento de termos recopilado a informação que se considerou suficiente para o desenvolvimento do objetivo de pesquisa – fatos históricos qualitativos e quantitativos – por meio da indução, a linguagem destas duas metodologias será

empregada para realizar as consequentes deduções a respeito da forma como está construída a sociedade urabaense em que se encontra envolvida a economia campesina.

Por outro lado, os instrumentos de observação da pesquisa se constituem de registros não sistematizados, por meio de registros narrativos que “reflejan eventos conductuales tal y como han ocurrido intentando describir la conducta de forma objetiva”<sup>14</sup> (Benguria *et al*, 2010, p. 27). Os instrumentos podem ser *anedotários*, *cartas*, *notas de campo*, etc., em que a observação do pesquisador é não participante, quer dizer, que a “la información [se recoge] desde afuera, sin intervenir para nada en el grupo social, hecho o fenómeno investigado”<sup>15</sup> (Ibid., p. 32). A observação, pelos diferentes instrumentos, terá foco nos atores que envolvem a estrutura da economia campesina, a saber, o campesinato, o Estado colombiano, os latifundiários das economias extrativistas, os pecuaristas, os atores armados, as associações e outras formas de organização civil e econômica.

As metodologias que este trabalho seguirá pretendem ser explicativas até onde for possível para resolver o objetivo. Com isto, seu cumprimento será de grande utilidade para outorgar alternativas de solução às problemáticas que obstaculizam o surgimento de uma economia campesina sustentável no tempo e na região, que impacte de maneira positiva os processos de desenvolvimento endógeno local através de uma coesão social funcional.

## 2. O URABÁ ANTIOQUENHO EM CONTEXTO

Este capítulo será destinado a realizar uma caracterização histórica da região de estudo, em temas como sua localização geoestratégica, as diferentes etnias que a compõem, a constituição das suas instituições, os processos de colonização, e por suposto, o papel que a economia campesina tem tomado nestes diferentes contextos. Contudo, serão adquiridas ferramentas adicionais na análise do objeto de estudo, que coadjuvarão a resolver o desafio que esta pesquisa se propõe: interpretar, através das raízes sociais, culturais, políticas, econômicas e institucionais, os pontos neurálgicos que têm funcionado como gargalos do desenvolvimento da economia campesina da região. Desta forma, pretende-se

---

<sup>14</sup> Reflexam eventos condutais assim como têm acontecido, tentando descrever a conduta de forma objetiva

<sup>15</sup> informação se coleta desde fora, sem intervir no grupo social, fato ou fenômeno pesquisado

procurar entender que as ações a implementar na região para a resolução dos conflitos, devem ser menos superficiais e mais efetivas ao redor de um desenvolvimento funcional.

## **2.1. Generalidades do Urabá antioquenho**

A região do Urabá se divide entre o Antioquenho, o Chocoano e o Cordobés, se localizando na fronteira que divide a América do Sul com a América Central, oferecendo um estratégico acesso ao Oceano Pacífico do lado chocoano –e ao mar Caribe. Neste ponto, se forma o Golfo de Urabá, um acidente geográfico de 1800mts<sup>2</sup> de considerável relevância para a região por várias razões: por ser receptor final de todo o sistema hidrográfico do Urabá, por prover de variados e ricos ecossistemas de vital importância para o habitat de um grande número de espécies de fauna e flora, como um reservatório de peixes e frutos do mar que beneficiam a pesca artesanal e a economia local e por ser um ponto de comunicação chave entre o departamento de Antioquia, o departamento de Chocó e com a América central e do norte. Porém, este ponto também tem sido apetecido e aproveitado historicamente por contrabandistas e narcotraficantes, situação que tem constituído importantes confrontos sociais, e inclusive da sociedade com o Estado colombiano, caracterizando à região como anti-estatal para a segunda metade do século XX (RIOS, 2001).

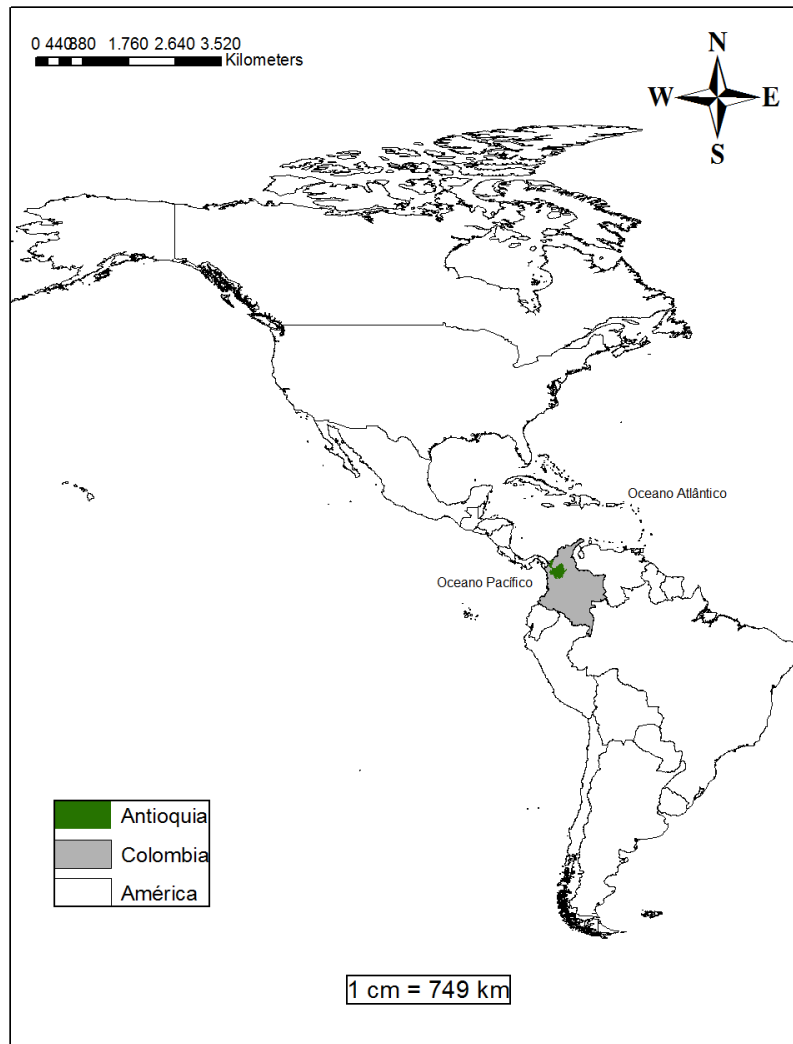
Especificamente, o Urabá Antioquenho se encontra localizado sobre o mar Caribe, com uma população, projetada para o 2015 de 659.266 de habitantes (GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA, 2015), que ocupam uma extensão de 11.799 km<sup>2</sup>. A região, que conta com uma altitude média de 919 MSNM, limita ao norte com o mar Caribe, ao ocidente com o departamento de Córdoba, ao oriente com o departamento de Chocó e ao sur-ocidente com os Municípios antioquenhos de Urrao e Frontino. Sua temperatura é cálida ao redor dos 27.4 C°, com poucas chuvas durante o ano com precipitação média anual de 697 mm. Sua economia gira em torno da exportação de banana (fruta e de terra), da pecuária, da pesca artesanal e da produção em pequena e mediana escala de borracha, cacau, arroz, milho, mandioca, feijão, pimenta e algumas frutas, como limão, coco, abacaxi, manga, abacate, mamão, banana, zapote, chontaduro, borojó, maracujá, entre outras, sendo estas de origem da economia campesina.

Se constitui como uma das nove regiões do departamento que congrega onze Municípios, que por sua vez, se dividem em três sub-zonas: no Norte estão Arboletes, San Juan de Urabá, San Pedro de Urabá y Necocli, fortes no setores do turismo, pesca e pecuária; no centro estão Apartado, Carepa, Chigorodó y Turbo, onde se desenvolvem atividades comerciais extrativistas, como da produção bananeira e palmeira africana, e pecuária, enquanto no Atrato médio (sul) se encontram Mutatá, Murindó e Vigía del Fuerte<sup>16</sup> que conta com atividades agrícolas e de pesca com predominância da economia campesina (GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA, 2016). Os mapas 1, 2, 3 e 4 ilustram as descrições geográficas.

---

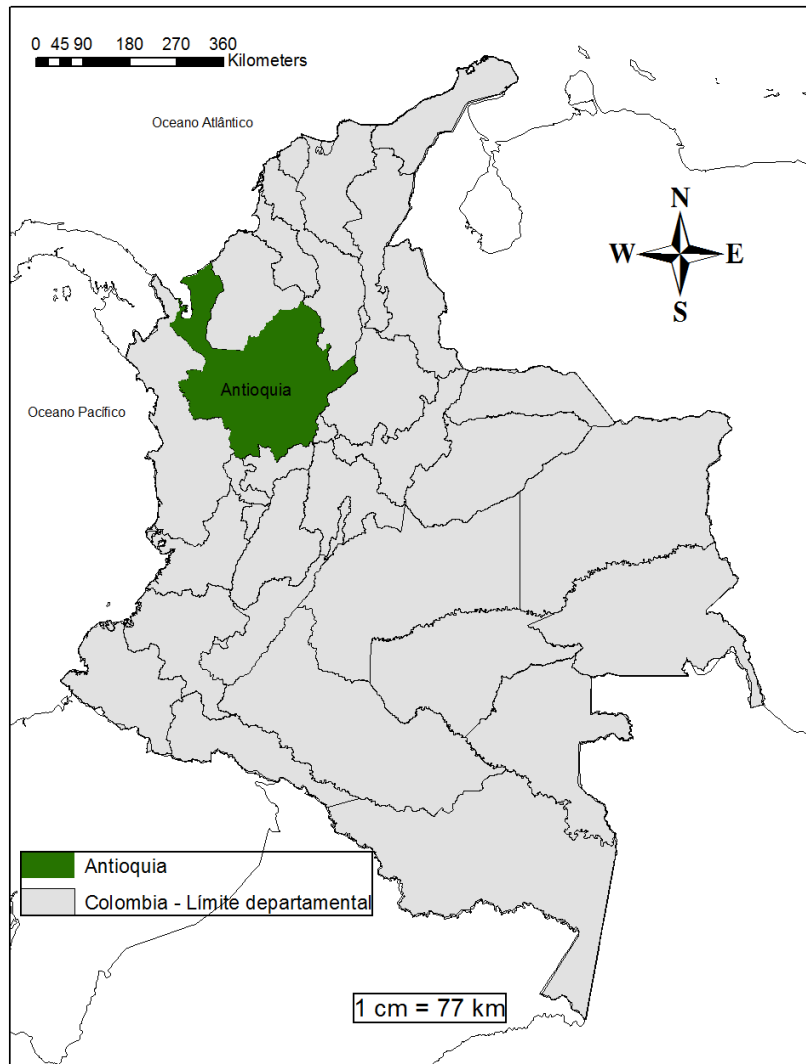
<sup>16</sup> Os municípios de Murindó e Vigía del Fuerte, se encontram geograficamente afastados das sub-zonas centro e norte da região e mais próximas ao departamento do Chocó. Porém, administrativa e politicamente são declarados territórios do Urabá. A comunicação só é possível se fazer pelo rio Atrato ou por algum médio de transporte aéreo, mesmo fazendo divisa com os municípios de Urrao e Frontino, por causa da sua quebrada geografia e abundante floresta, entre outro aspectos de raiz institucional.

Mapa 1. Localização da Colômbia na América



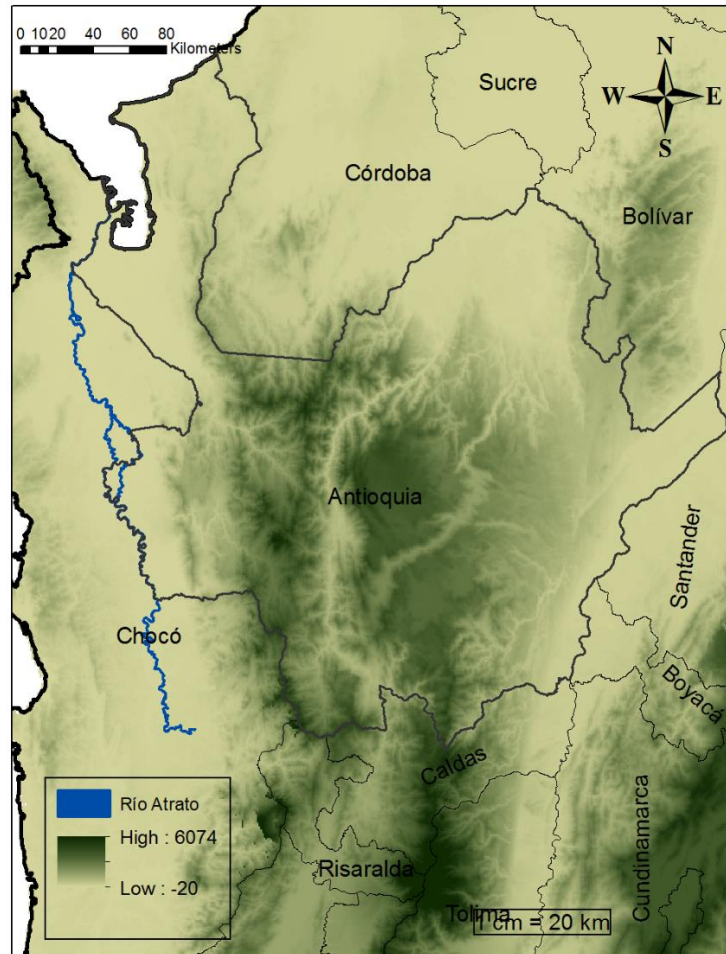
Fonte: elaboração própria desde o site <http://www.naturalearthdata.com>, 2016

Mapa 2 Localização do Departamento de Antioquia na Colômbia



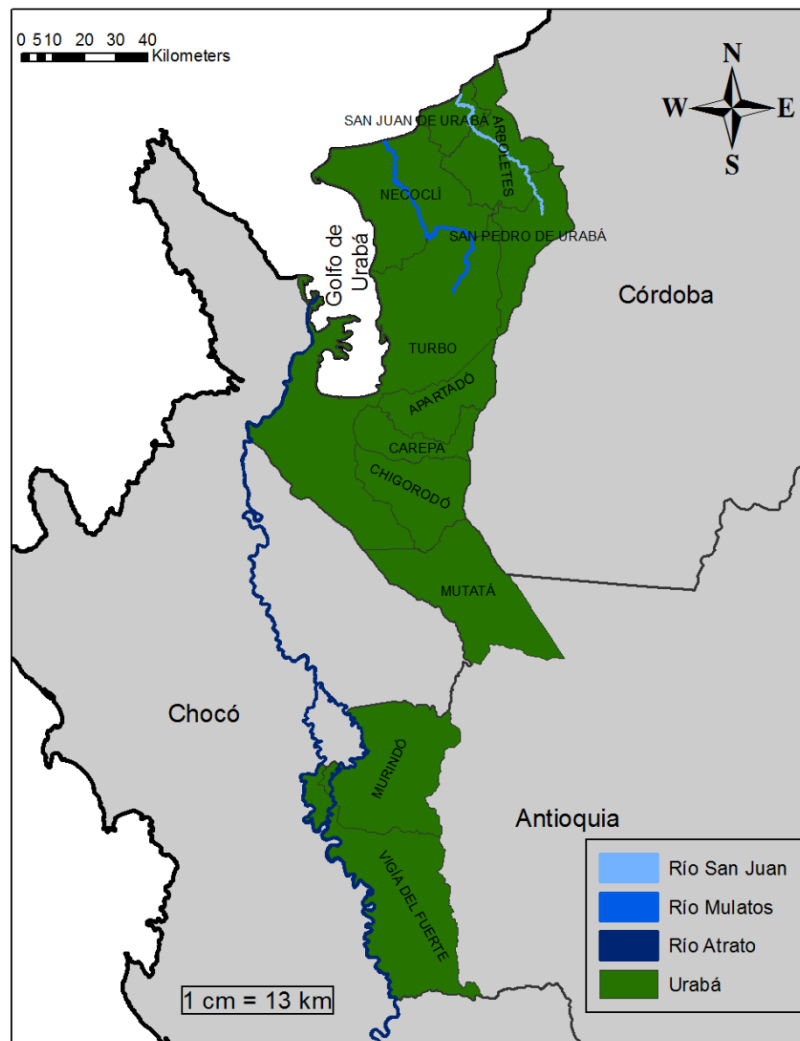
Fonte: Elaboração própria com dados do IGAC, 2016

Mapa 3 Departamento de Antioquia em relevo



Fonte: elaboração própria com base no site <http://www.diva-gis.org/Data>, 2016

Mapa 4 Localização do Urabá antioquenho no departamento de Antioquia e divisão política com Golfo de Urabá e principais rios.



Fonte: elaboração própria com dados do IGAC e do Servicio Geológico de Colombia, 2016

É visível a localização estratégica da região sobre o mar Caribe e sua proximidade com à América Central. De outro lado, a exposição das zonas de releve evidencia a finalização da cordilheira ocidental – que abrange ao departamento de Antioquia – justo na zona geográfica do Urabá, característica fundamental que influenciará sua composição sociocultural e inclusive política, como será exposto posteriormente. Também se mostra a divisão política por Municípios e a divisa com os departamentos de Chocó e Córdoba, chaves para a composição multiétnica e pluricultural, característica da população urabaense. Ao lado direito no mapa 4, se observa, também, a localização do Golfo de Urabá à beira dos municípios de Turbo, Necoclí, San Juan de Urabá e Arboletes, que tem funcionado como um ponto de



considerável importância para seu desenvolvimento econômico e ambiental, característica similar ao Rio Atrato para os municípios de Murindó e Vigía del Fuerte.

Na região, habita uma grande variedade de importantes comunidades indígenas e de outras etnias e grupos populacionais resultantes do pluricultural processo de colonização, como pode ser ilustrado por meio das tabelas 3 e 4 a continuação:

Tabela 3 Grupos étnicos do Urabá Antioquenho, censo 2005

Municípios	Total População	Índigena	Rom <sup>17</sup>	Raizal <sup>18</sup>	Afro descendente	Sem classificação
<b>Apartadó</b>	134.572	824	1	32	54.052	79.663
<b>Arboletes</b>	31.039	702	0	5	10.351	19.981
<b>Carepa</b>	42.294	86	1	6	14.182	28.019
<b>Chigorodó</b>	59.597	2.143	0	2	22.659	34.793
<b>Murindó</b>	3.499	1.404	0	0	1.570	525
<b>Mutatá</b>	9.671	1.312	0	2	1.447	6.910
<b>Necoclí</b>	48.679	1.700	0	13	28.571	18.395
<b>San Juan de Urabá</b>	20.938	298	0	3	18.030	2.607
<b>San Pedro de Urabá</b>	28.747	311	0	2	1.953	26.481
<b>Turbo</b>	122.780	1.628	0	57	99.217	21.878
<b>Vigía del Fuerte</b>	5.320	336	0	0	2.529	2.455
<b>Urabá</b>	507.136	10.744	2	122	254.561	241.707

Fonte: Anuário Estatístico de Antioquia, 2014.

<sup>17</sup> Grupo Rom ou Cigano, é reconhecido formalmente pela Lei 21 do 4 de março de 1991 e protegido institucionalmente por meio do marco normativo estruturado através do Decreto 2957 de 2010. É uma população urbana, distribuídos em *kumpianias* (Kumpaňy plural), que se referem ao conjunto de grupos familiares configurados patrilinealmente, que a partir de alianças de diversa ordem decidem dividir espaços para viver próximos ou para interagir de forma conjunta. Se comunicam pela sua própria língua, o romaní, e possuem uma tradição nômade.

<sup>18</sup> Segundo o INVEMAR (2012) os raizales, grupo étnico reconhecido pela Constituição Política de Colômbia de 1991 (Artigo 310) são descendentes de “colonizadores europeus (especialmente ingleses) e africanos (escravos libertados e foragidos de outras ilhas), que chegaram nestas ilhas [San Andrés, Providencia e Santa Catalina] nos séculos XVII, XVIII e XIX. Sua principal distinção étnica com a Nação está em que são protestantes de fala inglesa”. Especificamente, são o produto da mestiçagem entre indígenas, espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e africanos, primando a cultura britânica que foi a que colonizou as ilhas do Caribe com maior força (MinCultura, s.f.)

Tabela 4 População indígena por comunidade e área geográfica no Urabá (com excesso de Carepa), censo 2014

Zona	Total Área						Urbana						Rural								
	Total	Otros	Tule	Senú	Emberá Eyabida	Emberá Dóbida	Emberá Chamí	Total	Otros	Tule	Senú	Emberá Eyabida	Emberá Dóbida	Emberá Chamí	Total	Otros	Tule	Senú	Emberá Eyabida	Emberá Dóbida	Emberá Chamí
Comunidade indígena	32.954	49	1.433	9.667	17.288	862	3.655	1.781	0	0	1.631	150	0	0	31.173	49	1.433	8.036	17.138	862	3.655
Total Antioqui	774	0	0	0	512	0	262	0	0	0	0	0	0	0	774	0	0	0	512	0	262
Apartadó	665	0	0	665	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	665	0	0	665	0	0	0
Arboletes	2.020	0	0	0	1.706	0	314	0	0	0	0	0	0	0	2.020	0	0	0	1.706	0	314
Chigorodó	1.548	0	0	0	1.548	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.548	0	0	0	1.548	0	0
Murindó	1.813	0	0	0	1.813	0	0	150	0	0	0	150	0	0	1.663	0	0	0	1.663	0	0
Mutató	2.189	0	1.016	1.173	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.189	0	1.016	1.173	0	0	0	0
Necoclí	405	0	0	405	0	0	0	0	0	0	0	0	0	405	0	0	405	0	0	0	0
S J Urabá	417	0	0	417	0	0	0	0	0	0	0	0	0	417	0	0	417	0	0	0	0
S P Urabá	1.763	0	417	97	1.249	0	0	0	0	0	0	0	0	1.763	0	417	97	1.249	0	0	0
Turbo	862	0	0	0	0	862	0	0	0	0	0	0	0	862	0	0	0	0	862	0	0
V del Fuerte	12.456	0	1.433	2.757	6.828	862	576	150	0	0	0	150	0	12.306	0	1.433	2.757	6.678	862	576	
URABÁ	38%	0%	100%	29%	39%	100%	16%	8%	0%	0%	0%	100%	0%	39%	0%	100%	34%	39%	100%	16%	

Fonte: Anuário estatístico de Antioquia, 2014

É notável a representatividade que possui a comunidade de afrodescendentes de Urabá a nível departamental, quase um 50% do total, isto se deve, em parte, à proximidade da região com Chocó e Córdoba, departamentos onde os afrodescendentes predominam, que com os processos de colonização, conseguiram se estabelecer com força no Urabá. Uma similar representatividade se observa com a população indígena da região, especialmente na zona rural, inclusive, se percebem algumas comunidades do departamento que só podem ser encontradas aí, como os Emberá Dóbida e os Emberá Evabida na zona urbana.

## **2.2. A primeira etapa da colonização no Urabá Antioquenho. Colonização lenta e dispersa**

Numa perspectiva histórica, Pérez (2007) relata a respeito dos primeiros conglomerados populacionais da região que tiveram uma marcada incidência na formação posterior do território. Diz que, no século XVI, habitavam no Urabá Antioquenho povos indígenas que se tornaram rebeldes com a aparição dos primeiros conquistadores da época, mesmo que em um começo pareceram ser menos hostis. Por causa dos constantes enfrentamentos com os nativos e, também, pela acidentada e difícil topografia da zona, a região permaneceu isolada do resto do departamento, do país e das suas dinâmicas políticas e econômicas, se convertendo simultaneamente num ponto chave para o refúgio e para a atividade de contrabandistas e piratas. Sob este cenário, só até a segunda metade do século XIX, a região se tornaria atraente quando o extrativismo dos recursos naturais representou uma grande oportunidade para os investidores estrangeiros.

Segundo Botero (1990), em 1958, já se conhecia a presença de um inglês que comerciava borracha proveniente do centro-ocidente da região, o que atualmente é conhecido como o Município de Turbo. A atividade teve tal sucesso que uma firma de Nova York se estabeleceu no local, produzindo umas 80 toneladas do material ao ano. Depois, quando a exploração de borracha se tornou insustentável ambiental e produtivamente por causa do manejo indiscriminado, a tágua ou marfim vegetal, se converteu em uma das principais atividades econômicas. Neste caso a extração esteve localizada no Município de Chigorodó, destinando para 1883, uns 40 mil tonéis aos mercados europeus e estadunidenses. A extração deste material teve uma certa importância na economia nacional,

inclusive se tornando num dos maiores itens nas exportações durante um pequeno período de finais do século XIX.

A extração de madeiras tropicais também teve uma notável relevância na economia urabaense desde a segunda metade do século XIX e em parte da primeira do século XX, aproveitando a proximidade com rios navegáveis e o acesso ao mar. Ao final do século XIX, segundo as colocações de Botero (1990), se sabia de um investidor estadunidense que as comerciava; depois, no começo do XX, a companhia Emery de Boston situou-se em Chigorodó até os anos trinta, quando abandonou a região por causa da recessão de 1929. Ao anterior, se adiciona a tala indiscriminada da matéria que acabou com espécies como o cedro e o mogno.

A descrição deste panorama é conveniente em duas vias determinantes para entender a constituição socioeconômica da região; por um lado já mostrava – em palavras de Botero (1990) – uma prematura *vocação agroexportadora*, e por outro, se ressalta a relevância desta vocação na sua composição demográfica. Na primeira, apesar do forte dinamismo que a região desenvolvia entorno a sua atividade agro exploradora, era mais que visível a falta de regulação por parte das instituições da época em benefício da conservação e preservação dos seus recursos naturais, com uma permissividade na extração intensiva, que acabou com algumas espécies de flora, conforme exposto.

A diferença dos auges da cafeicultura colombiana na segunda metade do século XIX e primeira metade do XX, que era uma atividade impulsada e administrada por e para as elites e dirigentes colombianos, a atividade extrativista era um investimento de estrangeiros para o usufruto de estrangeiros. Assim, a única ação por parte das autoridades colombianas neste contexto, focava-se na concessão de terras para a exploração sem maior regulação no uso dos recursos, assunto que se viu refletido no seu acelerado esgotamento e na escassa apropriação dos mesmos por parte da população local.

No segundo ponto, Botero (1990) se refere à migração de mão-de-obra em massa dos povos costeiros próximos à região, desde metade do século XIX atraídos pelo auge destas atividades, comentando que “en las épocas de recolección, al parecer el flujo de inmigrantes era considerable ‘de 9 a 10 mil recolectores de tagua se

esparcían por la selva [...] incluyendo mozos traídos desde el Sinú<sup>19</sup> por los contratistas”<sup>20</sup> (1990, p. 21).

O processo de migração durante a segunda metade do século XIX e parte da primeira do século XX foi incipiente por parte de três etnias de diferentes procederes, chaves na construção social do Urabá, assim: chocoanos e cordobeses – provenientes do litoral pacífico e Caribe – e antioquenhos provenientes das montanhas de cordilheira. As razões para que a colonização se caracterizasse por ser passiva se estabelece na isolação que Pérez (2007) mencionou previamente, especialmente por parte dos antioquenhos, pois chocoanos e cordobeses foram as primeiras etnias que, pela sua proximidade geográfica e melhor acesso à região, influenciaram com força a construção econômica e cultural de Urabá antioquenho nos períodos mencionados, sem contar com que já existiam povos indígenas nativos, ainda que em menor proporção. Mesmo que os antioquenhos tinham também uma proximidade geográfica, algumas razões subjetivas e outras mais objetivas, retrasaram sua viagem à região.

Por sua parte, chocoanos afrodescendentes, principalmente, e cordobeses – sinuanos ou *chilapos* como se lhes denomina popularmente – aproveitaram a proximidade com a região pelos costados norte e ocidente respectivamente, configurando os primeiros fluxos de colonos na região. Os primeiros, imersos na pobreza por causa da ausência estatal, se motivaram a penetrar o ocidente e se assentaram nos Municípios de Turbo (centro), Murindó, Mutatá e Vigía del Fuerte (sul), caracterizados por possuir uma topografia e condições climáticas similares com seu lugar de origem: uma floresta húmida tropical e com alta pluviosidade.

Botero (1990) comenta que para a metade do século XIX já existia uma considerável quantidade de chocoanos que dispuseram sua mão-de-obra para a extração de borracha no município de Turbo e redores. No entanto, esta população está caracterizada na maior parte do século XX por exercer atividades próprias da economia campesina de uma forma muito primitiva, em outras palavras, com uma escassa monetização dos recursos e atividades. Esta população moldou, em conjunto com a população indígena, os aspectos socioculturais que predominam nos Municípios de Murindó, Mutatá, Vigía del Fuerte e Turbo. Com a economia de

---

<sup>19</sup> Região do departamento de Córdoba, que limita com o norte do Urabá Antioquenho.

<sup>20</sup> Nas épocas de coleta, ao parecer o fluxo de migrantes era considerável: ‘de 9 a 10 mil coletores de tágua esparziam-se pela floresta [...] incluídos jovens trazidos desde o Sinú<sup>20</sup> pelos contratantes

enclave<sup>21</sup> da banana e a palmeira africana, latifundiários e investidores de fazendas os deslocaram para a periferia da nova fronteira agrícola, com o fim de constituir o estratégico eixo econômico e demograficamente mais dinâmico da região. Assim, os nativos chocuanos, que se estabeleceram em Turbo e redores, entrariam a conformar as filas dos assalariados do negócio, que iriam logo se desapegando em cada nova geração das práticas da economia campesina e da cultura ao redor dela.

Pelo Norte, entraram os sinuanos – ou cordobeses –, dada sua proximidade com o litoral do Caribe e pelas suas condições climáticas de floresta seca tropical apta para a atividade pecuária. Com isso, indivíduos de Cartagena e Montería, capitais dos departamentos caribenhos de Bolívar e Córdoba, se assentaram nesta zona procurando um espaço menos conflitivo que do seu lugar de origem, por causa da alta concentração da terra – para praticar a pecuária, para o desempenho da economia campesina e para a procura de trabalho assalariado com a exploração de madeiras tropicais. Botero (1990) relata que com a chegada da companhia Emery de Boston nos inícios do século XX, atraíram uma grande massa de jovens do Sinú cordobés, logo, quando a empresa desaparece nos anos 30, os capatazes da companhia configuraram os primeiros latifundiários da zona norte.

Outro fato interessante dos cordobeses foi sua habilidade para a limpeza de mato com as mãos e com machados para a construção de moradias e para a adequação da atividade pecuária. Isto teve uma grande importância no desenvolvimento da colonização comercial, pois com sua habilidade, os sinuanos conseguiram estabelecer relações mercantis com os investidores da colonização comercial dos anos 1960, na adequação das fazendas de banana e palmeira.

Por outro lado, foram muitas as tentativas de povoamento antioquenho no Urabá, inclusive, Botero (1990) comenta que frente à perda do istmo de Panamá em 1903, o General liberal Rafael Uribe Uribe já fazia um chamado urgente à colonização de antioquenhos na região, em prol do aproveitamento e conservação deste ponto estratégico tão apetecido pelos investidores estrangeiros. No entanto,

---

<sup>21</sup> Falero (2015) sinala várias concepções da economia de enclave que têm tomado lugar em diferentes épocas desde a década de 1960. De uma forma geral e sucinta, o enclave se descreve como um setor vinculado a atividades extrativistas, como a mineração e as plantações, onde a produção obtida é administrada desde fora (investimentos estrangeiros). Outra característica, é a demanda por mão-de-obra não qualificada de baixo custo para a expansão da indústria, que pelo geral provêm dos setores tradicionais e é altamente explorada. O rebaixamento dos impostos, a dissociação com o comportamento do setor produtivo do país da exploração e a relação com o setor transformador do país investidor, são outras características desta economia.

mesmo com o oferecimento de garantias para a sobrevivência aos potenciais colonos com moradias, terras, cultivos e animais para a pecuária, este povo se mostrou receoso a aceitá-las pelas suas razões particulares.

Em adição, incidiu o constante confronto entre Urrao e Frontino – municípios fronteiriços com Murindó e Vigía del Fuerte – pela construção da Rodovia ao mar e a falta de compromisso tanto do departamento de Antioquia como da Nação para a realização desta obra. Só em 1926 seria iniciado o projeto de construção da Rodovia que foi cancelado em 1929, terminada para a época do fim da Segunda Guerra Mundial e aberta para o passo de automotores em 1954. Segundo Botero (1990) e Ortiz (2007), as dificuldades na construção desta rodovia foi um dos fatores mais determinantes que desmotivaram a colonização antioquenha; inclusive muito mais marcante do que a insegurança a respeito da aquisição de títulos de propriedade na região.

Além da falta de uma rodovia que se comunicasse com Urabá, entre as razões objetivas para não iniciar a viagem de colonização por parte dos antioquenhos, se destacam as dificuldades de acesso por causa das espessas florestas com as quais os camponeses antioquenhos não se encontravam familiarizados, de igual que com as extremas condições meteorológicas – alta pluviosidade e humidade –. Entre estas razões, também se assinala a presença de um resguardo indígena localizado em Murindó, que lhes impedia o passo<sup>22</sup>, o tardio reconhecimento da região como parte integral do departamento até 1905, as características do solo urabaense não aptas para o cultivo de café que estava em auge na época, nem para a pecuária de terras altas, e a humidade do ambiente que impossibilitava a queima de pastos para abrir caminhos ou limpar terra para a construção de moradias (BOTERO, 1990).

Entre as causas não tão objetivas para a colonização antioquenha, cabe ressaltar o que Botero denomina *mentalidade cordilheirana* deste grupo populacional. Como se evidenciou no mapa 3, as zonas de cordilheira no departamento desaparecem justo no Urabá Antioquenho; isto não trouxe apenas aspectos de diferenciação geográfica, mas também culturais e políticos que determinaram com força as condições do desenvolvimento na região. Isto foi construindo o que North (1994, p. 363) denomina *Path Dependence*, correspondente

---

<sup>22</sup> Segundo Botero (1990), este impedimento só durou até o ano de 1920.

ao “power of influence of the past on the presente and future. The current learning of any generation takes place within the context of perceptions derived of the from collective learning”<sup>23</sup>. Neste caso, a *mentalidade cordilheirana* funcionou, e parece, ainda, funcionar como uma instituição que influenciou consideravelmente as condutas socioculturais, políticas e econômicas da região, as quais diferenciaram marcadamente as dinâmicas de Urabá do resto do departamento de Antioquia, considerando-a de fato como uma zona anti-estatal, ou melhor, distante das políticas e idiosincrasias de centro.

Kalmanovitz e López (2002) ajudam a ilustrar esta instituição desde um olhar mais panorâmico na Colômbia para o século XIX e princípios do XX. Os autores comentam que a campanha colonizadora dos espanhóis procurava terras para a exploração de metais preciosos, consumo de mercadorias de origem espanhola e instauração de cultivos para a sustentabilidade dos novos povoamentos da colônia através das *encomendas*, instituição que se encarregava da entrega de terras e índios em mérito aos serviços da Coroa espanhola. A campanha, que ingressou ao país pelo litoral Caribe, assentou-se nas terras altas da cordilheira, onde habitavam em maior quantidade os povos indígenas aptos para o desenvolvimento destas *encomendas*.

Ali, foram se formando as primeiras colônias e com isso toda uma estrutura física e institucional dos novos assentamentos, especialmente na zona de montanha de Antioquia, Cundinamara, Boyacá, Nariño, Cauca e Santander. Com os espanhóis também ingressou a Igreja Católica, a maior instituição da época que começou a exercer um controle ideológico dos costumes, tradições e regras formais. Ao redor deste cenário, constituíram-se os primeiros grupos conservadores, que gerenciaram os direitos da propriedade da terra, os direitos individuais, os serviços sociais básicos como o acesso à educação, saúde, moradia e infraestrutura física, entre outros assuntos de ordem social e política.

Esta conformação de grupos cordilheiranos contrastou com a organização sócio-política e cultural dos povos do litoral, onde desenvolveu-se uma ideologia mais liberal por causa do desinteresse do conservantismo no povoamento destas terras. Os autores comentam que a colônia espanhola carecia de interesse por fazer proselitismo nas terras baixas e cálidas do litoral que estavam habitadas por negros

---

<sup>23</sup> Poder da influência do passado no presente e no futuro. A atual aprendizagem de qualquer uma geração se desenvolve dentro do contexto das percepções derivadas da aprendizagem coletiva



e mulatos, que possuíam crenças próprias dos cultos animistas de origem africana e que se saía do controle da Igreja católica. Como será exposto no capítulo 5, esta característica influenciou fortemente a organização social do Urabá Antioquenho, pois, frente à ausência do conservantismo colonial e da implantação do catolicismo, outras expressões e crenças religiosas determinariam consideravelmente a constituição das redes e as posturas de agência entre as diferentes etnias que compõem o território.

Desta forma, a ausência do conservantismo e o catolicismo nas regiões de litoral traduziu-se na ausência institucional que teve como resultado um menor acesso aos direitos de propriedade, aos direitos individuais e aos serviços sociais básicos, impactando negativamente o desenvolvimento e a qualidade de vida destes povos que deixa suas sequelas na organização social atual do país. Em relação a esta situação, Parsons (2010 [1979], p. 62) relata que “Políticamente la región occidental siempre tuvo la fama de ser liberal, y como en esa época en Antioquia y en el gobierno nacional dominaban los conservadores, estas consideraciones políticas fueron no pocas veces un factor de disensión”<sup>24</sup>.

Assim, a *mentalidade cordilheirana* dos antioquenhos que habitavam as terras altas e frias do departamento funcionou como um dos entraves na colonização da região nos períodos mencionados, mediante aspectos como o desconhecimento da cultura urabaense como parte da cultura antioquenha, a estigma da região como foco de criminosos e fugitivos da lei, a presença do liberalismo político, e outros mais relacionados com o que era por eles considerado como uma geografia e topografia não apta para a colonização. Por este motivo, a colonização antioquenha concentrou-se na adaptação de terras localizadas ao sul do departamento, e não para o norte-ocidente onde se localiza o Urabá, criando os departamentos de Caldas, Risaralda e Quindío conhecidos como integrantes do eixo cafeeiro do país, que conseguiu sustentar a macroeconomia do país em grande parte do século XX.

Porém, comenta Botero (1990), estes impedimentos objetivos e subjetivos parecem ser esquecidos pelos antioquenhos quando se consegue penetrar a pé o Urabá por meio da abertura da rodovia ao mar para 1945, mesmo quando o passo automotor tenha sido aberto para metade de 1950. Assim, a paulatina colonização

---

<sup>24</sup> Políticamente a região ocidental sempre teve fama de ser liberal, e como nessa época em Antioquia e no governo nacional dominavam os conservadores, estas considerações políticas foram não poucas vezes um fator de divergência

antioquenha que ingressou pelo sul e assentou-se no centro do Urabá pode ser descrita em três momentos. Uma primeira migração se originou por parte de um considerável grupo de camponeses antioquenhos de Municípios liberais que encontraram refúgio na região para se proteger da perseguição política por parte da polícia *chulavita*, conformada por camponeses conservadores. Este movimento de perseguições e de grande constrangimento social se conhece como *La Violencia*, que se intensifica com a desaparecimento do líder político Jorge Eliecer Gaitan em 1948 e termina ao redor de 1954 (RIOS, 2001), razão pela qual este primeiro movimento migratório teve mais um caráter de urgência para fugir da violência.

Uma segunda migração se dá com mais comodidade a causa da abertura para o passo automotor na rodovia; e um terceiro e mais movimentado processo de migração surge nos anos de 1960, por causa do auge do negócio bananeiro e da palmeira africana que incentivou o ingresso de uma notável massa de mão-de-obra não qualificada, camponeses que se proletarizaram. Nesta última migração, diferente das anteriores, onde a população era mais campesina, confluíram, também, outro tipo de atores que constituíram uma colonização comercial, a saber, colonos, investidores, comerciantes, mão-de-obra não qualificada, latifundiários, políticos, etc. Dado que a colonização antioquenha foi tardia e cruzou-se com o auge da atividade extrativista, os *paisas*, como são conhecidos popularmente os antioquenhos, desempenharam atividades de comércio com mercearias, lojas, farmácias, restaurantes, bares, etc., além de se converterem nos pioneiros do contrabando na década do setenta, como será exposto posteriormente; no entanto, alguns ao ser tradicionalmente agricultores camponeses, não hesitaram em continuar com essa atividade, ainda que, em menor medida para o centro da região.

Esta composição multiétnica no Urabá demarcou papéis para cada uma das culturas, que se acentuaram com o processo de colonização comercial, assim cordobeses desmatavam áreas para a pecuária ou moradia, chocoanos possuíam uma importante representatividade nas filas de obreiros da economia de enclave, e antioquenhos entraram como camponeses proletarizados e tradicionais em menor medida, como comerciantes, investidores e funcionários públicos nomeados desde Medellín.

No entanto, ao contrário do que poderia se pensar sobre as bondades que esta riqueza cultural deixaria para o desenvolvimento íntegro da região, o certo é

que entre cordobeses e choconanos e antioquenhos surgiram confrontos ideológicos e comportamentais, em geral, que construíram uma sociologia atomizada e pouco articulada entre eles, provocando transtornos significativos na confluência dos interesses e nas suas respectivas traduções que obstaculizaram um projeto coletivo do desenvolvimento da nova região. Esta desarticulação será posteriormente visível quando com a aparição de externalidades, como a violência das guerrilhas e investidores da economia de enclave que debilitou o sistema de direitos de propriedade, a escassa construção de capital social não vai permitir internalizar os impactos negativos sobre o desenvolvimento funcional do território.

Assuntos como a religião, as preferências políticas, os comportamentos sociais, as tradições e as convenções de cada cultura divergiram até o ponto de não conseguir se estabelecer um ambiente de confiança entre elas, criando por sua vez condições sociais que se aguçaram com a entrada da colonização comercial, principalmente no centro da região por causa da migração em massa de mão-de-obra. Assim, enquanto a cultura antioquenha possuía manifestações religiosas próprias do catolicismo conservador – mesmo sendo de ideologia política liberal na sua grande maioria, as choconas e chilapas possuíam uma ampla diversificação nas suas crenças, que combinava expressões animistas próprias da cultura africana com cultos ocidentais trazidos por missionários estadunidenses evangélicos, testemunhas de Jeová, presbiterianos, pentecostais e suas correspondentes ramificações. Isto traduziu-se em manifestações comportamentais e culturais que diferiram e chocaram com força e evitaram uma convergência entre as diferentes etnias. Outra colocação interessante a respeito é comentada por Ortiz (2007, p. 41), quando expõe a falta de coesão entre as etnias por diversas causas:

La índole acabada de esa colonización y el sentido de transitoriedad que acompaña el poblamiento, tanto en los colonos de la actual generación como en jornaleros del banano y en los habitantes de los poblados que han crecido en los últimos decenios, son factores para que en esos municipios no se pueda hablar de jerarquías estructuradas y difícilmente de cohesiones y solidaridades [...]. Ello no es tan cierto en los núcleos excepcionales cuya fundación se remonta al siglo XIX o a inicios del XX, como Turbo o Chigorodó, pero es muy claro en la mayoría de los poblados y de las veredas que vieron la luz en los últimos 70 años, comenzando [...] por Apartadó.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> A índole inacabada desta colonização e o sentido de transitoriedade que acompanha o povoamento, tanto nos colonos da atual geração como nos obreiros da banana e nos habitantes dos povoados que têm crescido nos últimos cinco decênios, são fatores para que nesses municípios não possa se falar de hierarquias estruturadas e dificilmente de coesões e solidariedades [...]. Isto não tão certo nos núcleos excepcionais cuja fundação se remonta ao século XIX ou a inícios do XX, como

Adicionalmente, e como seguirá sendo argumentado a seguir deste capítulo, a ausência estatal foi um fator chave desta divergência, pois a falta de garantias para a qualidade de vida dos novos habitantes e a posterior ação coerciva que pretendia acalmar as consequências da desequilibrada organização social, intensificou com maior força o ambiente de desconfiança entre os diferentes atores da região, principalmente no que diz ao respeito dos direitos de propriedade.

### **2.3. A colonização comercial. A chegada dos investidores e da desordem social**

As bondades providas pelas condições climatológicas e geográficas do Urabá fizeram com que, no início da década de 1960, a Fruteira Sevilla, filial da United Fruit Company, a atual Chiquita Brands, se deslocasse desde Santa Marta, litoral caribe colombiano, para impulsar seus monocultivos de banana na região antioqueña.

A dinâmica de produção seria diferente em comparação com Santa Marta, onde, segundo Ortiz (2007), a companhia realizava todo um controle monopolizador desde a produção até a comercialização, enquanto no Urabá, se encarregaria apenas da assistência técnica dos cultivos, da comercialização e do transporte da fruta. A produção era administrada por proprietários colombianos, incluindo a supervisão laboral e os conflitos resultantes das relações obreiro-patronais. Com isto, a companhia se livraria das responsabilidades que se atribuía antigamente em Santa Marta e que lhe representaram um grande foco de problemáticas de ordem sociopolítica, como o denominado “massacre das bananeiras”, que terminou com o assassinato em mãos do Exército Nacional de pelo menos 1800 trabalhadores sindicalistas, em proximidades de Santa Marta no ano de 1928 (ORTIZ, 2007)

Com a nova organização produtiva da firma internacional, criou-se grande expectativa por parte dos investidores colombianos provenientes das cidades de Medellín e Bogotá principalmente. Simultaneamente, o grande interesse nestas terras gera um ambiente de especulação, configurando, assim, as primeiras formas de concentração de capital agrícola na região. Desta forma, Ortiz (2007, p. 24) identifica duas gerações de proprietários da terra urabaense, como resultado dos dois tipos de colonização expostos a saber,

---

Turbo e Chigorodó, mas é muito claro na maioria dos povoados e vilas que viram a luz nos últimos 70 anos, começando [...] por Apartadó

Los que ya eran [propietarios] en los años 60, generalmente personas residentes en los respectivos municipios desde antes del banano, y los que con posterioridad pusieron los ojos en Urabá para sus inversiones en banano o en ganado, las que controlan desde una ciudad exterior a la zona.<sup>26</sup>

Com este auge impulsado na época, provocou-se um fenômeno migratório em massa de vários lugares do país, especialmente de antioquenhos que já encontraram no Urabá motivações suficientes para o assentamento: comércio e mão-de-obra assalariada. Chocoanos e cordobeses também continuaram colocando à disposição da nova economia sua mão-de-obra pouco qualificada, se assentando nos Municípios de Turbo e Apartadó, que, então, passaram a se converter no polo de desenvolvimento econômico e demográfico da região.

Esta colonização comercial trouxe consigo aspectos relevantes que caracterizaram a constituição socioeconômica do território no que diz respeito à organização política, da violência e dos direitos de propriedade basicamente. Neste cenário, a economia campesina começou a ser deslocada espacial e economicamente pela economia de enclave; resultou ser gravemente impactada com a nova dinâmica da região em termos do acesso a mercados, qualidade de vida, representatividade civil e sustentabilidade econômica. Para mencionar um exemplo a este respeito, Ortiz (2007) relata as dificuldades no acesso aos mercados para comercializar produtos da agricultura dos colonos da região, por causa da ausência de uma infraestrutura de rodovias entre as décadas de 1970 e 1980. O incrível é que esta ausência ainda persiste, como será colocado no capítulo 5.

Em consequência, trocaram seus cultivos de arroz, milho e plátano<sup>27</sup> por cultivos de maconha fazendo uso dos empréstimos outorgados pelo banco *Caja Agraria* que eram com destino aos cultivos convencionais (ORTIZ, 2007)

Como será ilustrado no capítulo 4, o trabalho de Jaramillo (2007) mostra estes impactos como uma análise de uma nova ruralidade, em que a economia campesina perdeu protagonismo no centro da região, expondo que duas das três vilas rurais estudadas, se sustentam do trabalho assalariado. Em contraste, na vila em que ainda se desempenha a economia campesina, se encontra imersa em

---

<sup>26</sup> Aqueles que já eram [propietários] nos anos 60, geralmente pessoas residentes nos respectivos municípios desde antes da banana, e aqueles que com posteridade colocaram seus olhos no Urabá para seus investimentos em banana ou pecuária, que eram controlados desde uma cidade externa à zona.

<sup>27</sup> Banana de terra.

condições de pobreza extrema, situação que não difere muito dos camponeses proletarizados. Desta forma, a economia campesina passou a ser uma atividade da periferia do enclave, que em concordância com ilustrações apresentadas nos capítulos 4 e 5, prevalece nos Municípios de San Pedro de Urabá, San Juan de Urabá e Necoclí, Arboletes no Norte e Vigía del Fuerte e Murindó no Sul, e em menor medida no centro.

Por causa da institucionalização dos títulos de propriedade em benefício do desenvolvimento do negócio bananeiro e da pecuária de gado, que concentrou consideravelmente o capital agrícola, o processo de colonização foi se fechando para novos migrantes nas décadas de 1980 e 1990, especialmente para obreiros e colonos que pretendiam se instalar nos Municípios pertencentes ao eixo bananeiro. Por este motivo, começou um fenômeno de invasão de propriedades urbanas no centro que provocou uma grande desordem social. Assassinatos, brigas, assaltos de propriedades próximas aos centros urbanos e capturas foram alguns resultados do descontrolado movimento migratório (BOTERO, 1990; ORTIZ, 2007; SUÁREZ, 2007). Como esta pesquisa se fundamenta na economia campesina que é periférica ao centro dinâmico do comércio da fruta, não é preciso realizar uma análise tão profunda desta fase, no entanto, mencioná-la pode ser útil para compreender os efeitos da ausência estatal e a ineficiência das suas instituições sobre a região.

Apenas para fins ilustrativos, cabe mencionar alguns fatos de corrupção na região que dão conta da afirmação previamente referida. Uma primeira forma, como se mencionou anteriormente, se relaciona com a falta de controle e supervisão na exploração dos recursos naturais que resultou na desaparecimento de algumas espécies da flora na região. Também, conseguiu se observar uma tardia construção da rodovia ao mar, 29 anos, por causa da preferência do uso orçamental na construção da ferroviária de Antioquia, e segundo Parsons (2010[1979]) por disparidades entre as ideologias dos políticos do departamento.

E, inclusive, na época da colonização espontânea, esteve caracterizada pela insuficiência da presença estatal que não conseguiu garantir de forma eficiente o acesso aos direitos de propriedade para os primeiros colonos, assunto que se refletiu posteriormente no confronto com os investidores do negócio bananeiro e da pecuária, e no deslocamento dos primeiros às zonas periféricas.

É com a colonização comercial que a funcionalidade das instituições e o Estado colombiano brilham pela sua ausência, especialmente com a massa de migrantes à que deveria lhe ser garantidas as condições mínimas de bem-estar, aspecto que condicionou as características futuras da configuração do território urabaense.

Outro exemplo da ineficiência institucional se refere à facilitação de atividades ilícitas na e desde a região. Dado o acesso ao mar e outras fontes hídricas navegáveis, principalmente o rio Atrato, a região era geoestratégica para o desenvolvimento do contrabando de armas e outras mercadorias, assim como para o tráfico de narcóticos. A este respeito, Ortiz (2007, p. 34) expõe que:

Sólo atendiendo al factor geográfico, baste enumerar algunas prerrogativas: vecindad de Panamá, centro de comercio de todo tipo y régimen benevolente hacia el narcotráfico hasta 1991; costas desguarnecidas o confiadas a solitarios funcionarios sobornables; presencia de grandes barcos cargueros para el transporte de banano y de barcos pesqueros, que en los primeros años del tráfico de marihuana fueron utilizados en este negocio [aprovechamiento de la] existencia de pistas de aterrizaje antes la falta de carreteras para suplir necesidades de las nacientes aldeas en medio de la selva; lejanía de Medellín y, aún más, de los otros centros de la administración estatal; carácter reciente de la colonización, que no ha podido compactar redes de cohesión y constricción social, mucho menos en torno a la legalidad vigente.<sup>28</sup>

Por outro lado, numa análise do caráter político-organizativo da região, Botero (1990) ressalta a figura dos “caciques”, que ao mesmo tempo em que se apresentam como fortes líderes de importante influência na organização sociocultural dos territórios mais isolados da região, em que a governabilidade e institucionalidade estatal era quase inexistente, usualmente relacionados ao comunismo, também se converteram em perpetuadores do clientelismo na sua estrutura política, diluindo cada vez mais a legitimidade do Estado. Assim como comenta Ortiz (2007, p. 113) “eran los mismos caciques partidistas los que, infringiendo y desconociendo sistemáticamente la Constitución y las leyes y

---

<sup>28</sup> Só atendendo ao fator geográfico, é suficiente enumerar algumas prerrogativas: proximidade com o Panamá, centro de comércio de todo tipo e regime benevolente com o narcotráfico até 1991; costas pouco vigiadas ou confiadas a solitários funcionários que recebiam propinas; presença de grandes barcos cargueiros para o transporte de banana e de barcos pesqueiros, que nos primeiros anos do tráfico de maconha foram utilizados para este negócio; [aproveitamento da] existência de pistas de desembarque frente a falta de rodovias para suprir necessidades das nascentes aldeias no meio da floresta; isolamento de Medellín e ainda mais, dos outros centros da administração estatal; caráter recente da colonização, que ainda não tem podido compactar redes de coesão e construção social, muito menos em torno à legalidade vigente.

doblegando a su arbitrio los funcionarios, hacían que, estrellado contra sus redes y sus clientelas, se esfumase el Estado”<sup>29</sup>.

De acordo com o autor, nas zonas mais isoladas do Urabá entre os anos 1980-1990 chegava em algumas ocasiões algum representante partidário para induzir o voto em troca de favores pessoais como empregos, postos de saúde ou escolas para a vila do cacique ou seus simpatizantes, por meio de uma cadeia burocrática do partido que era também paga com cargos representativos de nível municipal, departamental ou nacional, inclusive com o ingresso garantido a universidades para a família do indivíduo. Desta forma, “la oligarquía del país ha anclado su legalidad y legitimidad, en última instancia, en el sufragio universal gracias al caciquismo”<sup>30</sup> (Ibid., p. 62)

O clientelismo tem se transformado num grande problema na agenda pública de Urabá, especialmente no que tem a ver com os excessos nas contratações de funcionários e destinação de gasto público com funcionamento dos Municípios. Por exemplo, as rivalidades entre “guerristas” e “federiquistas”, correntes ideológicas diferentes no mesmo partido liberal, disputavam-se os postos públicos dos Municípios urabaenses por meio de clientelismos e outras ações, como as malversações e acusações relatadas em cartas e queixas oficiais enviadas para os órgãos do governo departamental. Decorrente do anterior Ortiz (Ibid., p. 113) cita, as palavras do visitador do Governo de Antioquia para 1982:

Realmente los partidos políticos divididos en grupos son una fuente de problemas para la Administración... Después de visitar al alcalde de Necoclí, he llegado a la conclusión de que en ese municipio existe el mismo problema, pues allí los seguidores del senador Bernardo Guerra Serna y los del Senador Franco Federico Estrada Vélez, como que no se pueden entender.<sup>31</sup>

No entanto, parece que com o *path dependence* da população, as incongruências entre a lei e o comportamento dos administradores públicos, fossem comuns e aceitas, enquanto a exclusão do sistema clientelista se concebesse também como um ato de exclusão social.

<sup>29</sup> Eram os mesmos caciques partidários que, infringindo e desconhecendo sistematicamente a Constituição e as leis e subjugando ao seu arbítrio aos funcionários, faziam com que se esfumasse o Estado

<sup>30</sup> A oligarquia do país tem ancorado sua legalidade e legitimidade, em última instância, no sufrágio universal graças ao caciquismo

<sup>31</sup> Realmente os partidos políticos divididos em grupos são uma fonte de problemas para a Administração ... Depois de visitar ao prefeito de Necoclí, tenho chegado à conclusão de que neste município existe o mesmo problema, pois aí os seguidores do Senador Bernardo Guerra Serna e os do Senador Federico Estrada Vélez, como que não conseguem se entender



Entre as múltiplas irregularidades presentes no marco institucional da região, se encontra, também, a vandalização dos servidores públicos, especialmente do pé-de-força<sup>32</sup> estatal. Esta menção é de singular importância para o entendimento da desconfiança da população com as instituições do Estado colombiano, pois são os militares e policiais que permanecem num maior contato e interação com os habitantes. Assim, se esta forma representativa do Estado é vandalizada, as instituições estatais dificilmente possuem as ferramentas para instaurar um cenário de coesão social

Ortiz (2007) também relata que, nos anos de 1980, policiais, ao invés de interceptar, chantageavam os camponeses que transportavam pasta ou polvo de coca até Panamá, ou, inclusive, confiscavam o produto para a posterior venda por conta deles, também se conhece do uso dos botes da Polícia para o transporte de maconha que teve auge na década de 1970, e do roubo de armas e equipamentos de uso oficial por parte de integrantes do Exército e da Polícia para serem vendidas aos grupos armados ilegais. Adicionalmente, se comentam no texto do autor, os roubos acompanhados de pancadas aos habitantes da zona urbana do centro da região durante as revistadas de rotina por parte dos militares. Estas atitudes criaram um ambiente de receio por parte da população civil frente à ação das forças militares, como é exposto anedoticamente pelo autor:

En los pueblos en donde, después de un ataque de la guerrilla se había retirado la policía o estaba cercada en su alojamiento, como sucedió a fines de los 80 en Gilgal, Balboa, Vigía del Fuerte, Murindó, Bellavista, los habitantes se alegraban de ello; recordaban historias de policías ladrones, asaltantes de caminos, chantajistas de “mulas”<sup>33</sup> y de “jíbaros”<sup>34</sup>, y atribuían su partida al descontento de la población así no se hubiese registrado movilización ninguna de los pueblerinos en su contra<sup>35</sup> (Ibid., p. 119).

Outros funcionários, como do ramo judicial ou da administração das prefeituras, também foram protagonistas de acontecimentos vandálicos. Fazendo abuso da sua posição no poder público, estes indivíduos transgrediam os direitos

---

<sup>32</sup> Tradução da expressão “pié de fuerza”, usada na Colômbia, para se referir à intensificação no acionar das forças militares do Estado, em número e atividade, dentro de um território.

<sup>33</sup> Se conhece por mula ao indivíduo que transporta narcóticos por meio de diferentes modalidades.

<sup>34</sup> Na linguagem popular da Colômbia, o jíbaro é uma figura representativa do narcotráfico que se encarrega de comercializar a pequena escala os narcóticos.

<sup>35</sup> Nos municípios onde, depois de um ataque da guerrilha a Polícia tinha se retirado ou estava perto do seu alojamento, como sucedia a finais dos oitenta em Gilgal Balboa, Vigía del Fuerte, Murindó, Bellavista, os habitantes alegravam-se por aquilo, lembravam histórias de policiais ladrões, assaltantes de caminhos, chantagistas de “mulas” e de “jíbaros”, e atribuían sua partida por causa do descontento da população mesmo se não tivesse se registrado mobilização nenhuma dos povoadores no seu contra

civis da população por meio do uso inadequado da normatividade assinalada na Constituição, por exemplo, segundo Ortiz, lançando improperios e ameaçando com armas aos seus inimigos políticos e pessoais, que resultava em assassinatos de funcionários por parte de funcionários, entre juízes, prefeitos, inspetores, secretários da administração local, etc. Contudo, o autor aponta que esta é a expressão máxima da dissolução do Estado, e, por efeito, da fragmentação da sociedade, assunto que põe no entredito a dimensão do seu funcionamento, portanto, cria na mentalidade da população uma imagem de desconfiança e criminalidade dos seus representantes e servidores do poder público. Esse argumento será mais do que suficiente para que os habitantes urabaenses institucionalizassem justiça e proteção privada em mãos das guerrilhas, como será mostrado a seguir.

### **2.3.1. Dos direitos de propriedade**

A propriedade da terra tem sido um tema espinhoso no Urabá, de igual que no resto da Colômbia. Na região, os conflitos na titulação das propriedades possuem dois cenários, um com respeito ao negócio bananeiro e outro com respeito à atividade pecuária. Antes de descrever as condições nas quais tem se desenvolvido este sistema de direitos de propriedade, vale a pena ilustrar sobre as causas que proporcionaram um enorme interesse na excessiva aquisição de terras para esta última atividade. Como foi colocado previamente, o norte do Urabá foi foco para o desenvolvimento da atividade pecuária desde a colonização incipiente. Logo, dada a proximidade estratégica da região urabaense com a zona marítima, a incipiente institucionalidade na região e seu isolamento dos centros de administração estatal, o narcotráfico desenvolveu-se ligeiramente a partir da metade da década de setenta, fazendo da pecuária uma fachada da lavagem de ativos que concentrou uma considerável proporção de terra estratégica para tal fim. Ortiz (2007, p. 37) enuncia ao respeito que:

En relación con las inversiones de los traficantes de cocaína, toda vez que la justicia los ha señalado con la presunción o la condena por el delito de narcotráfico, sus nombres son detectables en la documentación consultada de los municipios de Necoclí y Arboletes como beneficiarios de los rápidos procesos de concentración acaecidos especialmente en los años 80 y 90. Se ha escrito que los traficantes de cocaína, al invertir en Colombia gran parte de sus dividendos en tierras de ganadería, han producido una verdadera contrarreforma agraria, y se estima en más de cuatro millones de hectáreas las tierras adquiridas por ellos en los últimos tiempos. Creemos

que el caso de Arboletes, em Urabá, es una buena corroboración de esta tesis<sup>36</sup>

Em conjunto com o início da economia bananeira, a pecuária fomenta concentração de capitais em Urabá a partir da década de 1980, e os mecanismos de aquisição de terras foram variados, onde foram recorrentes, deslocamentos dos colonos da primeira etapa de migrações no centro e norte.

Botero (1990) expõe cinco formas de aquisição, uma simples e primitiva, praticada principalmente pelos primeiros colonos chocoanos e cordobeses, que constava do desmatamento de locais agrestes para fazer possessão das terras devolutas e onde se estabeleceram as primeiras economias campestres; uma segunda, que começou no intermédio das duas colonizações, era realizada através de contratos de desmatamento para terceiros, geralmente entre cordobeses e antioquenhos; uma terceira, que se tornou atraente com a entrada da economia bananeira, relacionada com a apropriação de um terreno amplo, por alguma das duas vias anteriores, para vendê-lo por partes aos novos colonizadores e investidores de fazendas; e uma quarta modalidade de apropriação que incluía não apenas o desmatamento e a *civilização* da terra, mas também a venda rápida para logo ir na procura de mais terras onde se aplicava o mesmo sistema.

Finalmente, está a apropriação por associação que foi aproveitada por muitos latifundiários. O colono desmatava o terreno e habilitava para a agricultura ou para a pecuária em associação com outra pessoa que possuísse capital financeiro. Em alguns casos, o sistema funcionou, originando a transição do colono para pequeno pecuarista nas zonas mais antigas da colonização. No entanto, os donos do capital que conheciam bem às leis da propriedade da terra, excluíam o colono da sua terra ou faziam-lhe incorporar como obreiro da sua própria propriedade. Com este tipo de sistema de apropriação termina oficialmente o primeiro período de colonização espontânea para dar passo ao comercial (BOTERO, 1990).

O desenvolvimento do sistema de direitos de propriedade na região adquiriu maior interesse com esta mudança de carácter colonizador. Este sistema não

---

<sup>36</sup> Em relação com os investimentos dos traficantes de cocaína, toda vez que a justiça os têm sinalado com a presunção ou condena pelo delito de narcotráfico, seus nomes são detectáveis na documentação consultada dos municípios de Necoclí e Arboletes como beneficiários dos rápidos processos de concentração sucedidos especialmente nos anos 80 e 90. Tem-se escrito que os traficantes de cocaína, ao investir na Colômbia grande parte das suas ganâncias em terras de pecuária, têm produzido uma verdadeira contrarreforma agrária, e estima-se em mais de quatro milhões de hectares as terras adquiridas por eles nos últimos tempos. Acreditamos que o caso de Arboletes, no Urabá, é uma boa comprovação desta hipótese.

ofereceu muitas garantias para os primeiros colonos, os quais perderam suas propriedades, e beneficiou os investidores do negócio bananeiro e posteriormente aos grandes pecuaristas. De fato, estes processos de acumulação de capitais também possuem uma conotação etnoregional, ao beneficiar mais aos investidores paisas do que aos sinuanos e afrodescendentes chocoanos (ORTIZ, 2007).

Seguidamente, as causas desta disparidade vão desde uma população principalmente campesina que se encontrava desprovida das ferramentas necessárias para fazer valer seus direitos de propriedade, assunto que aparece como resultado da *mentalidade cordilheirana*, que não garantiu o acesso à educação para os camponeses e menos para a população liberal dos litorais, até a fragilidade do marco institucional do qual a região dependia e que poderia ter agido ativamente na proteção da propriedade do colono.

Ortiz (2007) traz um exemplo que põe em evidência a desvantagem que os colonos da primeira etapa possuíam com respeito aos empresários da segunda, comentando que por causa da liquidação de Coldsas, uma empresa europeia que estabeleceu cultivos de palmeira africana na região, o Instituto Colombiano de la Reforma Agraria (Incora), fez para 1984 uma divisão dos terrenos da firma para 136 lotes de propriedades, que apenas para 1990 e 1991 conseguiu entregá-los para os colonos, em forma de quatro hectares por família, “promedio que, si bien apenas permite subsistir, es considerado por los campesinos más aceptable que el de otras titulaciones, v.gr. aquellas del sector de la antigua hacienda de San Jorge, donde el promedio há sido de dos hectáreas y media”<sup>37</sup> (2007, p. 33).

Segundo Botero (1990), foram três as forças que regularam a colonização comercial, e portanto, as que legitimaram a concentração, quer dizer, os mediadores da territorialização<sup>38</sup> no Urabá: o Instituto Colombiano da Reforma Agrária (Incora)<sup>39</sup>,

---

<sup>37</sup> Média que mesmo que permita subsistir, é considerada pelos camponeses mais aceitável que a de outras titulações, [como] da antiga fazenda San Jorge, onde a média era de duas hectares e meia

<sup>38</sup> Saquet (2015, p. 33), descreve a territorialidade, segundo a concepção de Claude Raffestin e Mercedes Bresso, como um ambiente orientado pelas mudanças de energia e informação entre os homens, como uma relação entre sociedade e natureza, como uma apropriação do espaço, como um assunto histórico e fluído que gera território, expressando assim uma relação constante entre os diferentes grupos humanos e seu ambiente. Neste sentido, a territorialidade constrói as características singulares que fazem reconhecer determinado espaço geográfico; enquanto “território” significa a área onde o poder é exercido, como por exemplo, pelo Estado; “é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado a processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas” (Ibid., p. 34).

<sup>39</sup> Na década do sessenta, por meio da promulgação da lei 135 da reforma agrária, o Incoder substituiu à Secretaria departamental de Agricultura de Antioquia que vinha realizando o processo de titulação;

os empresários<sup>40</sup> e o partido liberal colombiano, como adjudicadores das terras devolutas urabaenses. A posição do partido é interessante nesta dinâmica de titulação, pois além de institucionalizar o clientelismo, sua participação se fundamenta na procura da ordem na região frente à ameaça da entrada do comunismo, que pretendia ajudar aos camponeses através da conformação de grupos para orientá-los a respeito dos seus direitos.

No entanto, apesar de que estes três atores trabalhavam pelo mesmo objetivo da titulação, seus interesses divergiram provocando uma série de confrontos, que inclusive estavam sendo desenvolvidos desde o processo de colonização espontânea e que se viram refletidos no quebrantado sistema de titulações na colonização comercial. Pelo motivo acima exposto, este processo simultâneo de intervenção na concessão de terras e de compra e venda por parte dos empresários “desembocó en conflictos de tierras entre los colonos y los recién venidos, así como en casos graves de corrupción<sup>41</sup> y em el acaparamiento de las tierras mejor situadas”<sup>42</sup> (BOTERO, 1990, p. 37).

Em concordância com o aspecto anterior, Soto (2004, p. 219) faz uma reflexão sobre a ação que os indivíduos podem acometer quando os direitos de propriedades são vulnerados e as instituições são ineficientes para a resolução dos conflitos decorrentes, situação que foi marcante na construção da sociedade urabaense, que legitimou a justiça privada das guerrilhas:

La imposibilidad de demostrar posesión puede llevar a las personas a sobornar a la burocracia o, con ayuda de sus vecinos, a tomar la ley por sus propias manos. Peor aún, si una sociedad carece de una buena ley que le imponga las obligaciones, está de hecho invitando a gánsteres y terroristas a hacer este trabajo<sup>43</sup>.

---

no entanto pouco tempo depois a função foi delegada de novo à Nação, constituindo um cenário de contradições entre os dois órgãos governamentais (BOTERO, 1990).

<sup>40</sup> Segundo Botero (1990) a origem dos empresários do negócio bananeiro é variada, vão desde engenheiros antioquenos, trabalhadores de caminhos vizinhos à região, antioquenos (na sua grande maioria) que fizeram sua fortuna com o contrabando de armas e maconha ou com atividades diferentes do agro, população do litoral caribe (entre os que se encontram antigos bananeiros do Magdalena onde se localizava a filiar da United Fruit Company), bogotanos e inclusive alemães e estadunidenses.

<sup>41</sup> Como por exemplo a fraude em titulação de terras devolutas que deixou como resultado a apreensão de vinte pessoas. A fraude consistia na venda de propriedades que já estavam ocupadas a preços elevados, através da falsificação de documentos públicos (BOTERO, 1990).

<sup>42</sup> resultou em conflitos de terras entre os colonos e os recém-chegados, assim como em casos graves de corrupção e na acumulação de terras melhor situadas

<sup>43</sup> A impossibilidade de demonstrar posse pode levar às pessoas a subornar à burocracia ou, com ajuda dos seus vizinhos, a tomar lei nas suas próprias mãos. Pior ainda, se uma sociedade

Desta forma, pode-se perceber um ambiente pouco favorável para uma organização institucional formal e eficiente na região, condição que se vê refletida nas dificuldades para o empoderamento territorial, através dos obstáculos para o acesso aos direitos de propriedade, da segregação étnica e da vandalização e desconfiança nas instituições estatais. Este ambiente levou que o Urabá criasse suas próprias instituições, porém frente às desarticulações sociais e à ineficiência estatal, parecem não ter funcionado.

### ***2.3.2. Da incursão da violência guerrilheira, paramilitar e estatal***

Frente à marcante fragilidade das instituições e a consequente desconfiança nelas por parte dos agentes locais, pela pressão sobre a terra e a consequente concentração de capital agrícola e pela extraordinária massa de migrantes da década de 1960 na região, principalmente na zona centro, a população encontra na institucionalização e legitimidade da justiça privada uma forma de segurança interna que assistiria à resolução de conflitos entre os habitantes e faria as vezes de Estado. A violência, depois de tudo, representava para os urabaenses uma forma de proteger ou manter o que com grandes esforços e disputas, conseguiram obter no longo da sua história. A ação da guerrilha funcionou como esse mecanismo de defesa que contrastaria e chocaria fortemente com a ação do Estado.

O papel da guerrilha na região teve dois campos de ação, a saber, o movimento camponês e o movimento sindical. Frente à oposição generalizada que se tinha ao comunismo e outras expressões de esquerda, os empresários, principalmente medellinenses, estigmatizaram os movimentos de sindicalismo nas suas fazendas bananeiras, a tal ponto de demitir a quem se soubesse fosse simpatizante do comunismo. Porém, as jornadas e horários de trabalho extremos, as péssimas condições de moradia e o maltrato físico e psicológico por parte de capatazes e administradores, na sua maioria, antioquenhos, foram razões de peso para estimular a organização sindical. No entanto, vale a pena esclarecer que em Urabá já existiam estes movimentos, que começaram, mesmo que incipientes, em 1959 com os obreiros bananeiros e da palma africana; e se proliferaram, em 1970, com o grupo de madeireiros, em 1972, com os das firmas agropecuárias, e, em 1973, com os trabalhadores das companhias exportadoras (Botero, 1990).

---

carece de uma boa lei que imponha as obrigações, está de fato convidando a gangsteres e terroristas para fazer este trabalho.

Em relação às primeiras aparições da esquerda na região, se sabe, que, entre as décadas de 1960 e 1970, o V Frente das Forças Revolucionarias da Colômbia (FARC) surge na vila de Belén de Bajirá no Município de Mutatá, em que chegam antigos guerrilheiros do ocidente do departamento de Antioquia, se propagando para o centro e norte da região urabaense nos Municípios de Turbo, Necoclí e San Pedro de Urabá. “Desde ahí se proyectan a lo largo de la Serranía del Abibe paralela a la zona bananera sobre Turbo y Apartadó [dividiéndose] en dos estructuras: una operaba en el sur y el centro [...] en Mutatá [...] y en Apartadó” (SUÁREZ, 2007, p. 101).

Posteriormente, algumas discrepâncias de caráter ideológico ao interior do grupo guerrilheiro fazem com que desta frente das FARC, braço armado do Partido Comunista Colombiano (PCC) e simpatizante do partido União Patriótica (UP), surja o grupo de rescisão denominado Exército Popular de Liberação (EPL) – com maior ingerência no norte da região, que se constitui como o braço armado do Partido Comunista Marxista-Leninista (PC-ML). Depois se geram mais duas rupturas vinculadas à guerra sindical da região nos anos 1980 e outra nos anos 1990 com a desmobilização da guerrilha do EPL no movimento Esperança, Paz e Liberdade. No entanto, este novo movimento reincide na guerra clandestinamente, criando um forte confronto com as guerrilhas de esquerda em associação com o Exército Nacional e outros grupos paramilitares de direita.

A constante divisão no interior da esquerda armada de Urabá estabelecerá claras identidades políticas que serão chaves na configuração social de Urabá e que deixarão graves impactos na mesma, como os deslocamentos forçados, os homicídios seletivos, os massacres e a inserção de camponeses nas filas destes grupos. Estes aspectos funcionarão como obstáculos na sustentabilidade da economia campesina da região, como será exposto no capítulo 5.

Para o entendimento da atividade guerrilheira na região, Suárez (2007, p. 98-97) explica com maior detalhe a composição ideológica das FARC e o EPL:

La división dentro del V frente está vinculada con la aparición de los Núcleos Marxistas-Leninistas de las FARC. Los Núcleos ML cuestionaban, desde la marginalidad del trabajo urbano dentro de la guerrilla de las FARC, pasando por una baja dinámica de su capacidad operativa, hasta la validez de continuar la lucha electoral en medio de una creciente represión del Estado contra los militantes del Partido Comunista y los campesinos de sus zonas de influencia. También se criticaba la actitud de las FARC de no perseguir a los grandes propietarios de tierra y oponerse a las invasiones y

recuperaciones de tierra promovidas por la ANUC<sup>44</sup> durante los años 60 y 70. A esto se le agregó un cuestionamiento a la relación entre las guerrilla de las FARC y el Partido Comunista al respecto de que no podía continuarse subordinando a la lucha armada electoral que sólo promovía los intereses electorales de una burocracia que tenía cada vez menos compromiso con la lucha armada.<sup>45</sup>

Estes posicionamentos vão determinar a postura das FARC no poder político-eleitoral e do EPL no social-sindicalista. Neste sentido, os atores sociais estratégicos do primeiro grupo se focarão nas zonas rurais onde se encontra o campesinato e nas zonas urbanas onde se concentra o capital eleitoral, enquanto para o segundo serão as fazendas bananeiras e obreiros camponeses.

No início, o trabalho da estrutura de esquerda em Urabá traduzia-se numa sorte de assistência social motivada pelo abandono estatal e a falta de bem-estar das zonas rurais, pela concentração da terra, e por gerar uma representatividade e participação do campesinato e das expressões sindicalistas no poder político, ideais que lhe permitiram uma maior proximidade e um trabalho conjunto com o campesinato<sup>46</sup>. Assim, apesar desta divisão, os dois grupos guerrilheiros não se encontraram confrontados, enquanto seu objetivo principal se concentrou na resistência armada à repressão do Estado colombiano, contra as elites e contra os paramilitares<sup>47</sup>. Este panorama incitou a uma forte militarização por parte do Estado, que reforçará a configuração disfuncional da sociedade urabaense.

A influência dos empresários do negócio da banana sobre o ramo executivo do Estado colombiano seriam chaves para dita militarização e o conseqüente conflito armado na região, que se aguçou com a crise da produção bananeira dos anos

---

<sup>44</sup> Asociación Nacional de Usuários Campesinos.

<sup>45</sup> A divisão dentro do V Frente está vinculada com a aparição dos Núcleos Marxistas-Leninistas dentro das FARC. Os Núcleos ML questionavam, desde a marginalidade do trabalho urbano dentro da guerrilha das FARC, passando por uma baixa dinâmica da sua capacidade operativa, até a validade de continuar a luta eleitoral no meio de uma crescente repressão do Estado contra os militantes do Partido Comunista e os camponeses das suas zonas de influência. Também se criticava a atitude das FARC de não perseguir aos grandes proprietários de terra e se opor às invasões e recuperações de terra promovidas pela ANUC<sup>45</sup> nos anos 60 e 70. A isto agregou-se um questionamento à relação entre a guerrilha das FARC e o Partido Comunista enquanto a que não podia se continuar subordinando a luta armada eleitoral que só promovia os interesses eleitorais de uma burocracia que cada vez tinha menos compromisso com a luta armada

<sup>46</sup> A guerrilha possuía um impacto por causa das obras que realizava “em benefício familiar e coletivo dos campesinos (instalação do serviço de água com canais de guadua, abertura de caminhos, conserto de casas, etc.)” (CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA, 2014, p. 112).

<sup>47</sup> Velásquez (2007, p. 137) explica que “o paramilitarismo como estratégia constrainsurgente na Colômbia tem sido uma política de Estado, não tem sido um fato isolado ou conjuntural, tem correspondido a uma ideologia de terrorismo de Estado com suas variações dependendo das circunstâncias de cada momento. Nos anos oitenta, no contexto da política de paz impulsada pelo presidente Belisario Betancur Cuartas (1982-1986), os militares, a direita e os narcotraficantes consideraram que o Estado tinha outorgado vantagens inadmissíveis às organizações subversivas e desde sua perspectiva ideológica e interesses consideraram-se obrigados a assumir a defesa do estabelecimento e para isto impulsaram, criaram e financiaram grupos paramilitares”



noventa<sup>48</sup> por causa da demissão em massa dos obreiros camponeses e do atraso no pagamento dos salários. Ao anterior, soma-se a incursão dos grupos paramilitares de ultradireita na década de 1980, realizando ofensivas contra as estruturas de esquerda. Em forma anedótica, o Suárez (2007) relata a violenta incursão dos grupos paramilitares em 5 de março de 1988 em Urabá na busca da redução dos simpatizantes da esquerda:

En menos de 40 días fueron asesinados más de 50 obreros bananeros en las zonas geográficamente cercanas como Nueva Colonia, Currulao y El Tres. La totalidad de estas masacres fueron perpetuadas en fincas que habían sido invadidas por el movimiento de recuperadores de tierras con la acción de la guerrilla del EPL y el PC-ML<sup>49</sup>.

Neste sentido, o autor aponta que a maioria das vítimas da esquerda armada na região foram os obreiros bananeiros militantes políticos do movimento Esperança, Paz e Liberdade, enquanto que para os paramilitares foram os obreiros e camponeses militantes do PCC e a UP. Assim, nos estudos deste autor, decorrente da guerra entre Exército, guerrilhas e paramilitares no período 1992-2001, das 597 vítimas de massacres no Urabá, 224 eram camponeses, 161 eram obreiros e 108 eram habitantes urbanos. Em concordância, a Tabela 5 ensina cifras de vítimas por fato criminoso do conflito armado no Urabá desde a década de 1980.

---

<sup>48</sup> “A escala internacional, a sobreoferta de fruta e as restrições às importações provenientes de América Latina por parte da Europa (Regulamento 404 de 1993), produziram a caída do preço internacional da banana. No plano interno, a política cambiária do governo Gaviria não conseguiu mitigar a reavaliação do peso e isso produz uma caída nos ganhos dos exportadores bananeiros, pois suas rendas eram percebidas em dólares” (SUÁREZ, 2007, p. 143).

<sup>49</sup> Em menos de 40 dias foram assassinados mais de 50 obreiros bananeiros nas zonas próximas geograficamente como Nueva Colonia, Currulao e El Tres. A totalidade destes massacres foram perpetradas em fazendas que tinham sido invadidas pelo movimento de recuperadores de terras com o agenciamento da guerrilha do EPL e o PC-ML

Tabela 5 número de vítimas por fato criminoso do conflito armado no Urabá Antioquenho desde antes de 1985-2016

<b>FATO</b>	<b>NÚMERO DE PESSOAS</b>
<b>Abandono ou despojo Forçado de Terras</b>	1.324
<b>Ato terrorista/Atentados/Combates/ Perseguição</b>	2.094
<b>Ameaça</b>	13.674
<b>Delitos contra a liberdade e a integridade sexual</b>	886
<b>Desaparição forçada</b>	13.388
<b>Deslocamento</b>	657.841
<b>Homicídio</b>	50.303
<b>Minas antipessoais/Munição sem explodir/Artefato explosivo</b>	266
<b>Perda de Bens Móveis o Imóveis</b>	1.482
<b>Sequestro</b>	1.385
<b>Tortura</b>	255
<b>Vinculação de Crianças y Adolescentes</b>	320

Fonte: Site oficial do Registro Único de Vítimas (RUV) <http://rni.unidadvictimas.gov.co>, 2016

A quantidade de vítimas do conflito armado é evidente, especialmente nos itens do deslocamento, a desapareição forçada, os homicídios e as ameaças. Neste cenário, e sabendo que a população camponesa esteve diretamente vinculada, pode se entender como a guerra civil funcionou como um dos entraves para a sustentabilidade em tempo e espaço da economia campesina.

Se as condições mínimas de desenvolvimento humano não são impulsadas numa região, não é possível encontrar uma sinergia entre os diferentes atores do território que motive o desenvolvimento de dinâmicas econômicas como a agricultura familiar. O *path dependence* da sociedade urabaense acomodou-se num espaço cheio destes entraves, que não cobrem apenas a guerra civil, mas a institucionalidade incipiente, já característica da região, que conduz à criação das convenções e regras formais pelas quais, vão se reger os indivíduos de um território, e que, no caso do Urabá, não estão voltadas à construção social ao redor do desenvolvimento rural sustentável, que não inclui, por suposto o crescimento da agricultura de monocultivo nem a pecuária extensiva.

Então, foram muitos os fatores que confluíram na composição sociocultural e econômica de Urabá, desde sua localização geoestratégica e sua agreste topografia, até as bondades dos seus solos para a instauração de economias extrativistas/enclaves desde o século XIX que funcionaram como detonante dos seus processos de colonização. Não obstante, a *mentalidade cordilheirada*, formada

no país desde a aparição das campanhas colonizadoras de espanhóis, funcionou como uma instituição que determinou em boa medida a organização social da região. Apesar do chamado feito por parte de dirigentes colombianos para que os antioquenos de montanha comesçassem a viagem de colonização, foram algumas razões, objetivas e outras não tanto, as causantes da aversão à colonização no Urabá por parte deste povo.

Porém, chocoanos e cordobeses, já tinham empreendido dita viagem desde a segunda metade do século XIX, graças a sua proximidade geográfica com Urabá por norte e ocidente, e motivados pelos primeiros negócios extrativistas impulsados por capital estrangeiro. Isto, desenvolveu na região o que Botero (1990) denomina *vocação agroexportadora*, persistente até a atualidade com o negócio bananeiro.

O interessante da colonização antioquena, que se deu em três momentos no século XX, foi que as razões que tinham para não colonizar parecem ter desaparecido com a abertura da rodovia ao mar desde metade dos anos 1940 e com o auge do negócio bananeiro. Desta forma, Urabá começa a ser um território multicultural e étnico, com a união de chocoanos, cordobeses, indígenas e antioquenos e outras culturas da montanha. Ao contrário do que poderia se pensar sobre as bondades de tal variedade, as características comportamentais de cada etnia provocaram confrontos entre os grupos, situação que viu se refletida numa atomização de cada um deles e na ausência de coesão social.

Ao anterior, se adiciona a ineficiência das instituições do Estado colombiano, como garantir o bem-estar da população, que com a *mentalidade cordilheirana* criou um desinteresse por instaurar instituições governamentais em regiões de litoral. Com a escassa vigilância sobre a exploração dos recursos naturais de Urabá e seu conseqüente esgotamento, este desinteresse já era evidente, muito mais quando a legalidade da terra urabaense da segunda metade do século XX e sua titulação favoreceu aos investidores do negócio da produção de banana e da pecuária de gado, em detrimento dos direitos de propriedade dos primeiros colonos chocoanos e cordobeses.

Este panorama se aguçou com a aparição dos grupos políticos e armados de esquerda, fazendo reconhecer Urabá pelo seu caráter antiestatal, configurando suas próprias instituições e convenções sociais, porém, que não foram funcionais, dada a atomização social, a vandalização de seus administradores locais, a falta de

empoderamento territorial e passividade dos urabaenses, e aos choques entre Estado e grupos armados ilegais que desatou, depois da época de *La Violencia*, uma das guerras mais longas e sanguinárias na região.

### **3. ECONOMIA CAMPESINA**

Este capítulo tem por objetivo oferecer um marco de análise a respeito do desenvolvimento rural voltado à economia campesina, pretendendo, com isso, configurar uma base de entendimento, que permita reconhecer as estruturas de diferente índole que abrangem esta prática no Urabá antioqueño.

A proposta é encontrar um diálogo entre correntes de pensamento como a sociologia, a antropologia, a economia e a história, principalmente, conseguindo argumentar a relevância que possui o impulso às atividades econômicas campesinas como ponto de partida para a sustentabilidade<sup>50</sup> de uma região como o Urabá, ao passo que a interação entre os atores do território para apoiar estratégias de unificação horizontal, e menos hierárquicas, age em benefício da mitigação de situações negativas que agem como entraves do seu desenvolvimento e do território no geral.

#### **3.1. Sobre a Economia Campesina**

A principal razão da economia campesina e suas estruturas organizacionais se tornarem o foco desta pesquisa se sustenta em que se converte numa das principais linhas socioeconômicas afetadas pelas múltiplas e complexas conjunturas sociais, institucionais, culturais e políticas, que surgiram com intensidade na região em boa parte do século XX, e cujos impactos recaíram numa importante proporção de população que desta prática dependiam e dependem.

Historicamente, a economia urabaense possui suas bases na atividade agropecuária de caráter dual, entre as atividades extrativistas/comerciais e a economia campesina. Esta dualidade se reflexa na aparição das economias extrativistas que começaram a ampliar a fronteira agrícola e localizar à economia campesina na sua periferia, ao tempo que absorvia mão-de-obra não qualificada

---

<sup>50</sup> Dada a complexidade que envolve oferecer uma definição precisa do termo “sustentabilidade”, a natureza desta pesquisa limita sua descrição à intenção da reprodução social, cultural, econômica e política do campesinato, tanto no tempo como no espaço geográfico no qual se encontra inserido (neste caso, no Urabá antioqueño). Neste sentido, depende das ações executadas pelos atores do território urabaense, construir as vias do desenvolvimento da economia campesina, e por tanto coadjuvar ou não à formação das bases da sua sustentabilidade.

proveniente dos camponeses que migraram à região. No Modelo de Economia Dual, Lewis (1979) ajuda a entender este comportamento migratório, próprio da organização do trabalho produtivista, apontando que a expansão das economias modernas/industriais cresce através do recrutamento da mão-de-obra do setor tradicional, pelo geral não qualificada, pagando maiores salários com a mesma quantidade e qualidade de trabalho que no setor tradicional. No início, e na teoria, a migração de mão-de-obra para a expansão do setor moderno, pode trazer benefícios para a população do setor tradicional, “through provision of employment [absorbing the supplies excess of labor market], through sharing physical facilities, through modernisation of ideas and institutions, and through trade [between sectors]”<sup>51</sup> (LEWIS, 1979, p. 212).

No entanto, na prática podem ser encontradas contradições, no médio e longo prazo, por exemplo, aglomerações populacionais por causa da abundância na oferta de mão-de-obra que podem derivar num aumento da pobreza, principalmente quando existe ineficiência institucional; introdução de ideias e instituições que nem sempre são apropriadas, especialmente quando as intervenções não são aplicadas gradualmente, vão em contraposição às vocações e necessidades dos territórios, ou são imposições *top-down*; e as relações de mercado, que nem sempre são justas, além do surgimento de enclaves produtivos no setor agropecuário que não criam ligações – para à montante e à jusante – com outros setores da economia local.

Com respeito à última apreciação, Lewis aponta que, de fato, pode não existir mercado entre ambos setores, pois o setor moderno, em teoria “could be self-contained, with its own factories, mines and farms. Or, more likely, it may export part of its product to the outside world in return for needed imports” (Ibid., p. 214). Logo, no caso hipotético de surgirem relações mercantis entre setores, as condições para a troca devem ser estabelecidas de tal forma que os produtores do setor tradicional consigam atingir os valores de quantidade e qualidade que a indústria precisa, assunto que resulta difícil devido à ausência de economias de escala no setor tradicional, às dificuldades no acesso aos recursos técnicos e tecnológicos e à necessidade primária de suprir o autoconsumo da unidade familiar.

---

<sup>51</sup> Através da provisão de emprego [absorvendo excessos de oferta do mercado de trabalho], da partilha das estruturas físicas, da modernização de ideias e instituições, e do mercado [entre os setores]

Na Colômbia e, especificamente, no caso do Urabá, estas contradições do Modelo da Economia Dual têm sido evidentes, com maior arraigo nas décadas 1940, 1950 e 1960 do século XX, quando uma grande massa de migrantes foi atraída pelo sucesso do negócio da extração de madeiras tropicais – anos 40 e 50 – e da banana – com maior força nos anos 60 –, demandando grandes quantidades de trabalho não qualificado. Este processo foi implantado num marco institucional débil e ineficiente que não ofereceu as condições mínimas para garantir a qualidade de vida aos novos habitantes, que não devia incluir apenas o atendimento dos serviços sociais básicos – moradias, redes de esgoto, abastecimento de água, energia, educação, saúde, infraestrutura rodoviária –, mas, também, a liberdade ideológica, a associatividade, a participação política, o sindicalismo e a segurança pública. Na história da região, foram estes aspectos os maiores causantes da desarticulação social, que vieram a se traduzir em gargalos e entraves para a construção e preservação da economia campesina.

Por outro lado, esse setor tradicional tem carecido de elementos necessários para a produção de bens e serviços – diversificação da sua economia – de qualidade e quantidade mínima para abastecer o setor moderno, e muito menos tem tido condições de competir nos mercados convencionais. Esta situação se encontra relacionada com a ineficiência da assistência técnica na região, que se converte num dos pontos críticos que estagna o desenvolvimento sustentável da sua economia campesina, tanto pela falta de eficácia nas diretrizes da gestão nas unidades agrícolas, como pelo limitado acesso aos direitos de propriedade da terra e o baixo incentivo à participação ativa e direta do campesinato nas relações mercantis. Assim, o intercâmbio mercantil entre o setor moderno e tradicional é escasso ou nulo.

Neste sentido, é interessante entender a composição da economia campesina do Urabá e observar como tem sido seu desenvolvimento – formações e transformações – no convívio com o setor extrativista, com as diversas conjunturas sociopolíticas e institucionais e com o impacto da guerra civil na maior parte do século XX.

### **3.1.1. Alguns antecedentes da economia campesina no Urabá Antioquenho**

Como se expressou previamente, a economia campesina se mostra como uma linha importante da sociedade urabaense, e são várias as razões para afirmar isto; neste caso, serão quatro as arguições que levarão a entendê-la, indo desde

características populacionais, o nível de acesso a bens e serviços e a conectividade com os centros povoados mais dinâmicos, até o reconhecimento legítimo da atividade pelas instituições do Estado e a composição da estrutura da terra.

Uma primeira arguição se reflete no Índice de Ruralidade (IR) elaborado pelas Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no ano 2013 para a Colômbia. Ele oscila entre 40 e 70<sup>52</sup> pontos para os 11 municípios da região aqui tratada, a exceção do município de Apartadó que possui um IR de 34,2 pontos devido à sua histórica constituição de centro dinâmico populacional e econômico. Este índice é uma construção que vai mais além da distinção entre o urbano e o rural, conseguindo capturar outras interpretações para o entendimento da ruralidade. Configura-se sob três pautas de análise:

- a. combina la densidad demográfica con la distancia de los centros poblados de los menores a los mayores; b. adopta como unidad de análisis el municipio como un todo y no apenas por el tamaño de las aglomeraciones (centro poblado y rural disperso en el mismo municipio); c. asume la ruralidad como continua (se refiere a municipios más o menos rurales antes que urbanos o rurales)<sup>53</sup> (PNUD, 2011, p. 30-31)

Logo, são definidos quatro níveis de IR, a saber de 0,1 a 25; de 25,1 a 50; de 50,1 a 75; e de 75,1 a 100, que expressam a convergência entre os municípios e a transição de sociedades mais tradicionais para sociedades modernas. Decorrente destes níveis, e em concordância com a apreciação feita sobre as condições de vida dos municípios em função do grau de ruralidade no geral do país, estipula-se que um índice abaixo de 40 é um ponto de separação que faz dos municípios mais urbanos do que rurais.

Uma segunda interpretação da ruralidade no Urabá Antioqueño é dada pelo Departamento Nacional de Planeación (DNP) com a criação da *Definición de Categorías de Ruralidad* (2014). Para definir o rural, foram considerados alguns aspectos qualitativos, como as características demográficas, a conectividade que existe entre os municípios do país, a composição econômica, o uso e vocação do solo e a existência de comunidades étnicas. No entanto, para fins quantitativos, foram usados apenas três componentes, a ruralidade dentro do Sistema de

<sup>52</sup> O valor de 0 é não rural e o valor de 100 é totalmente rural

<sup>53</sup> a. combina densidade demográfica com distância dos centros povoados menores aos maiores; b. adota como unidade de análise o município como um todo e não apenas pelo tamanho das aglomerações (centro povoado e rural disperso no mesmo município); c. assume a ruralidade como contínuo (refere-se a municípios mais ou menos rurais, antes do que urbanos e rurais)

Cidades<sup>54</sup> – perfilhando as zonas rurais que podem ter um maior acesso aos benefícios dos centros mais povoados –, a densidade populacional<sup>55</sup> e a relação da população urbano-rural<sup>56</sup>.

Posteriormente, os resultados são classificados segundo quatro categorias de ruralidade: Cidades e Aglomerações, Intermédiária, Rural e Rural Disperso. Para os 11 municípios do Urabá, dois deles correspondem à primeira categoria: Apartadó e Turbo, em que a economia extrativista e comercial possui maior força e é visível um maior comportamento urbano pelo acesso a uma grande variedade de bens e serviços.

Arboletes, Carepa, Chigorodó, San Juan de Urabá e San Pedro de Urabá correspondem à categoria Intermediária, se caracterizando por possuir uma importância na sua sub-região (norte, centro o sul/Atrato Medio) e pelo acesso a alguns bens e serviços mais básicos. Caracterizam-se, também, por ter “entre 25 mil y 100 mil habitantes en la cabecera, o que apesar de haber cabeceras menores, presentan una alta densidad poblacional (más de 10 hab/ km<sup>2</sup>)”<sup>57</sup> (DNP, 2014, p. 9). Finalmente, Mutatá, Murindó, Necoclí e Vigía del Fuerte, se encontram no nível Rural Disperso, que possuem centros povoados pequenos e baixa densidade populacional (menos de 50 hab/km<sup>2</sup>) com um acesso muito mais limitado a variados

---

<sup>54</sup> Segundo o DNP “o Sistema de Cidades constitui-se por municípios e respectivas aglomerações que: i. apresentam dinâmicas de deslocamento diárias pelo menos de 10% da população que trabalha para outro município [...]; ii. Corresponde a municípios com população no centro povoado igual ou superior a 100 mil habitantes; iii. Os municípios com menos de 100 mil habitantes no centro povoado, mas que possuem importância estratégica a nível sub-regional em termos de prestação de serviços” (2014, p. 2)

<sup>55</sup> Dada a discussão internacional que existe ao redor do conceito de ruralidade, especialmente pelas condições heterogêneas e únicas de cada país do mundo, o DNP decidiu estabelecer 10 hab/km<sup>2</sup>, 50 hab/km<sup>2</sup> e 100 hab/km<sup>2</sup> como os limiares de densidade. Isto com base em duas posições: as altas densidades que apresentam os municípios dos departamentos de Cundinamarca e Boyacá em contraste com as baixas dos antigos territórios nacionais, e nos quartis de densidade para o 2014 que identificaram um 25% dos municípios com densidade inferior a 21,7 hab/km<sup>2</sup>, um 50% menor a 44,9 hab/km<sup>2</sup> enquanto o 75% não atingia os 92,8 hab/km<sup>2</sup>. (Ibid., p. 5)

<sup>56</sup> Permite “identificar quais são os municípios que apresentam um comportamento (acesso a bens e serviços) similares aos territórios urbanos, mas que devido a sua grande extensão obtêm baixas densidades. [Para isto], analisa-se a relação entre o número de habitantes no centro povoado e a porcentagem que reside fora dele”. Definem-se como “pontos de corte os 25 mil habitantes no centro povoado e o 70% da população residente na zona resto”, devido a que “municípios onde o 50% ou 60% da população reside na zona resto, destacam-se por possuir centros povoados com mais de 25 mil habitantes que não formam parte de nenhuma aglomeração (distritos, vilas, sítios)”. Além do anterior, ao observarem todos os municípios que possuem mais do 70% dos seus residentes fora dos centros povoados, acharam que têm como máximo 12 mil habitantes” (Ibid., p. 6-7).

<sup>57</sup> Entre 25mil e 100mil habitantes no centro povoado, ou que apesar de terem uns centros povoados menores, apresentam alta densidade populacional (mais de 10 hab/km<sup>2</sup>)



bens e serviços. A tabela 6 reúne alguns aspectos quantitativos que facilitam o exame da ruralidade da região.

Tabela 6 Índice e Ruralidade (IR) 2013, porcentagem de população rural e Classificação de Ruralidade 2014. Urabá Antioquenho

<b>Município</b>	<b>IR (2013)</b>	<b>POPULAÇÃO Total (2013)</b>	<b>População Rural (%)</b>	<b>Classificação DNP (2014)</b>
<b>Apartado</b>	34,2	167.895	13,65%	Cidades e Aglomerações
<b>Arboletes</b>	48,2	38.100	58,30%	Intermediário
<b>Carepa</b>	40,4	53.048	24,56%	Intermediário
<b>Chigorodó</b>	43,1	72.453	13,15%	Intermediário
<b>Murindó</b>	68,4	4.402	77,69%	Rural disperso
<b>Mutatá</b>	56,9	19.714	73,25%	Rural disperso
<b>Necoclí</b>	48,8	59.230	75,40%	Rural disperso
<b>S J Urabá</b>	42,7	24.253	68,08%	Intermediário
<b>S P Urabá</b>	46,4	30.785	55,67%	Intermediário
<b>Turbo</b>	48,2	151.161	60,28%	Cidades e Aglomerações
<b>V del fuerte</b>	66,9	5.556	62,42%	Rural disperso
<b>Urabá</b>	49,5	626.597	41,25%	N.D.
<b>Antioquia</b>	43,01	6.299.990	22,12%	N.D.

Fonte: elaboração própria com base no PNUD (2013), DANE (2005) e DNP (2014)

Note-se que o nível dos municípios classificados pelo DNP como rural disperso, coincide com os que maiores IR possuem na metodologia do PNUD. No entanto, o município de Turbo, da categoria cidades e aglomerações e onde se localiza a maior dinâmica da economia extrativista da banana, da pecuária de gado e outras atividades comerciais, possui um IR próximo ao do município de Necoclí que é rural disperso. Isto pode ser explicado porque, em extensão geográfica, Turbo é o maior município da região, o qual possibilita uma maior porcentagem de população rural, além de encontrar aí uma considerável presença de comunidades indígenas e afrodescendentes, como apresentado na tabela 4, ao igual que uma ampla área de reservas naturais (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2013).

Também pode ser observado que o IR daqueles municípios que ficaram na categoria intermediária do DNP não dista muito daqueles que ficaram na categoria rural disperso, convergindo ao redor da média regional e estando acima da fronteira entre o urbano e rural (40) descrita pelo PNUD. Carepa possui os menores IR desta

categoria, o qual pode estar associado ao fato de que nele se desenvolve um destacado movimento comercial – o aeroporto regional localiza-se ali – que oferece uma maior variedade de bens e serviços à população (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014e), se encontrando em um ponto de fronteira.

Uma terceira interpretação da importância da economia campesina na região se relaciona com as estruturas da propriedade da terra. Para esta análise, deve-se levar em conta um conceito importante: a Unidade Agrícola Familiar – UAF –. Segundo o Instituto Colombiano de Desarrollo Rural – INCODER –, por meio da Resolução Número 1133 de 2013, que fixa os padrões constitutivos de Unidades Agrícolas Familiares mínimas em nível da propriedade, para os fins próprios da Convocatória de Incentivo de Assistência Técnica Rural, entende-se por UAF:

La empresa básica de producción agrícola, pecuaria, acuícola o forestal cuya extensión, conforme a las condiciones agroecológicas de la zona y con la tecnología adecuada, permite a la familia remunerar su trabajo y disponer de un excedente capitalizable que coadyuve a la formación de su patrimonio [...]. En consecuencia, la UAF es entendida como una unidad de medida traducida en las hectáreas necesarias para que, en un lugar determinado, una familia rural posea los ingresos necesarios para obtener una vida digna y la sustentabilidad de su actividad productiva<sup>58</sup>. (INCODER, 2013, p. 1)

Para os efeitos da Resolução é importante definir de igual maneira os pequenos e medianos produtores<sup>59</sup>; os primeiros como os proprietários de qualquer título de propriedade para a exploração rural, “que no supere el área y los ingresos de dos UAFS siempre que se deriven de su actividad agropecuária, forestal, agroflorestal, pecuaria, piscícola, silvicultura o de cria de animales, por lo menos el 70% de sus ingresos”<sup>60</sup> (Ibid., p. 2). Os segundos não podem superar as cinco UAF nem dez salários mínimos legais vigentes sob as mesmas condições dos pequenos.

Neste sentido, a economia campesina na Colômbia é legitimada, tanto no reconhecimento do tipo de produtor, como na área necessária para que este possa

---

<sup>58</sup> A empresa básica de produção agrícola, pecuária, aquícola ou florestal cuja extensão, conforme às condições agroecológicas da zona e com tecnologia adequada, permite à família remunerar seu trabalho e dispor de um excedente capitalizável que coadjuve à formação do seu patrimônio [...]. Em consequência a UAF é entendida como uma unidade de medida traduzida nos hectares necessários para que, num local determinado, uma família rural possua as rendas necessárias para obter uma vida digna e a sustentabilidade da sua atividade produtiva

<sup>59</sup> Tomando a Lei 607 de 2000, pela qual modifica-se a criação, funcionamento e operação das Unidades Municipais de Assistência Técnica Agropecuária, UMATA, e regulamenta-se a assistência técnica direta rural em consonância com o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

<sup>60</sup> Que não supere a área e as rendas de duas UAF sempre que derivem da sua atividade agropecuária, florestal, agroflorestal, pecuária, piscícola, silvícola, ou de criação de animais pelo menos o 70% da sua renda

exercer sua atividade, sendo explicitamente apontado que é familiar. Contudo, deve se considerar a importância que esta delimitação possui para uma formulação de políticas públicas muito mais acertada para este trecho da população e para esta linha da economia.

Metodologicamente, o cálculo de uma UAF expressa uma área mínima para cada município, dependendo das condições agroecológicas e geográficas próprias. Desta forma:

El ingreso promedio esperado para estimar el número de hectáreas necesarias, es igual a la superficie disponible para generar dos salarios mínimos promedio, utilizando la tecnología adecuada a la disponibilidad de recursos por parte del productor [...]. Para ajustar la extensión de la UAF se estructuran ponderadores dentro de los sistemas productivos, tomando en cuenta el uso recomendado y por tanto, la vocación del uso del territorio dentro del área atribuida<sup>61</sup>(Ibid., p. 4).

Para a Antioquia as UAF, foram calculadas para cada um dos municípios por meio da demarcação de Zonas Relativamente Homogêneas – ZRH –, em complemento com a identificação de Zonas Biofísicas Homogêneas – ZBH – que justificam a agrupação dos municípios nos 28 níveis de ZRH para todo o departamento. Em outras palavras, se categorizaram as UAF de acordo com zonas que possuem características similares com respeito às condições produtivas que apresentam os municípios, inclusive levando em conta a infraestrutura de rodovias e caminhos que permite a comunicação entre eles e com outros departamentos. Por conseguinte, se num grupo de municípios correspondem “tendencias en la cobertura de los usos del suelo, vocación de uso, indicadores socioeconómicos y ambientales, y además comparten una distribución de zonas biofísicas homogéneas, se define una ZRH”<sup>62</sup> (INCODER, CORANTIOQUIA e Gobernación de Antioquia, 2013, p. 116).

Os onze municípios estudados foram divididos em três níveis de ZRH de acordo com os cálculos feitos pelas autoridades competentes do município e do país, e por tanto, em três níveis de UAF, como se observa na tabela 7:

---

<sup>61</sup> A renda média esperada para estimar o número de hectares necessário, é igual à superfície disponível para gerar dois salários mínimos médios, utilizando a tecnologia adequada à disponibilidade de recursos por parte do produtor [...]. Para ajustar a extensão da UAF estruturam-se ponderadores dentro dos sistemas produtivos, levando em conta o uso recomendado e por tanto a vocação do uso do território dentro da área atribuída.

<sup>62</sup> Tendências de cobertura de usos do solo, vocação de uso, indicadores socioeconômicos e ambientais, e além partilham uma distribuição de zonas biofísicas homogêneas, se define uma ZRH

Tabela 7 Classificação UAF por ZRH Urabá Antioquenho (em hectares). 2013

Município	Nível ZRH	UAF mínima (ha.)	UAF máxima (ha.)
<b>Apartadó</b>			
<b>Carepa</b>	3	43,8	48,7
<b>Chigorodó</b>			
<b>Mutatá</b>			
<b>Arboletes</b>			
<b>Necoclí</b>	4	31,9	35,5
<b>S J Urabá</b>			
<b>S P Urabá</b>			
<b>Murindó</b>	28 <sup>63</sup>	-	-
<b>V d Fuerte</b>	-	37,0 <sup>64</sup>	37,0

Fonte: INCODER, CORANTIOQUIA e Gobernación de Antioquia, 2013

Uma colocação interessante da tabela 7 é a classificação para os municípios de Murindó e Vigía del Fuerte. Obtêm duas classificações, uma dada pelo Governo da Antioquia e outra por meio da Resolução 1133 do INCODER. Estes municípios localizam-se na Zona de Reserva do Pacífico – ZRP –, a segunda maior reserva natural do país, que também forma parte da região Chocó Biogeográfico, uma das maiores reservas de biodiversidade do mundo. É uma área com uma ampla floresta, razão pela qual são municípios não adjudicáveis para o estabelecimento de UAFs, pois:

Los procesos de formalización de la tierra en las Reservas Forestales de la Ley 2/59 se basan en el principio de prelación, para la adjudicación de tierras baldías en estas zonas, del cual gozan las comunidad indígenas y negras, que han utilizado estos territorios tradicionalmente. Los territorios son susceptibles de ser titulados colectivamente, e se ubican en la cuenca del Pacífico o en zonas similares del país<sup>65</sup>(Ibid., p. 56).

Em simultânea, a Resolução 1133 outorga-lhes uma UAF de 37 hectares para cada um com o objetivo de identificar aos pequenos e médios produtores que poderão ser beneficiados com o Incentivo de Assistência Rural.

<sup>63</sup> Dada pelo Governo de Antioquia.

<sup>64</sup> Dada pelo INCODER.

<sup>65</sup> Os processos de formalização da propriedade da terra nas Reservas Florestais de Lei 2/59 baseiam-se no princípio de prelação, para a adjudicação de terras devolutas nestas zonas, do qual gozam as comunidades indígenas e negras, que têm utilizado estes territórios tradicionalmente. Os territórios são susceptíveis de serem titulados coletivamente, e localizam-se na bacia do Pacífico ou em zonas similares do país.

A principal razão para isto é a existência de pequenas zonas à beira do rio Atrato, que separa o departamento de Chocó como o de Antioquia, como se indicou no mapa 4, onde está concentrada uma maior parte da população (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014f; 2014i), e onde podem ser executadas atividades produtivas que se beneficiem com as políticas públicas, como a atividade agrossilvipastoril e os cultivos transitórios semi-intensivos em pequenas zonas adjudicáveis. Este rio é fonte de produtos como peixes e similares, servindo em simultânea com o mais importante ponto de acesso a vias de comunicação fluvial.

Por outro lado, é importante sinalizar como é que as propriedades estão divididas e qual que é o tamanho e tipo de proprietário preponderante na região, assim como a destinação econômica das terras e outros usos. As tabelas 8 e 9 expõem seis classificações segundo os tamanhos das propriedades e o número de proprietários:

Tabela 8 Tamanho das propriedades rurais. Urabá Antioquenho, 2014

<b>Tamanho</b>	<b>Menor a 3 hectares</b>	<b>Entre 3 e 10 hectares</b>	<b>Entre 10 e 50 hectares</b>	<b>Entre 50 e 200 hectares</b>	<b>Entre 200 e 400 hectares</b>	<b>Maior 400 hectares</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Apartadó</b>	37,0%	11,8%	39,6%	11,3%	0,3%	0,1%	100%
<b>Arboletes</b>	29,4%	18,1%	37,8%	13,2%	1,2%	0,3%	100%
<b>Carepa</b>	60,1%	10,3%	22,9%	6,3%	0,2%	0,1%	100%
<b>Chigorodó</b>	22,6%	21,8%	37,1%	16,1%	2,0%	0,3%	100%
<b>Murindó</b>	50,0%	0,0%	0,0%	6,3%	0,0%	43,8%	100%
<b>Mutatá</b>	25,8%	11,7%	40,1%	18,8%	2,7%	0,8%	100%
<b>Necoclí</b>	45,3%	17,5%	28,2%	8,1%	0,5%	0,3%	100%
<b>S J Urabá</b>	71,9%	13,4%	11,1%	3,2%	0,2%	0,2%	100%
<b>S P Urabá</b>	28,3%	18,2%	43,0%	9,7%	0,6%	0,1%	100%
<b>Turbo</b>	46,4%	19,9%	22,2%	9,7%	1,7%	0,2%	100%
<b>V Fuerte</b>	18,6%	40,0%	32,9%	1,4%	0,0%	7,1%	100%
<b>URABÁ</b>	43,1%	17,1%	28,7%	9,8%	1,1%	0,2%	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados da Gobernación de Antioquia, Departamento Administrativo de Planeación, 2014

Tabela 9 Proporção de proprietários segundo o tamanho da propriedade. Urabá Antioquenho, 2014

Proprietários	Menor a 3 hectares	Entre 3 e 10 hectares	Entre 10 y 50 hectares	Entre 50 y 200 hectares	Entre 200 e 400 hectares	Maior 400 hectares	TOTAL
<b>Apartadó</b>	34,2%	11,7%	40,2%	13,6%	0,3%	0,0%	100%
<b>Arboletes</b>	26,0%	16,2%	35,9%	12,8%	5,1%	3,9%	100%
<b>Carepa</b>	58,8%	11,0%	23,1%	6,8%	0,2%	0,1%	100%
<b>Chigorodó</b>	19,5%	20,9%	35,5%	22,3%	1,6%	0,2%	100%
<b>Murindó</b>	50,0%	0,0%	0,0%	6,3%	0,0%	43,8%	100%
<b>Mutatá</b>	22,5%	10,7%	42,9%	20,6%	2,6%	0,7%	100%
<b>Necoclí</b>	44,6%	17,3%	28,7%	8,5%	0,5%	0,4%	100%
<b>S J Urabá</b>	65,8%	13,2%	11,4%	3,5%	0,2%	5,9%	100%
<b>S P Urabá</b>	27,5%	17,5%	42,7%	11,4%	0,6%	0,2%	100%
<b>Turbo</b>	44,1%	18,8%	22,4%	11,8%	2,1%	0,8%	100%
<b>V del Fuerte</b>	20,5%	38,4%	32,9%	1,4%	0,0%	6,8%	100%
<b>URABÁ</b>	40,4%	16,4%	28,8%	11,5%	1,6%	1,2%	100%

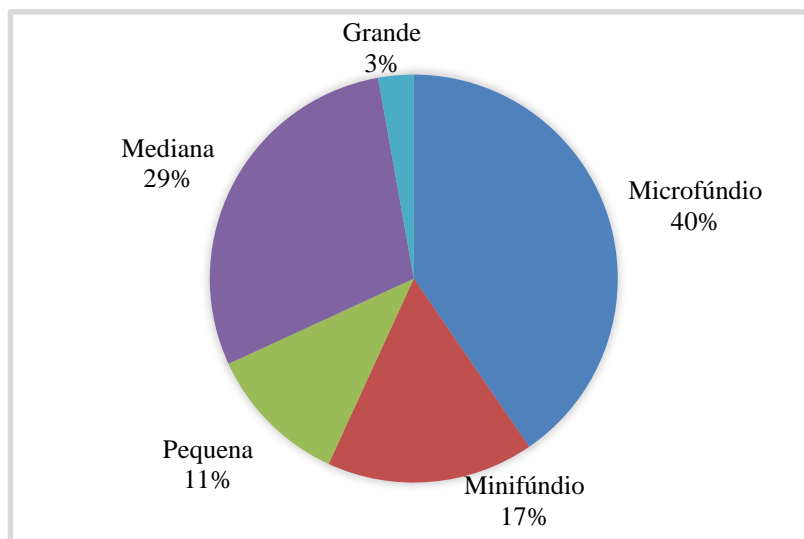
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Gobernación de Antioquia, Departamento Administrativo de Planeación, 2014.

É possível destacar a existência de uma grande concentração de propriedades que escassamente conseguem atingir os hectares demarcados pelas UAF. 56,86% das propriedades no Urabá que possuem uma área menor ou igual a 10 hectares de terra está nas mãos do 60,12% do total de proprietários, inclusive, é notável o grande número de propriedades menores a 3 hectares em mãos de uma importante quantidade de proprietários. Em contraposição, 28,85% das propriedades alcançam um tamanho aproximado às UAF estabelecidas – entre dez e cinquenta hectares –, se encontrando em posse do 28,75% dos proprietários, enquanto o 12% das propriedades que superam 400 hectares são possuídas por 2,32% dos proprietários, com exceções de Murindó e Mutatá, onde se encontram grandes proporções de terra por parte de muitos proprietários, denotando características de propriedade coletiva por parte das múltiplas etnias que aí habitam.

Em outra análise mais institucional, segundo as classificações do Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC) (2012), existem, na Colômbia, cinco categorias de propriedade por tamanho, a saber: Grande, com uma extensão maior a 200 hectares; mediana, entre 20 e 200 hectares; pequena, entre 10 e 20 hectares; minifúndio, entre 3 e 10 hectares e Microfúndio, menor que 3 hectares. Se este

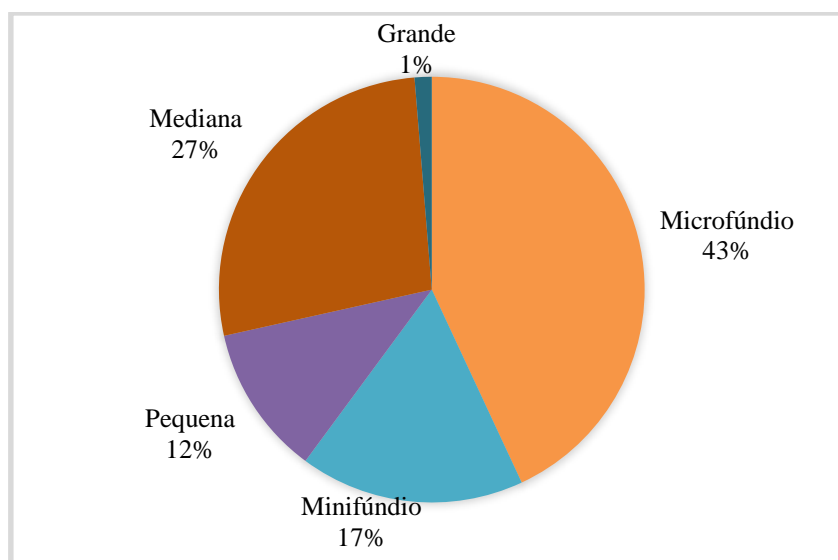
conjunto de propriedades e seu correspondente número de proprietários fossem representados nestas categorias por meio de um gráfico, obtém-se o seguinte:

Gráfico 1 Porcentagem de distribuição das propriedades por tamanho. Urabá Antioquenho, 2014



Fonte: elaboração própria com dados da Gobernación de Antioquia, Departamento Administrativo de Planeación, 2014.

Gráfico 2 Porcentagem de proprietários segundo classificação das propriedades



Fonte: elaboração própria com dados da Gobernación de Antioquia, Departamento Administrativo de Planeación, 2014.

Com base nestes dados, duas coisas podem ser assinaladas: mais uma vez, uma grande concentração da terra, e uma destacável proporção de propriedades apta para a economia campesina, onde o volume de produção de alguns bens não

pode ser tão grande para uma comercialização em massa como o faz o setor moderno da região.

Nesta mesma linha, a tabela 10 e o gráfico 3 destacam o Coeficiente de Gini<sup>66</sup> e a curva de Lorenz<sup>67</sup> que plasmam a distribuição da terra, dependendo do tamanho da propriedade e o número de pessoas que a possuem.

Tabela 10 Coeficiente de Gini para a terra. Urabá Antioquenho, 2012

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>GINI TERRA</b>
<b>Apartado</b>	0,515436
<b>Arboletes</b>	0,751956
<b>Carepa</b>	0,614071
<b>Chigorodó</b>	0,613652
<b>Murindó</b>	0,844341
<b>Mutató</b>	0,595721
<b>Necoclí</b>	0,735771
<b>S J Urabá</b>	0,855234
<b>S P Urabá</b>	0,654573
<b>Turbo</b>	0,734746
<b>V del fuerte</b>	0,573611

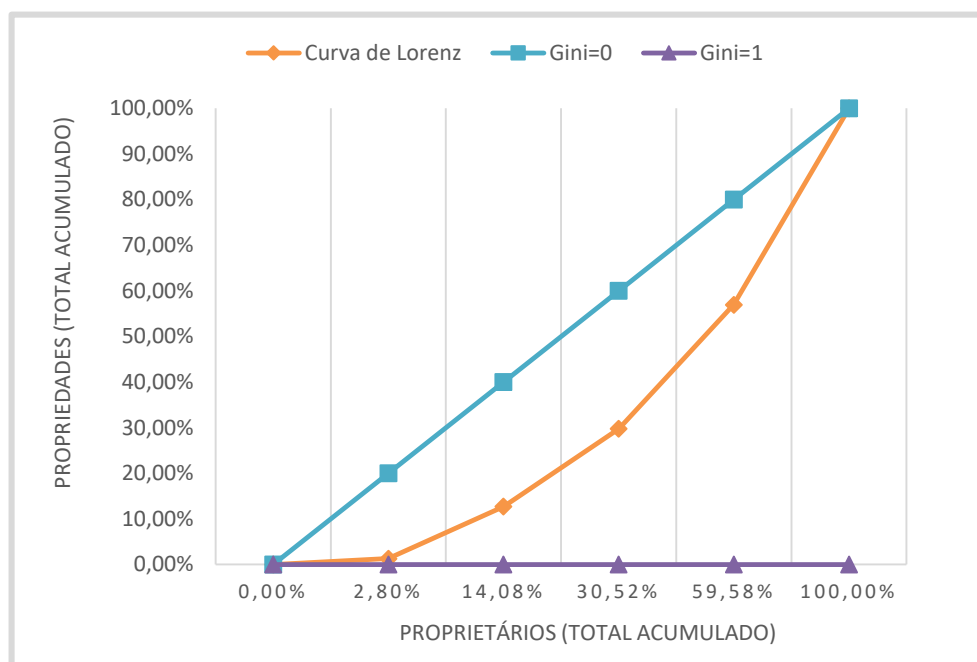
Fonte: IGAC, 2012

<sup>66</sup> O coeficiente ou índice de GINI tenta pôr em evidência o maior ou menor grau de desigualdade na distribuição total dos valores da variável de interesse. Segundo o Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC) (2012, p. 69), “o coeficiente de desigualdade de GINI serve para conhecer como estão distribuídos os recursos numa população, se os recursos são equitativos (todos os valores são iguais e maiores de zero) então não existe desigualdade e o índice tenderá a ser zero (0), pelo contrário se os recursos estão desigualmente distribuídos o índice tenderá ou estará perto à unidade (1)”.

<sup>67</sup> A curva de Lorenz é um simples instrumental gráfico e analítico que permite descrever e analisar a distribuição de renda (ou terra) numa sociedade. Rodríguez e Cepeda (2011, p. 32) expõem que “para o estudo da distribuição da terra deve se tomar em conta o conceito da distribuição equitativa. Existe uma distribuição equitativa de terra entre os membros de uma população quando a cada um deles lhe corresponde uma fração proporcional do total da mesma. A função de equidistribuição está determinada pela equação  $G(x) = x$ , onde  $x$  é a porcentagem dos proprietários da terra e  $y = G(x)$  é a porcentagem de terra que lhe corresponde. Quando existe concentração da terra, a Curva de Lorenz se encontra por embaixo da diagonal [uma reta de 45° que representa um índice de Gini igual a zero, quer dizer, quando os recursos são perfeitamente distribuídos], e a maior concentração da terra é uma curvatura”.



Gráfico 3 Curva de Lorenz para distribuição da terra por tamanho entre proprietários. Urabá Antioquenho, 2014



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Anuário Estadístico de Antioquia, 2014

O coeficiente de Gini é útil para apontar se a distribuição da terra está sendo equitativa entre indivíduos ou lares dentro de uma economia, o qual expressa-se entre valores de 0 a 1, em que um valor de 0 apresenta uma distribuição perfeitamente equitativa e um valor de 1 uma distribuição perfeitamente desigual. A tabela 10 mostra valores muito próximos a 1 para a maioria dos municípios, com exceção de valores médios para Apartadó e Mutatá, inclusive com alguns pontos mais para Carepa e Chigorodó. Em concordância com a curva de Lorenz, se vê uma concentração em estruturas de pequena propriedade, quase no valor do Gini=1 o que indica uma relevante desigualdade na região. As razões são para que a curva esteja mais afastada de valor igualitário indica uma concentração importante de grandes propriedades em poucos proprietários, as quais são maiormente utilizadas para o cultivo de plátano de exportação em unidades agrícolas familiares, porém, segundo Jaramillo (2007, p. 44), as pequenas y medianas propriedades das famílias camponesas também fazem uso do se solo para o plantio desde produto:

[El cultivo de plátano] se considera como uno de los principales productos que garantiza la seguridad alimentaria de la población rural. Se cultiva en [...] fincas entre 0,2 y 50 ha, por pequeños productores campesinos y otros ya convertidos en productores mercantiles, integrados al mercado. Ellos

exportan entre 4 y 4,5 millones de cajas anualmente, lo que equivale al 94% de las exportaciones de plátano colombiano<sup>68</sup>.

Neste sentido, vale a pena também ilustrar esta desigualdade em conjunto com as apreciações das unidades produtivas que apresentou o Departamento Nacional de Estatística – DANE – no seu Censo Nacional Agropecuário do 2015. O DANE define duas categorias de unidades produtivas: as Unidades Produtoras Agropecuárias (UPA) e as Não Agropecuárias (UPNA) que existem nas zonas rurais dispersas<sup>69</sup> da Colômbia, assim:

Una UPA es una unidad de organización de la producción agropecuaria que puede estar formada por una parte de un predio, un predio completo, un conjunto de predios o partes de predios continuos o separados en uno o más municipios independientemente del tamaño, la tenencia de la tierra y el número de predios que la integran. Debe cumplir con las siguientes condiciones: a. Produce bienes agrícolas, forestales, pecuarios, acuícolas y/o adelanta la captura de peces destinados al consumo y/o venta. b. Tiene un único productor/a natural o jurídico que asume la responsabilidad y los riesgos de la actividad productiva e; c. Utiliza al menos un medio de producción como construcciones, maquinaria, equipos y/o mano de obra en los predios que la integran [...]. Las UPNAS son los predios rurales dedicados a actividades productivas no agropecuarias, y se identifican en 37 modalidades o tipologías de actividades productivas asociadas a los sectores secundarios y terciarios de la economía rural (industria, comercio y servicios)<sup>70</sup> (DANE, 2015, p. 57).

Posteriormente, segundo o reconhecimento das unidades de produção em concordância com o seu tamanho, o Censo encontrou que em geral de todas as propriedades avaliadas, 75% delas corresponde a propriedades menores a 5 hectares e ocupam o 2,6% da área de censo nacional; enquanto o 0,4% das unidades com extensão maior a 500 hectares tomaram o 63,9% do total da área

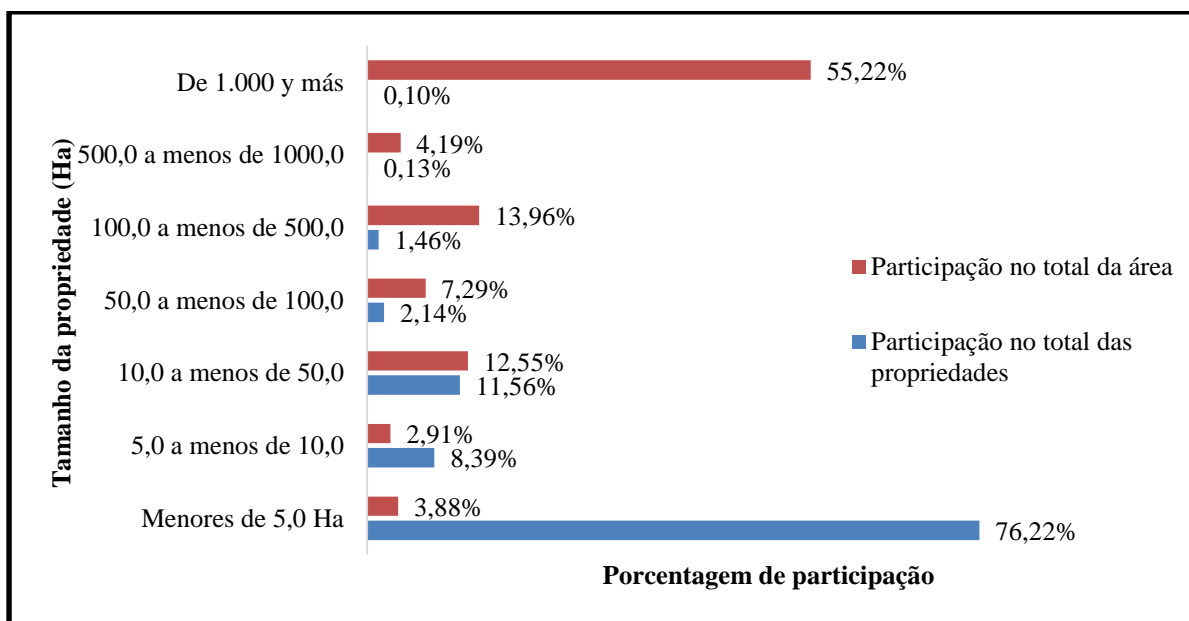
<sup>68</sup> [O cultivo de plátano] se considera como um dos principais produtos que garante a segurança alimentar da população rural. Planta-se em [...] propriedades entre 0,2 e 50 ha., por pequenos produtores camponeses e outros já convertidos em produtores mercantis, integrados ao mercado. Eles exportam entre 4 e 4,5 milhões de caixas anualmente, o que equivale ao 94% das exportações de plátano colombiano.

<sup>69</sup> Esta área rural dispersa do DANE difere da definição dada na classificação do DNP previamente citada para delimitar o nível de ruralidade. O DANE a descreve como aquela área que não possui as características dos centros povoados, como cidades, distritos ou vilas.

<sup>70</sup> Uma UPA é uma unidade de organização da produção agropecuária que pode estar formada por uma parte de uma propriedade, uma propriedade completa, um conjunto de propriedades ou partes de propriedades contínuas ou separadas em um ou mais municípios, independentemente do tamanho, a apropriação da terra e o número de propriedades que a integram. Deve cumprir com as seguintes três condições: a. Produz bem agrícolas, florestais, pecuários, aquícolas e/ou adiantar a captura de peixes destinados ao consumo e/ou venda; b. Tem um único produtor/a natural ou jurídico que assume a responsabilidade e os riscos da atividade produtiva e; c. Utiliza pelo menos um meio de produção com construções, maquinaria, equipes e/ou mão-de-obra nas propriedades que a integram [...]. Uma UPNA são as propriedades rurais dedicadas a atividades produtivas não agropecuárias, e se identificam em 37 modalidades ou tipologias de atividade produtiva associadas aos setores secundário e terciário da economia rural (indústria, comércio e serviços).

estudada. Adicionalmente, achou-se que Antioquia é o terceiro departamento com maior número de unidades produtivas, representando em conjunto com Boyacá e Cundinamarca o 43,7% do total nacional. O gráfico 4 explica com mais detalhes a distribuição por tamanho de propriedade para Antioquia (DANE, 2015).

Gráfico 4 Porcentagem de participação das Unidades Produtivas e suas áreas segundo tamanho na Antioquia, 2015



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo Nacional Agropecuário – DANE –, 2015

É plenamente visível uma grande participação de pequenas propriedades menores que 5 hectares (76,22%) numa reduzida área do departamento (3,88%); por outro lado, as grandes propriedades que participam com um 0,10% do total de proprietários possuem uma área de 55,22% da zona rural. Segundo o Censo, o Urabá participa com o 7,1% das unidades produtivas e com um 19,5% do total da área da Antioquia, enquanto do total das suas UPAs participam com 7,1% e 20% e de UPNAs com o 7,2% e 7,3% respectivamente. Logo, a participação de UPAs na região urabaense corresponde ao 73,73% das unidades totais e ao 98,07% da área, lembrando que dada a presença da economia extrativista de banana e da atividade pecuária extensiva, do coeficiente de Gini e da Curva de Lorenz, existem UPAs ocupando uma ampla extensão de terra (DANE, 2015a).

Agora, como critério complementar na análise das propriedades, o uso que é dado as Unidades Produtoras Agropecuárias UPAs e Unidades Produtoras Agropecuárias Não Agropecuárias UPNAs é na maioria habitacional. Ou seja, sob a

definição do que é uma UPA e UPNA, os produtores rurais – população objetivo do Censo – além de realizar suas atividades produtivas, dão outro uso à propriedade, como habitar nela sozinho ou com sua família. Isto significa que sua dinâmica socioprodutiva pode ser estruturada como uma economia campesina, tomando em conta, além de tudo, que uma grande porção das propriedades no país e no departamento de Antioquia é menor que cinco hectares; razão pela qual sua economia seria de subsistência sem a possibilidade de criar economias de escala, como acontece em geral nos latifúndios. A tabela 9 apresenta a proporção de uso habitacional para os municípios estudados.

Tabela 11 Total de Unidades de Produção segundo atividade, Urabá Antioquenho, 2015

Municípios	UPA			UPNA			
	Total unidades	Com atividade e PNA <sup>71</sup>	Sem atividade observada	Só uso habitacional	Com atividade produtiva	Sem atividade observada	Só uso habitacional
<b>Apartadó</b>	1687	3,56%	22,64%	42,74%	1,78%	0,83%	28,45%
<b>Arboletes</b>	2507	0,68%	16,83%	56,96%	1,56%	3,95%	20,02%
<b>Carepa</b>	1031	5,14%	32,59%	39,09%	2,72%	2,52%	17,94%
<b>Chigorodó</b>	1543	0,32%	5,90%	46,66%	0,39%	1,49%	45,24%
<b>Murindó</b>	422	0,47%	3,55%	90,05%	0,24%	0,24%	5,45%
<b>Mutatá</b>	2008	2,24%	23,95%	49,75%	3,24%	1,54%	19,27%
<b>Necoclí</b>	3615	5,03%	16,29%	56,02%	1,11%	2,10%	19,45%
<b>S J Urabá</b>	1020	0,29%	19,90%	50,39%	2,45%	2,35%	24,61%
<b>S P Urabá</b>	1341	7,16%	9,55%	74,27%	1,04%	0,30%	7,68%
<b>Turbo</b>	5373	5,56%	22,89%	37,82%	2,46%	1,41%	29,85%
<b>V del Fuerte</b>	1160	4,83%	2,24%	91,81%	0,09%	0,34%	0,69%

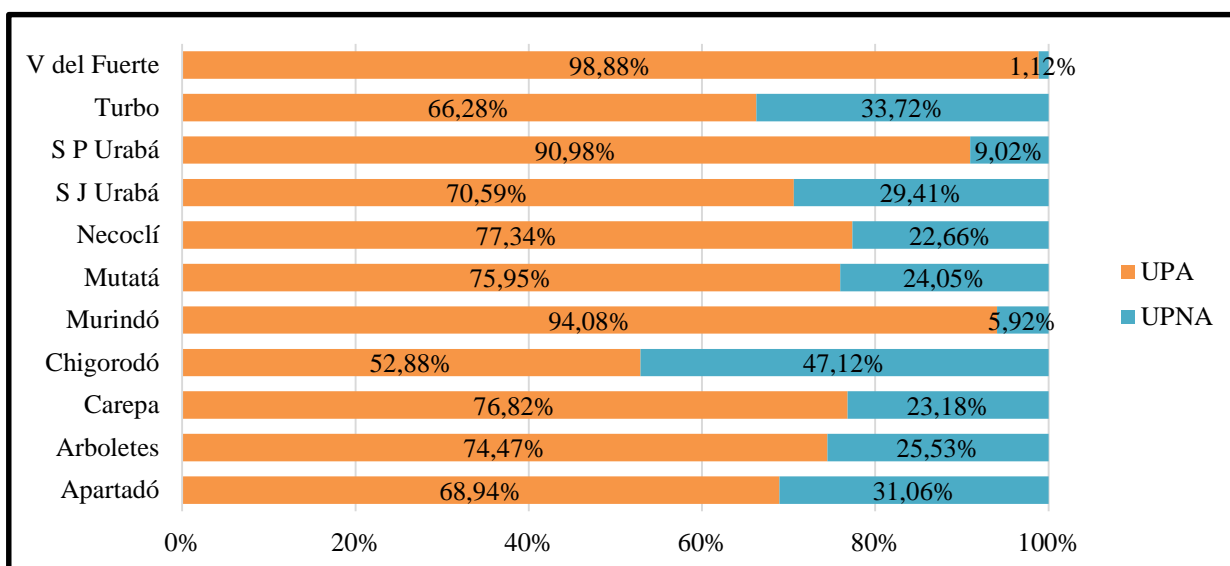
Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo Nacional Agropecuário – DANE –, 2015

Contempla-se uma significativa porcentagem de propriedades para moradia na maioria de todos os municípios, especialmente nas UPAs, com exceção de Chigorodó e Turbo que têm uma distribuição mais homogênea neste respeito nos dois tipos de unidades produtivas. Observa-se, também, que existem UPAs com “atividade produtiva não agropecuária”, referindo-se à transformação de produtos, o comércio, os serviços e a indústria, que são também executadas pelas UPNAs “com atividade produtiva”.

<sup>71</sup> Produtiva Não Agropecuária.

Por outro lado, aquelas UPAs ou UPNAs nas que não se percebe atividade nenhuma, o Censo define-as como aquelas propriedades, ou parte de propriedades, que têm sido abandonadas por alguma razão, à espera alguma atividade produtiva ou que estão em processos judiciais, situação muito comum na região por causa do deslocamento forçado das comunidades campesinas por causa da violência no século XX, e que agora está em processos de recuperação das propriedades pela via legal. É também notável uma maior distribuição de propriedades agropecuárias nos municípios, enquanto uma menor para as não agropecuárias, como o mostra o gráfico 5.

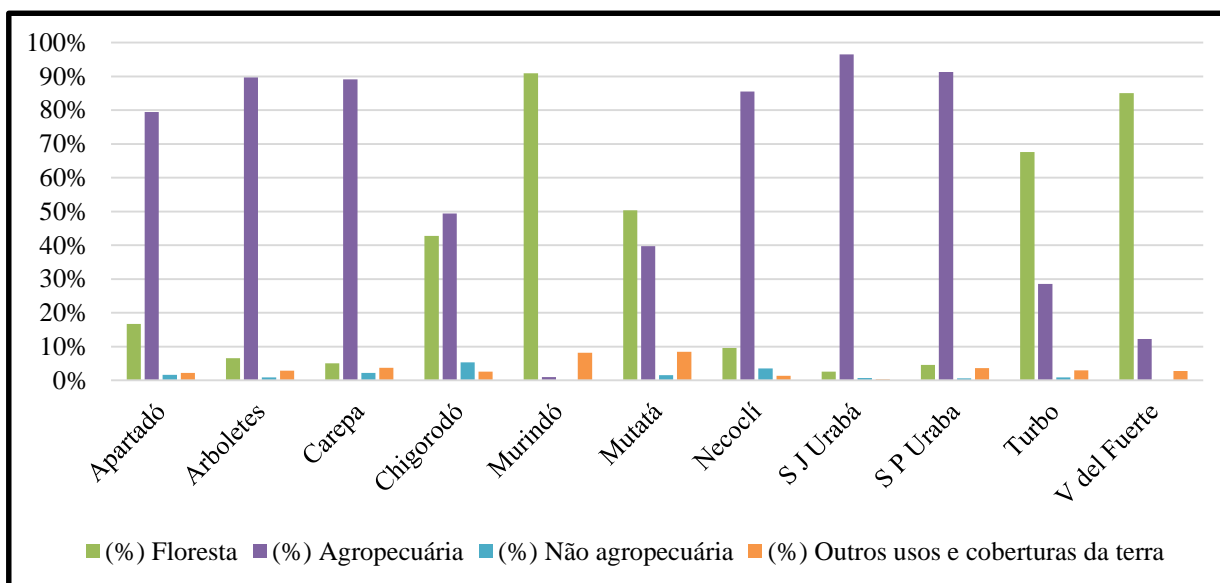
Gráfico 5 Distribuição do total de Unidades Produtivas entre UPAs e UPNAs por município, Urabá Antioqueño, 2015



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo Nacional Agropecuário, 2015.

Por último, é importante observar o uso econômico que também é dado ao solo da região para todas as unidades, como se observa no gráfico 6:

Gráfico 6 Usos do solo para todas as unidades produtivas. Urabá Antioquenho, 2015



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo Nacional Agropecuário, 2015.

Uma considerável área para floresta é identificada nos municípios de Murindó e Vigía del Fuerte, caracterizados por se localizarem em zonas de reserva natural. Mutatá também apresenta o mesmo comportamento, principalmente porque uma ampla área da terra está destinada para os resguardos indígenas, para a proteção e conservação e outras zonas que possuem uma vocação agroflorestal e florestal (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014a). A mesma característica corresponde a Turbo, que possui uma grande área de conservação, no entanto, ameaçada pela intensiva expansão da atividade pecuária. Em Chigorodó, mesmo que o uso entre florestas e atividades agropecuária seja mais distribuída, deve se sinalar um alto grau de deflorestação, devido a que esta zona se compõe por uma paisagem de baixo-relevo que é aproveitada pela maior área bananeira e pecuária do Urabá, afetando conseqüentemente seu ecossistema com inundações (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014).

No resto dos municípios, a atividade agropecuária é predominante. Para entender isto, devem-se levar em conta as estruturas de produção antes mencionadas na região, lembrando que existe uma atividade extensiva do negócio bananeiro e do pecuário, que existem poucos latifúndios abrangendo uma grande área rural na maioria da região, que existe uma concentração de propriedades

medianas destinadas à produção de plátano e que existem muitas pequenas propriedades com uma menor tenência da área total. Por outro lado, se observa no gráfico anterior uma escassa proporção para as atividades não agropecuárias, que corresponde à área ocupada pelas UPNAs.

Os argumentos expostos oferecem um panorama que permite compreender a representatividade da economia campesina na região, no entanto a heterogeneidade própria desta prática mais do que ser constituir como uma vantagem para a população em termos de pluriatividade e diversidade étnica, tem historicamente se transformado em uma das principais razões para o desenvolvimento dos diversos problemas socioeconômicas e institucionais no território. Diferentes posições ideológicas e culturais<sup>72</sup> têm criado rivalidades ao longo do tempo entre os vários grupos que conformam a sociedade urabaense, entre as que se destacam a violação aos direitos de propriedade, aos direitos individuais, a falta de harmonização dos atores do desenvolvimento rural e a desconfiança nas instituições, entre outros. Todos estes aspectos têm construído um cenário difícil para o livre desenvolvimento desta economia, como foi brevemente mencionado no capítulo 2, e que serão apresentados com maior profundidade no capítulo 5.

Neste sentido, vale a pena ressaltar uma colocação interessante a respeito dos benefícios que traz consigo o incentivo ao desenvolvimento socioeconómico da agricultura familiar, outorgada por Cano et al. (2012, p. 14-15), ao refletir sobre o grande impacto no Produto Interno Bruto (PIB) que poderia se obter com um pequeno aumento nos salários dos trabalhadores agrícolas em comparação com os trabalhadores do setor petrolero na Colômbia:

Un ejercicio estándar de matriz insumo-producto, con información de las cuentas nacionales del año 2008 del DANE, revela que un incremento de 10,0% en el ingreso de la mano de obra contratada por las fincas cafeteras, generaría un incremento en el PIB equivalente a 43 puntos básicos. Lo sorprendente del ejercicio es que un cambio idéntico en el PIB se obtendría si el salario del resto de trabajadores agrícolas subiera el mismo 10%. Si el ajuste se aplicara al ingreso de los trabajadores petroleros, el producto nacional tan sólo aumenta 4 puntos básicos<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup>Uma definição aproximada de “cultura” que se toma nesta pesquisa, é outorgada por Terry Eagleton (2001, p. 58), ao afirmar que “é o conjunto de valores, crenças e práticas que constituem a forma de vida de um grupo específico”. Como complemento, pode-se expor que dito conjunto constrói seus códigos de comportamento e formas de comunicação.

<sup>73</sup> Um exercício standard de matriz insumo-produto, com informação das contas nacionais do ano 2008 do DANE, revela que um incremento do 10,0% na renda da mão-de-obra contratada pelas propriedades cafeteiras, geraria um incremento do PIB equivalente a 43 pontos básicos. O

Este argumento não se aplica apenas para impactos no PIB, mas também implica impactos positivos no consumo daquelas famílias onde o excesso de mão-de-obra é contratado em algumas temporadas para trabalhos agrícolas, implicando reduções na pobreza rural e uma maior redistribuição das rendas nas famílias.

Por este tipo de razões, é que resulta imperativo compreender as dinâmicas socioprodutivas das famílias camponesas, pois como foi constatado na tabela 1, existe uma grande porcentagem de população rural que precisa ser atendida e entendida. Assim, a questão de estudo não se fundamenta apenas na alta ruralidade e proporção de propriedades e proprietários que são localizados em pequenas unidades produtivas do Urabá, mas também nas visíveis situações de pobreza e baixa qualidade de vida em que estão imersos.

### **3.2. Entendendo a estrutura da economia camponesa colombiana face à sociedade envolvente**

Uma interessante análise sobre a luta pela adaptabilidade da economia camponesa frente às condições impostas pela *sociedade envolvente* – em termos de Mendras (1987) – é o debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. Este debate ajuda a compreender as formas nas quais o camponado funciona como um movimento social e uma cultura que pode estar sendo vulnerada quando se encontra imersa nas condições das relações mercantis próprias do capitalismo. Dita vulnerabilidade ou pode terminar evidentemente com o patrimônio sociocultural e com a importância do objetivo da reprodução do núcleo doméstico e o autoconsumo, ou pode incentivar à transformação da economia camponesa, sem que isso signifique o desaparecimento das características que historicamente lhe têm sido atribuídas, quer dizer, pode incentivar ao poder de barganha com essa sociedade envolvente – ou que lhe envolve.

O autor brasileiro Bernardo Mançano Fernandes (2004) traz no decorrer dos seus estudos o desenvolvimento deste debate, que tem sido de grande utilidade para as análises respeito do reconhecimento do estado de vulnerabilidade das sociedades camponesas, tanto para o Brasil como para a América Latina. Em simultâneo, a visão do autor, ajuda a compreender de uma forma mais prática a

---

surpreendente do exercício é que uma mudança idêntica no PIB obter-se-ia se o salário do resto de trabalhadores agrícolas aumentasse o mesmo 10%. Se o ajuste for aplicado à renda dos trabalhadores petrolíferos, o produto nacional apenas aumentaria 4 pontos básicos.



movimentação do camponês ou agricultor entre o um modelo de subsistência e outro inteiramente mercantilizado.

No Paradigma da Questão Agrária, o autor expõe duas posições, a saber, uma na qual se assevera a possível desaparecimento do campesinato, dada a integração da economia campesina à economia de mercado e à consequente penetração das relações capitalistas na produção do campo, ressaltando que as mudanças das estruturas socioeconômicas induziram à proletarização do campesinato e a contradições e desigualdades no campo, como acontece na fronteira agrícola do Urabá antioquenho. Depois, numa segunda posição, o campesinato resiste a essas mudanças; mesmo com as condições impostas pelas contradições e desigualdades resultantes da confrontação entre ele e o capital, o camponês consegue-se adaptar, como acontece na periferia agrícola da região de estudo. Em palavras de Fernandes “o campesinato é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo, pela *produção capitalista de relações não – capitalistas de produção*” (2004, p. 11).

Posteriormente, com os estudos de Kautsky<sup>74</sup> (1986 [1899]) e Ricardo Abramovay (1992)<sup>75</sup>, Fernandes debate a diferenciação entre camponês e agricultor, porém, sempre condicionado às estruturas da economia de mercado, quer dizer, ou desaparece ou permanece, mas supeditado a formar parte integralmente do capitalismo. E como se o campesinato e o capitalismo não conseguissem se integrar, como se o livre desenvolvimento de um, significasse o desaparecimento do outro. A respeito das visões que debatem entre os dois cientistas, sobre a permanências ou fim do campesinato de formas diferentes, Fernandes (2004, p. 12) argumenta que:

Para o primeiro, este é um problema estrutural e só pode ser superado com a destruição do sistema capitalista e sua transformação em um regime socialista. Kautsky (1986, p. 389 *et seq.*). Para o segundo, este é um problema conjuntural e sua superação pode acontecer *desde que* o desenvolvimento do capitalismo atinja um determinado estágio, em que as relações sejam determinadas por *estruturas nacionais de mercado* e por um controle rigoroso desse processo pelo Estado. Abramovay (1992, p. 249 *et seq.*).

Neste sentido, a economia campesina passaria a ter um papel residual para a economia de mercado quando se integra nela, pois com o desenvolvimento do

<sup>74</sup> “A Questão Agrária” de Karl Kautsky (1899).

<sup>75</sup> Estudo que corresponde à tese de doutorado de Ricardo Abramovay, intitulada “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (1992).

capitalismo, em especial, do modelo de modernização da agricultura, a participação da agricultura campezina nas estruturas nacionais de mercado é marginal, se se compara com outros setores como o agronegócio e a mineração.

Este é o caso de economias como as latino-americanas, que com a expansão da fronteira agrícola e pecuária, e a mineração em alguns países, a economia campezina, mesmo que possa estar resistindo, se encontra relegada a periferia da fronteira.

Para o caso da Colômbia, onde se localiza a região de estudo – e onde as dinâmicas agropecuárias não são diferentes do resto –, por exemplo, consegue-se ter uma visão respeito deste debate paradigmático, que tem encontrado suas contradições e desigualdades do capitalismo na concentração da propriedade rural – especialmente pela atividade pecuária –, na entrada do modelo de modernização da agricultura e o estabelecimento dos monocultivos, nas políticas neoliberais que se focaram mais no impulso ao comércio internacional antes que no fortalecimento da agricultura local, na expansão da pecuária extensiva e intensiva no uso de solos agrícolas, nas condições de ordem pública que provocou o deslocamento forçado de camponeses, entre outros aspectos.

Autores colombianos como Vargas (1987), Fajardo (2002), Forero, (2010) e Bobadilla (2015) ressaltam o poder de resiliência e resistência do patrimônio sociocultural na economia campezina colombiana e sua organização produtiva frente às estruturas capitalistas, inscrevendo assim suas análises no Paradigma da Questão Agrária. A importância destes destaques radica no reconhecimento das mudanças que vai tendo a economia campezina e do conseqüente tipo de relações que vai criando com a sociedade envolvente, sem que ela se veja vulnerada.

Com isto, e sem que signifique uma imposição *top-down*, se facilita a elaboração das políticas públicas em conjunto com estratégias e iniciativas locais, destinadas ao impulso da exploração campezina, deixando relevantes retornos socioeconômicos, para uma população historicamente imersa na pobreza rural, em assuntos como a segurança alimentar – tanto deles como do resto do país –, o incentivo à produção com menor uso de agroquímicos e mais saudável, à abertura de mercados alternativos que gere ligações diretas entre consumidor e produtor, ao maior acesso a assistência técnica – estabelecida, claro está, por um intercâmbio de saberes entre camponeses e técnicos –, e ao conseqüente desenvolvimento da

territorialidade, que outorgue à coletividade campesina uma relativa independência do centralismo institucional, político e econômico colombiano. Neste cenário, o camponês cria um poder de barganha com o sistema de capital e a sociedade envolvente, no sentido da criação de estratégias não monetárias em conjunto com estratégias monetárias para a reprodução familiar e sociocultural.

Forero (2010), no seu estudo sobre o protagonismo econômico e o desconhecimento da sociedade sobre o camponês colombiano, aponta respeito das transformações da sua economia campesina onde, de fato, seus sistemas de produção se configuram entre estes âmbitos monetários e domésticos, como se ao invés de se enfrentarem, fossem complementares. Assim, o autor expõe que:

En el primero se realizan transacciones de mercado, mediadas por el dinero: compra de insumos, maquinaria, herramientas, pago de jornales, venta de productos agropecuarios, pago de intereses, arrendamientos, etc. Por el contrario, en el ámbito doméstico las operaciones económicas no se llevan a cabo mediante este mecanismo de mercado: utilización de mano de obra familiar y autoconsumo alimentario, donaciones e intercambios en especie de los bienes agropecuarios producidos, utilización de recursos de la finca que sustituyen insumos comerciales, intercambios de trabajo y pago de rentas en especie<sup>76</sup> (FORERO, 2010, p. 80).

Vargas (1987) também reconhece estas estruturas para o país e enuncia dois tipos de economia campesina, a saber, uma mercantilizada e outra de subsistência. O interessante é que, mesmo na mercantilizada, a aparição das relações mercantis não pressupõe a perda do objetivo da reprodução do núcleo e, menos, da mão-de-obra familiar. Porém, ao contrário do que poderia se pensar, o autor chama a atenção sobre a definição da exploração de subsistência, muito diferente do enfoque chayanoviano, exposto no seguinte capítulo. Nesta, o objetivo é a reprodução da mão-de-obra familiar, mas não supõe que seja empregada na exploração da propriedade, pois sua atividade produtiva não lhe permite ao núcleo se sustentar, fazendo com que venda em forma relativamente constante sua força de trabalho. Assim, sua ligação com a sociedade envolvente é com o mercado de trabalho que lhe assegura seu autoconsumo, provocando a proletarização do campesinato,

---

<sup>76</sup> No primeiro, se realizam transações de mercado, mediadas pelo dinheiro: compra de insumos, maquinaria, ferramentas, pagamento de salários, venda de produtos agropecuários, pagamento de interesses, aluguéis, etc. Pelo contrário, no âmbito doméstico as operações econômicas não se levam a cabo por meio deste mecanismo de mercado: uso da mão-de-obra familiar e autoconsumo alimentar, doações e intercâmbios em espécie dos bens agropecuários produzidos, uso dos recursos da propriedade que substituem insumos comerciais, intercâmbios de trabalho e pagamento de rendas em espécie.

fenômeno muito comum das economias extrativistas como a colombiana. Como consequência, ao igual que Forero (2010), Vargas (1987, p. 101) ressalta que:

Existe una nueva economía campesina mercantilizada, que combina la lógica de la producción familiar con cierta lógica del capital, es decir, combina la racionalidad capitalista y campesina, lo que le permite, simultáneamente, mantener las características familiares y acumular un limitado volumen de excedente monetario asimilable al capital<sup>77</sup>.

Porém, esse excedente não representa uma acumulação do capital, no sentido da reprodução ampliada, mas uma reprodução simples que lhe outorgue garantias à reprodução familiar, com a reposição das ferramentas e insumos necessários para sua atividade econômica.

A mercantilização da economia campesina colombiana foi o resultado da sua adaptação a externalidades e situações internas, que transformaram suas estruturas, com a proletarização da mão-de-obra familiar, a maior integração com a economia de mercado, a migração do campo para a cidade e a consequente perda do patrimônio sociocultural. Neste sentido, Vargas (1987) expõe como no período histórico conhecido como *La Violencia*, que teve lugar entre os anos 1940 e 1950, se incentivaram importantes mudanças estruturais por meio da intensificação dos fluxos migratórios de camponeses e a mobilidade da terra, como no caso do Urabá, criando as bases para o surgimento da Reforma Agrária nos anos 1960 e do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado dos anos 1970.

Estas políticas coadjuvaram ao processo de transformação da economia campesina através da aplicação do modelo de modernização da agricultura, que estava sendo acolhido nas economias agrodependentes, se traduzindo em “mayor articulación con el mercado, introducción de elementos de racionalidade capitalista de producción que se combinan con la lógica de la producción campesina”<sup>78</sup> (VARGAS, 1987, p. 111), e na troca substantiva de cultivos temporários e diversos, por permanentes e unitários, como menciona o autor:

Como norma general estos grupos de campesinos (los beneficiarios directos del Programa) están tendiendo a la explotación intensiva de uno o dos cultivos y como máximo tres, lo cual contrasta con los mayores índices de

---

<sup>77</sup> Existe uma nova economia campesina mercantilizada, que combina a lógica da produção familiar com certa lógica do capital, quer dizer, que combina a racionalidade capitalista e campesina, o que permite, simultaneamente manter as características familiares e acumular um limitado volume de excedente monetário semelhante ao capital.

<sup>78</sup> Maior articulação com o mercado, na introdução de elementos de racionalidade capitalista de produção que se combina com a lógica de produção campesina

diversificación encontrados en los grupos que no reciben crédito y asistencia técnica. Aparentemente, esta especialización tiene como propósito incrementar la vinculación de los pequeños productores a la economía de mercado, a través de la venta cada vez mayor de estos productos. En todos los casos, se apreció que las pequeñas unidades encuestadas venden una proporción no inferior al 60% del valor total de la producción de la finca<sup>79</sup> (VARGAS, 1987, p. 112).

Neste sentido, a política da agricultura colombiana começou a criar um padrão de agricultor, que foi deslocando paulatinamente o papel que a economia campesina tinha na segurança alimentar dos setores urbano e rural. Assim, para os anos 1950, se calculavam 270.000 ha de áreas cultivadas industrialmente e para 1970 o número aumentou a 2.700.000, com destino de exportação de produtos e matérias primas para a indústria (VARGAS, 1987).

No início do século XXI, Fajardo (2002) continua demonstrando as causas desta transformação, porém, que resiste. Seus apontamentos assinalam as mudanças da política macroeconômica do país que afetaram de maneira negativa a sustentabilidade desta economia, assim como os fatores de ordem pública que transformaram radicalmente a distribuição da terra e impactaram negativamente o bem-estar do campesinato colombiano, já desde a década de 1950. Neste caso, o autor ressalta à abertura comercial de começos dos anos 1990 como a confirmação da crise agropecuária no país, onde a economia campesina esteve gravemente afetada em detrimento da expansão da fronteira agrícola, do aumento da tributação da oferta nacional e da redução das taxas de importações com a política neoliberal.

Assim, se derivaram problemáticas como a eliminação dos mecanismos de proteção à produção interna, o aumento dos custos de produção – em particular dos juros e o aluguel do solo –, e o manejo das taxas de câmbio, às quais se acrescentaram os deslocamentos forçados causados pela guerra civil. Com isto, o autor destaca a marginalidade na qual tem se desenvolvido a economia campesina do país e a vantagem que essa configuração representa para o latifúndio na retenção de mão-de-obra não qualificada e na concentração da terra, de novo, como acontece no Urabá.

---

<sup>79</sup> Como norma geral, estes grupos de camponeses (os beneficiários diretos do Programa) estão tendendo à exploração intensiva de um ou dois cultivos e como máximo três, o que contrasta com os maiores índices de diversificação encontrados nos grupos que não recebem crédito e assistência técnica. Aparentemente, esta especialização tem como propósito incrementar a vinculação dos pequenos produtores à economia de mercado, através da venda cada vez maior destes produtos. Em todos os casos apreciou-se que nas pequenas unidades entrevistadas vendem uma proporção não inferior ao 60% do valor total da produção da propriedade.

Desta forma, as colocações dos autores somam uma crítica às contradições e desigualdades que avançam com a entrada do capitalismo no campo, tendo modificado as estruturas da organização socioprodutiva da economia campesina colombiana. No Urabá Antioquenho, esta realidade é obviamente visível, principalmente com a entrada do agronegócio da banana e com a exploração extensiva dos solos agrícolas por parte da pecuária de gado. Estas configurações conduziram à economia campesina para a periferia agrícola, que, em conjunto com a guerra civil, com a particular institucionalidade que brilha pela sua ineficiência e com a ausência da construção de capital humano, fizeram dela uma atividade sinônimo de pobreza e miséria, ainda mais pela importante proporção de população que dela depende.

Neste sentido, vale a pena tomar as afirmações que faz Bobadilla (2015) sobre a importância do entendimento da economia campesina e do papel que ela pode ter nas agendas de governo, com o fim de incentivar um ambiente de territorialidade campesina, fundamental para o desenvolvimento socioeconômico das regiões. O autor menciona, que para isto:

Uma compreensão adequada da economia campesina deve passar por três elementos: primeiro, é fundamental construir uma leitura estrutural sobre a economia campesina, quer dizer, uma leitura da relação que a economia campesina tem com o processo de acumulação e valorização do capital, assim como a relação da mesma com a correlação de forças de ordem nacional, regional e local. Segundo, é necessário partir da compreensão que o campesinato não é estático, por tanto, sua economia está em constante transformação de acordo com as dinâmicas econômicas, políticas globais e locais. Terceiro, é indispensável realizar uma leitura da dinâmica da economia campesina demarcada numa agenda de resistência social, tecnológica e produtiva (BOBADILLA, 2015, p. 10).

Em concordância ao anterior, surge a necessidade de realizar análises profundas sobre a composição das estruturas desta atividade e sua posição frente à sociedade envolvente – que não inclui apenas a sociedade de mercado, mas também as configurações sociais e institucionais que entram em conflito constante com a economia campesina –, como este trabalho propõe fazer no caso do Urabá antioquenho. Para dito propósito, é de superlativa importância a confluência das diferentes fontes de conhecimento que permitam gerar um exame abrangente e integral da mesma, identificando as causas da sua situação de vulnerabilidade e propondo estratégias de solução e mitigação dos efeitos, que a configuração dessas estruturas possui sobre o bem-estar da população.

Em síntese, a economia campesina urabaense se encontra imersa numa economia rural que a tem deslocado para a periferia da fronteira agrícola. Não obstante, a composição da distribuição da terra na região indica uma representatividade das suas estruturas, com uma alta ruralidade na região, uma alta proporção de pequenas propriedades usadas para a moradia de uma grande quantidade de proprietários camponeses onde se exercem atividades próprias da agricultura, porém, em um reduzido espaço do território. Isto devido à alta concentração de terra por parte de latifundiários do negócio da banana e da pecuária de gado, ao igual que pelo fenômeno da mediana propriedade campesina dedicada à produção de plátano de exportação.

Da mesma forma, esta estrutura econômica de enclave ao ser atraente para uma considerável massa de migrantes, uma grande proporção de mão-de-obra campesina decidiu se proletarizar por causa do *boom* bananeiro dos anos 1960, e na procura da melhora nas suas condições de vida que não estavam sendo favoráveis nos seus lugares de origem. Isto modificou a composição socioprodutiva da economia campesina, onde o camponês cria uma forte relação com a sociedade envolvente através da sua ligação com o mercado de trabalho. Adicionalmente, com a imposição dos programas governamentais dos anos 1960 e 1970 para modernização da agricultura, através do monocultivo de produtos agrícolas, incentivou aos camponeses do país a formarem parte de um processo que colocou em risco a segurança alimentar dos seus núcleos familiares, em complemento com a abertura comercial do neoliberalismo que impulsou a entrada do país à globalização em detrimento do seu bem-estar e participação nos mercados locais.

Todo este conjunto está se refletindo na pobreza e na miséria pela qual tem atravessado historicamente a população rural do Urabá, ao que se acrescentam os fatores apresentados no capítulo anterior e que incidiram imensuravelmente no desenvolvimento pouco funcional da sua economia campesina.

#### **4. ENTENDENDO A COMPOSIÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA ECONOMIA CAMPESINA COM ENFOQUE INTERDISCIPLINAR.**

Para se compreender a composição socioprodutiva da economia campesina, é importante reconhecer estas estruturas com apoios teóricos e estudos que permitam um entendimento mais abrangente. Antes de começar, deve ser esclarecido que, dado o caráter interdisciplinar que será aplicado neste capítulo, será tomada como

referência uma ampla variedade de autores de diferentes campos do conhecimento, temporalidades e conjunturas sociopolíticas e econômicas. Porém, esta pesquisa toma os conceitos de cada teoria que resultem pertinentes e adequados para o entendimento da composição socioprodutiva na economia campesina, sem que isso resulte apenas numa descrição, mas sim numa análise.

Num primeiro momento, a economia campesina deve ser entendida através de duas dimensões que são interdependentes: como uma cultura – ou na concepção de Long (2007), repertórios culturais, heterogeneidade e hibridismos – e como um núcleo de organização da produção. Como cultura, Mendras (1978), por exemplo, define uma sociedade campesina<sup>80</sup> desde cinco traços particulares, a saber, pela sua relativa autarquia face à sociedade envolvente, que mesmo que a tenha dominado, a tolera pelas suas estruturas de origem; pela importância estrutural do grupo doméstico na organização socioeconômica da coletividade; pela sua inter-relação com a economia de mercado, preservando essa autarquia relativa; porque pela sua característica de coletividade é um foco de interconhecimentos, porém, que possui uma ligação débil com as coletividades circunvizinhas e; pela aparição de figuras de agentes notáveis que funcionam como ponte entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente. Neste sentido, o autor sinala uma variedade de características socioculturais e econômicas importantes, mostrando uma economia campesina que não permanece estática, como mencionava Bobadilla (2015), mas que de uma ou outra forma, está se encontrando sempre em movimento, especialmente na adaptação às diferentes mudanças dessa sociedade envolvente.

A inclusão da análise do campesinato como movimento sociocultural toma relevância no estudo das sociedades modernas. Para Palerm (2008), esse movimento de inclusão ocorre em três momentos. Um primeiro momento inicia-se na Europa a partir de uma visão crítica sobre o movimento da Ilustração, por meio do conceito “Espírito do povo” – *Volksgeist* em alemão –. Johann Gottfried Herder expôs nos seus ensaios de finais de 1700 este conceito (1773), expressando que cada nação possui um espírito próprio independente e diferenciado de outras nações, como resultado da confluência inconsciente das manifestações culturais e

---

<sup>80</sup> Mendras (1978), a diferença de Chayanov não faz uma análise da sociedade camponesa por núcleos familiares, mas pelas coletividades que cumprem com as características de camponeses/campesinos.



linguísticas, que se tornam singulares ao longo da história. Esta é uma posição contrária à Ilustração que além de assinalar que todos os homens são iguais nas sociedades, propõe a razão como algo dado ou universal. No entanto, para Herder, a razão se encontra mais ligada à linguagem, sendo mais do que uma ferramenta de interface, o produto das interações populares e espontâneas em cada nação, quer dizer, a razão não é uma questão imposta ou dada. Com este argumento, motivaram-se os movimentos nacionalistas e românticos como resistência à identidade camponesa que estava se encontrando diminuída, por consequência da homogeneização cultural nas sociedades capitalistas e no imperialismo moderno.

Um segundo momento, muito ligado ao anterior, se relaciona com o Código Napoleônico que unificou em um único texto o direito civil, sem diferenciar normas especiais para aristocratas, grêmios ou camponeses, provocando um choque com as sociedades menos burguesas e mais camponesas. Isto fez com que se formasse um pensamento herderiano a favor do resgate da identidade camponesa “desde la lengua, las danzas y canciones, las festividades civiles y religiosas, la indumentaria, hasta la organización familiar y política, las actividades económicas y toda la vida social de los campesinos”<sup>81</sup> (PALERM, 2008, p. 228).

Finalmente, o autor expõe uma terceira corrente de estudos que surge como resposta à absorção de mão-de-obra camponesa nas filas do proletariado na indústria das grandes cidades, o subsequente fenômeno migratório em massa, e ao modelo de modernização da agricultura na Europa. Os processos foram desiguais entre os países em relação à luta entre o rural e o urbano, a indústria e a agricultura, entre a empresa capitalista e a organização camponesa. A análise abrangeu aspectos de maior caráter econômico e de acesso às técnicas e tecnologias, à organização social ao redor da produção e do consumo, demonstrando as vantagens socioeconômicas que possui a organização comunal e produtiva própria do campesinato frente a outros modos de produção como o feudalismo e o próprio capitalismo.

Por outro lado, numa visão mais contemporânea sobre a composição sociocultural da economia camponesa, e, em concordância com as mudanças próprias da sociedade envolvente de Mendras, Lamarche (1993) ressalta a aparição de uma ampla variedade de explorações agrícolas, que, dependendo da sua

---

<sup>81</sup> Desde a língua, a dança e as músicas, as festividades cívicas e religiosas, a indumentária, até a organização familiar e política, as atividades econômicas e toda [sua] vida social

composição, pode significar uma empresa familiar ou uma economia campesina. Por dito motivo, Lamarche se restringe em dar uma definição sobre o que é uma exploração do tipo familiar, com a finalidade de criar um esquema de análise para que possa delimitar seu objeto de estudo, sem que isso signifique homogeneizar o conceito de exploração familiar.

Nesta questão, o autor expõe vários tipos de explorações que podem se diferenciar entre dois eixos principais, dependendo das suas condições de produção, como a superfície da propriedade familiar, o grau de mecanização, o nível técnico, a capacidade financeira, entre outros, e claro, o nível de arraigo ao seu patrimônio sociocultural. Assim, a exploração familiar se movimenta entre dois extremos: *modelo original*, de modo mais camponês, e o *modelo ideal* totalmente integrado com a economia de mercado.

O primeiro eixo se relaciona com o que o autor chama de *sociedades selvagens*<sup>82</sup>, em que existe uma forte prevalência do patrimônio sociocultural, e a exploração é independente do projeto que propõe a sociedade global. Uma aproximação a um modelo de *subsistência* que se encontra mais fechado às influências das relações mercantis e ao uso intenso dos meios de produção capitalista para a obtenção de lucro.

Logo o *modelo ideal*, se encontra mais voltado ao projeto que a sociedade global desenhou para a unidade de organização campesina, dirigido à industrialização dos processos agrícolas, onde a reprodução do núcleo familiar com o objetivo da exploração passa para segundo plano ou desaparece; isto, em grande parte devido à “homogenización en la forma de una economía empresarial y el rechazo por otras economías como la campesina”<sup>83</sup> (CHAPARRO, 2014, p. 19), ou seja, o modelo de modernização da agricultura dos anos 1950. Porém, isto não significa que o *modelo ideal* ou final seja uma meta que todo agricultor deva atingir, pelo contrário, apenas define uma posição que ele adquire ao interior destes dois eixos, dependendo da sua integração ao mercado e da preservação do seu patrimônio sociocultural. Neste

---

<sup>82</sup> Segundo Mendras (1978, p. 13-14) a denominação *selvagem* se usa no sentido afetivo do século XVIII. Define à sociedade selvagem como aquela que “vive em uma coletividade restrita, isolada do mundo exterior com o qual só mantém relações de guerra e de troca; ela vive do que produz, e não existe especialização de tarefas, cada um participando da produção dos alimentos; todos conhecem todos no seio da coletividade; a posição de cada um às tarefas que lhe cabem são definidas por seu pertencimento à sua linhagem, sexo e idade”.

<sup>83</sup> Homogeneização da economia empresarial e o rejeito de outras economias como a camponesa.

sentido, concebe-se à economia campesina como uma cultura que tem sido “reflexiva” no sentido de Giddens (1991).

Para Giddens (1991), a reflexividade expressa uma característica definidora de toda ação humana – que incorpora um consistente monitoramento do comportamento humano e seus contextos –, onde todos os indivíduos, de uma ou outra forma, mantêm-se em contato continuamente com as bases dessa ação como uma parte fundamental dos seus fazeres cotidianos. O indivíduo faz uma adaptação dos comportamentos e códigos de conduta que transformam e conformam novas tradições. Com isso, a reflexividade tem sempre uma ligação com modernidade. Os aspectos culturais que envolvem a economia campesina possuem este comportamento reflexivo, pois a unidade ou núcleo produtivo está em constante adaptação às mudanças da sociedade como um todo, porém, a partir da sua maneira particular, diferente da reflexividade da sociedade moderna. Neste aspecto, Lamarche (1993, p. 13) comenta que:

Independente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção [...]. As situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos socioeconômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a exploração familiar.

No entanto, estas adaptações podem ser até certo ponto contraproducentes, pois nem todos os sujeitos/núcleos familiares que fazem parte do campesinato têm o mesmo grau de adaptação. A evolução nas sociedades modernas avança a níveis muito mais rápidos, enquanto as mudanças culturais são mais lentas e de longo prazo. Nas sociedades tradicionais existe um sentido de pertença muito mais intenso, pelas suas raízes, valores, comportamentos, ambientes, situações, enquanto nas modernas é possível ver uma maior pluralização dos estilos de vida e uma adaptação mais rápida. Mas não é por isto que deve se olhar ao campesinato como um setor isolado das sociedades, pois é importante reconhecer o vínculo que esta possui nas relações mercantis da sociedade envolvente.

Agora, como organização socioprodutiva, na economia campesina se observam três elementos principais para seu desenvolvimento: *família*, da qual o *trabalho* e a *propriedade* estão direta e constantemente ligados. Uns dos estudos ícones sobre esta microeconomia é o livro *La Organización de la Unidad Económica*

*Campesina* (1974[1925]), do economista russo, Alexander Chayanov, que escreve sua obra durante os começos da então União Soviética.

A análise de Chayanov contempla uma economia campesina isolada social e economicamente autossuficiente, onde não existem salários, mas sim uma remuneração subjetiva, e onde os camponeses se encontram na capacidade de satisfazer suas necessidades de consumo sem a obrigação de empregar toda sua capacidade de trabalho, posição contrária da economia de mercado, onde a exploração da mão-de-obra é intensiva e constante. Neste contexto, o objetivo da economia campesina é a reprodução familiar, que depende dos esforços concentrados no equilíbrio da relação consumo/trabalho<sup>84</sup> por meio do uso da mão-de-obra familiar e sua terra. Neste sentido, a organização socioprodutiva em Chayanov contradiz por completo a lógica do capital, de acumulação da mais-valia, da exploração da mão-de-obra para tal fim, e do tratamento da propriedade/terra, que para o campesinato é “more than just another factor of production which has a price: it is the long term security of the family against the hazards of life, and it is part of the social status of the family within village or community”<sup>85</sup> (ELLIS, 2003, p. 8).

Este estudo resulta ser um importante ponto de partida para a análise organizativa, porém, da União Soviética de Chayanov até a sociedade contemporânea, houve inúmeras mudanças que têm modificado o contexto sociopolítico e econômico no qual se desenvolve a organização socioprodutiva dos produtores rurais, especialmente os da economia campesina.

Autores mais recentes e, claro, mais envolvidos nas estruturas das economias capitalistas, continuam tomando as concepções de Chayanov para realizar suas análises. Lamarche (1993, p. 15), por exemplo, comenta a respeito dos elementos principais do desenvolvimento da economia campesina, que “a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente

---

<sup>84</sup> Segundo Chayanov (1974[1925]), quando o aumento na produção do camponês é incentivado pelo aumento do número de consumidores – um aumento da relação c/t que gera pressão adicional nas necessidades de consumo – não necessariamente se traduz num aumento do bem-estar, pois mais consumidores e menos trabalhadores, significa mais dias de trabalho e maior esgotamento físico. O autor expõe também, que o contrário acontece se pudesse se conseguir um aumento da produção mediante uma maior disponibilidade e qualidade da terra para exercer as tarefas. Assim, quando a disponibilidade de terra é limitada, inclusive insuficiente, resulta afetando o bem-estar do núcleo, pois o equilíbrio na relação c/t mediante a atividade agrícola poderia não ser atingido. Neste caso, a diversificação da economia camponesa possui uma considerável função para responder à pressão do consumo.

<sup>85</sup> Mais do que um fator de produção que tem seu preço, é a seguridade ao longo prazo da família contra os perigos da vida e é parte do seu status social ao interior da vila ou comunidade.

noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração”. Neste sentido, a reprodução da exploração familiar – como a nomeia Lamarche – é de caráter simples, diferente da reprodução ampliada do capital, pois mesmo que a produção possa deixar alguns excedentes, produto do trabalho familiar, não se acumulam mais se reproduzem na reposição dos meios de trabalho.

O autor expõe que em algumas ocasiões pode-se contratar mão-de-obra adicional quando for necessária em altas temporadas de coleta, no entanto, a predominância ou preferência do trabalho doméstico na exploração familiar tem um grande efeito nas forças do mercado de trabalho em comunidades agrícolas. As razões se encontram na “predominance of family labour in production [...] has an effect on the working of the labour markets in peasant communities, since various subjective criteria peculiar to individual households are likely to influence both the supply and demand for wage labour in the wider Market”<sup>86</sup> (ELLIS, 2003, p. 8). Nesta análise, à diferença do estudo de Chayanov, pode se observar uma concepção da economia campesina mais relacionada com a sociedade de mercado. Irremediavelmente, esta atividade e o campesinato – no sentido sociocultural e político –, em qualquer uma das suas formas, apresenta distintos níveis de interrelações com dita sociedade; é a reflexividade. A questão é se nessa integração a economia campesina vai perdendo suas características particulares ao respeito da sua cultura, sua reprodução e o uso dos insumos.

Desta forma, sua organização socioprodutiva se configura pela destinação de uma importante proporção do produto para o consumo familiar e o resto para a comercialização, sendo imprescindível a diversificação dos cultivos. De modo simultâneo, as rendas da economia campesina podem ser também obtidas tanto por práticas agrícolas e não agrícolas como os artesanatos, a prestação de serviços e/ou a comercialização, dependendo das condições dos meios de produção e as necessidades presentes. Neste sentido, ser um agricultor familiar não se traduz numa profissão, mas “num modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades” (WANDERLEY, 2003, p. 46).

---

<sup>86</sup> Predominância do trabalho familiar na produção (...) tem um efeito no trabalho do mercado laboral para comunidades camponesas, desde que vários critérios subjetivos específicos à famílias individuais influenciam com maior probabilidade à demanda e oferta para o salário de trabalho na amplitude no mercado.

No entanto, poderia se pensar que sua permeabilidade às lógicas capitalistas poderiam estar fragilizadas se ocorresse uma diversificação, porém, lembrando o conceito de reflexividade, pode-se deduzir que a unidade poderá continuar com as características da economia campesina, sempre que o núcleo familiar e sua ligação com a terra e o trabalho continuem firmes. Assim, por ser a exploração familiar multiforme e adaptável, o núcleo familiar que desempenha uma economia campesina tradicional pode adquirir poder de barganha com a sociedade global, sem necessidade de se arraigar ao modelo original nem de se inserir por completo no modelo ideal, mantendo sua identidade cultural, sua relação entre propriedade, família, trabalho, e por tanto, equilibrando a relação consumo/trabalho.

Uma análise similar é dada por Ellis (2003) no seu livro “*Peasant Economics: Farm Households in Agrarian Development*”. O autor descreve a atividade camponesa em dois sentidos: um enquanto sociedades camponesas e outro enquanto núcleo doméstico agrícola camponês. No primeiro, explica que as sociedades camponesas representam “a transition from relatively dispersed, isolated, and self-sufficient communities towards fully integrated Market economies”<sup>87</sup> (Ibid., p. 5). Porém, esta transição também pode ser interna – *diferenças internas* na linguagem do autor –, marcando distinções dentro da comunidade da economia campesina, pois “[The] social structure changes over time according to the nature of forces acting on peasant society and to the adaptation of individual families to those forces”<sup>88</sup> (Ibid., p. 7)

No segundo sentido, Ellis já usa o termo “camponês”, como um agente que tem a capacidade de decidir ao se movimentar entre ambos os polos – o *modelo original* e o *modelo ideal* de Lamarche –, dependendo da gestão dos seus recursos mão-de-obra, terra e capital, e sua ligação com as necessidades de consumo do seu núcleo doméstico, que vão estabelecendo o status social e as *diferenças internas* ao interior sociedades camponesas.

Assim, o autor reconhece a economia campesina pela sua natureza dual, pois a unidade familiar de produção é “both a Family and a enterprise; it simultaneously engages in both consumption and production”<sup>89</sup> (2003, p. 7). Isto compreende uma

---

<sup>87</sup> Uma transição desde comunidades relativamente isoladas, dispersas e autossuficientes até chegarem a estar completamente integradas às economias de mercado.

<sup>88</sup> [A] estrutura social muda ao longo do tempo de acordo com a natureza das forças que atuam sobre a sociedade camponesa e a adaptação de famílias individuais àquelas forças.

<sup>89</sup> Ao mesmo tempo é familiar e empresarial, e se envolve tanto no consumo como na produção

análise do núcleo doméstico em aspectos como a sociologia da unidade campestre, o grau de integração do mercado, o consumo, a intenção ou não de acumulação de capital, a concepção que ele tem sobre propriedade da terra e o nível de dependência da mão-de-obra familiar para sua subsistência.

Ditas características expõem um foco sociológico, antropológico, econômico e histórico importante que se desenvolve ao redor desta atividade, enraizada no seu território e ainda com uma relativa autarquia frente às sociedades modernas capitalistas enquanto sua organização microeconômica. Esta característica tem feito com que a economia campestre tenha sobrevivido às diferentes mudanças político-econômicas ao longo da história da agricultura, inclusive ao atual modelo de modernização onde primam o conceito de agricultor ideal e a intensificação dos meios de produção intensiva e extensiva.

#### **4.1. A interdisciplinaridade voltada ao desenvolvimento rural**

As situações que influenciam o desenvolvimento rural não podem ser explicadas como se fosse o solilóquio de uma única forma de conhecimento. As forças do desenvolvimento possuem origens variadas, e, para entendê-las, se faz necessária a voz de diferentes disciplinas, permitindo obter uma visão integral das suas causas, dos seus efeitos e dos seus possíveis tratamentos. No caso desta pesquisa, não poderia se esperar menos, pois ao falar de economia campestre, não está apenas se fazendo referência a um tipo de produção ou mercado, mas também se apresenta um conjunto de conteúdos que precisam ser compreendidos desde o diálogo entre a sociologia, a política, a antropologia, a filosofia, as ciências agrárias, a história, e todos aqueles saberes que sejam úteis para construir uma resposta ao porquê das suas transformações e da sua vulnerabilidade.

Desta forma, se faz necessária uma desconstrução do desenvolvimento, não como conceito, pois suas percepções são diversas, mas como base analítica das configurações do desenvolvimento rural voltado à economia campestre. É assim que a definição do termo tem se encontrado numa constante transformação, desde as explicações de maior rigor científico, até aquelas mais ideológicas e, inclusive, as apenas discursivas. Assim, esta pesquisa apresenta várias análises do desenvolvimento, que conforme indicado, não pressupõem o estabelecimento de uma definição, mas sim uma base integral de análise.

Sen (1999) indica um interessante ponto de partida para entender o desenvolvimento como processo constante na procura da liberdade humana, que permite obter um acesso básico a educação, saúde, infraestrutura física, direitos civis e participação política, entre outros. Neste sentido, a percepção de desenvolvimento não se restringe apenas à acumulação de rendas, ao crescimento da economia, ao avanço tecnológico, à industrialização, etc., que mesmo se convertendo numa base importante para atingir o bem-estar nas sociedades, deve-se considerar que o desenvolvimento se influencia claramente pelas formas nas quais são constituídas as estruturas sociais. Com isto, o autor afirma que “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos” (1999, p. 18).

O autor aponta que a expansão da liberdade é considerada um objetivo primordial e o principal meio de desenvolvimento, ou o que ele denomina como o “papel constitutivo” e o “papel instrumental”. O primeiro se relaciona em evitar privações básicas, como evitar a fome, as doenças, a morte prematura, até acessar direitos como a educação e a participação política.

O segundo refere-se ao “modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade em geral” (Ibid., p. 89). O autor expõe que a “eficácia da liberdade como um instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos” (Ibid., p. 90). Neste sentido, Sen identifica cinco tipos de liberdades, a saber: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais – saúde, educação, infraestrutura que influenciam as liberdades substantivas –, garantias de transparência da gestão pública, e a segurança protetora – como os subsídios aos desempregados, distribuição de alimentos em tempos de fome, auxílio aos indigentes, etc.

Outra visão conflui mais pela via do desenvolvimento econômico, que apoia o desenvolvimento humano como uma condição necessária, mas nunca suficiente: a renda e sua distribuição. Ray (1998, p. 27) expressa que ainda quando o conceito de desenvolvimento abrange outras instâncias mais amplas e multidimensionais da



sociedade, deve-se também reconhecer que o PIB pode ser uma boa variável aproximada do mesmo. Assim “se puede sostener que um aumento en los niveles de renta se traduce, en última instancia e inevitablemente, en una mejora en los niveles de salud, nutrición y educación de la población. Es, pues, un ejercicio útil analizar los datos de distintos países para ver cuánto ‘poder explicativo’ tiene el PIB per cápita frente a otros indicadores básicos”<sup>90</sup> (1998, p. 27). No entanto, esta é mais uma visão *ceteris paribus*, pois não toma em conta aspectos como a ineficiência institucional que evita uma distribuição equitativa dos recursos.

Favareto (2006) evoca três focos gerais que são considerados na definição de desenvolvimento. Uma delas possui este caráter econômico, geralmente voltado ao crescimento das economias. Neste ponto, se levam em conta os modelos ricardianos-malthusianos de crescimento populacional e econômico até os neoclássicos de crescimento endógeno Harrod-Domar (1948) e Solow-Swam (1956). Logo, chama uma segunda de “poder mobilizador”, em que o desenvolvimento se toma como um mito, mas não no sentido enganoso. Por último, apresenta uma terceira onde o termo não possui nenhuma validade teórica, mas um “argumento ideológico falseador das reais intenções políticas cunhadas a este título” (2006, p. 33).

Construir uma argumentação teórica sobre a definição do discurso que, neste ponto, pode ser de grande utilidade para compreender mais um pouco os dois últimos focos de Favareto, e de fato, para questionar a nossa visão do que deve ser desenvolvimento nas sociedades latino-americanas. Long (2007), citando a Escobar (1996), comenta que a obsessão do período pós-Ilustração pelo *progreso* e a *modernidade* estabeleceram o cenário apropriado para as discussões sobre o desenvolvimento. Então, o panorama que deixou consigo o término da Segunda Guerra Mundial criou toda uma engenharia social ao redor da recuperação das derrotadas economias ocidentais, que também teria como objetivo o desenho e transformação das denominadas sociedades *tradicionais*, como as da Latino-américa. Assim, “a través de la inyección de capital, tecnología y formas de

---

<sup>90</sup> Pode ser dizer que um aumento nos níveis de renda traduz-se, na última instância e inevitavelmente, na melhoria dos níveis de saúde, nutrição, e educação na população. Um exercício útil é analisar os dados dos países para ver quanto ‘poder explicativo’ possui o PIB per capita frente aos outros indicadores básicos.

organización burocráticas, [el desarrollo] se agregó al vocabulario del progreso”<sup>91</sup> (LONG, 2007, p. 112). A partir desta perspectiva, o autor também argumenta que:

Puede describirse mejor el desarrollo como un aparato que une formas de conocimiento sobre el Tercer Mundo con el despegue de formas de poder e intervención, resultando en el mapeo y producción de las sociedades del Tercer Mundo. El desarrollo construye al Tercer Mundo contemporáneo, silenciosamente, sin que lo notemos. Por medio de este discurso, los individuos, los gobiernos y comunidades se ven a sí mismos como “subdesarrollados” y son tratados como tal [...]. Esta visión unificadora se extendió solo hasta el periodo de la pos-guerra, cuando los aparatos de producción e intervención del conocimiento occidental (como el Banco Mundial, las Naciones Unidas y las agencias bilaterales de desarrollo) fueron globalizadas y establecieron su economía política de verdad<sup>92</sup> (Ibid.).

Estas afirmações dão conta da pluralidade na qual pode estar inserido o conceito de desenvolvimento, e como as múltiplas concepções têm determinado os rumos de um desenvolvimento *padrão* ou globalizado. O sobressaliente desta posição é que a imposição de uma determinada forma de orientar as economias, comportamentos e costumes das *sociedades tradicionais*, não levou em conta a heterogeneidade que caracteriza cada uma delas, tendo como resultado um *desenvolvimento* desigual entre países, tal como aconteceu com a introdução do modelo de modernização da agricultura de 1950, que mudou drasticamente os sistemas agropecuários de países como os latino-americanos.

Thomas (2000) faz uma colocação muito similar à citada por Long (2007), a partir da crítica ao desenvolvimento padronizado pelas agências de governo e multilaterais, motivado pela caída dos regimes autodeclarados comunistas, posterior à Guerra Fria, expondo, assim, um discurso limitado do que seria chegar ao estado de progresso caracterizado para uma parte específica do mundo, neste caso, do denominado *primer mundo*. Aponta que com a entrada do século XXI, e com o entendimento de um mundo heterogêneo de constantes transformações sociais e econômicas, conseguem-se observar países onde o desenvolvimento pode tomar

---

<sup>91</sup> Por meio da injeção de capital, tecnologia e formas de organização burocráticas, [o desenvolvimento] agregou-se ao vocabulário do progresso.

<sup>92</sup> Pode se descrever melhor o desenvolvimento como um aparato que une formas de conhecimento sobre o Terceiro Mundo com a decolagem de formas de poder e intervenção, resultando no mapeamento e produção das sociedades do Terceiro Mundo. O desenvolvimento constrói ao Terceiro Mundo contemporâneo, silenciosamente, sem que o notemos. Por meio deste discurso, os indivíduos, governos e comunidades veem-se como “subdesenvolvidos” e são tratados como tal [...]. Esta visão unificadora estendeu-se só até o período do pós-guerra, quando os aparatos de produção e intervenção do conhecimento ocidental (como o Banco Mundial, as Nações Unidas e as agências de desenvolvimento bilaterais) foram globalizados e estabeleceram sua economia política de verdade.

muitos níveis e características diferentes<sup>93</sup>. Porém, com o padronizado discurso de desenvolvimento da segunda metade do século XX, continua se incitando à ação das agências de governo a intervir sob o capitalismo globalizado para aliviar a pobreza e outros problemas dos países de *terceiro mundo*, comumente nomeados como *pobres*.

Desta forma, com o reconhecimento que o autor faz sobre a heterogeneidade socioeconômica e institucional existente entre países, propõe o desenvolvimento a partir de três circunstâncias, a saber, como uma *visão, descrição* ou *medida* de uma sociedade desejável; como um processo de mudanças e transformações sociais ao longo da história; e como os esforços que executam as sociedades para atingir o melhoramento das condições atuais com uma grande incidência da ação coletiva, incluindo os governos.

No mesmo contexto, as arguições de Favareto (2006), alimentadas por North, Sen e Diamond, apoiam as colocações de Thomas (2000), ao perceber o desenvolvimento como um processo histórico e evoluído no interior das sociedades do mundo, e como tal, a história e sua evolução não ocorrem linearmente, pelo qual o “desenvolvimento de uma sociedade pode ser compreendido como evolução de uma configuração histórica determinada [...] que nada tem de linear, e que pode se dar em diferentes direções, aproximando-se ou distanciando-se do ideal contido no projeto normativo do desenvolvimento como melhoria dos indicadores econômicos, sociais e ambientais de um dado país, região o grupo social” (FAVARETO, p. 77).

Por sua parte, Banerjee e Newman (1998), trazem uma ótica do desenvolvimento voltada ao reconhecimento dos impactos da conduta individual ao longo da história, atribuindo-lhe como uma das razões pelas quais países subdesenvolvidos fazem sua transição para desenvolvidos, não dependendo unicamente do estabelecimento de modelos de vida padrão, – semelhando às críticas de Long, Thomas e Favareto –, mas das relações sociais estabelecidas pelas sociedades, seus níveis de urbanização e comercialização, e inclusive dos papéis políticos que desempenham; ou seja, das mudanças institucionais.

Uma colocação similar é feita por Hoff e Stiglitz (2002), quando fazem uma crítica ao desenvolvimento econômico como uma forma simples de acumulação de capital, ressaltando que a análise das organizações prevalece quando se considera

---

<sup>93</sup> Sublinhado nosso.

que nas sociedades as estruturas organizacionais diferem. Desta forma, o desenvolvimento também difere.

Schneider e Escher (2011, p. 181) fazem referência à relevância da definição de desenvolvimento para a sociedade contemporânea, ao expor que para o início do século XXI:

A retomada do interesse pelo desenvolvimento está relacionada aos efeitos de alguns eventos econômicos, sociais e políticos de grande alcance, ocorridos no último quarto do século passado. Entre estes, está o fim da guerra fria, o esgotamento dos modelos econômicos inspirados no keynesianismo e nas políticas de *welfare state*, a queda do muro de Berlim e o subsequente esgotamento do regime estatista conhecido como “socialismo real”. O atual esgotamento relativo da ideologia e das políticas neoliberais, também inspiraram este interesse pela retomada do desenvolvimento.

A este respeito, Plein (2016) expõe as mudanças que têm ocorrido na percepção de desenvolvimento, desde a era de ouro do capitalismo (1945-1975) na qual a definição era mais própria do crescimento no PIB, até os anos 1980 e 1990 em que são outras as preocupações que abrangem a ideia da qualidade de vida, as questões ambientais, a justiça social e a participação política dos indivíduos.

Assim, frente às múltiplas definições de desenvolvimento e suas variadas adjetivações – rural, agrícola, local, regional, econômico, endógeno, humano, ambiental, sustentável, etc. – o certo é que “a questão fundamental reside em saber qual seu conteúdo e quais são seus sentidos; ou seja, o que ele traz como proposta e a quem está endereçado” (SCHNEIDER e ESCHER, 2011, p. 182).

Decorrente das colocações anteriores, pode-se encontrar um diálogo entre as diferentes propostas de entendimento do desenvolvimento, observando que seu discurso padronizado está sendo concebido como um significado tautológico do termo. Ao tratar da economia campesina, deve-se levar em conta constantemente que é uma atividade principalmente heterogênea e em contínua transformação, que mantém certa distância do modo de capitalista, ao ter como principal objetivo a reprodução do núcleo familiar e das suas características socioculturais, e que concebe à mão-de-obra dos seus integrantes e a sua terra como aspectos que lhe outorgam a sua organização socioprodutiva um significado que dista da lógica do capital e da sua reprodução ampliada. Como se fez menção previamente, as transformações as que se tem submetido por causa da sua reflexividade frente à sociedade envolvente, não têm significado uma perda da sua essência, mas uma

adaptabilidade que lhe permite criar relações de barganha com a economia de mercado, mediante a combinação de estratégias monetárias e domésticas.

Neste sentido, ao fazer um diálogo do desenvolvimento com a economia campesina, o discurso imperante de mediados do século XX não se concebe adequado para gerar um ambiente de sustentabilidade da atividade, dadas suas estruturas heterogêneas que a diferenciam do sistema de capital. Assim, tais particularidades devem ser reconhecidas, como apontava Thomas, Long e Favareto, para conceber um cenário integral e singular de um desenvolvimento próprio de cada território. Desta forma, as configurações sociais, culturais, políticas, econômicas e institucionais da economia campesina rompem com o paradigma do *discurso desenvolvimentista*, e, especificamente, de desenvolvimento rural com um modelo de modernização da agricultura.

#### **4.1.1. Sobre o Desenvolvimento Rural com caráter territorial**

Uma visão de territorialidade – que não compreende apenas um espaço geográfico – pode ser de grande utilidade para identificar as forças do Desenvolvimento Rural (DR) nas quais a economia campesina se encontra enquadrada. Estas forças compreendem assuntos próprios de território, como as dinâmicas das relações sociais – mediadas, segundo Saquet (2005), pelo trabalho, o poder e a linguagem – e da sociedade com a natureza, a forma de apropriação dos agentes sobre seu próprio espaço e suas características e instituições construídas historicamente. Desta maneira, as forças constroem capacidades de absorção de fatores exógenos e de interiorização dos mesmos, gerando, ou não, um ambiente de Desenvolvimento Endógeno Local (DEL), que depende da resistência e resiliência das capacidades construídas pelos agentes. Neste sentido, o DEL é concebido como um enfoque baseado no desenvolvimento territorial, onde a eficácia das políticas de desenvolvimento possui maior sucesso quando planejadas e executadas pelos próprios agentes locais. Aliás, o conceito metodológico é menos geral e mais específico, pois foca as análises nos estudos de caso de cada região (VÁSQUEZ, 2005).

Lotero e Hernández (2002, p. 114-115) complementam a arguição comentando ao respeito da relativa autonomia<sup>94</sup> que adquirem os territórios quando se

---

<sup>94</sup> Se menciona “relativa autonomia” e não “autonomia”, pois perante a existência de uma sociedade envolvente, uma completa autonomia seria impossível dado o constante estabelecimento de relações sociais, políticas e mercantis entre os diferentes agentes dos territórios, mesmo que sejam em níveis

estabelecem processos DEL, o qual atinge os modelos econômicos existentes e consegue internalizar as externalidades e transformá-las para o benefício da população, reagindo às pressões, as ameaças, e aproveitando as oportunidades de inovação. Aqui, o território não é mais passivo, quer dizer que as decisões que abrangem o bem-estar local – políticas públicas – não são mais tomadas de cima para baixo, mas de baixo para cima.

Por sua parte, Alves e Guivant<sup>95</sup> (2010) expõem que nos projetos de desenvolvimento endógeno dos territórios, os agentes executam sua capacidade de agência quando se encontram num contexto de interconexão com aspectos externos, como os mundos simbólicos, técnicos, políticos, globais, se deslocando daquela posição de vítimas. Com isto, deixar a zona de conforto faz com que os agentes executem outros papéis mais ativos no desenvolvimento, abandonando sua passividade. Desta forma, “um cenário ideal [para o desenvolvimento] seria constituído por um processo interativo entre os elementos endógenos e exógenos, em que as forças locais se potencializariam em contato com as forças extra locais” (2010, p. 102).

Conforme estas afirmações, o DR voltado à economia campesina é uma forma de impulsar o DEL, especialmente para territórios agrodependentes, e onde se observa uma dicotomia entre o setor moderno e o tradicional. Na heterogeneidade da ruralidade, é possível observar a funcionalidade das forças do desenvolvimento atingidas num território na conformação das relações entre os agentes do território, e deles com seu espaço. Dependendo dos esforços que estejam executando os atores locais para atingir o melhoramento das suas condições atuais, tais forças podem estar, ou não, apoiando o processo histórico de acesso às liberdades expostas por Sen (1999), e a ruptura das estratégias discursivas de desenvolvimento, que lhe inibe ao território criar as suas próprias.

Neste sentido, Van der Ploeg *et al* (2000) enunciam a ruptura destes paradigmas dentro do desenvolvimento de uma ruralidade que é heterogênea, catalogando o DR como um processo multinível, multiator e multifacetado, onde as

---

diferentes. Este aspecto será tratado mais especificamente com a divisão social do Trabalho de Durkheim (1999).

<sup>95</sup> Os autores também trazem a proposta do Desenvolvimento Neoendógeno, citando as posições de Ward *et al* (2005), como substituto e nova nomenclatura para o DEL. A renovada concepção inclui a construção de uma capacidade institucional local que consegue mobilizar os recursos e as potencialidades dos territórios e absorver, mediante a agência, as forças externas interagindo com as mesmas

lutas e debates sócio-políticos são fundamentais para a transformação do modelo de modernização, e para o entendimento da importância que adquirem as diferentes formas de fazer agricultura para um DR abrangente.

Como um processo multinível, os autores reconhecem que o DR deve ser entendido como um processo onde a história das tradições possui uma grande incidência, onde a confluência de diferentes atores e a pluriatividade na sua execução são determinantes para sua evolução. Eles enunciam seis níveis nos quais acontece um DR, o qual surge como uma resposta ao paradigma da modernização da agricultura<sup>96</sup>. Um primeiro nível aponta às inter-relações globais entre a agricultura e a sociedade, no qual a primeira se encontra totalmente ligada a todo tipo de dinâmicas urbanas e rurais, existe uma maior variedade de práticas rurais e se abandona a concepção da agricultura como despesa da economia industrial.

Um segundo nível refere-se ao DR como um novo modelo de desenvolvimento para o setor agrícola, em que as sinergias entre diferentes tipos de atividades rurais – agrícolas e não agrícolas –, entre diferentes tipos de agricultores e de ecossistemas locais e regionais, seja a estratégia na formulação de um desenvolvimento sustentável. O terceiro nível corresponde ao individual núcleo familiar de agricultores<sup>97</sup>, no qual o DR concebe-se como uma redefinição das identidades, estratégias, práticas, inter-relações e redes no rural. Aqui as sinergias entre os autores são chaves para a manutenção das atividades agrícolas e não agrícolas – com a coordenação e a alocação do trabalho familiar, por exemplo – e onde se propende pela ligação entre as cotidianidades das zonas urbanas e rurais, conseguindo uma completa integração local e regional.

O quarto nível se relaciona com a importância do campo rural e seus atores econômicos para o DR. Os autores enfatizam que o rural não é mais o monopólio dos fazendeiros, e que “Within the framework of rural development new forms and

---

<sup>96</sup> Para os autores o paradigma da modernização da agricultura como política, prática e teoria está sendo substituído pelo paradigma do desenvolvimento rural que se confronta com visões como que é uma adição ao atual padrão de modo de vida rural e da agricultura, ou como uma forma de melhorar as duas coisas; como uma opção para revitalizar a agricultura, enquanto outros acreditam que será um processo que terminará quando os agricultores forem expropriados (2000, p. 391) É por tanto um paradigma, no sentido que existem múltiplas definições e controvérsias do seu significado, dado o amplo espectro de aspectos que influencia.

<sup>97</sup> *Individual farm household* na leitura original.

mechanisms for co-ordination and conflict management must be developed”<sup>98</sup> (2000, p. 393). Aqui devem ser estabelecidas novas vias de acesso para cada grupo o indivíduo rural que deseje adquirir oportunidades e recursos para a inovação da atividade rural, seja ou não agrícola, mas que impulse o desenvolvimento e sustentabilidade do espaço rural.

Um quinto nível expressa a importância que adquirem as políticas e as instituições para as especificidades do espaço rural que são diferenciadas das urbanas e entre regiões. Eles apontam três aspectos relevantes: a correspondência entre diferentes políticas e programas, a sinergia entre estas políticas e as características específicas dos territórios, e os efeitos de conjuntos particulares de instituições sobre os processos que atingem o progresso do DR.

Finalmente, se encontra o nível multifacetado do DR que é natural *per se* nas suas práticas, com um amplo leque de atividades que podem se interconectar. Ressalta-se a criatividade na inovação das famílias campestres para criar e ligar suas atividades com o fim da redução nos custos de produção, que em simultânea vão formando canais de coesão social nos territórios. Aqui, o núcleo doméstico atua como empresa e como agente de desenvolvimento, quer dizer, cria poder de barganha como estratégia de sustentabilidade. Logo em contraposição com o modelo de modernização da agricultura, o DR desde a economia campestre está “reconstructing the eroded economic base of both the rural economy and the farm enterprise”<sup>99</sup> (VAN DER PLOEG *et al.*, 2000, p. 394)

Nesta mesma linha, o DR na economia campestre resulta sendo não um contraponto, mas uma alternativa à visão do padrão formado pelo modelo de modernização da agricultura de 1950. Segundo Ellis e Biggs (2001), durante este período a economia campestre se mostrava pouco relevante no processo de mudança estrutural da agricultura, mediante a inclusão de grandes tecnologias com um forte empenho no crescimento da dinâmica exportadora de *commodities*, do continuado uso intensivo dos meios de produção – com a inclusão de insumos químicos – e com a extensão no uso do solo em prol de uma produção altamente competitiva nos mercados internacionais, criando assim um tipo de “agricultor ideal”. Desta forma, comentam os autores que com o novo modelo, aquele agricultor de

---

<sup>98</sup> Com o arcabouço do DR, novas formas e mecanismos para a coordenação e o manejo dos conflitos devem ser desenvolvidas

<sup>99</sup> Reconstruindo a corroída base da economia rural e da empresa agrícola



subsistência passaria a ser mais um agente passivo para o desenvolvimento econômico, supondo seu desaparecimento quando o crescimento do agronegócio se provesse de autonomia sobre os insumos subministrados pela agricultura tradicional.

Tendo conhecimento deste cenário, que criou um padrão histórico na agricultura, Long e Van der Ploeg (2011) se preocupam, de igual modo que Lamarche (1993), por ressaltar o mundo heterogêneo da ruralidade, como forma de pôr em consideração a urgência que possui a criação de políticas públicas para todos os níveis de agricultura, ou seja – em concordância com as colocações postas acima por Van der Ploeg *et al* (2000) –, que todos os tipos de agricultura devem ser atendidos pelos governos como forma de criar um DR abrangente e por tanto, sustentável.

Neste sentido, Long e Van der Ploeg (2011, p. 32) também salientam que “não existe simplesmente um consenso sobre ‘a melhor forma de praticar agricultura’: a maioria dos agricultores está convencida de que todos os estilos de agricultura são legítimos e podem gerar uma boa renda e perspectivas de longo prazo”. No entanto, na prática, esta lógica não parece ser aplicada, pois as inter-relações entre as necessidades do território com os projetos das agências governamentais entram em conflito no sentido que para os últimos, os agricultores tradicionais não se enquadram no padrão do “agricultor ideal” do modelo, que traz benefícios importantes para a dinâmica da macroeconomia dos países agrodependentes e, por tanto, não conseguem se beneficiar dos recursos da mesma maneira. Assim, uma agricultura que esteja promovida “pelo agronegócio (frequentemente apoiados pelas ciências agrárias) [é transformada] em projetos sociopolíticos ou político-econômicos que pretendem organizar a prática agrícola” (Ibid.).

Deste modo, Long e Van der Ploeg argumentam que existe uma linearização no planejamento e execução das estratégias e projetos por parte das agências estatais, em que o pivô é o agricultor padronizado enquanto aqueles que não produzem em massa, mas que inovam ou economizam recursos, por exemplo, aguardam por um espaço nos planos do governo, na organização dos mercados, no desenvolvimento e inclusão de tecnologias, na institucionalização da heterogeneidade da agricultura, e em outras possibilidades de desenvolver o meio rural.

Porém, as críticas às contradições e desigualdades provocadas no campo pelo modelo de modernização da agricultura têm feito eco nos estudos sobre o DR,

mesmo que ainda persista uma relevante importância do agronegócio nas economias produtoras de commodities, o fato de posicionar-se prática e teoricamente sobre o tema, já tem chamado a atenção de cientistas e agências de governo. Por exemplo, Ellis e Biggs (2001) fazem uma breve descrição sobre a evolução das concepções do DR para a segunda metade do século XX, ressaltando o papel que tem possuído a agricultura familiar. Os autores expõem quatro etapas nesta evolução, desde a criação do modelo de modernização da agricultura entre os anos 1950/1960, a intervenção do estado no bem-estar integral do meio rural dos anos 1970 – onde os movimentos sociais, no geral, começam a adquirir força –, a liberalização do mercado dos oitenta, até as ideias de empoderamento territorial e participação dos atores locais para os anos noventa com impactos para o começo do século XXI.

Neste sentido, os autores reconfirmam a visão de Long e Van der Ploeg (2011) sobre a redução do papel de outros tipos de agricultores diferentes ao idealizado pelo modelo de modernização de metade do século XX, argumentando que para os anos 1960, o camponês foi fortemente estigmatizado como um indivíduo preguiçoso, que não seguia aos interesses da sociedade moderna que concentrou os recursos na máxima intensificação dos meios de produção e extensão da escala produtiva, uma lógica capitalista muito diferente da lógica da economia campesina.

Este cenário tem sido tão complexo que teóricos e cientistas do DR têm colocado ao longo do tempo concepções sobre a economia campesina e a exploração familiar em diferentes contextos e tempos, com a finalidade de demonstrar o relevante papel que ela possui para o desenvolvimento econômico territorial. No entanto, o efeito das pesquisas e da formulação de políticas para o DR é de longo prazo, fazendo com que “ideas that first appear in one decade often gain strength in the following decade, and only begin to affect rural development practice in a widespread way ten or fifteen years after they were first put forward”<sup>100</sup> (ELLIS e BIGGS, 2001, p. 438).

Posteriormente, Ellis e Biggs comentam que para os anos 1960 começou a se incorporar a preocupação pela definição da pequena agricultura como um dos grandes eixos do desenvolvimento econômico, se estabelecendo como a primeira “ruptura paradigmática” no corpo teórico do DR por meio da premissa de que a

---

<sup>100</sup> Ideias que aparecem primariamente numa década, no geral cobram força na década seguinte, e somente começam a ter efeito sobre a prática do desenvolvimento rural na forma ampliada, dez ou quinze anos depois de terem sido formuladas

pequena produção possui um relevante papel no crescimento econômico, “by providing labour, capital, food, foreign exchange, and market in consumer goods for the nascent industrial sector in a low-income country”<sup>101</sup> (Ibid., p. 441). Porém, a reação para a proposta dada entre os anos 1960 e 1970 não foi imediata, mas tardia. Os mesmos autores reconhecem que ainda persistem essas concepções do atraso da economia campesina.

Outras características desta primeira ruptura já para os anos 1970 baseou-se na criação das políticas agrícolas públicas, voltadas ao crescimento com redistribuição, o início da revolução verde, a definição de racionalidade dos pequenos produtores com respeito à eficiência na organização da unidade produtiva<sup>102</sup>, o aumento nos rendimentos de pequenos produtores eficientes, o financiamento para o setor agrícola por parte dos governos, a discriminação entre o urbano e o rural, os vínculos do crescimento rural, entre outros assuntos.

Uma segunda “ruptura paradigmática” mencionada pelos autores, acontece durante os anos 1980 e 1990, quando se consegue formar um processo de proximidade ao desenvolvimento rural, indo mais além do processo de inclusão de tecnologias externas e políticas a nível nacional que não percebem situações particulares e únicas dos territórios.

Desta forma, começa a ser possível olhar para o DR como um processo de participação local por parte dos atores rurais. As características da nova visão se focam em aspectos como a sustentabilidade do desenvolvimento, a pesquisa dos sistemas agrícolas – como o reconhecimento da validade do conhecimento indígena e dos efeitos dos monocultivos –, o enfoque de organização local orientado ao ator, o crescimento das ONGs como agentes de desenvolvimento e da questão do gênero no meio rural, os ajustes estruturais da liberalização do mercado, ao afastamento do Estado na administração em grande escala sobre a agricultura, e a preocupação

---

<sup>101</sup> Provenido de trabalho, capital, comida, intercâmbio externo e um mercado de bens de consumo para o nascente setor industrial nos países de baixa renda

<sup>102</sup> Os autores expõem dita racionalidade em vários sentidos, ressaltando a capacidade dos pequenos produtores não toma de decisões com referência à organização da unidade produtiva; no aproveitamento das variedades de alto rendimento nos cultivos, tanto como os grandes produtores; na eficiência nos meios de produção, devido ao uso intensivo de mão de obra com baixos requerimentos de capital num reduzido espaço de terra; o surgimento de uma estratégia agrícola “unimodal” que favorece à pequena produção familiar pela união e uso particular dos fatores terra, trabalho e capital, muito diferente da estratégia “bimodal” do produtivo setor moderno com fazendas de maior tamanho e grandes cultivos; e o incentivo a atividades não agrícolas intensivas em mão-de-obra como resultado de um crescimento na produção das pequenas propriedades que gera ligações entre elas, com uma maior diversificação da sua economia, diferente das grandes fazendas (2011, p. 64-65).

dirigida à erradicação da pobreza no meio rural, que para os anos 2000 se converte na principal estratégia de ação do DR.

É deste modo que a importância de análises interdisciplinares do DR termina sendo relevante com esta segunda ruptura paradigmática, especialmente com as ciências sociais, pois entender as formas de organização dos territórios de acordo com as suas peculiaridades e estruturas singulares, abre caminho para o reconhecimento de uma nova etapa onde é possível uma relativa autonomia territorial, indo além da dependência do centralismo institucional, político e econômico. Desta forma, o empoderamento territorial torna possível estabelecer relações menos hierárquicas e mais horizontais nas redes de ação local entre camponeses e autoridades locais principalmente, fazendo com que todos os agentes sejam igualmente úteis e necessários em cada um dos espaços de toma de decisões do território.

#### **4.1.2. Uma análise do Desenvolvimento Rural com base na Sociologia do Desenvolvimento.**

A sociologia do desenvolvimento compreende um ponto de partida útil para entender as formas de interação existentes entre os atores do território, e os impactos que sobre a capacidade de criação de estratégias por parte dos sujeitos em benefício de um desenvolvimento endógeno, quer dizer, sua *agência*, se desenvolvem. No caso desta pesquisa, a análise sociológica se encontra voltada para o meio rural com foco na economia campesina, que se converte numa base de compreensão metodológica para o caso de estudo.

*Agência* é um termo chave para entender a sociologia do desenvolvimento. Anthony Giddens tem sido um dos mais reconhecidos sociólogos do desenvolvimento e a referência de outros grandes cientistas da matéria, como Norman Long. Na sua obra *The Constitution of Society* (1984), o autor define a agência como uma atitude coletiva que desenvolve e determina cultura e história. Nas palavras do autor agência

... concerns events of which na individual is the perpetrator, in the sense that the individual could at any phase in a given sequence of conduct, have acted differently. Whatever happened would not have happened if that individual had not intervened. Action is a continuous process, a flow...<sup>103</sup> (1984, p. 9).

---

<sup>103</sup> ... diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é perpetrador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que

Ela, mais do que ser a intenção que têm as pessoas para fazerem as coisas, se foca nas capacidades que desenvolvem para fazê-las. Para Giddens, estas capacidades se resumem em dois elementos chaves, a saber, *knowledgeability* e *capability*<sup>104</sup>, as quais representam aspectos culturais inter-geracionais que moldam as características capazes de distinguir o desenvolvimento em diferentes territórios. Long (2007) propõe um conceito similar ao expor que quando a agência é colocada em prática, “cuando acciones particulares producen una diferencia en un estado preexistente de asuntos o curso de eventos”<sup>105</sup> (LONG, 2007, p. 50).

Na análise deste autor, agência é também a capacidade do agente para “procesar la experiencia social y diseñar maneras de lidiar con la vida, aún bajo las formas más extremas de coerción”<sup>106</sup> (2001, p. 16), fazendo com que a adaptabilidade sobre os diferentes sistemas sociais, políticos, econômicos ou culturais seja uma das habilidades adquiridas pelos agentes locais.

Inspirado em Giddens (1984), Long aponta que quando os atores possuem e desenvolvem o *knowledgeability* e *capability* – mesmo em um ambiente de informação incompleta e imprecisa e de outro tipo de restrições de ordem física, normativa ou político-econômica –, eles conseguem entender as formas nas quais podem se incorporar nas dinâmicas e fluxos sociais que os envolvem – estabelecimento de relações interpessoais, por exemplo –, na resolução e mitigação de problemas e na avaliação e monitoramento das suas próprias ações, bem como a dos outros para então racionalizá-las e explicá-las nas redes de ação. Assim, ressaltando a relevância que possui a conformação de uma rede para ser posta em prática pela agência, Long (2007) expõe que esta última implica a geração e uso ou manipulação de redes de relações sociais e a canalização de elementos específicos através dos pontos nodais de redes, onde acontece a interpretação e interação.

Por isto, a agência não deve ser tomada com um assunto individual, mas incorporada nas relações sociais onde é realmente efetiva. Como consequência,

---

tenha acontecido não teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo...

<sup>104</sup> Na linguagem original do autor. Uma tradução aproximada seria “habilidades de conhecimento” e “capacidades”. Long (2001, p. 49) os define, respectivamente, como o recurso “onde as experiências e desejos são reflexivamente interpretados e internalizados (conscientemente ou não), e como a capacidade de comandar habilidades relevantes, acesso a recursos materiais e não materiais e o compromisso em particulares práticas de organização”

<sup>105</sup> Quando ações particulares fazem a diferença sobre um estado pré-existente de assuntos ou curso de eventos

<sup>106</sup> Processar a experiência social e criar formas de enfrentar a vida, ainda sob as mais extremas formas de coerção

Long aponta que se gera uma cadeia de agentes influenciados entre si, na qual a ação coletiva é traduzida nos seus projetos individuais. Assim, são impactados aspectos como o *knowledgeability*, já que ela “surge de procesos de interacción social y es en esencia un producto conjunto del encuentro y fusión de horizontes”<sup>107</sup> (2007, p. 55). Desta forma, em um esquema social e político dado, o poder se compõe da influência de muitos atores e não funciona como um assunto individual.

Estas cadeias ou redes nas quais se encontram socialmente envolvidos os agentes locais, devem estar regidas por uma série de recursos que apoiem a organização interna. A Teoria da Estruturação de Giddens (1976), que envolve num processo dinâmico e interdependente ao ator e à estrutura social, ajuda compreender este cenário. Turner (1986), na sua análise sobre esta teoria, ressalta que dita estruturação baseia-se nas regras e recursos que são utilizadas pelos atores locais no momento de estabelecer as relações com seus semelhantes. As regras, por um lado, são definidas como os procedimentos generalizáveis e as metodologias que os agentes têm inserido no seu *knowledgeability* e servem como aspectos básicos para a função do sistema social, da rede. Isto seria mais relacionado com a noção de instituições de North (1994, p. 11), definidas como “as regras formais, limitações informais e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas [*enforcement*]. Em suma, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano a seu relacionamento com os outros”.

Os recursos, por outro lado, correspondem às ferramentas que os agentes possuem para executar a ação social. Em palavras de Turner, é o *equipamento material* e as *capacidades organizacionais*, e que “those who have resources can mobilize power, although power itself is not a resource but the result of possessing material and organizational facilities”<sup>108</sup> (TURNER, 1986, p. 972). Estes dois conceitos que conformam as estruturações na esfera social são interdependentes e funcionam para a integração do agente, e para a tradução dos seus desejos e interesses no coletivo.

Nestas estruturações, é imperativo reconhecer os poderes que confluem entre os atores que trabalham pelo empoderamento do território. Estes poderes não deveriam ser tanto hierárquicos, mas expressa-se em poder na medida das

---

<sup>107</sup> Surge do processo de interação social e é essencialmente um produto conjunto do encontro e fusão de horizontes

possibilidades de todos os agentes terem as ferramentas para se integrarem na rede que traduz suas agências e interesses, quer dizer, o empoderamento territorial. É desta forma como na sociologia do desenvolvimento a noção de poder é muito demarcada, esclarecendo que está relacionada com o empoderamento coletivo por parte dos atores e não individualmente, quer dizer, com as redes de ação social. Como Turner menciona, o poder não é relevante por si mesmo, mas o é quando quem o possui o põe em prática, neste caso, na ação coletiva ou a agência humana.

Para Latour (1984), existe um paradoxo no uso do poder. Por um lado, está o poder *in potentia* que é quando alguém o possui e é poderoso, e pelo outro está o poder *in actu* que é quando o poder é exercido, mas são os outros os que fazem o poder acontecer, quer dizer, a diferença no uso do poder está nas ações dos outros. Em palavras do autor, o poder

...is [...] what has to be explained by the action of the others who obey the dictator, the manager, or the dominant female. If the notion of 'power' may be used as a convenient way to *summarise* the consequence of a collective action, it cannot also *explain* what holds the collective action in place. It may be used as an effect, but never as a cause<sup>109110</sup> (1984, p. 265).

Long também faz referência a este conceito de poder ao longo da sua pesquisa da sociologia do desenvolvimento. Para ele, este poder coletivo também se encontra implícito no foco de rede, especialmente nos processos de intervenção planejada. Por exemplo, dita intervenção não conseguiria produzir os impactos esperados se o poder da rede de atores locais decide não permitir sua entrada nas transformações locais, e permanece como algo externo ao território. Logo, a intervenção não está sendo endogenizada e os recursos de *knowledgeability* e *capability* que o território possui não estão sendo utilizados, quer dizer, a intervenção não está sendo planejada.

A partir de um olhar conceitual, Long (2007, p. 27) descreve a intervenção planejada como:

---

<sup>109</sup> No que diz respeito a isto, o autor afirma que “claramente, quando é usado como uma causa para explicar a ação coletiva, a noção de poder é considerada em termos do modelo de difusão: o que conta é a força inicial daqueles que têm poder; esta força é então transmitida na sua totalidade; finalmente, o meio por meio do qual o poder é exercido pode diminuir o poder a raiz das fricções e resistências (ausência de comunicação, oposição de diferentes grupos, indiferença)” (LATOUR, 1984, p. 267).

<sup>110</sup> É o que tem que ser explicado pela ação dos outros que obedecem ao ditador, ao administrador, ou a fêmea dominante. Se a noção de ‘poder’ pode ser usada como uma forma conveniente de resumir a consequência da ação coletiva, não pode se explicar o que mantém a ação coletiva. Ele pode ser usado como um efeito, mas não como uma causa

Un proceso transformativo que a menudo es reformado por su propia dinámica interna organizacional, cultural y política, y por las condiciones específicas que encuentra o crea, incluyendo las respuestas y estrategias de los grupos locales que pueden luchar por definir y defender sus espacios sociales, fronteras culturales y posiciones dentro del campo de poder más amplio<sup>111</sup>

Assim, o conceito de redes é também um conceito de DEL. Com a agência se formam – implícita ou explicitamente – em redes de ação social que visam à apropriação do território, à potenciação dos recursos dos atores locais e ao reconhecimento da relevância que adquire a heterogeneidade social, política, econômica e cultural – adquirindo *knowledgeability* e *capability* –, à endogenização/internalização das intervenções externas e à horizontalização das relações sociais. Sem estes objetivos, a formação de redes e a execução de poder por meio da agência, teriam pouco ou nenhum sentido para o desenvolvimento local.

Logo, identifica-se que a intervenção planejada não é um processo meramente linear no cumprimento dos objetivos do desenvolvimento. Como foi comentado previamente por Schneider e Escher (2011), as agências governamentais de desenvolvimento econômico pressupõem um modelo agrícola padrão e, portanto, linear, para o direcionamento da política pública no espaço rural. Na sociologia do desenvolvimento não é assim. Long (2007) descreve que a intervenção planejada é uma produção contínua de discontinuidades, pois no caso contrário, “se o desenvolvimento se supõe levar a cabo por meio da intervenção e a reestruturação das formas sociais existentes então o desenvolvimento implica discontinuidade, não continuidade com o passado” (2007, p. 34).

Desta forma, a continuidade da intervenção planejada reflete a importância da constante heterogeneidade que se observa no interior dos territórios e entre os territórios, razão pela qual não pode se considerar a intervenção como um processo discreto, temporal e espacial, quer dizer, como algo imposto num determinado período, significando, contudo, que então os aprendizados e as memórias desenvolvidas pela história, seriam supérfluos, como se não existisse um *path dependence*.

---

<sup>111</sup> Um processo transformacional em marcha que é constantemente reformado por meio da sua dinâmica organizacional interna e política, e pelas condições específicas que encontra ou cria por se mesma, incluindo as respostas e estratégias de grupos locais e regionais que podem lutar para definir e defender seus próprios espaços sociais, limites culturais e posições dentro do amplo campo de poder.



Todas estas peças mencionadas por Long fazem parte de uma Perspectiva Ator-orientada, uma estrutura metodológica criada por ele que se concentra em:

Delinear las prácticas organizadoras de simbolización cotidianas de los actores y el entrelazamiento de sus proyectos. Esto refleja un interés en las formas emergentes de interacción, estrategias prácticas y tipos de discurso y construcción cultural, más que en los modelos administrativos y las construcciones ideal-típicas<sup>112</sup> (Long, 2007, p. 119).

Esta perspectiva de Long se encontra relacionada, também, com a ruptura dos discursos padrões de desenvolvimento, quando chama sobre a desconstrução de ideais-típicos, e a formação de um maior interesse pelas construções culturais, que *per se*, já trazem uma ótica heterogênea das formas organizativas para cada território. É por este motivo que assuntos como a intervenção planejada, devem se converter em ambientes de barganha entre todos os atores do território de forma horizontal que a sua vez, confluem de forma direta com as ações governamentais, que querendo ou não, possuem boa parte dos recursos – no sentido da Teoria da Estruturação – para impulsar o desenvolvimento de forma abrangente.

Agora, voltando à Perspectiva de Long, mesmo que esta metodologia seja desenvolvida no capítulo 5 – na análise das redes que envolvem o desenvolvimento da economia campesina no Urabá –, é meritório introduzir alguns conceitos essenciais previamente para referir pontos chaves que ajudarão fazer um estudo mais preciso. A metodologia possibilita a identificação das estruturas sociológicas dos territórios, descobrindo o estado das forças do desenvolvimento voltadas à economia campesina, a saber, as dinâmicas sociais, a relação da sociedade com a natureza/entorno, o empoderamento territorial e a funcionalidade das suas instituições.

Assim, ela permite entender o núcleo das disparidades entre regiões e as problemáticas dentro das mesmas, não tanto através da descrição dos seus impactos, mas das causas que as formaram. A atenção se dirige então na ação social, nas práticas, estratégias e racionalidades dos atores, na formação do seu *knowledgeability* e *capability* para a resolução de conflitos e internalização de externalidades, no seu capital social, suas dinâmicas econômicas e suas bases culturais e institucionais.

---

<sup>112</sup> Descrever as práticas organizadas e de simbolização cotidianas dos atores e a ligação dos seus projetos. Isto reflete um interesse nas formas emergentes de interação, estratégias práticas e tipos de discurso e construção cultural, mais do que nos modos administrativos e as construções ideal-típicas

Nesta Perspectiva de Long (2007), é claro o papel que a agência tem como ponto de partida para os processos auto-organizadores das redes, os quais se compõem de *campos sociais*, *domínios* e *arenas*, onde os atores agem e reagem na interação e por tanto, na construção das estruturas institucionais, econômicas, sociais e culturais próprias do seu território. Assim, com a agência se cria:

Por un lado, cierta capacidad de conocer en tanto que las experiencias y deseos son reflexionadamente interpretados e interiorizados, y por otro, la capacidad para manejar tanto habilidades relevantes como el acceso a recursos materiales y no materiales, así como involucrarse en prácticas organizativas particulares<sup>113</sup> (LONG, 2007, p. 108).

Por isto, esta perspectiva resulta tão útil para compreender os territórios e formular as estratégias mais adequadas para ser postas em prática nos processos de desenvolvimento rural, já que ela permite se adentrar na análise da composição das redes e identificar a profundidade dos gargalos que obstaculizam a evolução das ações que impactam positivamente do bem-estar da população.

Para prosseguir, se faz necessário também entender o significado de *redes*. Elas são compostas por conjuntos de intercâmbios e relações, sejam diretas ou indiretas, nas quais os desejos e interesses dos atores são traduzidos em cada um dos seus nós. Estes nós, podem ser indivíduos ou grupos organizados que vão criando novas regras, códigos de conduta, normas, leis e discursos. Neste contexto, Long é categórico acerca do reconhecimento da heterogeneidade que circula nas redes, pois elas enriquecem o processo auto-organizativo e permitem que exista uma interface social abrangente nos nós. Esta *interface* faz com que os atores das redes consigam se comunicar e inserir nas arenas de debate as discrepâncias que possam haver em questões do interesse social, como as interpretações culturais, o conhecimento e o poder. Estas discrepâncias “son mediadas y perpetradas o transformadas en puntos críticos de confrontación y unión. [Por esto], estas interfaces necesitan ser identificadas etnográficamente, no conjeturadas com base em categorias predeterminadas”<sup>114</sup> (LONG, 2007, p. 109).

---

<sup>113</sup> Por um lado, certa capacidade de conhecer, enquanto as experiências e desejos são reflexivamente interpretados e interiorizados, e por outro, a capacidade para manejar tanto habilidades relevantes como o acesso a recursos materiais e não materiais, assim como se envolver em práticas organizativas particulares.

<sup>114</sup> São mediadas e perpetuadas ou transformadas em pontos críticos de ligação ou confrontação. [Por causa disso], estas interfaces precisam ser identificadas etnograficamente, não conjeturadas com base em categorias predeterminadas

O funcionamento das redes de ação é desenvolvido e transformado em um cenário concreto, onde as interações são produzidas e as ações, desejos e decisões são demarcados. E o que Long denomina como os *campos sociais*, os *domínios* e as *arenas de ação*. Todos estes três conceitos “dirigen el asunto de la delimitación de los espacios sociales y como ellos son constituidos y transformados”<sup>115</sup> (2007, p. 57).

O *campo social* pode ser definido como uma imagem de espaços abertos, uma paisagem irregular com limites mal definidos, composto pelas distribuições dos diferentes elementos do território, onde, basicamente, tem lugar a conformação de relações sociais e valores em que são desenhados os arca-bouços institucionais, e o lugar das análises de poder e status. Ali estão situadas as *arenas* de ação, que podem ser locais ou situações onde são contestadas as questões colocadas previamente. Sua importância se fundamenta na identificação das questões territoriais, os recursos e discursos – modelos mentais – vinculados em situações específicas de discussão. Elas “denotan discontinuidades de valores, normas y prácticas”<sup>116</sup> (2007, p. 125), e por isso constroem instituições, culturas e identidades.

Simultaneamente, as *arenas* não se encontram apenas localmente, pois, por meio, delas é possível incorporar relações e discussões que incluem atores, contextos e marcos institucionais externos geograficamente distantes. Neste sentido, Long propõe uma reconfiguração das relações micro e macro entre local e o global, pois com as formas modernas de comunicação, circulação, ligação e interdependência, novas configurações em rede são criadas e, com isso, podem ocorrer rupturas das delimitações de barreiras geográficas de escala rígidas. O macro/global já não é mais um agregado do micro/local e nem esse é emoldurado pelo macro/global, mas estão/são interpenetrados por interações sociais as quais têm um efeito dominó em diversas arenas sociais.

Finalmente, os *domínios* são resultado das confrontações e transformações resultantes das arenas e que impactam a organização e estrutura do *campo social*. Os domínios se referem aos núcleos de valores pelos quais os campos são regidos, como a família, o mercado, a comunidade, o Estado, etc., que dependendo da situação podem ganhar o perder valor nas arenas. Além disso, são fundamentais

---

<sup>115</sup> Direcionam a questão da delimitação dos espaços sociais e como eles são constituídos e transformados

<sup>116</sup> Denotam descontinuidades de valores, normas e práticas

para entender como funciona a ordem social, seus limites e liberdades. Com isso, os domínios são representações da contínua evolução histórica das sociedades, que permite reconhecer quais são os aspectos que possuem um maior ou menor valor no desenvolvimento local, quer dizer, é a amostra do estado das forças do desenvolvimento territorial.

Em uma discussão mais singular e complementar à Perspectiva de Long, Latour (2005) propõe a Teoria Ator-Rede (TAR), definindo esta união como “o alvo móvel de uma enorme quantidade de entidades que convergem para ela” (LATOURE, 2005, p. 73). Uma “sociologia da tradução” seria a forma mais adequada de denominar esta teoria, pois como foi mencionado anteriormente, a conformação de redes é o instrumento mais pertinente para traduzir os desejos, ideias, posições e interesses dos atores por meio das suas agências e consequentes interações. Por dito motivo, Latour abre o espaço para a discussão sobre as interações *vis-à-vis* entre os agentes, descobrindo que estas são reflexivas no sentido de Giddens – ou seja, constantemente transformadas –.

Latour menciona também cinco características dessas interações, assim, o que pode atuar ao mesmo tempo em qualquer ponto provém de outros lugares, e, portanto, não são localizadas num só lugar – ou o que ela chama de isotópicas –, as interações não são sincrônicas, nem centrais num definido número ou tipo de participantes – as chama de não sinóticas –, também não são homogêneas, e, finalmente nem todos os atores – mediadores e intermediários<sup>117</sup> das redes – exercem a mesma pressão no conjunto de interações. Desta forma, o ator é rede, na medida que ninguém atua por si só, pois sempre vai ter uma quantidade de *actantes* que influenciam todas suas ações. Como se cada ação de todos os *actantes* fosse uma rede na que outros estão sempre inseridos. O ator é ao mesmo tempo o fio de condução na rede.

---

<sup>117</sup> (2005) os define assim: “Um *intermediário*, em meu léxico, é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai. Para todos os propósitos práticos, um intermediário pode ser considerado não apenas como uma caixa-preta, mas uma caixa-preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes. Os *mediadores*, por seu turno, não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhum, por várias ou uma infinidade. O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam [...]. Um mediador, a pesar da sua aparência simples, pode se revelar *complexo* e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos ao seu papel. Um computador em perfeito funcionamento é ótimo exemplo de um intermediário complicado, enquanto uma conversa banal pode ser transformar numa cadeia terrivelmente complexa de mediadores onde paixões, opiniões e atitudes se bifurcam a cada instante (LATOURE, 2005, p. 65).

Simultaneamente, propõe um panorama interessante sobre as características dos atores. Para ele, as redes estão compostas não apenas de agentes humanos, mas também de não humanos, já que de certa forma, objetos inanimados têm influenciado as interações e servido de canais ou nós para a tradução dos interesses e posições ao interior das mesmas. No fim, todos os elementos que compõem os territórios, devem ser tomados em conta para criar as estratégias de processos auto-organizativos.

Então, teoricamente, uma Perspectiva Ator-orientada complementada com o entendimento da unidade TAR, ajuda compreender algumas situações características dos territórios, formadas historicamente e influentes nas regras e códigos de conduta dos agentes por meio da sua contínua reflexividade, conseguindo aprofundar na análise das suas raízes e servir como um ponto de partida para a proposição de estratégias de ordem territorial que resultem num maior acesso às liberdades, trazendo consigo um cenário de desenvolvimento endógeno local. No caso do Urabá Antioquenho, por exemplo, a análise visa identificar quais têm sido as circunstâncias históricas na qual ou em que sua sociedade tem se constituído da forma que está, com suas divergências, discrepâncias e vicissitudes, e que influenciaram o desenvolvimento de uma economia campesina pouco sustentável.

Neste contexto, aprofundar no estudo das instituições pode oferecer um panorama a respeito da construção das sociedades, do resultado das formas particulares de redes presentes, pois as instituições são o resultado das interações, confrontos e lutas sociais que influenciam os discursos, normas, tradições e códigos de conduta pelos quais se regem econômica e socialmente os agentes dos territórios. Neste sentido, as instituições representam o resultado da interação dos agentes ao interior dos campos e das areias, que deixam consigo domínios que influenciam novamente os campos, como se fosse um círculo virtuoso.

As razões para a análise específica desta pesquisa por meio da aplicação dos conceitos da perspectiva ator-orientada e da TAR, contemplam perfilar o cenário que a economia campesina tem disputado com a economia de mercado e sua sociedade envolvente, e com uma baixa eficiência da institucionalidade na região, que em princípio, deveu ter garantido as condições básicas para o desenvolvimento da economia campesina – direitos de propriedade, direitos individuais, acesso a

serviços básicos como segurança e proteção e infraestrutura – e a simultânea qualidade de vida do camponês. Neste sentido, aspectos socioculturais devem ser estudados à luz do marco institucional existente, pois têm sido fatores que impediram a integração e criaram uma atomização dos diferentes grupos étnicos e sociais, e atuaram como entraves da conformação de redes que convergissem ao redor do protagonismo e da agência da unidade campesina familiar no empoderamento territorial e nas relações mercantis<sup>118</sup>. Quer dizer, é preciso entender a construção social ao redor da economia campesina.

#### **4.1.3. Uma visão teórica da construção social dos mercados voltada ao desenvolvimento da economia campesina.**

Para discutir sobre uma construção social dos mercados é imperativo descrever a composição da expressão. É útil começar com a posição do enraizamento (*embeddedness*) do cientista social Karl Polanyi. Na obra *O sustento do homem – The Livelihood of Man –* (1977), o autor apela aos aspectos culturais e antropológicos para oferecer uma visão alternativa à estruturação dos sistemas econômicos, que para o século XIX caracterizavam-se por se conceber institucionalmente diferente dos sistemas sociais<sup>119</sup>. Assim, descreve que, teoricamente, o medo à fome e a esperança de ganho, preocupações a nível socioeconômico próprias da revolução industrial e do sistema capitalista, ou idade da máquina, motivaram uma economia de mercado caracterizada pela autorregulação dos sistemas, governados pelas suas próprias leis de oferta e demanda no momento da distribuição dos bens que sustentariam o funcionamento destes sistemas.

Polanyi expõe que as instituições foram determinadas pelo sistema econômico com o percurso da economia liberal, diferente das sociedades tradicionais que possuíam uma estrutura de mercados isolados, que logo passaram a se converter em sistemas autorregulados mercantis da sociedade moderna. Nesta nova sociedade, por exemplo, terra e trabalho, fatores da estrutura orgânica da sociedade tradicional, viraram mercadorias, criando uma economia de mercado base para a criação do marco institucional – formal e não formal – e para reger o cotidiano dos

---

<sup>118</sup> Se lembre aqui que a economia campesina contemporânea, cria um poder de barganha com a sociedade envolvente, ao gerar estratégias monetárias com domésticas para cumprir com o objetivo da reprodução do núcleo familiar e com o equilíbrio da relação consumo/trabalho.

<sup>119</sup> Ligado à força que estava adquirindo o modo de produção capitalista a partir da segunda metade do século XVIII.

seres humanos e o desenvolvimento das suas relações sociais. Quer dizer, como se a sociedade estivesse enraizada na economia de mercado.

Tal cenário possui um fundo muito mais complexo que deve ser entendido. O status social e os contratos têm um protagonismo chave na conformação das instituições. O autor, citando Sir Henry Sumner Maine (1861), assevera que “many institutions of modern society were built on contract, whereas ancient society rested on status”<sup>120</sup> (POLANYI, 1977, p. 48).

Não existe muita diferença entre um e o outro, pois os contratos são a institucionalização formal dos status, originando, com isso, os direitos e deveres da sociedade moderna. O status nas sociedades tradicionais se encontrava mais relacionado com a posição que adquiria o indivíduo no seu núcleo familiar, determinando seus direitos e deveres. Este sistema funcionou no feudalismo até princípios do século XIX em que foi gradualmente convertido nos contratos por meio de transações consensuais na sociedade moderna.

Em *Nossa obsoleta mentalidade mercantil* (1947), Polanyi expõe que o homem precisava construir um status social por meio da aquisição de bens materiais na idade da máquina, e que a fome e os ganhos, ou em geral algum motivo humano, não é por si econômico, pois nas sociedades tradicionais ou selvagens, não são consideradas como as motivações exclusivas da produção. De fato, “é a ausência de uma tal ameaça de privação ou miséria individual que torna em certo sentido a sociedade primitiva mais humana do que a do século XIX, e ao mesmo tempo menos econômica” (Polanyi, 1947, p. 7). Logo, citando Thurnwald (1932), o autor argumenta com respeito ao ganho, que nunca significou um impulso para o trabalho destas sociedades, e que de fato, “aquilo que nos aparecia como ‘comunismo’ era facto de o seu sistema produtivo ou econômico estar normalmente organizado de modo a que nenhum indivíduo enfrentasse a ameaça da fome”<sup>121</sup> (Ibid., p. 6).

---

<sup>120</sup> Muitas instituições da sociedade moderna foram construídas sobre os contratos, enquanto nas sociedades tradicionais sobre o status.

<sup>121</sup> Palerm (2008) apoia a ideia anterior comentando que o comunismo primitivo em A origem da família, da propriedade privada e do Estado de Engels (1884), se mostra como o sistema socioproductivo universal/geral que lhe antecedeu à criação da sociedade moderna da divisão de classes sociais. Logo, afirma que tanto Marx como Engels encontraram nas descrições de Haxthausen, Maine e Maurer sobre as comunidades aldeãs eslavas, hindus e germânicas, sobrevivências modernas do antigo comunismo. Com isto, o autor faz um chamado ao entendimento das sociedades aldeãs, como os produtos vivos da adaptação destas comunidades às exigências das economias de mercado, essa adaptabilidade da economia campesina ressaltada continuamente nesta pesquisa.

Então, a economia liberal que privatizou terra e trabalho, criou ao mesmo tempo necessidades que ao se suprirem, designavam uma posição particular nessa sociedade moderna. De acordo com isto, Polanyi (Ibid.) menciona que:

Aristóteles tinha razão: o homem não é um ser econômico, mas um ser social. Ele não procura salvaguardar o interesse que tem, como indivíduo, na aquisição de bens materiais, mas antes a garantia da sua consideração social, do seu status social e dos “bens” socialmente valorizados que detém. Ele preza as suas posses, sobretudo como um meio para atingir estes fins. Os seus incentivos possuem um caráter “misto” que associamos com o objetivo de obter um reconhecimento social – os esforços produtivos são consequências meramente secundárias deste objetivo.

Realizando esta apreciação, o autor termina propondo o *embeddedness*, pois surge a necessidade de considerar a sociedade como um todo integral e não como um mero resultado das relações mercantis, muito pelo contrário, deve-se entender o sistema econômico enraizado nas relações sociais. De fato, se observar-se os dois tipos de sociedades – primitiva e moderna, pode-se afirmar que inevitavelmente o sistema econômico está submerso no social, como ele menciona:

Os incentivos nascem de uma grande variedade de fontes, como o costume, a tradição, o dever público e a convicção privada, a prática religiosa e a filiação política, a obrigação judicial e a regulamentação administrativa estabelecida pelo príncipe, pela municipalidade ou pela corporação. Hierarquia e status, compulsão legal e ameaça de punição, a aprovação da vida pública e o bom nome da vida privada, asseguram que o indivíduo contribua com a parte que lhe compete para a produção (ibid., p. 7)

A partir desta perspectiva, não é possível mais olhar para o mercado como uma instituição *per se*, mas como a confluência das atitudes, normas e regras que também regem à ordem social derivadas da conformação de redes de atores de uma sociedade e do tipo de interações, interfaces, discursos e agências que nela se desenvolvem; como se fossem elas as que construíssem o mercado. Por tal motivo, o sistema econômico não deve ser compreendido como uma sociedade autônoma e diferente das outras dimensões sociais, mas como uma parte íntegra dela, como um todo. Na argumentação de Polanyi:

Desde que não tenha organização econômica separada e, ao invés disso, o sistema econômico esteja enraizado nas relações sociais, deve haver uma elaborada organização social que cuide de tais aspectos da vida econômica como a divisão do trabalho, a disposição de terra, a organização do trabalho, a sucessão, e assim por diante (POLANYI, 1977, p. 53).



Estes aspectos expõem claramente, então, a importância que possuem os aspectos socioculturais e institucionais ao redor da constituição da ruralidade e das relações mercantis existentes, pois ao se encontrarem enraizadas em ditos aspectos, conseguem-se identificar as forças que impulsionam/obstaculizam seu desenvolvimento, como esta pesquisa propõe fazer para a economia campesina da região urabaense.

Continuando neste sentido, Granovetter (2007) oferece uma posição similar. O autor estuda até que ponto para as sociedades modernas a ação econômica pode estar submersa nas relações sociais, mas a partir de uma visão mais equilibrada entre posicionamentos super-socializados e sub-socializados da ação dos agentes. Suscintamente, na visão sub-socializada, mais relacionada com a economia neoclássica, os agentes agem individualmente em busca dos seus interesses de uma forma atomizada e utilitarista; no entanto, na visão mais sociológica ou super-socializada, a ação econômica se complementa com um comportamento interiorizado que o indivíduo faz das relações sociais e que lhe fazem atuar de acordo com suas traduções da interação social (*agência*) desde o ponto de vista das colocações de Norman Long.

Neste sentido, consegue-se obter uma maior arguição que apoie a ideia que, na economia campesina contemporânea, existe uma relação de complementariedade entre as fontes monetárias e não monetárias em prol da reprodução da atividade. Não se percebe uma racionalidade tipicamente pura da economia neoclássica no campesinato, pois, para o autor, a preservação dos patrimônios socioculturais e das coletividades, configuram as formas de relação nas trocas mercantis e o tipo de estratégias a usar em prol da supervivência da sua organização socioprodutiva. Assim, nas palavras de Granovetter:

O fato de as regras interiorizadas de comportamento serem sociais em sua origem não diferencia decisivamente esse argumento da posição utilitarista, no qual a origem das funções de utilidade é deixada em aberto, abrindo o espaço para um comportamento orientado inteiramente por normas e valores consensualmente determinados, como defendido na visão supersocializada [...] As influências sociais estão totalmente confinadas na mente de um indivíduo de forma que, nas situações reais de decisão, ele ou ela pode ser atomizado como qualquer *Homo Economicus*, a pesar de as decisões poderem ser orientadas por regras diferenciadas (GRANOVETTER, 2007, p. 7-8).

Raud-Mattedi (2005) toma as colocações de Marx Weber (2002[1922]) e Emile Durkheim (1999[1930]) para também compreender os mercados como uma

construção social. Desde diferentes pontos de partida, é claro que ambos os autores têm uma posição similar respeito da importância das instituições na orientação do ator econômico, que vão influenciar diretamente a regulação do mercado e suas relações.

Para o Durkheim (1999[1930]), o mercado é considerado um fato social, como uma instituição, no qual a divisão social se converte no marco apropriado para a interação própria da troca mercantil, que, em simultânea, é de natureza contratual, quer dizer, os indivíduos estão sempre fazendo contratos, seja ao comprar ou ao vender. Por este motivo, não se pode mais falar de uma *autonomia* absoluta em qualquer um dos sistemas produtivos, mas *relativa* pois de uma ou outra forma, a produção e a troca estarão dependendo em certa medida das produções e trocas de outros sistemas, inclusive, na economia campesina contemporânea.

Para Durkheim, os contratos também são tomados como um fato social ou instituição, no sentido de ser o resultado de uma evolução histórica e social. A mesma visão de Polanyi respeito do tema. No entanto, esta troca mercantil não se limita à superficialidade do intercâmbio no sentido da economia liberal, pois amplia-se para a construção de um laço social que se enraíza e forma parte da produção e reprodução das instituições sociais. Visão compartilhada por Granovetter.

Em maior profundidade referente à divisão do trabalho – que não é apenas única do sistema econômico, mas também nas funções político-administrativas, artísticas e científicas, e relacionado com a autonomia dos sistemas produtivos, é claro que não seria possível integrar à sociedade numa economia de mercado sem a especialização, ainda mais se é tomada em consideração a heterogeneidade própria que coexiste em cada território. Durkheim, na sua obra *A divisão do trabalho social* (1999, p. 14), explica que “por aumentar ao mesmo tempo a força produtiva e a habilidade do trabalhador, ela [a divisão do trabalho] é a condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização”, neste caso, da sociedade envolvente. Posteriormente, ressalta a solidariedade social como resultado desta divisão, sob o argumento que a repartição contínua dos diferentes tipos de trabalhos exercidos pelos indivíduos é a fonte do crescimento e expansão do organismo social.

Agora, segundo Raud-Mattedi (2005) em Weber, o mercado é concebido como um cenário plural de interesses, onde a troca e a competição são as principais

formas de interação social. Para Weber o mercado é o resultado da ação social derivada da conflagração entre as lutas, os interesses e o poder. Citando a Weber (1991[1922]), Raud-Mattedi (2005, p. 129), comenta que por um lado, a troca “é um compromisso de interesses entre os participantes pelo qual se entregam bens ou possibilidades com retribuição recíproca [...]. Toda troca racionalmente orientada é uma conclusão mediante um compromisso de uma prévia luta de interesses aberta ou latente<sup>122</sup>”. Por outro lado, similar a Durkheim, Weber também toma as trocas mercantis como a construção de laços sociais e da rede resultante dela, “uma vez que o ator econômico deve levar em conta não somente o comportamento dos outros atores econômicos, mas também de maneira mais geral, o contexto sócio-político” (Ibid., p. 130).

De forma geral, a visão de autores da *Sociologia Econômica* como Weber, Durkheim e Polanyi, vai ao encontro com a importância das traduções, que mediante a agência se faz nas interações dos agentes, enraizadas num sistema econômico. Em última, estas traduções são forças que regulam os sistemas econômicos mediante a conformação histórica de códigos de condutas e normas formais em que estes sistemas se encontram enraizados. Esta é uma posição que Granovetter, autor da *Nova Sociologia Econômica*, toma para refrescar os argumentos do enraizamento, no sentido de reconhecer que na economia de mercado, os interesses utilitaristas dos indivíduos fazem eles se movimentar socialmente e criar relações que não são efêmeras, mas duradouras, e que se materializam na troca mercantil; uma mistura entre o sub- e supersocializado.

Pode ser observado que um aspecto transversal nas colocações dos cientistas sociais citados se fundamenta na relevância que as leis e convenções, quer dizer, as instituições formais e não formais adquirem na orientação do comportamento econômico. Neste sentido, confirma-se a proposta geral de Polanyi, que aponta um enraizamento do sistema econômico nas relações sociais e não o caso contrário. Por tal motivo, o estudo deve aprofundar mais um pouco na composição das instituições do ponto de vista social para entender dita proposta.

Weber (2002[1922]) enuncia três instituições fundamentais da construção social do sistema econômico, a saber, o uso – no sentido do costume –, a convenção, e o Direito – instituições formais –. Uma diferença entre o costume e a

---

<sup>122</sup> Ressaltado nosso.

convenção reside no fato de que a apropriação do primeiro é opcional para o indivíduo, sem que seja reprovado socialmente, diferente no caso da convenção. Nesta última, a não adaptação pode-se ver traduzida na punição social. Com este fato, o autor afirma que uma regulação do mercado por via das tradições contrapõe o suposto de racionalidade econômica. Logo, pelo lado do Direito, a regulação vira racional, pois se rege por via das instituições formais. Este Direito pode ser menos levado em conta pelos indivíduos e menos relevante para suas agências que as tradições ou as convenções; de fato a instituição formal pode ser acatada com o fim de evitar a reprovação social que implicaria a desobediência civil, próprio do sistema com convenções das sociedades.

Para Durkheim (1999[1930]), o panorama é mais geral, mas não menos argumentativo. Ele se foca na relação das regras morais – o que para o Weber poderia ser as tradições e, inclusive, as convenções sociais – com as instituições básicas para o comportamento social do indivíduo. Segundo Raud-Mattedi (2005) para Durkheim “o papel das regras morais é de permitir a passagem do nível micro ao nível macro, ou seja, de realizar a adequação entre os interesses individuais e os interesses coletivos” (2005, p. 133). Assim, o ser humano passa a ser um ser social quando as regras morais significam uma instituição que lhe induzam se adaptar aos interesses do coletivo e a criar laços de confiança no mercado<sup>123</sup>, devido à autoridade que ele vai formando dessa adaptação com respeito aos direitos dos outros indivíduos.

Em concordância com o anterior, e, em geral, como os instrumentos teóricos utilizados neste escrito, o leitor pode observar que a percepção de instituições tem funcionado como pano de fundo, ou assunto transversal, na argumentação respeito da composição sociocultural na qual se encontra enraizada a construção do sistema socioprodutivo da economia campesina. Por isso, não é menos importante realizar menções básicas para o entendimento dos norteamtos que as instituições provêm para dita compreensão.

Neste caso, a abordagem institucional do comportamento dos indivíduos em Douglass North funciona como um bom ponto de partida. O autor começa sua obra *Institutions, institutional change and economic performance* (1990) com uma interessante exposição no seu prefácio, que faz compreender a importância que

---

<sup>123</sup> Sublinhado nosso.

adquire a criação das instituições formais e não formais para guiar o comportamento social, econômico, político e cultural dos indivíduos e vice-versa, construindo assim as particularidades de cada sociedade, ou seu *path dependence*:

History matters. It matters not just because we can learn from the past, but because the present and the future are connected to the past by the continuity of a society's institutions. Today's and tomorrow's choices are shaped by the past. And the past can only be made intelligible as a story of institutional evolution<sup>124</sup> (North, 1990, p. vii).

Para North, as instituições são uma criação dos seres humanos, se definem como as regras do jogo numa sociedade das quais a interação social precisa para ser funcional. O autor divide o enfoque institucional em três ambientes interdependentes entre si para uma institucionalidade funcional, a saber, as regras informais – ou as tradições e convenções de Weber e as regras morais de Durkheim –, as formais – ou o Direito e Weber – e o *enforcement*, mais relacionado com os custos de transação que a sociedade poderia estar pagando pela não aplicação das regras por parte dos indivíduos no momento da monitoração, assunto muito relacionado com a noção de *agência* de Long.

Estas normas e sua forma de monitoramento se encontram em constante evolução para os membros das comunidades no longo prazo, em concordância com a criação de novas tradições e aparição de novas situações e reações que fazem com que a mudança institucional – muito mais no cenário de múltiplas divergências próprias da modernidade – seja sempre uma constante necessidade na história humana – reflexividade –. Neste sentido, as instituições reduzem as incertezas na interação dos indivíduos, pois provê de uma estrutura para interpretar e interiorizar o comportamento da cotidianidade.

Decorrente do anterior, o indivíduo racional da economia clássica do Adam Smith ou David Ricardo é criticado por North, no sentido em que as instituições são formuladas precisamente para dissipar as incertezas e ineficiências naturais da interação humana, do ser irracional – ou limitadamente racional. Para se adentrar neste estudo, o autor assinala dois enfoques: as *motivações* e a *interpretação* que fazem os indivíduos sobre o ambiente no qual se envolve.

---

<sup>124</sup> A história importa. Importa não só pelo que podemos aprender do passado, mas porque o presente e o futuro estão ligados ao passado pela continuidade das instituições de uma sociedade. As escolhas de hoje e amanhã são formadas pelo passado. E o passado só pode ser inteligível como a história da evolução institucional

No primeiro, enuncia que alguns aspectos do comportamento humano como a reputação e a confiança que à primeira vista parecem ser altruístas, podem ter uma maior importância e contradizer à lógica da maximização da riqueza em algumas circunstâncias. Estas circunstâncias dependem de quão custoso seja para o agente expressar suas ideologias e interesses na sua rede de ação, existindo uma relação inversa entre pôr em prática seus valores e a riqueza que deixaria de perceber no momento de fazê-lo. Logo, com respeito ao segundo, a evolução dos modelos mentais guiados pelos discursos ao longo da história das sociedades, faz com que seus membros tenham a garantia de certos aspectos da interação humana, porque sua estrutura tem sido institucionalizada para reduzir as incertezas nesses encontros cotidianos.

Junto com North, Williamson (2000) é também um dos grandes representantes da Nova Economia Institucional (NEI) e justifica a importância do desenvolvimento das instituições para a constituição das estruturas econômicas, sociais e culturais pelas quais se guiam os membros de uma comunidade. O autor propõe quatro níveis de análise social interdependentes entre si, a saber: o nível de enraizamento social; o de análise das instituições formais; o das relações contratuais; e o da distribuição dos recursos e o emprego. O primeiro é similar à proposta de North, onde sobressaem as instituições informais que surgem espontaneamente: moral, religião, normas de comportamento, etc.; logo, no segundo localizam-se as formais, quer dizer, as leis, decretos, punições e direitos individuais. Estas instituições são a formalização dos acordos sociais que exercem o controle nas divergências de uma sociedade.

Neste segundo nível, o papel desenvolvido pelo Estado como responsável pelo funcionamento das instituições formais é de superlativa importância, por exemplo, na distribuição da renda, na aplicação dos direitos individuais e de propriedade, na satisfação das necessidades da sua comunidade por meio da oferta dos serviços básicos, etc., pois dependendo da sua *agência* pode criar ou evitar laços de confiança com outros agentes que dependem da efetividade do seu papel. Neste sentido, não seria então apenas o Estado, mas todos os agentes do território, se o observamos como um cenário de relações horizontais e menos hierárquicas no empoderamento.

O terceiro nível vai mais à via dos custos de transação na interação dos agentes. Estes custos – econômicos e sociais – se vinculam com a mitigação de conflitos e a geração de ganhos desta interação, quer dizer, quanto pode custar à sociedade fazer alguma coisa em comparação com deixar de fazê-la, ou quanto pode custar infringir as leis ou as normas por um ou vários agentes para uma sociedade inteira, relacionado com o *enforcement* de North. Finalmente, um quarto nível se relaciona mais com a análise neoclássica da relação Principal-Agente ou Teoria do Agente ao interior das firmas. Aqui, o marco de relações se gera ao partir dos contratos, que dependendo da sua execução cria relações de confiança entre empresários, acionistas, trabalhadores e outros grupos externos. Este é mais um caso concreto em que os três níveis que lhe antecedem são fundamentais para seu entendimento.

No caso de estudo apresentado, este último nível nos ajudará a entender os confrontos sucedidos entre trabalhadores e empresários do negócio extrativista, e entre políticos e comunidade, que combinados com aspectos socioculturais, obstaculizou o surgimento de relações de confiança entre os grupos e criou um complexo ambiente social, pouco favorável para a construção de redes funcionais de atores no território.

Desta forma, obtém-se uma visão panorâmica da abordagem institucional e da sua importância da análise sociológica da construção de sistemas socioprodutivos como a economia campesina. Esta abordagem é transversal à análise do caso de estudo da pesquisa, como foi mencionado anteriormente, e por isso representa uma das bases mais fortes para entender o porquê da vulnerabilidade da economia campesina no Urabá Antioqueño. No capítulo 5, a partir da metodologia proposta por Long e Latour, identificaram-se as instituições históricas que tem configurado as características da região, e, assim, propõe-se encontrar as raízes da funcionalidade particular das suas relações sociais, ou seja, visamos interpretar o *path dependence* do caso de estudo.

#### **4.2. Alguns antecedentes de estudo economia campesina e de sociologia do DR**

Nesta seção do trabalho, apresenta-se algumas pesquisas nas quais se têm aplicado os conceitos que este estudo pretende fazer. Dois focos serão fundamentais para isto, a saber, a questão cultural e socioprodutiva da economia

campesina e a perspectiva Ator-orientada, que inclui aspectos próprios da sociologia do desenvolvimento e econômico. A visão institucional será um conceito transversal nestes dois focos.

#### **4.2.1. Sobre a composição cultural e socioprodutiva da economia campesina**

Plein (2016) apresenta, no seu livro *Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural*, uma análise institucional ao redor dos mercados nos quais os agricultores familiares da microrregião de Pitanga, Estado do Paraná (Brasil) têm se inserido. Demonstra que o marco institucional construído historicamente na região tem sido insuficiente tanto para o atendimento das necessidades básicas da população como para a criação de um cenário apto para o funcionamento das relações mercantis. Estuda três mercados, a saber, o tradicional do leite, o inovador das plantas medicinais e o institucional dos produtos diversificados de frutas e hortaliças – à luz do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) do governo Federal brasileiro –, com o fim de encontrar neles relações de causalidade entre a ineficiência institucional e o histórico de pobreza rural da região. Os resultados apontaram a dependência histórica desta ineficiência no qual as relações mercantis se enraizaram (o *embeddnes* de Polanyi e Granovetter), o que North denomina *Path dependence*.

Outra visão interessante neste trabalho é a concepção do mercado como um cenário fundamental, mas não suficiente para promover o desenvolvimento rural, pois na agricultura familiar, prevalece a economia de subsistência como estratégia de reprodução do núcleo familiar. De outro lado, o autor destaca a pluralidade dos mercados, pois na sua pesquisa observou-se que a economia campesina pode agir em diferentes tipos de mercados, tradicional, inovador e institucional. No entanto, a falta de motivação resultante dos padrões demarcados pelo modelo de modernização da agricultura impediu uma maior proximidade nas relações destes mercados por parte dos pequenos agricultores. Assuntos como a estrutura organizacional, aspectos culturais as regras formais e informais e as formas de aplicá-las e monitorá-las – *enforcement* – criaram um cenário historicamente desenvolvido ao redor de arranjos institucionais específicos da região que funcionaram como obstáculo no acesso aos mercados para esta população e



influenciaram seu desenvolvimento. Como consequência, os municípios analisados apresentam uma trajetória histórica de círculos viciosos de pobreza rural.

Jaramillo (2007), na sua pesquisa *Elementos para el análisis de la población rural en la zona centro de Urabá: el caso de las comunidades Puerto Girón y Zungo Arriba en Apartadó y Casanova en Turbo*, propõe realizar um entendimento da nova ruralidade da região centro do Urabá Antioquenho composta de forma particular pela confluência da economia campesina, o Sistema Agroindustrial e a atividade pecuária extensiva e intensiva no uso do solo. A autora expõe um reconto histórico ao respeito da conformação das comunidades dessas três vilas, e encontra que, sob a definição do que seria a economia campesina, nenhuma delas possui uma estrutura que corresponda a uma condição ideal deste tipo de sociedade.

Alguns aspectos têm sido chaves para o retrocesso do campesinato no centro da região urabaense, como a *proletarização* do camponês por parte do sistema agroindustrial que tem influenciando sua cultura, a baixa rentabilidade na comercialização dos produtos da economia campesina, a concentração dos mercados convencionais e a importação de produtos desde a capital do departamento, a falta de estratégias de segurança alimentar por parte dos governos locais e regionais, a alta concentração de terras e a falta de mecanismos de acesso e legalização de propriedades para o campesinato, o limitado acesso e motivação para que ao agricultor possa se beneficiar do sistema de créditos, a pobreza rural que tem provocado uma migração para os centros mais povoados, entre outros.

Primeiramente, é necessário esclarecer que a zona de estudo escolhida para essa pesquisa corresponde econômica e politicamente ao ponto mais estratégico, principalmente porque aí se desenvolve com maior dinamismo a economia de enclave da banana usufruída pelo capital estrangeiro, que trouxe consigo assuntos como a alta concentração da terra, a confrontação política entre capitalistas agrários contra o sindicalismo e outras expressões do pensamento de esquerda, a absorção da mão-de-obra campesina por parte do sistema agroindustrial que também incentiva a urbanização, e as deficiências do sistema de direitos de propriedade que não tem oferecido as suficientes ferramentas para o acesso e legalização das propriedades para os grupos étnicos vulneráveis e principalmente para camponeses mestiços, pois não são identificados como grupo social especificamente vulnerável.

Simultaneamente, percebemos no nosso estudo a presença do narcotráfico como um ator de grande influência na concentração de terra para a atividade pecuária, utilizada como mecanismo de lavagem de ativos. Politicamente, estes atores exercem, em conjunto com os capitalistas agrários, fortes relações de poder ao interior das tensões e conflitos rurais. Isto tem levado com que o campesinato seja cada vez mais relegado ao pequeno espaço para a construção da sua moradia, e à pouca participação política e civil, uma amostra das colocações de Latour (1984) respeito da noção de poder, feitas no capítulo anterior.

Mesmo que os povos colombianos analisados pela autora – chocuanos, cordobeses e antioqueños – caracterizados por sua origem rural tenham procurado no Urabá territórios similares aos do seu local de procedência, o estabelecimento de uma estrutura de economia campesina não foi objetivo da sua migração, mas a busca de trabalho assalariado que demandava o sistema agroindustrial tanto da banana como da extração de madeira tropicais. Neste sentido, a pesquisa parte da premissa de que a economia campesina não tem raízes no centro do Urabá ou são escassas, inclusive para a população idosa que por tradição se sustentava dela nos seus lugares de origem anterior migração<sup>125</sup>. Assim, a segurança alimentar nestas vilas – Puerto Girón, Zungo Arriba y Casanova – tem se convertido numa das grandes problemáticas e causantes dos círculos de pobreza, em adição à ausência estatal na provisão das condições básicas de sobrevivência, pois a mão-de-obra que poderia se disponibilizar para a produção e sustentabilidade de cultivos de subsistência, trasladou-se para o sistema agroindustrial, para trabalhos ocasionais de pequenas coletas ou para trabalhos associados à industrialização, terceirização e desagrarização da atividade produtiva nos centros mais urbanos.

Das três vilas analisada por Jaramillo (2007), apenas uma mostrou uma dinâmica semelhante à economia campesina, que geograficamente se encontra também mais afastada do centro econômico da economia de enclave. No entanto, mesmo tendo os cultivos de subsistência uma relevante importância para a reprodução da comunidade, a maioria dos seus habitantes se encontram imersos em consideráveis condições de pobreza, produto da baixa rentabilidade da atividade e da acelerada venda de terras para a atividade pecuária que aumentou os preços –

---

<sup>125</sup> Sublinhado nosso

por conta de borbulhas especulativas –, deixando ao campesinato com baixa possibilidade de acesso à propriedade.

O direito de propriedade na região tem se convertido num dos maiores entraves para o desenvolvimento e sustentabilidade da economia campesina e, em geral, de qualquer prática agropecuária adotada pelos grupos mais vulneráveis da sociedade urabaense, pois terminam carecendo de acesso ao crédito, às políticas públicas para a assistência técnica e tecnológica e aos diferentes tipos de mercados. Deste modo, os mercados locais estão sendo abastecidos por produtos provenientes da capital do departamento de Antioquia, a uma distância de 300 km do centro da região que termina encarecendo-os e virando-os menos acessíveis para a população economicamente mais carente.

Logo, em sua análise, a autora encontra que as outras duas vilas são um claro exemplo do que poderia chamar de *nova ruralidade*, mas que não tem oferecido as condições suficientes para o melhoramento das condições de vida do camponês. Nelas, se apresentam características típicas do que acontece em outras vilas do centro da região:

Aumento en la compra de las tierras por inversionistas, el cambio de su uso tradicional hacia la ganadería, la falta de legalización de los terrenos de los pequeños propietarios que aún persisten, el alto número de obreros agrícolas y de familias que van quedando sin tierras, con la cual muchos se establecen en centros poblados rurales, en condiciones cada vez más deplorables, ante el aumento del deterioro de los recursos naturales a su alrededor<sup>126</sup> (JARAMILLO, 2007, p. 121).

Em tais condições, Jaramillo reconhece as múltiplas vantagens que pode oferecer a prática da economia campesina para o desenvolvimento humano e econômico desta fração da população urabaense. Previamente, ressalta a necessidade de uma maior ação do Estado colombiano da proteção e garantias do acesso aos direitos de propriedade para o campesinato na procura destas vantagens, assinalando que com a economia campesina se facilita um maior abastecimento de produtos que beneficiam a segurança alimentar da comunidade e propendem para a independência dos mercados externos, se garante uma maior sustentabilidade social em termos dos ganhos que oferece o acesso à terra, como o

---

<sup>126</sup> Aumento na compra das terras por investidores, a mudança do seu uso tradicional para a pecuária, a falta de legalização dos terrenos dos pequenos proprietários que ainda persistem, o alto número de obreiros agrícolas e de famílias que vão ficando sem terras, pelo qual muitos se estabelecem em centros povoados, em condições cada vez mais deploráveis, diante o aumento do deterioro dos recursos naturais ao seu redor

trabalho, a qualidade de vida, a diminuição da deslocação para outras zonas já colonizadas e do interesse por formar parte da subversão como forma de sustentabilidade econômica.

Especificamente, com esta sustentabilidade se exerce uma menor pressão de deslocamento das comunidades para zonas protegidas como alternativa de subsistência, evitando assim sua deterioração; de igual forma a autora aponta a formação de uma reserva de mão-de-obra nas zonas mais afastadas, como por exemplo, os guardas florestais que contribuem à proteção das reservas naturais e ecossistemas. Neste último ponto, Jaramillo recomenda compensações econômicas para os grupos de indivíduos que investem sua força de trabalho neste labor.

Forero (2003) faz um interessante aporte à discussão da pluralidade dos mercados nos quais a economia campesina pode interatuar e da diversificação dos produtores rurais que rompe com o paradigma do agricultor idealizado pelo modelo de modernização da agricultura, duas propostas que serão colocadas nesta investigação como parte do ponto de partida para a unificação dos diferentes atores da economia campesina no entorno à construção social dos mercados. Nas suas explicações, aponta o rompimento com a radicalização dos diferentes organismos que se movimentam ao redor da produção campesina, a saber, as Organizações Não Governamentais (ONG), a política governamental e a liderança campesina.

Algumas propostas feitas por estes organismos terminam sendo excludentes de alguma forma com variados tipos de agricultores; para os mais pequenos ou de menor escala, no caso das políticas públicas voltadas ao atendimento do agronegócio, até para os latifundiários, com a radicalização da proposta de reforma agrária por parte da liderança campesina.

As ONGs, por exemplo, consideram a agricultura orgânica como única possibilidade, no entanto, mesmo na agricultura sustentável – sistemas de produção de mediana intensidade agroquímica com recuperação de solos – sendo uma prioridade de política pública, deve se ter em conta que essa exclusividade deixa de fora uma grande quantidade de camponeses que não conseguem fazer um uso zero de agroquímicos. As agências governamentais também são excludentes ao priorizarem a articulação dos agricultores familiares nas cadeias produtivas, pois muitos deles se movimentam e criam relações nos mercados abertos com uma grande quantidade de produtos de ordem primária.

Finalmente, e como foi mencionado, a liderança campestina também pode ser radical a respeito da reforma agrária, da implantação de uma política de preços de sustentação e do perdão dos empréstimos. Com respeito à primeira, deve ser entendido que a eliminação imediata do latifúndio por meio do confisco pode acarrear maiores confrontos entre os diferentes grupos que se fossem estabelecidas propostas de negociação e aliança para a resolução do conflito rural. O segundo aspecto poderia não ser muito funcional ao ser pago pelo erário público e implementar políticas assistencialistas/paternalistas que afetam negativamente a autonomia e sustentabilidade dos diferentes atores. Por último, o perdão dos empréstimos resulta pouca viabilidade econômica, se caracterizando também pelo paternalismo, uma vez que desconhece o camponês como cidadão que pode acessar o sistema de créditos de forma razoável em concordância com seu sistema produtivo. Esta última posição é política e socialmente relevante, na medida em que este acesso ao sistema se configura como a tradução das lutas e movimentos da sociedade campestina por ser incluída e reconhecida na sociedade de mercado, tal e como Mendras o sugere com sua definição de *sociedade envolvente* e o poder de barganha do campesinato.

Forero (2003) também expõe alguns posicionamentos radicais para o meio rural colombiano, que não são coerentes com sua realidade política e econômica, como o dogma da não exportação e a atividade pecuária zero nas ladeiras andinas. No primeiro, ele ressalta a prioridade do sistema de segurança alimentar no país, com o autoconsumo, o intercâmbio solidário entre os camponeses e os mercados locais e regionais. No entanto, a Colômbia tem construído um cenário exportador que deve ser aproveitado pelos produtos tropicais e exóticos nos quais o país tem vantagens comparativas, e diferentes dos produtos tradicionalmente exportados: café, banana, flores e açúcar, enunciando que:

Estas consideraciones nos llevan a tomar con mucha cautela las posibilidades reales de generar divisas, significativamente grandes, con este tipo de productos. Si bien es cierto que puede haber buenas posibilidades que es necesario aprovechar a favor de ciertos grupos de productores y exportadores, su limitado alcance no nos puede conducir a fincar la política exportadora del país, ni mucho menos el desarrollo agropecuario, en estos productos<sup>127</sup> (2003, p. 41).

---

<sup>127</sup> Estas considerações levam-nos a tomar com muita cautela as possibilidades reais de gerar divisas, significativamente grandes, com estes produtos, se bem é certo que podem haver boas possibilidades que é necessário aproveitar a favor de certos grupos de produtores e exportadores,

Com o segundo, aponta que a atividade pecuária tem servido como alternativa à crise do café e como seguro econômico diário para o agricultor ao vender alguns litros de leite ou deixando para o autoconsumo do núcleo familiar e da comunidade, sem contar com os enormes esforços que ele tem feito para poupar e investir posteriormente na compra das suas vacas. Assim, Forero propõe o uso de tecnologias agropecuárias sustentáveis em concordância com as características ecológicas próprias de cada território, ao invés de abolir de forma radical com esta prática. Ressalta o grande dano ecossistêmico que a pecuária extensiva e intensiva faz, e aposta por uma pecuária sustentável através do ajuste gradual nos sistemas pequenos, medianos e de escala, encontrando convergências entre os diferentes grupos de atores rurais.

Finalmente, aponta sugestões consideráveis para o desenvolvimento de uma política rural e agroalimentar que evite a concentração dos recursos de crédito e incentivos à produção agropecuária que exclui os pequenos agricultores, que corrija as assimetrias entre os atores que agem nos mercados abertos no qual a economia campesina possui um papel primordial, que resolva o pago excessivo em impostos à terra para produtores com acesso limitado à propriedade rural, através de uma reestruturação do sistema tributário, especialmente para os possuidores de UAFs. Ao mesmo tempo, aponta a gerar uma institucionalidade funcional ao redor do acesso a tecnologias adequadas para os sistemas produtivos dos pequenos agricultores, assim como a uma maior fiscalização dos fundos que sejam canalizados para a economia campesina ao invés de se focar no capitalista agrícola e latifundiário – romper com o paradigma do modelo de modernização da agricultura –.

O livro *Economía campesina, soberanía y seguridad alimentaria. La experiencia de Mercados Campesinos en Bogotá y la región central de Colombia*, elaborado pela Secretaria Distrital de Desarrollo Económico (SDDE) da Prefeitura Maior de Bogotá D.C. e outros (2011), demonstra o sucesso na instauração dos Mercados Camponeses na capital da Colômbia, especialmente no aspecto do empoderamento que a comunidade campesina adquiriu com a experiência.

O programa de Mercados Camponeses começou na Praça de Bolívar no ano de 2004, onde há mais de um século não se realizava esta atividade. Em 2005, volta o mercado e, desta vez, com a constituição do Comité de Interlocação Camponês e

---

seu limitado alcance não pode nos dirigir a *fazendar* a política exportadora do país, nem muito menos o desenvolvimento agropecuário nestes produtos

Comunal (CICC), fazendo com que no ano de 2006 se logre fazer dos Mercados Camponeses uma política pública por meio do Decreto Distrital 315 “por el cual se adopta el Plan Maestro de Abastecimiento de alimentos y seguridad alimentaria para Bogotá, Distrito Capital”<sup>128</sup> (SECRETARIA DISTRITAL DE DESARROLLO ECONÓMICO, 2011, p. 10).

Em 2007, se assina o primeiro convênio entre a SDDE a ONG Oxfam G.B., o *Instituto Latino-americano para una Sociedad y un Derecho Alternativos* (ILSA) que incentiva o desenvolvimento dos objetivos do CICC e a formulação de variados convênios adicionais até o 2011, da mesma forma que a assinatura do Decreto 508 de 2007 “por el cual se adopta la Política Pública de Seguridad Alimentaria y Nutricional para Bogotá, Distrito Capital, 2007-2015, Bogotá sin hambre”<sup>129</sup> (Ibid.). Desta forma, no período 2004-2011, têm se realizado 12 mercados na emblemática Praça de Bolívar, conseguindo ser institucionalizado por meio da comemoração do Dia de Camponês na primeira sexta do mês de junho pelo Acordo 455 de 2010 do Conselho Distrital.

Frente aos riscos do retrocesso cultural, político, social e econômico pelo qual atravessa campesinato por causa, dentre outras, das políticas de apoio ao modelo de modernização da agricultura e os Tratados de Livre Comércio que desmotivam a produção de diversos bens próprios da economia campesina, da desaparecimento e comercialização das sementes crioulas que tem posto em perigo a genética da produção agrícola, o programa Mercados Camponeses aposta no ressurgimento desta prática, que além de tudo faz possível a interação do urbano com o rural, como estratégia para a soberania e segurança alimentar. Neste sentido, ao surgir um encontro mais direto com esta comunidade, se identificam com maior detalhe assuntos que funcionam como entraves para o seu desenvolvimento; informação que resulta valiosa no momento da criação de política pública.

A experiência de Mercados Camponeses na capital colombiana e municípios próximos a ela, promoveu três sub-canal de comercialização: o presencial e direto, o atacado nas praças de mercado e bairros e o orgânico. Nos dois primeiros, conseguiu-se examinar a demanda para formular a oferta, enquanto, para o segundo, ao não se certificar, mas ao se organizar e explorar a presença de

---

<sup>128</sup> Pelo qual se adota o Plano Mestre de Abastecimento de alimentos e segurança alimentar para Bogotá Distrito Capital

<sup>129</sup> Pelo qual se adota a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional para Bogotá, Distrito Capital, 2007-2015, Bogotá sem fome

produtores e produtos por meio de uma organização agroecológica reconhecida, facilitaram-se as condições para manter o preço que não diferenciou seus produtos daqueles que poderiam conter alguns insumos agroquímicos. No entanto, Mercados Camponeses trabalha pela criação de processos da manipulação de insumos e dos produtos sob a condição de sustentabilidade nas boas práticas como valor agregado na comercialização.

Quando se reúnem na Praça de Bolívar centos de agricultores camponeses, “apoyados por alcaldes de cuarenta municipios, gobernadores de cinco departamentos y de la Alcaldía Mayor del Distrito Capital, se materializo la apuesta política de Ciudad-Región”<sup>130</sup> (Ibid., p. 9). De fato, para o 2011, já existiam sessenta Comités Camponeses Municipais agrupados em sete organizações regionais e nacionais e em Juntas de Ação Comunal da capital, cenário que faz alusão dos positivos resultados do movimento camponês ao redor da participação civil com o objetivo da segurança alimentar e a autonomia territorial. É este um claro exemplo da prática da *agência* e as traduções que fazem os indivíduos por meio das redes de resistência e cooperação conduzidos à geração do desenvolvimento endógeno local.

#### **4.2.2. Sobre a sociologia do desenvolvimento no espaço rural**

Alguns trabalhos têm feito uma análise sociológica ao redor do desenvolvimento rural; neste trabalho serão considerados alguns para ilustrar esta apreciação na pequena agricultura. Hall e Nahdy (1999) tomaram um foque mais institucional desta sociologia no seu trabalho *New methods and old institutions: the 'systems context' of farmer participatory research in national agricultural research systems. The case of Uganda*. A publicação demonstra que apesar de fomentar uma política de Investigação Participativa dos Agricultores (FPR pelas suas siglas em inglês) nos Sistemas Nacionais de Investigação na Agricultura (NARS pelas suas siglas em inglês) que tiveram sucesso em países desenvolvidos, em países como Uganda – e em geral o que se conhece como os subdesenvolvidos – este tipo de práticas não tiveram sucesso, devido, em grande parte, ao fato de que as estruturas de poder, institucionalizadas, prevaleceram mais do que a introdução da política.

Este é um exemplo de imposições *top-down* – no sentido de Norman Long – que não dialogou com a posição que outros atores tinham ao interior da rede e por

---

<sup>130</sup> Apoiados por prefeitos de quarenta municípios, governadores de cinco departamentos e da Prefeitura Maior do Distrito Capital, materializa-se a aposta política de Cidade-Região



tanto, não conseguiu traduzir seus interesses. As relações pouco funcionais que se formaram historicamente entre as instituições, cientistas e os agricultores deste país não permitiram o surgimento dos resultados esperados na aplicação deste método. Muito pelo contrário, a linguagem entre os pesquisadores e agricultores não se relacionou e suas *agências* não convergiram, abrindo desta forma o espaço para a réplica do frágil marco institucional que já tinha o país em termos de educação, cultura, qualidade de vida e outras expressões sociais.

De igual modo, nos países em que foi instaurado o modelo de modernização da agricultura, a partir dos anos cinquenta, como a Uganda, o governo nacional instaurou uma política agrícola de monocultivos comerciais, principalmente de algodão e café, focando os recursos humanos e financeiros nesta atividade. Logo, na década dos noventa quando foi aplicado a FPR o característico centralismo do país concentrou os sistemas tecnológicos, o conhecimento e a informação – que não foi trabalhada em conjunto com os saberes tradicionais dos agricultores – numa organização científica que não desenvolveu ferramentas que considerassem as necessidades dos agricultores pobres, que eram os clientes finais dos processos de pesquisa. O resultado foi a criação de um sistema tecnológico inovador com uma baixa aplicação e adaptação da população, devido à prevalência de concepções errôneas ao respeito das verdadeiras necessidades do público alvo. A esse respeito, os autores expõem que “pos-harvest research has historically been guided by assumptions – often mistakenly – concerning the behaviour of farmers and consumers in the context of food availability, food quality and price and allocation of labour in crop processing activities”<sup>131</sup> (1999, p. 2).

Como complemento, as estruturas de poder entre os diferentes agentes não confluíram, especialmente no que diz respeito à heterogeneidade cultural, o gênero e as hierarquias políticas nas aldeias onde foi aplicada a política. De igual forma, a relação cientista/agricultor, posicionou ao último num menor nível do que o primeiro, devido a que o cientista estava condicionado por uma estrutura institucional que distanciou sua relação com o agricultor e reforçou os padrões das estruturas de poder.

---

<sup>131</sup> A pesquisa pós-coleta tem sido historicamente guiada por suposições – muitas vezes equivocadas – relacionadas com o comportamento de agricultores e consumidores no contexto da disponibilidade de alimento, qualidade e preço e localização da mão-de-obra em atividades de processamento dos cultivos

Outro assunto se relaciona com o capital científico do país, que por um lado se encontra hierarquizado e concentrado em poucos atores, e, pelo outro, se ressaltam atitudes no geral da população focadas no aprendizado de fatos mais do que em resolver problemas e propor soluções, isto faz com que a agência seja mais passiva do que ativa. Adicionalmente, o resultante ambiente desmotivador, faz com que os cientistas prefiram estar ao serviço de ONGs ou grupos de doadores; este ambiente se relaciona com a escassez de dados e obstáculos institucionais para pesquisa, ao igual que baixas taxas de remuneração.

É desta forma como os autores identificaram quatro áreas problemáticas que funcionaram como gargalos na aplicação da política: relações de poder cientista/agricultor, a identidade profissional dos cientistas, a base de habilidades e os recursos humanos, e as percepções concernentes à validade dos métodos de pesquisa. A conclusão deste experiência mostrou que incidiram com maior força aspectos de estruturas de poder já institucionalizadas, nas quais os agricultores foram passivos – *path dependence* – do que a aplicação da política, quer dizer, a construção social na qual dita política estava enraizada, obstaculizou seus resultados esperados.

Méndez e Gliessman (2002) fazem um chamado à interdisciplinaridade dos estudos do desenvolvimento rural para lograr uma convergência entre os enfoques da sociologia e as ciências naturais na compreensão das iniciativas do espaço rural. No seu trabalho *Un enfoque interdisciplinario para la investigación en agroecología y desarrollo rural en el trópico latino-americano*, os autores fazem uma integração entre a agroecologia e as ciências sociais ao interior das estruturas familiares de hortas familiares desta zona. Usando alguns enfoques da sociologia do desenvolvimento rural como a ecologia política, a Perspectiva Ator-orientada, a análise do capital social, as abordagens participativas na gestão dos recursos naturais, os direitos ambientais, e a análise dos meios de vida – respeito do desenvolvimento como liberdade de Sen –, conseguiram construir um diálogo com a agroecologia, propondo esta ligação como uma ferramenta que trabalha em prol do desenho de estratégias e pesquisas mais abrangentes e a maiores escalas que se traduzam na conservação ambiental.

Verschoor (1997) aplicou no seu estudo de pequenos empresários rurais a perspectiva Ator-orientada de Long. Seu livro *Tacos, Tiendas and Mezcal: an actor-*

*network perspective on small-scale entrepreneurial projects in Western Mexico*, o autor foca na análise da construção social em torno de três projetos empresariais de pequena escala dos produtos mencionados no título. Reconhece a importância deste tipo de empreendimentos como provedores de emprego e sustentabilidade econômica nas bases do desenvolvimento para os países, nas palavras do autor, do Terceiro Mundo. No entanto, para sua análise orientada ao ator, não toma a empresa como unidade de análise, mas a rede de empresas como ponto de partida da mesma.

Um dos aspectos mais interessantes desta leitura é a ruptura das noções de “contexto” e “cultura” dos estudos sociológicos tradicionais, tomados como conceitos dados *a priori* na formação das relações sociais; muito pelo contrário, demonstra por meio do desenvolvimento destes projetos de empreendimento que as relações sociais constroem seu próprio contexto e cultura, onde cada indivíduo estrutura sua identidade e dos outros, levando em conta os objetos do mundo; quer dizer, aqueles objetos que fazem visíveis a existência dessas relações, como si tudo o que está ao redor dos atores, inclusive eles mesmos, fossem materiais das redes de interação. Esta é uma concepção mais próxima do Latour, quando inclui nas análises de redes atores humanos e não humanos. Com isto, não teria sentido falar dos indivíduos que fazem parte dos projetos de empreendimento sem falar dos tacos, das tiendas e do mezcal, pois simplesmente esses indivíduos humanos não seriam pequenos empresários rurais de sucesso ou sem sucesso.

Em resumo, este capítulo oferece ferramentas teóricas e metodológicas para a análise do entorno em que se encontra inserida a economia campesina do Urabá e como este tem influenciado no seu desenvolvimento. São variados os saberes que coadjuvam no entendimento destas estruturas, pois o entorno não é homogêneo, nem linear, nem individual, nem atomizado; é todo o contrário, integral. Com estas ferramentas, é possível deixar de olhar ao campesinato e sua atividade como mais um setor da economia, examinando-o como uma cultura que se identifica com seu território, que possui representatividade na sociedade envolvente.

Desta forma, é de igual importância romper com o *discurso desenvolvimentista* de ocidente que criou as pautas de desenvolvimento para as *sociedades tradicionais*. Urge um entendimento da heterogeneidade própria de regiões como a América Latina, cujas estruturas socioculturais diferem do

denominado *primeiro mundo*; assunto a considerar no momento da intervenção de agências e governos que intervêm na organização socioprodutiva de regiões como o Urabá antioquenho e que tem se convertido numa preocupação constante nas propostas de ruptura dos paradigmas no desenvolvimento rural. Porém, é com o impulso ao *knowledgeability* e *capability* dos atores como conseguirá se criar um ambiente de desenvolvimento endógeno, construindo as condições de empoderamento – horizontal e não hierárquico – de acordo com as singularidades e necessidades de cada território, visando criar um processo interativo e ativo dos seus elementos endógenos com as forças externas.

Decorrente do anterior, surge a necessidade de olhar para o desenvolvimento rural como um espaço de confluência das forças do desenvolvimento, criando entre os diferentes atores da agricultura, estratégias de redefinição de identidades do variado leque de grupos sociais. Com isto, ao estabelecer diferenças entre eles – que não se traduzam em rivalidades –, é possível estruturar políticas públicas igualmente diferenciadas, que contemplem a todos os tipos de agricultores que se movimentam entre o eixo do *modelo original* e o *modelo ideal*.

De outro lado, uma análise sociológica, econômica e institucional integrada a respeito das estruturas que abrangem à economia campesina é útil para identificar os gargalos que obstaculizam a funcionalidade das forças do desenvolvimento, para o qual uma perspectiva ator-orientada, em complemento com a TAR é de grande importância, na medida em que as agências dos atores são resultado da influência na interação de todos os que o rodeiam. Isto é relevante para este estudo, pois a sociologia econômica coadjuvou a argumentar que os sistemas econômicos se encontram, sem dúvida, enraizados nas relações sociais, nas quais a *racionalidade* econômica e a irracionalidade própria das agências se encontram. Assim, se possuem agora as ferramentas para elaborar um exame um tanto mais profundo do caso de estudo, como segue a continuação.

## **5. IDENTIFICANDO A CONSTRUÇÃO SOCIAL NO ENTORNO DA ECONOMIA CAMPESINA URABAENSE**

Uma análise das condições diversas da natureza em que se envolve a economia campesina pode ser guiada mediante a aplicação da perspectiva ator-orientada em complemento com a TAR. Esta aplicação inclui de igual forma a análise institucional, nos sentidos de North, Weber e Durkheim, aspecto transversal para entender o *path*

*dependence* da população a respeito da organização do seu território e simbolizações cotidianas que influenciam as agências, e que logram impactar a prática agrícola familiar.

Ao tempo que se aprofunda em detalhes da história de Urabá, irão se identificando os pontos-chaves de reflexão e interação dos agentes, a saber, os campos sociais, as arenas e os domínios constituídos, oferecendo respostas sobre o estado das forças do desenvolvimento indicadas, a saber, as dinâmicas das relações sociais, da sociedade com a natureza/entorno, da apropriação do território e do estado das instituições.

### **5.1. A *mentalidade cordilheirana* como instituição e a religiosidade e os imaginários sociais como *campos sociais* de interação**

Tem sido exposto que a região se compõe de um amplo leque étnico e cultural como resultado das dinâmicas sociais e econômicas nela desenvolvidas, seja porque funcionou como ponto de refúgio para os indivíduos que fugiam das diferentes conjunturas de violência surgidas ao longo do século XX no país, seja porque com a economia extrativista de madeira, borracha, tábua e banana, chamou-se a atenção de comerciantes, investidores e obreiros camponeses de diferentes pontos do país.

Antes de qualquer coisa, deve-se levar em conta uma das instituições mais influentes da organização socioeconômica e cultural de Urabá antioquenho, a saber a *mentalidade cordilheirana*, refletida na ausência das instituições estatais ao longo do desenvolvimento da região.

Neste sentido, decorrente das descrições do capítulo 2, a geografia urabaense pode ser concebida como um *campo social* de bastante influência na agência dos atores em Urabá. Ela não foi apenas um cenário de obstáculo para a colonização antioquenha, mas também um atrante de investimento estrangeiro que constituiu a *vocação agroexportadora* que atraiu aos primeiros migrantes chocoanos, bolivarenses e cordobeses na primeira etapa de colonização incipiente da segunda metade do século XIX, que coadjuvou ao estabelecimento de uma pluriculturalidade que criou confrontos com o posterior arribo de antioquenhos, além de caldenses e risaraldenses localizados na cordilheira com a segunda de colonização comercial de metade do século XX. Ali, foram construídos *domínios* e *arenas* que criaram todo um

arcabouço institucional que, até agora, diferencia a região do resto do departamento; tal vez o *path dependence* que até agora permanece.

Parsons (2010 [1979]) comenta que, de fato, existia um *Consejo cordilheirano* que recomendava a alguns dos primeiros antioquenhos que se arriscaram a se adentrar na região, para implementar a pecuária de gado, própria das terras altas de montanha:

Que cuidadosamente recogieran el alambre y los ganchos, para que pudieran venderlos de segunda [...] y, en fin, que prudentemente y sin llamar la atención dejaran de botar la plata en esa zona, que vendieran esa propiedad que poco les prometía, para la ganadería<sup>132</sup> (PARSONS, 2010 [1979], p. 79).

Desde a primeira colonização incipiente, a *mentalidade cordilheirana* também incentivou uma efêmera/escassa preocupação no desenvolvimento da região por parte do governo colombiano, deixando suas sequelas no mediano e longo prazo no bem-estar da população, em aspectos como: nível de qualidade, de suficiência de moradias, saneamento básico, saúde, educação, infraestrutura de estradas e rodovias, mecanismos de geração de rendas e de segurança alimentar, segurança da ordem pública e proteção dos direitos de propriedade e individuais, que até hoje persistem. Desta forma, a interação do Estado colombiano com os habitantes de Urabá traduziu-se numa agência do primeiro caracterizada pelo desinteresse e a posterior opressão com a entrada do pé-de-força com intensidade nos anos 1980 e inícios do século XXI, quando a violência deu um caráter anti-estatal à região. O Estado colombiano, então, é um *domínio* de divergências face aos urabaenses, que em cada *arena* de ação, desenvolveu um traduções antagônicas entre ambos atorede.

Neste sentido, as tradições no sentido de Weber, ou instituições informais num sentido mais geral em North da população, adquiriu um papel mais importante que as instituições formais do Estado colombiano que se supõe advogam pela soberania e o bem-estar, pois, historicamente, prevaleceu a *mentalidade cordilheirana* antes da proteção do território urabaense. Outro claro exemplo disto foi a concessão oficial da terra para as explorações dos recursos naturais por investidores estrangeiros durante a época da primeira colonização incipiente, e a

---

<sup>132</sup> Que cuidadosamente recoheram o arame e os grampos, para que puderam vendê-los como de segunda mão [...] e enfim, que prudentemente e sem chamar a atenção deixassem de jogar o dinheiro nessa zona, que vendessem essa propriedade que pouco lhes prometia, para a pecuária de gado

consequente extinção de importantes espécies arbóreas por falta de monitoramento do governo colombiano na região, que contrasta com a ausência de direitos de propriedade dos colonos chocoanos e cordobeses e o benefício para os antioquenhos do negócio da banana e da pecuária de gado.

Neste sentido, se encontra muito relacionado ao fato de que os nativos da região não representassem um grupo populacional significativo para os colonizadores espanhóis e, claro, para a Igreja Católica. Claramente, isto foi formulando discrepâncias entre os *paisas*, que foram chegando mais tardiamente no segundo processo de colonização comercial, com as outras etnias já assentadas na região. Assim, a *mentalidade cordilheirana* deixou impactos de forma assíncrona, que constituiu um *path dependence* – que, de certa forma, até hoje permanece – ao redor das formas de interação cultural e as subseqüentes traduções das agências dos actantes em Urabá, começando, assim, a desenvolver uma construção social pouco coesa.

Por outro lado, os dois processos de colonização definiram os papéis na organização socioprodutiva de Urabá, especialmente do centro e norte, conformando ao tempo imaginários sociais e tensões entre os mesmos. Todos exerciam, e continuam exercendo, até certo ponto, a economia campesina desde sua chegada a Urabá, porém chocoanos se dedicavam mais aos esforços de obreiros da economia extrativista, cordobeses também se desempenharam como obreiros ao tempo que faziam a limpeza de terrenos de mato para a adequação de propriedades, se convertendo numa fonte adicional de rendas ao oferecer os terrenos para os investidores *paisas*. Os *paisas* já se dedicavam a atividades de tipo comercial a serem investidores do negócio bananeiro, por serem funcionários que vinham desde Medellín ou por também serem camponeses proletários da economia extrativista.

Ainda quando parece se ver um ambiente de divisão social do trabalho, as características culturais persistiram sobre a falta de coesão dos diferentes grupos étnicos e sobre a sua consequente atomização. Carlos Andrés Rios apresenta no seu relatório *Religión y conflicto en el Urabá antioqueño* (2001) uma interessante análise sobre a influência das crenças religiosas na ausência da coesão social de Urabá, principalmente da zona centro e norte, pois no Sul, a maioria eram

afrodescendentes e indígenas cujas crenças não chocavam consideravelmente. O autor, aponta que:

Lo religioso es un mecanismo que mismo tiempo aglutina y conflictúa; se marcan unos límites sociales donde se enseña a defender y atacar. Brujería y fiestas son espacios donde convergen la adhesión y la repulsión. Las relaciones sociales y los conflictos son llevados al espacio de lo sagrado, recurriendo a lo mágico para la resolución de los enfrentamientos sociales<sup>133</sup> (RIOS, 2011, p. 75).

Segundo o relatório, por ser a região onde a Igreja católica não teve interesse de intervir, e ao observar as condições de pobreza e miséria na população, foram os missioneiros estrangeiros, desde a época de construção da rodovia ao mar de diferentes religiões, os encarregados de levar distintas opções nas quais os urubaenses poderiam depositar sua fé. Só depois de um tempo, entrariam alguns grupos missioneiros católicos, como as missionárias da Madre Laura, que quiseram realizar um trabalho de *des-selvagemização* das comunidades indígenas, porém, com receio frente a outras culturas, como os chocoanos e os cordobeses, por seus cultos animistas e festivos.

Antes da entrada de diferentes religiões, incluso, desde que a população estava começando se aglomerar em Dabeiba, fronteira com Mutatá, os camponeses antioquenhos liberais que chegavam à região já tinham uma imagem repressora dos sacerdotes da Igreja católica, ao se sentirem estigmatizados por serem simpatizantes do liberalismo político<sup>134</sup>, mesmo quando fossem ferventes fiéis católicos. O relatório expressa que a rejeição não ia tanto para a Igreja e a fé que eles poderiam ter no catolicismo, mas “para ciertos sacerdotes en específico”<sup>135</sup> (Ibid., p. 22). Desta forma, igual ao Estado, a Igreja Católica tornou-se num *domínio*, cujas agências e interações por parte dos sacerdotes, traduziram-se face aos camponeses antioquenhos liberais, e aos habitantes da zona de litoral, de forma conflitiva perante ao discurso de repúdio por parte dos primeiros frente à ideologia política dos outros. Assim, este *domínio* começou a perder valor entre estes atores, os quais começaram a considerar outros mais receptivos.

<sup>133</sup> O religioso é um mecanismo que ao mesmo tempo aglomera e gera conflito; marcam-se uns limites sociais onde se ensina a defender e a atacar [...]. As relações sociais e os conflitos são levados ao espaço do sagrado, se voltando ao mágico para a resolução dos enfrentamentos sociais

<sup>134</sup> Em Kalmanovitz e López (2002), as causas da simpatia dos camponeses frente ao liberalismo, radicou na segregação dos mesmos pelo colonialismo conservador em aspectos como o acesso a educação, saúde, direitos de propriedade e individuais.

<sup>135</sup> Para certos sacerdotes em específico.



A primeira opção foi a Igreja presbiteriana, que acolhia sem julgamentos aos camponeses liberais. Chamava a atenção ao ser liderada por estadunidenses que tinham os recursos para construir igrejas e por ensinarem a ler e estudar a Bíblia, que não era mais em latim, mas já traduzida em espanhol pelo presbiterianismo; era toda uma inovação. Porém, com o conflito armado da região e a consequente perseguição de simpatizantes por parte dos *chulavitas*, foi diminuindo a assistência aos cultos.

Na época da construção da Rodovia ao mar, também entra a Igreja pentecostal, como resultado da difusão de um dos líderes mais fortes da construção e quem teve um contato direto com missionários estadunidenses que se encarregaram de levá-la até Urabá. O líder foi convencido de implantá-la entre chochoanos e cordobeses principalmente pela concordância que ele teve com os missionários na interpretação da Bíblia. O sucesso da difusão radicou na figura paternal do líder frente aos trabalhadores da Rodovia, pois, na época, configuravam-se *quadrilhas* de trabalhadores que viajavam desde o Chocó ou desde Córdoba, sob a proteção e mandato daquele líder.

Os pentecostais estruturaram uma cultura radical que entrou em confronto com os comportamentos, rituais e doutrinas dos católicos que ainda persistiam e presbiterianos, fazendo uma verdadeira *conversão*, pois ao parecer a diferença entre os dois últimos era a linguagem em que era lida a Bíblia. A conversão funcionou como uma esperança de mudança de vida para os indivíduos constrangidos e cansados pelos estragos da guerra, desta forma a religiosidade se converte num *campo social* no qual as relações entre agentes se transformam e conformam nos *domínios* de cada religião, igreja ou comunidade.

As estruturas comportamentais dos pentecostais, por exemplo, impuseram mudanças nas vestimentas de mulheres e homens, que não poderiam praticar esportes, escutar músicas que não fossem relacionadas com o avivamento ou dançar. De igual forma, não se envolviam na vida política e social da região, sendo atores passivos das intervenções do Estado ou outro ator. Porém, com a intensificação da guerra de 1990 e o caráter anti-estatal de Urabá, mudou esta restrição para poderem ser mais ativos na organização civil, principalmente do centro da região. Internamente, teve uma mudança entre os pentecostais, uns

fizeram parte da igreja internacional e outros da Unida da Colômbia, criando discrepâncias entre estes dois *domínios*.

Depois ergueram outras igrejas com caráter missionário como a *Luz del Mundo*, os evangélicos radicais, os adventistas, que estabeleceram uma proposta de organização comunitária nas vilas dos indivíduos de origem cordobés na pós-migração; e as testemunhas de Jeová, também provenientes do departamento de Córdoba, que tinham um discurso agressivo e radical frente às outras religiões. Estes últimos geraram um distanciamento social produzido pela visão que tinham de outros crentes como *más asociaciones*, em palavras do autor, que fechou as possibilidades do ecumenismo<sup>136</sup>. Desta forma, as testemunhas de Jeová tentavam interagir com comunidades da mesma bagagem cultural e passado cordobés. Porém, seu afastamento de comunidades diferentes e atomização interna “no resultaba práctico en pequeñas comunidades habitadas por individuos de diferentes antecedentes culturales ya que, en vez de cohesionar la incipiente comunidad, aislaría a los conversos de sus redes familiares o étnicas que eran el sustento de la vida social”<sup>137</sup> (Ibíd., p. 117).

Com isto, o discurso das testemunhas de Jeová entrou em confronto com as agências de outros *domínios*, que, ao se afastarem, provocaram a ausência de coesão social, necessária para a constituição do *knowledgeability* e *capability* que incidem na construção de agências em benefício do empoderamento territorial. Esta situação se converte em um *nó* no qual as interações e as traduções tiveram lugar na conformação destas agências desfavorecedoras.

Um fato para levar em conta é que, segundo o autor, dada a perseguição de *La Violencia* em contra dos liberais, muitos camponeses tiveram que se adentrar nas montanhas, criando assim pequenas comunidades e levando consigo suas crenças e costumes. No começo, levaram os costumes e crenças relacionadas com a igreja presbiteriana e posteriormente com a mudança de um grande número de indivíduos à pentecostal, como foi indicado previamente. Desta forma, a religiosidade poderia mudar de vila em vila, encontrando com isto imaginários sociais diferenciados. Depois, com a violência e os deslocamentos forçados entre as décadas de 1980 e

---

<sup>136</sup> Termo que se refere a todas as pessoas e países do mundo, ao igual que a todos os tempos; quer dizer, o reconhecimento e valorização do heterogêneo.

<sup>137</sup> Não resultava práctico em pequenas comunidades habitadas por individuos de diferentes antecedentes culturais, pois ao invés de ligar a incipiente comunidade, afastava aos conversos das suas redes familiares ou étnicas que eram o sustento da vida social

1990 que também funcionaram como um *nó* de interações e traduções entre os agentes, os camponeses teriam de sair das suas comunidades e se encontrarem com tradições diferentes em outros deslocados de outras vilas. O encontro de *domínios* criou um caldo cultural variado onde discrepâncias e acordos foram desenvolvidos, deixando como resultado a conversão ou rejeição dos camponeses de uma religião para outra, com o intuito de encontrar o *campo social* adequado que lhes provesse de bem-estar.

No entanto, não foram apenas os variados tipos de igrejas as que configuraram uma cultura ao redor da religiosidade. O texto citado comenta que a causa dos *domínios* dos nativos, neste caso dos afrodescendentes provenientes do Chocó e alguns de Córdoba que se estabeleceram definitivamente com o primeiro movimento colonizador, estes se mostravam relutantes à fé oferecida pelos migrantes, preferindo continuar com suas *festas de negros*, em palavras de Rios (2001). Os afrodescendentes tinham uma particularidade na sua religiosidade, uma mistura do catolicismo, resultante das tentativas de evangelização de alguns sacerdotes missionários, com cultos animistas festivos, que à vez, funcionavam como fator de coesão social entre eles, porém, de rejeição frente às outras culturas, como a antioquenha, e outras religiões mais conservadoras, como a pentecostal, as testemunhas de Jeová e os evangélicos.

Observa-se, então, um hibridismo e repertório cultural importante na região, onde os discursos dos diferentes grupos colocados em cada *arena* de interação se traduzem em aceitação ou rejeição entre eles mesmos. Porém, mesmo com a rejeição, cada ator que age no território não deixa de ser ao mesmo tempo rede, pois frente à agência de um ator-rede, o outro a traduz através da sua própria agência que pode criar ou não coesão social. Neste caso específico, o surgimento desta coesão parece se dificultar.

No entanto, seja de uma ou outra igreja ou crença, a busca da religiosidade funciona como uma *arena* onde também se desenham discursos que ofereçam uma sorte de sensação de bem-estar, face às condições críticas pelas quais atravessou a população urabaense ao longo do século XX. Segundo o autor:

Lo religioso en el Urabá no ha funcionado simplemente bajo los lineamientos políticos, ni como brazo ideológico de los grupos armados en el poder. Pese a que fueron elementos externos como la violencia, la migración o la urbanización los que crearon las condiciones para la conversión, las particularidades internas de cada iglesia estuvieron

reguladas por elementos de determinados por la zona de origen. Donde la filiación a una institución religiosa, significada una reelaboración de redes regionales y de cooperación con quienes se comparte una serie de elementos culturales<sup>138139</sup> (RIOS, 2001, p. 132).

Desta forma, a *arena* foi motivada pela busca de uma identidade que lhe provesse de proteção ao camponês liberal, ao índio, ao afrodescendente, ao mulato, ao cordobés, ao antioquenho, frente a incerteza da guerra e da sensação de abandono governamental. Esta *arena*, induziu de certa forma – junto com a guerra, a corrupção, a percepção entre etnias e a dinâmica econômica –, as atitudes e agências direcionadas à construção particular das forças do desenvolvimento da região. Agora, se estas forças têm sido funcionais ou não, depende também da funcionalidade das relações ao interior dos *campos sociais*.

Decorrente do anterior, a religiosidade em Urabá antioquenho funcionou também como uma forma de institucionalizar os códigos de conduta, tradições, convenções e regras morais que regeram as interações e posteriores traduções entre os actantes. Por exemplo, para os pentecostais, os presbiterianos e católicos possuíam um estilo de vida pouco adequado e um mal exemplo a respeito das normas comportamentais. O fato dos pentecostais não quererem se envolver na organização política e civil, antes da década de 1990, traduziu-se numa agência passiva respeito dos acontecimentos da conflitiva ordem pública da época. Da mesma forma, as testemunhas de Jeová se afastaram dessas *más associações* ao se referirem a outras religiões, fazendo com que mesmo nos núcleos familiares existisse uma ruptura de alguns membros que causariam receio na sua organização social (RIOS, 2001).

Desta forma, pode-se concluir que, entre outras *arenas*, a religião influenciou a configuração de *campos sociais* desarticulados a raiz da desintegração dos diferentes cultos religiosos, que contribuiu em certa medida, à conformação de um empoderamento territorial pouco funcional ao redor do desenvolvimento das suas atividades próprias, como a economia campesina. Porém, mesmo que esta *arena*

---

<sup>138</sup> Sublinhado nosso

<sup>139</sup> O religioso no Urabá não tem funcionado simplesmente sob os lineamentos políticos, nem como braço ideológico dos grupos armados no poder. Pese a que foram elementos externos como a violência, a migração, ou a urbanização os que criaram as condições para a conversão, as particularidades internas de cada igreja estiveram reguladas por elementos determinados pela zona de origem. Onde a filiação a uma instituição religiosa, significava uma reelaboração de redes regionais e de cooperação com quem se partilha uma série de elementos culturais

tenha sido influente, é necessário olhar para outros fatores que se somaram à situação assinalada, como segue a continuação.

## 5.2. Os imaginários sociais. Criando *domínios* e *campos sociais* ao redor da desarticulação

À composição de códigos comportamentais provenientes de cada grupo religioso se acrescentavam outros resultantes dos locais de origem de cada etnia, seja dos negros, descendentes de escravos africanos; dos mulatos, provenientes da mistura entre negros e espanhóis; dos mestiços, camponeses antioqueños, caldenses e risaraldenses (*paisas*) da montanha, provenientes da mistura entre espanhóis e ameríndios, das zonas de colonização de cordilheira; e dos indígenas, nativos da região. Cada uma destas etnias possuía uma percepção do que seria um comportamento social adequado, em concordância com seus costumes. Assim, a festividade para os chocoanos, mulatos e indígenas era percebida como um ato desnecessariamente chamativo para os camponeses antioqueños; de igual forma que os comportamentos introvertidos dos últimos, representava apatia para os primeiros. As interações entre os actantes nos diferentes *nós* se traduziram em agências de rejeição por parte dos diferentes grupos étnicos.

Ortíz (2007) assinala um exemplo sobre exclusão social que sofriam afrodescendentes chocoanos e antioqueños por parte de outras etnias da região, percebida principalmente por parte dos capatazes e administradores, na sua maioria *paisas*, das propriedades bananeiras ou de palma africana, tanto psicológica como fisicamente, assim:

En su rico mundo interior [...], el negro del Pacífico ha acumulado a través de los tiempos una desconfianza profunda respecto de las etnias distintas a la suya. La oferta de empleo en Urabá y los precios del jornal le llevan a salir al exterior del aislamiento [...]. Pero al llegar al *el dorado*, encuentra un medio hostil: a través de muchos años, hasta finales de los 70 (hablamos, naturalmente, de todos los trabajadores bananeros, de las distintas procedencias), estuvo sometido a imposición de jornadas laborales extenuantes mucho mayores de ocho horas, a horarios desconsiderados que comenzaban, por ejemplo, a las dos de la madrugada, al hacinamiento de las viviendas o “campamentos” de solteros, y – quizá lo más doloroso para él, según las entrevistas – a las expresiones discriminatorias, verbales o gestuales, de muchos administradores y capataces. *En medio de esta soledad, la migración le ha roto el mundo familiar de solidaridades y complicidades de su terruño, más importantes – evidentemente – en las*

comunidades negras que en nuestras populosas ciudades<sup>140</sup>(ORTIZ, 2007, p. 54).

Desta forma, o afrodescendente encontra uma ruptura como o seu habitat, pois ao não voltar na sua terra, aos seus *domínios*, impossibilitado pela pobreza do Chocó e atraído pela oferta da economia extrativista, vai se *desculturalizando* e tomando atitudes próprias dos diferentes círculos étnicos, construindo assim um hibridismo cultural para tentar encaixar no seu novo núcleo, porém, de exclusão, de violência e desconfiança, de falta de solidariedade, da falta de coesão social.

Os andinos *paisas* usam termos pejorativos para se referirem a chocoanos e cordobeses como *morenos*, *negros*<sup>141</sup> e *chilapos* (para os cordobeses ou sinuanos) e de *índios* para os indígenas, e os concebendo como um povo “sem deus nem lei”, ao observar seus cultos animísticos ou em geral, pelo desinteresse nos assuntos clericais, além de considerar aos *chilapos* como preguiçosos e pusilânimes (Ibid.). Ressalta Ortiz (2007) que num dos comunicados do prefeito *paisa* eleito pelo Governo de Antioquia do Município de Murindó nos anos 1970, expressava sua vontade de ser trasladado de local ao afirmar que essas eram umas “tierras que no son para cristianos, sino para animales, aunque son bien tratados”<sup>142</sup> (Ibid., p. 53).

Agora, a respeito dos *paisas*, a percepção geral do resto das etnias é de um indivíduo prepotente e austero. O autor relata que não é apenas em Urabá que conseguem se ouvir expressões como “ellos [paisas] se creen mucho porque son malos y hacen aspaviento de eso”<sup>143</sup> (Ibid., p. 55), além de que para estes andinos, a honra e a vergonha são fatores suficientes para assassinar (RIOS, 2001). Ortiz (2007) também traz um exemplo a respeito desta percepção, onde na década de 1980, os líderes do Município de Vigía del Fuerte, enviaram num comunicado ao Governo do departamento seu descontento sobre o prefeito, também *paisa*, o

---

<sup>140</sup> No seu rico mundo interior, [...], o negro do Pacífico tem acumulado através dos tempos uma desconfiança profunda respeito das etnias distintas à sua. A oferta de emprego em Urabá e os preços da jornada de trabalho lhe incitam a sair ao exterior do isolamento [...]. Mas ao chegar a el dorado, encontra um meio hostil: através de muitos anos, até finais dos anos 70 (falamos, naturalmente, de todos os trabalhadores bananeiros, de distintos procederes), esteve submetido à imposição de jornadas laborais extenuantes muito mais de oito horas, a horários desconsiderados que iniciavam, por exemplo, às duas da madrugada, à superlotação das moradias ou “acampamentos” de solteiros, e – tal vez o mais doloroso para ele, segundo entrevistas – às expressões discriminatórias, verbais ou gestuais, de muitos administradores e capatazes. No meio dessa solidão, a migração tem lhe rompido o mundo familiar, de solidariedades e cumplicidades da sua terra natal, mais importantes – evidentemente – nas comunidades negras que nas nossas populosas cidades

<sup>141</sup> O que no Brasil seria “preto” como pejorativo aos afrodescendentes

<sup>142</sup> Terras, que não são para cristãos, mas para animais, ainda que são bem tratados

<sup>143</sup> Eles [paisas] se acham muito porque são maus e fazem alarde disso

seguinte comentário: “se le ha visto bajar de la alcaldía em distintas ocasiones en estado de embriaguez y com revólver en mano al igual que al telefonista y el secretario de la alcaldía; estos mismos han desafiado la comunidad diciéndoles negros hijueputas”<sup>144</sup> (ORTÍZ, 2007, p. 53). Uma grande quantia destes exemplos é facilmente encontrada na literatura deste e outros autores nas suas pesquisas sobre a construção social de Urabá.

Rios (2001) realiza também uma análise sobre as percepções entre etnias em Urabá. Para os *paisas*, o imaginário dos *morenos*, *negros* e *índios* se argumenta da paixão destes pela dança e as festividades estrondosas em geral. O texto toma uma citação de Luis M. Gavéria, um hábil antioquenho da elite medellinense, quem nos anos 1930 escrevia as experiências da sua viagem desde o interior do departamento até Necoclí, norte de Urabá, expressando que:

... los indios em sus bacanales se embriagan hasta caer por tierra, los otros casi no beben, pero en cambio forman un ruido infernal, que comienza con la mañana del día del baile con un tambor incesante y luego por la noche con la gritería, la música y los cantos de las mujeres, que son capaces hasta de desvelar las piedras (RIOS, 2001, p. 68)<sup>145</sup>

O autor do relatório comenta na sua pesquisa que estas descrições antigas não distam muito do atual imaginário que continua tendo o *paisa* sobre os *morenos*, que costuma vê-los como seres inferiores, sujos, pecadores, torpes, preguiçosos e covardes, perto do que poderia ser um selvagem. Porém, com o que não contava o *paisa* é que a diferença dele, culturalmente o *moreno* carece de uma ideologia capitalista, ao igual que uma atitude mais comunitária do trabalho, na qual a mulher também é fortemente ativa. Isto não é mais que o resultado da *mentalidade cordilheirana* que funcionou como principal regra comportamental dos antioquenhos, ou nas palavras no autor, este é “un claro discurso legitimador de una ideologia colonialista”<sup>146</sup> (Ibid., p. 69).

De outro lado, os *morenos* veem aos *paisas* ou *cachacos* como se lhe reconhece ao indivíduo do interior do país, ao andino, de uma forma não menos

<sup>144</sup> Se lhe tem visto descer da prefeitura em distintas ocasiões alcoolizado e com arma em mão ao igual que o telefonista e o secretário da prefeitura; estes mesmos têm desafiado à comunidade lhes falando de negros filhos da puta

<sup>145</sup> Os índios nos seus bacanais se embriagam até cair na terra, os outros quase não bebem, mas formam um barulho infernal, que começa com a manhã do dia do baile com um tambor incessante e logo pela noite com a gritaria, a música e os cantos das mulheres que são capazes de desvelar até às pedras

<sup>146</sup> Um claro legitimador de uma ideologia colonialista

agradável. Em entrevistas do autor a indivíduos da comunidade urabaense, o *cachaco* é:

Avaro y codicioso, hasta el punto de llegar a matar por dinero. Tacaño, ya que el dinero es para invertirlo en más dinero en un círculo sin fin. Violento, ya que es por medio de la fuerza que arregla los problemas, donde el “honor” o la “vergüenza” pueden ser motivos suficientes para morir o matar [...]. Machistas, porque no dejan trabajar a las mujeres, las encierran y las visten “como monjas”. Egoístas, ya que pueden ver un paisano em dificultades y, si no es posible sacarle ganancia a su crisis, lo dejan a un lado. Tanto hombres como mujeres son vistos como “monos desabridos”, considerando que carecen de la esbeltez y la elegancia que poseen los negros. Aburridos en extremo, no saben bailar ni tienen buena música; replicando que la música es para bailar y no para hablar como la trova antioqueña [...]. Se dice que son tan aburridos que después de llegar de misa y comer se acuestan a dormir, y a media noche todos están pernoctando; y el que quiera bailar es alcohólico y su mujer es una puta<sup>147</sup> (Ibid, p. 70).

Da mesma forma, com o que não contavam os *morenos* é que os camponeses liberais, maioritariamente vindos desde os Municípios antioquenhos de montanha, trocaram inúmeras vezes os cultos religiosos como uma busca de sossego frente à barbárie da guerra começada com *La Violencia* e continuada com a guerra guerrilheira e paramilitar intensificada a partir de finais dos anos 1980. Em geral, a *verdadeira* conversão aconteceu com o culto pentecostal que colocou muitas barreiras para a integração social, como os encontros nos bailes, nas atividades esportivas ou na participação política, ao igual que os radicais das testemunhas de Jeová e dos evangélicos. Os negros, ao se mostrarem mais receosos a deixarem seus cultos animistas, não perderam sua cultura de festividade, muito provavelmente foi essa uma das razões para chamar aos *paisas* de *chatos*.

Este panorama expõe alguns atores que se encontram envolvidos numa rede em que as interações têm criado discrepâncias constantemente no tempo, sejam por assuntos religiosos, aspectos culturais característicos de cada etnia ou pelo papel que vai ter na guerra e na economia da região. Até o apresentado neste momento,

---

<sup>147</sup> Avarento e ganancioso, até o ponto de chegar a matar por dinheiro. Austero, pois o dinheiro é para investi-lo em mais dinheiro num círculo sem fim. Violento, pois é por meio da força que soluciona os problemas, onde a “honra” e a “vergonha” podem ser motivos suficientes para morrer ou matar [...]. Machistas, porque não deixam trabalhar às mulheres, as deixam pressas e as vestem como “freiras”. Egoístas, pois podem ver a um paisano em dificuldades e, se não é possível tirar ganhos da sua crise, o deixam de lado. Os homens e as mulheres são vistos como “loiros insípidos”, considerando que carecem da esbeltes e da elegância que possuem os negros. Chatos em extremo, não sabem dançar nem têm boa música; replicando que a música é para dançar e não para falar como a trova antioquenha [...]. Se diz que são tão chatos que depois de chegar da missa e comer se deitam para dormir, e à meia noite todos estão pernoitando; e aquele que queira dançar é uma alcoólatra e se é uma mulher é uma puta.



as agências entre eles parecem não confluir para a coesão e para a conformação de uma territorialidade funcional, no sentido da apropriação, pois as traduções de um grupo étnico para outro têm gerado receios e desconfianças. De igual para os aspectos religiosos, os culturais ganharam um valor relevante e determinante nos *domínios* e nas regras comportamentais, tradições e convenções do território, se convertendo numa força incidente no desenvolvimento urabaense e construindo paulatinamente seu *path dependence*. O passado parece não se desligar nas interações e agências presentes dos atores.

Desta forma, os atores continuam sendo redes, veículos nas agências de outros atores-redes através do tempo, no sentido que cada um funciona como um pivô no qual têm lugar os hibridismos, repertórios culturais e heterogeneidades próprias dos efeitos sociais da migração dos diferentes povos num ponto determinado, neste sentido, este ponto sempre vai ser reflexivo. No entanto, como bem tem sido argumentado, o fato de ser reflexivo não significa que no momento dos actantes interagirem, e que suas traduções se evidenciem numa construção social funcional ao redor da territorialidade, da constituição de *knowledgeability* e *capability*, e de um ambiente onde a economia campesina tenha encontrado as condições para seu desenvolvimento, muito pelo contrário, esta desarticulação vai ser chave para que a situação de violência de finais dos anos 1980 se intensifique.

### **5.3. A violência guerrilheira, paramilitar e estatal como *arena* crítica de interação**

Na história rural da Colômbia, a violência tem se comportado como um fator inerente do seu desenvolvimento, não apenas ao longo do século XX, mas desde as campanhas colonizadoras de espanhóis. Porém, a guerra tem tido suas metamorfoses, e suas origens parecem lhe dar um significado diferente ao campesinato colombiano com o decorrer dos anos, seja como movimento social, seja como organização produtiva. Não obstante, a economia campesina resiste frente aos diferentes cenários da guerra, sofrendo também suas próprias metamorfoses e a caracterizando pelo seu poder de barganha com a *sociedade envolvente* em que se encontra inevitavelmente inserida.

A violência, então, tem funcionado como uma *arena* que interfere no desenvolvimento do rural colombiano – tal com o fez a geografia da região –, nas estruturas sociopolíticas e econômicas de um país agro e mineiro-dependente.

Nesta parte do capítulo, limitar-se-á à análise da construção social ao redor da economia campesina urabaense no cenário da guerra guerrilheira, paramilitar e estatal desatada a partir dos anos 1960, a qual adquiriu a maior força entre os anos 1980 e começos do século XXI.

Analisar esta guerra é uma tarefa complexa, pois tem incidido durante um pouco mais de cinquenta anos nas dinâmicas socioeconômicas, políticas e institucionais do país, transformando de forma radical suas estruturas. Desta forma, se focará seu estudo nos impactos que têm deixado na construção das relações sociais entre os urabaenses, na forma de empoderamento territorial e na conseqüente construção do seu marco institucional. A importância de analisar esta *arena* particular, se fixa inicialmente na institucionalização da guerra como mecanismo de proteção social e de justiça privada face à sensação da ausência estatal – e portanto, como *enforcement* –, o que funcionou ao mesmo tempo como um entrave do desenvolvimento da economia campesina de Urabá, por meio de uma configuração social baseada no medo da associatividade, nos deslocamentos forçados, nos homicídios seletivos e coletivos, na distribuição desigual da terra e na vulnerabilidade dos direitos individuais que condicionaram o estabelecimento de *domínios* pouco funcionais social, político e economicamente. Se bem muitas destas ações foram direcionadas contra a população civil, a violência continua legitimando a segurança da região, por tanto, configurou-se como um dos seus *path dependence*.

No capítulo 2, ofereceu-se um panorama sobre a conformação dos grupos guerrilheiros FARC e EPL principalmente, dos grupos paramilitares formados pelo primeiro movimento de desmobilização do EPL e pelas Autodefensas Unidas da Colômbia (AUC), e pela entrada do pé-de-força estatal com o Exército Nacional. De modo geral, comenta-se nos perfis produtivos da maioria dos Municípios de Urabá, que teve mais um processo desmobilizador dos paramilitares no começo do século XXI, que configuraram, posteriormente, as denominadas Bandas Criminais Emergentes (BACRIM), e que conseguiram deslocar, também, as FARC para a periferia do centro econômico de Urabá: Apartadó, Turbo, Chigorodó e Carepa. Uma transformação da violência como gestor da ordem social, independente dos seus meios e fins.

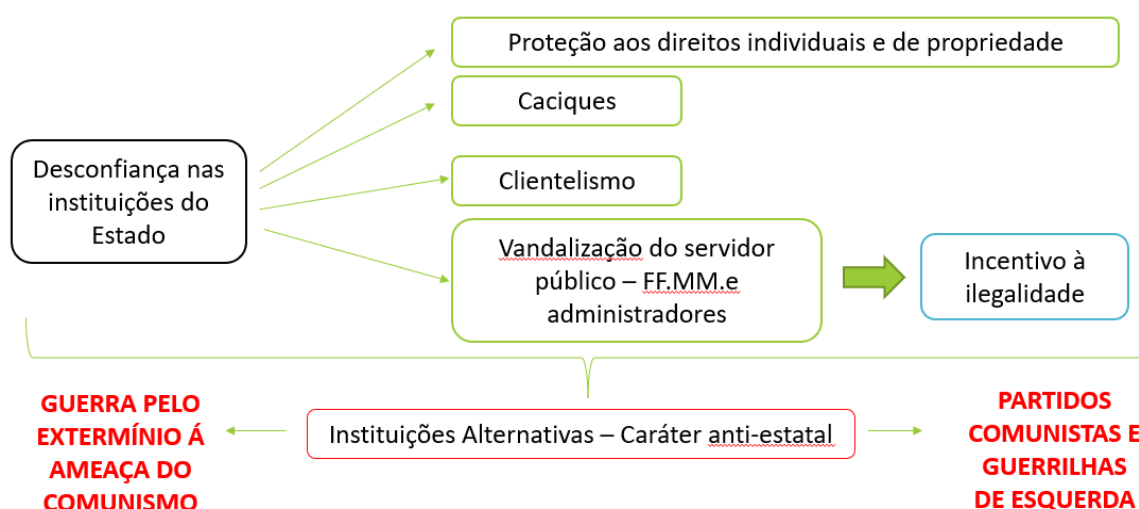
Na análise dos perfis, sempre está se comentando em algum momento sobre os fatos violentos acontecidos em cada Município por parte destes grupos, mais

intensos no Centro e Sul da região, o qual não significa que não tenha atingido consideravelmente o Norte da região, assunto que permite realizar um exame geral dos seus efeitos.

As razões para a invasão dos grupos armados na região são variadas e vão desde causas ideológico-políticas e geoestratégicas até econômicas. Para os anos 1960 e com os resquícios de *La Violencia* dos anos 1940-1950, se concebe a região como um ponto de discórdias e confrontos, especialmente pela ausência de uma institucionalidade governamental que chamou a atenção de liberais e esquerdistas. Desta forma, a guerrilha entra como um ator-rede, motivado por dita ausência e com o objetivo de se legitimar na região e influenciar no seu desenvolvimento.

Esta sensação de ausência funcionou como uma das *arenas* mais preponderantes na constituição dos *campos sociais* da região, pois criou toda uma institucionalidade ao redor das formas de interação e agência entre os atores através da legitimação da guerrilha como instituição de proteção social, formulando desde Urabá uma contestação frente ao governo nacional, que se traduziu pelo seu caráter anti-estatal. Porém, esta legitimação também se viu traduzida na intensificação da desintegração social ao interior da região, assunto que teve consequências fundamentais no desenvolvimento de atividades como a economia campesina, especialmente porque a zona rural foi um alvo importante dos grupos armados, tanto pela organização social, como pelo cenário de concentração de terra.

Figura 3 Configuração social no Urabá antioqueño



Fonte: elaboração própria do autor (2017)

A guerrilha se converte no braço armado dos partidos comunistas na Colômbia (SUÁREZ, 2007), os quais se preocupavam por realizar um trabalho comunitário a favor do empoderamento territorial dos camponeses, que se encontravam em situação de vulnerabilidade a respeito do acesso aos direitos de propriedade e individuais, causada pelo abandono estatal na zona. Estes partidos ou organizações de base comunista entraram fazendo as vezes de Estado, suprindo algumas necessidades como por exemplo, ensinando aos camponeses a ler e lhes motivando ao associativismo, tanto para a organização social como da economia campesina (ZAPATA, 2014). Não obstante, dada a conjuntura mundial do enfrentamento entre o comunismo com o capitalismo/neoliberalismo, o governo colombiano, já conservador por natureza, encontrava nesta ideologia uma ameaça para a soberania nacional, uma *arena* que criou instituições, como a *mentalidade cordilheirana*, que estigmatizavam a esquerda. Neste sentido, as instituições estatais e as construídas na região, não interagiram e se traduziram nos constantes conflitos sociopolíticos.

No seu livro *Crónicas del Destierro. Urabá: tierra arrasada*, Rubén Darío Zapata (2014) faz relatos interessantes sobre a incidência do comunismo na formação territorial de Urabá. Num dos seus múltiplos relatos, comenta histórias de urabaenses da década de 1990 que tinham seus pais ou parentes envolvidos com as causas comunistas nos anos 1960-1970, como o pai de Gladis, uma deslocada da violência que passava de um município a outro fugindo da violência, ao parecer, por estar marcada com o destino do seu pai e seus tios. Logo ao limpar muito mato para estabelecer a propriedade campesina para sua família, Joaquim, seu pai:

Se comprometió con los procesos organizativos de la comunidad, desde las pequeñas cooperativas campesinas hasta la Junta de Acción Comunal. Él era uno de los pocos campesinos estudiados de la región, leía mucho y había sido formado en su juventud con el partido comunista. Así que había asumido como proyecto personal y colectivista organización de los campesinos para mejorar sus condiciones de vida, ya que en aquellas selvas la gente vivía como botada, olvidada de Dios y del mundo, pero no de la fuerza pública, que montó sobre él una persecución a muerte<sup>148</sup> (ZAPATA, 2014, p. 9).

---

<sup>148</sup> Comprometeu-se com os processos organizativos da comunidade, desde as pequenas cooperativas campesinas até as Juntas de Acción Comunal [placas de ação comunitária]. Ele era um dos poucos camponeses estudados da região, lia muito e tinha sido formado na sua juventude com o partido comunista. Assim que tinha assumido como projeto pessoal e coletivo a organização dos camponeses para melhorar suas condições de vida, pois naquelas selvas a gente vivia como jogada,

Posteriormente, ao crescer e chegar deslocada até Medellín e participar de uma toma que seus companheiros de desterro fizeram de um lugar público, Gladis enfrentou um policial, lembrando a perseguição do Estado colombiano sobre seu pai. Segundo a crônica, o policial respondeu-lhe “Pela sua forma de falar, a gente pode saber que você é uma guerrilheira” (Ibid., p. 10), ao que Gladis contestou:

No señor – se defendió ella –. Eso no es así. Yo sólo le estoy hablando con la verdad. Si usted llega a mi casa en el campo y le dicen que por allá pasó la guerrilla, entonces usted llega de una vez maltratando a la gente, como si uno tuviera la culpa de que la guerrilla pasara por allí. Pero usted entonces lo que está es violando los derechos humanos, acusándolo a uno de guerrillero o exigiéndole que le preste el mismo servicio. Uno tampoco puede negarle nada a la guerrilla, porque ya sabe lo que le puede pasar; la diferencia con la guerrilla es que ella paga por la gallina que se lleva. En cambio ustedes no. El Ejército ve una gallina por ahí y se la coge si ven la finca sola, se cogen las cosas, se las roban<sup>149</sup> (Ibid.).

São múltiplos os relatos similares a este, nos quais se percebe uma desconfiança nas instituições do Estado por parte dos urabaenses, e ao reconhecimento da guerrilha como um ator armado que já não brinda mais proteção e justiça ao povo, mas que se convertia em mais um agente que difundia medo e desconfiança na região em conjunto com os paramilitares. Desta forma, vão se acrescentado motivos para a criação de um *path dependence* ao redor da incerteza e medo que até hoje permanece, pois nem Estado, nem guerrilha ofereciam bem-estar, inclusive, parece que a religião não oferecia já uma garantia de proteção. Neste sentido, esta incerteza funcionou como um dos grandes *nós* no qual as traduções da população sobre as agências dos atores da guerra se evidenciaram no temor da sua própria agência em prol da apropriação do território, fazendo deles atores passivos. Desta forma, os grupos armados foram um ator-rede, que, através da sua agência, transportava em outros ator-rede urabaenses, convenções e regras de comportamento que inibiram uma base social que se empenhasse na configuração de um empoderamento territorial, por um controle imperante da suas dinâmicas; outro exemplo da noção de poder em Latour (1984)

---

esquecida de Deus e do mundo, mas não da força pública, que montou sobre ele uma perseguição a morte

<sup>149</sup> Não senhor – defendeu-se –. Isso não é assim. Eu apenas estou lhe falando com a verdade. Se você chega na minha casa no campo e lhe dizem que por lá passou a guerrilha, então você chega de uma vez maltratando às pessoas, como se a gente tivesse a culpa que a guerrilha passasse por aí. Mas você então o que está fazendo é violentar os direitos humanos, acusando à gente de guerrilheiro o exigindo que lhe preste o mesmo serviço. A gente também não pode lhe negar nada à guerrilha, porque você já sabe o que pode passar; a diferença com a guerrilha é que ela paga pela galinha que se leva. Enquanto vocês não. O Exército vê uma galinha por aí e a pega para eles, se virem o sítio sozinho pegam as coisas, as roubam (Ibid.).

A respeito do ambiente de temor, Zapata (2014) ilustra como logo depois da desmobilização do grupo guerrilheiro EPL, por meio de um acordo oficial com o governo colombiano para a década de 1980, e sua posterior reinserção clandestina à guerra em forma do grupo paramilitar *Esperanza, Paz y Libertad*, começam a se desatar massacres nos anos de 1990, especialmente no centro da região, pois o Norte e o Sul já pertencia aos paramilitares das AUC desde 1985 contra o partido de esquerda *Unión Patriótica*, e em geral, contra as guerrilhas e supostos simpatizantes; a regra era agora não pertencer ao comunismo nem se comportar como tal. Mesmo quando não se fosse simpatizante da esquerda política ou armada, só o fato de se organizar em comunidade, já era um suficiente motivo para declarar à organização como comunista ou guerrilheira.

Num dos seus relatos, Zapata (2014) comenta uma história sobre um grupo de camponeses que queriam conformar uma cooperativa agropecuária e comunitária com ajuda de um grupo da capital colombiana, que lhes ofereceram uma oficina sobre cooperativismo, com líderes comunitários e integrantes das *Juntas de Acción Comunal* no centro do Urabá. No começo, faziam a oficina numa casa pequena comunitária, deficientemente equipada, e, por isso, decidiram continuar numa escola, com melhor infraestrutura com ajuda de uma professora. Porém, a oficina coincidiu com a entrada do Exército à vila rural e deixaram um rádio-telefone com a diretora da escola para eles saberem o que essas pessoas estavam fazendo na oficina. Com isto, foram deslocados para uma casa e continuar assim com a atividade, porém, foram espiados pela filha de um paramilitar da zona. A oficina teve que se suspender por falta de garantias de segurança. “En esos días, mataron varios dirigentes de las Juntas de Acción Comunal y a dos de los integrantes del que la cooperativa estaba conformando”<sup>150</sup> (ZAPATA, 2014, p. 68).

Na mesma linha, outra das crônicas relata que poucos dias depois de um massacre que deixou 35 pessoas mortas num dos bairros de Apartadó, na década de 1990, com uma maioria de vítimas desmobilizadas do EPL ou integrantes de *Esperanza, Paz y Libertad*:

... la fuerza pública desplegó una redada en la que capturó a muchos líderes de la U.P., a miembros de las Juntas de Acción Comunal, sindicalistas, concejales y hasta al alcalde en ejercicio [...], y el alcalde

---

<sup>150</sup> Nesses dias, mataram vários dirigentes das Juntas de Ação Comunal e a dois dos integrantes do grupo que a cooperativa estava conformando

que acaba de entregar [...]. Se los llevaron presos, acusados de haber promovido o ejecutado la masacre [...]. Lo que se venía, entonces, aparte de la persecución de los paramilitares, era la persecución de las entidades oficiales<sup>151</sup> (Ibid., p. 44).

Do mesmo modo, em ofensiva das FARC desde o centro até o norte da região:

El 21 de diciembre de 1994, la guerrilla de las FARC emitió un comunicado dirigido a la opinión pública de Urabá en el cual anunciaba que declaraba como objetivo militar a comerciantes, transportadores, obreros, reinsertados, campesinos, miembros de la Fiscalía, la Policía, el Ejército y todo lo que “oliera a paramilitar”. El 28 de diciembre de 1994, los paramilitares responden al comunicado de las FARC y declaran objetivo militar a la población civil que ofrezca colaboración a la subversión [guerrillas]<sup>152</sup> (SUÁREZ, 2007, p. 58)

Guerrilha e paramilitares agiram como dois ator-rede de imensurável incidência nas agências dos ator-rede urabaenses. A guerra que entre os dois primeiros tinha surgido, impactou as condições de vida dos agentes de toda índole; desta forma, é difícil pensar num cenário de criação de *knowledgeability* e *capability*, principalmente ao redor da economia campesina, que, para essa época, precisava das ferramentas suficientes para mitigar os efeitos das políticas neoliberais que não favoreciam à atividade no mercado nacional, apenas a supervivência já era um desafio.

Em consequência, se cria, na região, uma aversão à organização coletiva, à agência e ao empoderamento territorial. É claro, com este tipo de acontecimento, o porquê da falta de coesão social a favor deste objetivo, pois os *campos sociais*, *path dependence* e instituições constituídos desde *La Violencia* e intensificados com esta nova guerra construíram uma sociedade baseado na defensiva, na desconfiança, na ausência do bem-estar, nos desencontros étnicos e na ausência de um Estado que oferecesse as condições mínimas para garantir a coesão social.

De outro lado, se encontra a problemática dos direitos de propriedade e a consequente concentração da terra que favoreceu aos investidores das economias

---

<sup>151</sup> A força pública implantou um ataque onde capturou a muitos líderes da U.P. [Unión Patriótica], a membros das Juntas de Acción Comunal, sindicalistas, vereadores e até ao prefeito em exercício [...] e o prefeito que tinha acabado de entregar o posto [...]. Os levaram acusados de ter promovido ou executado o massacre [...]. O que vinha, então, além da perseguição dos paramilitares era a perseguição das entidades oficiais

<sup>152</sup> O 21 de dezembro de 1994, a guerrilha das FARC emitiu um comunicado dirigido à opinião pública de Urabá no qual anunciava que declarava como objetivo militar a comerciantes, transportadores, obreiros, reinsertados, camponeses, membros da Fiscalía, a Polícia e o Exército e tudo o que “tenha cheiro de paramilitar”. O 28 de dezembro de 1994, os paramilitares respondem ao comunicado das FARC e declaram objetivo militar à população civil que ofereça colaboração à subversão [guerrilhas] (SUÁREZ, 2007, P. 58)

de enclave e aos pecuaristas de gado, em detrimento dos direitos de choconos e cordoboses, situação que também criou um ambiente de especulação de terras que impediu a compra de terras por parte de camponeses. Simultaneamente, surgem nas fazendas de banana problemáticas decorrentes dos conflitos obreiro/patronais, e de posterior estigma por parte dos empresários, *paisas* conservadores na sua maioria, a respeito dos movimentos sindicais, os quais se concebiam como simpatizantes dos recentes movimentos comunistas e insurgentes, assim:

La prioridad de los grupos guerrilleros fue controlar y unificar los sindicatos; por ello surge Sintagro en 1982, apoyado por el EPL, y Sintrabanano el 1986, apoyado por las FARC. Una de las principales necesidades era buscar espacios dignos para vivir, debido a que casi toda la población estaba hacinada en los pequeños cascos urbanos o en las Mayorías de las fincas, careciendo de los servicios públicos básicos. Por lo tanto, la guerrilla, junto a los sindicatos, organiza grandes invasiones de tierras en fincas ubicadas en la periferia de los cascos urbanos<sup>153154</sup> (RIOS, 2001, p. 120).

É assim com a entrada do paramilitarismo, como estratégia constrainsurgente na Colômbia, segundo Velásquez (2007), como política do Estado Colombiano, aos finais da década de 1980, se abre o espaço para uma guerra civil que se intensifica no decorrer dos anos 1990 até começos do século XXI. Esta guerra já não tinha como base principal a defesa pelos direitos do campesinato e do proletariado camponês desprotegido pelo Estado colombiano, mas era um conflito entre os braços armados de esquerda e de direita, no qual a população ficou sem maiores opções de saída. A este respeito, o informe de Rios (2001, p. 16) faz o seguinte relato:

Imponentes e intrincadas cadenas montañosas que rodean a Dabeiba se yerguen como impenetrables murallas protectoras, uso dado por miles de fugitivos liberales em los diferentes enfrentamientos bipartidistas, o como cárcel de máxima seguridad, a la actual usanza (julio de 2001) de las Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) que, al bloquear el ingreso y la salida de vehículos, pretenden matar de hambre a los guerrilleros que allí tienen sus campamentos y a los campesinos que han tenido que acostumbrarse a vivir entre las balas<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> Sublinhado nosso.

<sup>154</sup> A prioridade dos grupos guerrilheiros foi controlar e unificar os sindicatos; por isso surge Sintagro em 1982, apoiado pelo EPL, e Sintrabanano em 1986, apoiado pelas FARC. Uma das principais necessidades eram procurar espaços dignos para viver, devido a que quase toda a população estava lotada nas pequenas áreas urbanas ou nas Mayorias das fazendas [acampamentos], sem serviços públicos. Por tanto, a guerrilha, junto com os sindicatos, organiza grandes invasões de terras de fazendas localizadas na periferia das áreas urbanas

<sup>155</sup> Imponentes e intrincadas cadeias montanhosas que rodeiam a Dabeiba, permanecem como impenetráveis muralhas protetoras, uso dado por milhões de fugitivos liberais nos diferentes enfrentamentos bipartidários, ou como prisão de máxima segurança, à atual formação (julho de



O objetivo do extermínio da esquerda comunista das guerrilhas resulta na união do paramilitarismo com o Exército Nacional (BOTERO, 1990; SUÁREZ, 2007; ORTÍZ, 2007; RIOS, 2014), fazendo com que a população continuasse deslegitimando as instituições do Estado colombiano como ente garante do seu bem-estar. Dado o apoio das guerrilhas ao proletariado camponês das fazendas bananeiras, Suárez (2007, p. 166) expõe que:

Además de la alianza de los Comandos Populares con los grupos paramilitares, el movimiento Esperanza, Paz y Libertades afirmó su alianza con el Ejército Nacional. La alianza se constituyó en una mayor presencia militar en las fincas bananeras, los caminos comunales y la escolta de los buses que transportaban a los obreros bananeros, así como el abastecimiento y dotación de radios de comunicación en las fincas bananeras para garantizar el contacto permanente con el Ejército Nacional.<sup>156</sup>

Desta forma, as fazendas bananeiras no centro da região converteram-se num foco de homicídios seletivos, seja por parte de paramilitares, Exército ou guerrilhas, por causa da concentração de população que era potencial simpatizante das guerrilhas, através da sua integração com os sindicatos, ou porque se tinham obreiros que não simpatizavam, se lhes concebia como militantes da ultradireita do paramilitarismo, então a guerrilha começava a perseguição. Esta situação não foi alheia às zonas norte e sul, de fato, o Sul do Urabá antioquenho tem sofrido os massacres mais sangrentos da região, com o conhecido massacre de Belén de Bajirá, vila de Mutatá, em 1996, em mãos do paramilitarismo de origem cordobés.

Adicionalmente, comenta Zapata (2014), nas suas crônicas, que nos começos do paramilitarismo, o extermínio era rural:

En los pueblos tenían noticias del paramilitarismo por las masacres que iban realizando a su paso, como langostas, que no arrasaban con cultivos sino con comunidades enteras<sup>157</sup>. Sin embargo, en los pueblos no sólo reinaba el miedo porque las langostas llegaran sino porque ya empezaban a operar los paramilitares mediante asesinatos selectivos<sup>158</sup> (ZAPATA, 2014, p. 88).

---

2011) das Autodefensas Unidas da Colômbia (AUC) que, ao bloquear o ingresso e a saída de veículos, pretendem matar de fome aos guerrilheiros que ali têm seus acampamentos e aos camponeses que têm tido com que se acostumar a viver entre as balas.

<sup>156</sup> Além do alinhamento dos Comandos Populares com os grupos paramilitares, o movimento Esperanza, Paz y Libertad afirmou seu alinhamento com o Exército Nacional. O alinhamento consistiu numa maior presença militar nas fazendas bananeiras, os caminhos comunais e a escolta dos ônibus que transportavam aos obreiros bananeiros, assim como o abastecimento e dotação de rádios de comunicação nas fazendas bananeiras para garantir o contato permanente com o Exército Nacional.

<sup>157</sup> Sublinhado nosso

<sup>158</sup> O povo tinha notícias do paramilitarismo pelos massacres que iam realizando ao seu passo, como langostas, que não arrasavam com cultivos, mas com as comunidades inteiras. Porém, nas zonas

Desta forma, muitas famílias campesinas tinham que deixar suas propriedades pelo temor que causava a invasão paramilitar e a consequente defensiva guerrilheira na zona, ou de forma contrária. Com este ambiente, foi pouco ou nada o que a atividade conseguiu se desenvolver, até porque o cooperativismo não era mais uma opção para unificar a força produtiva dos camponeses. O deslocamento forçado na zona rural impulsionou o crescimento de algumas zonas urbanas da região, e no mais extremo mais não menos regular dos casos, chegavam até Medellín, capital do departamento. Este foi o caso de Don Enrique, segundo as crônicas do mesmo autor, camponês que foi acusado de simpatizante da guerrilha e perseguido pelo paramilitarismo. Da sua propriedade no campo, que produzia plátano, foi deslocado por temor, e estabeleceu-se na casa da família da sua esposa. Ele achava que não seria encontrado na nova moradia, porém, duas semanas depois, entraram os paramilitares:

Primero mataron a tres aserradores de una misma familia y después se instalaron cómodamente en la región y asesinaban selectivamente según la información que recogiendo o inventando de cada uno de los habitantes de la zona. Desde la primera semana, don Enrique dejó de dormir en la casa y cada noche se internaba con su familia en algún cambuche en el monte. No podía darse el lujo de esperarlos, porque de alguna manera se había regado por la vereda la información de que él había sido concejal por la U.P. [Unión Patriótica] y por aquel tiempo esa era ya una sentencia de muerte. Entonces pusieron en venta la finca de ellos, que tenían prácticamente abandonada, buscando con qué poder salir a Medellín y escaparle al asedio silencioso que los paramilitares, muchas veces tal vez sin darse cuenta, ponían sobre él; sin que ellos lo amenazaran, sin que supieran tal vez de su existencia. El miedo era suficiente para desplazarlo de toda parte donde sabía que estaban llegando ellos. La finca la regaló, prácticamente. Eran seis hectáreas sembradas de plátano, con una casa grande em madera y una empacadora. Todo lo dejó en dos millones de pesos solo porque el cliente se los dio de inmediato<sup>159</sup> <sup>160</sup>(Ibid., p. 95-96)

---

urbanas não reinava apenas por causa de que as lagostas chegassem se não que já empezavam a operar os paramilitares mediante assassinatos seletivos

<sup>159</sup> Sublinhado nosso

<sup>160</sup> Primeiro mataram a três camponeses que trabalhavam com madeira de uma mesma família e depois se instalaram comodamente na região e assassinavam seletivamente, segundo informação que fossem recolhendo ou inventando de cada um dos habitantes da zona. Desde o primeiro massacre, don Enrique deixou de dormir na casa e cada noite se internava com sua família em alguma barraca no mato. Não podia se dar ao luxo de esperá-los, porque de alguma forma tinha se expandido pela vila a informação de que ele tinha sido vereador pela U.P. [Unión Patriótica] e por aquele tempo já era essa uma sentença de morte. Então, colocaram em venda a propriedade deles, que tinham praticamente abandonada, procurando com o que sair para Medellín e fugir do assédio silencioso que os paramilitares, muitas vezes sem se dar conta, colocavam sobre ele. O medo era suficiente para deslocá-lo de todo lugar onde sabia que eles estariam chegando. A propriedade a doou praticamente. Eram seis hectares plantadas com plátano, uma casa grande em madeira e uma embaladora. Tudo o vendeu em dois milhões de pesos só porque o cliente os deu de imediato.

Esta violência criou um *campo social* de inter-relações muito difícil em Urabá, que longe de ser funcional nos aspectos de empoderamento territorial, criou instituições que impediram a confluência dos atores através de traduções baseadas na desconfiança e temor. A guerrilha tornou-se uma instituição, primeiro, como mecanismo de proteção e defesa, depois como determinante dos comportamentos e relações sociais. Estas regras comportamentais se encontraram também reforçadas com a entrada do paramilitarismo e do pé-de-força estatal, criando um ambiente de incertezas a respeito das agências e as conseqüentes traduções dos agentes, que pudessem ameaçar a integridade do povo urabaense.

Isto, claro, obstaculizou uma construção social que apoiasse o desenvolvimento de uma economia campesina sustentável no território, principalmente pelos deslocamentos forçados, – Urabá comporta 45,10% do total de deslocados do departamento de Antioquia (PNUD, MIntrabajo e Red ORMET, 2014d) –, os homicídios, e o temor da associatividade, que logo, ao se apaziguar um pouco a guerra depois do 2005 por meio de um aumento do pé-de-força estatal e da segunda desmobilização dos paramilitares, algumas famílias de camponeses arriscaram-se a voltar, porém, sem encontrar suas propriedades e condições para a retomada das suas atividades, inclusive, com a família incompleta. De qualquer forma, já tinha se constituído uma base social disfuncional, um *path dependence* que a institucionalizou e usou para a criação de um território onde é difícil pensar em Urabá e sua construção social como um entorno que favoreça à economia campesina.

#### **5.4. A arena da economia campesina no Urabá antioqueño. Tentando retomar o rumo**

Como tem sido exposto no decorrer desta pesquisa, é inegável que Urabá se concebe como uma região onde a economia campesina ainda conserva sua importância, principalmente pela sua composição social. Mesmo com as dificuldades que encontram os povoadores para o impulso desta prática, ela parece resistir e por tanto se manter, porém, não significando que seja sustentável, como pode se deduzir pelos relatos históricos em que ela tem se encontrado inserida e pelos distintos indicadores expostos.

Na *arena* da economia campesina, a confluência de todas as situações de caráter social e institucional desenvolvidas no território criam um *path dependence*

que a tem direcionado para uma situação desfavorável. Nesta parte do capítulo, será comentada uma situação mais recente do estado da economia campesina de Urabá antioquenho, indicando os impactos que sobre ela tem tido finalmente esse *path dependence*, usando para isso a informação contida nos perfis produtivos de cada município para o ano 2014.

Nos onze municípios se percebem características de economia campesina, porém, em diferentes níveis, de acordo com a infraestrutura que possua. Na zona sul da região, onde se encontram os Municípios de Mutatá, Murindó e Vigía del Fuerte, a atividade tem o principal papel nas suas economias e na sua estrutura social. Segundo os perfis de cada um, mais do 99% do seu solo é rural, com uma grande extensão para floresta, a exceção de Mutatá que apresenta um maior sobreuso dos solos para a pecuária de gado, junto com Apartadó e Turbo no centro da região (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014a).

Com uma maior proximidade desta zona do Medio Atrato com o departamento do Chocó, a maioria da população é afrodescendente, também se encontra uma boa quantidade de comunidades indígenas. Desta composição decorre a alta concentração da terra nos municípios do Sul urabaense, pois grandes proporções de terra são destinadas para a propriedade coletiva destas duas etnias. Não obstante, no perfil de Vigía del Fuerte se observa “la falta de un mayor foco étnico en las políticas y proyectos gubernamentales en la zona, para mantener la diversidad como fortaleza y no como obstáculo, pues ha sido la población más afectada por el conflicto armado”<sup>161</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014i, p. 48). Pelo caráter da sua organização comunitária, tudo ao redor é a favor da coletividade, poderia se pensar que por ditas características a construção social ao redor da economia campesina desta zona poderia ter coadjuvado ao seu desenvolvimento, porém, não é assim, existem atores-rede que agem em prejuízo deste cenário.

Em primeiro lugar, de forma geral para todos os municípios, existe uma insuficiência nos serviços de assistência técnica, principalmente por falta de recursos das prefeituras para a contratação de funcionários, pois ao pertencerem ao grupo de entidades territoriais de sexta categoria<sup>162</sup>, seus gastos de funcionamento e

---

<sup>161</sup> a falta de um maior foco étnico nas políticas e projetos governamentais na zona, para manter a diversidade como fortaleza e não como obstáculo, pois tem sido a população mais afetada pelo conflito armado

<sup>162</sup> Deve ser esclarecido que a maioria dos municípios pertencem à sexta categoria, na classificação das entidades territoriais, em concordância com as rendas e os gastos gerados. Os municípios de

de investimentos são claramente restringidos, com exceção de Turbo, Apartadó, Carepa e Chigorodó que pertencem à quarta, porém, seguem restringidas. Por exemplo, as alagações são uma constante nos relatos dos perfis, especificamente para os Municípios de Apartadó, Carepa, Chigorodó, Mutatá, Necoclí, Vigía del Fuerte, Murindó e San Pedro de Urabá, causados pelo desmatamento e a sedimentação que se atribui à expansão da pecuária de gado e à falta de monitoração por parte das autoridades locais, situação que prejudica a segurança alimentar e a qualidade de vida da sua população. De igual forma, se apresentam processos erosivos, a causa da construção de canais de drenagem para a agroindústria da banana e o plátano (JARAMILLO, 2007), sem contar com os impactos dos agroquímicos usados sobre o solo e as fontes hídricas (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014c).

O meio ambiental se converte também num ator-rede não humano na região, na medida em que, no geral, todas as dinâmicas socioprodutivas dependem dele, mas os ator-rede humanos fazem um inadequado uso dos seus recursos, deixando como resultado alguns fenômenos como os recém mencionados, que impactam o acesso a fontes de água limpa, solos férteis, variedades de produtos do mar, pragas e enfermidades dos cultivos, entre outros. Assim, ao encontrar um meio ambiente que se tornou inadequado, a interação das agências entre estes dois ator-rede se traduz, principalmente, no risco da segurança alimentar da população e de aparição de doenças.

No caso concreto de Murindó e Vigía del Fuerte, as alagações são produto principalmente das enchentes do rio Atrato, causadas pelo desmatamento e sedimentação, porém, depois de 1992, quando a zona urbana de Murindó foi deslocada por causa de um sismo, as repetidas alagações não permitem a consolidação de uma economia campesina que garanta o sustento das comunidades, sem contar que com cada alagação os rejeitos sólidos e águas negras

---

sexta categoria são aqueles que apresentam uma menor arrecadação de impostos que não conseguem compensar de forma completa seus gastos de funcionamento, razão pela qual precisam de transferências do Estado, ao igual que uma menor porcentagem de população. Segundo a Lei 617 de 2000, a sexta categoria é definida como todos aqueles distritos ou municípios com população igual ou inferior a dez mil habitantes e com rendas correntes de livre destinação anuais não superiores a quinze mil salários mínimos legais vigentes. Ainda que pela magnitude da sua população deveria se localizar numa categoria distinta, o paragrafe 1 do artigo 6 sinala que os distritos ou municípios que de acordo a sua população devam se classificar numa categoria, mas cujas rendas correntes de livre destinação anuais defiram dos sinalados neste artigo para a mesma, classificaram-se na categoria correspondente às rendas correntes de livre destinação anuais (CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA, 2000).

permanecem em contato com a comunidade (PNUD, MinTrabajo, Red ORMET, 2014f). Em adição à problemática, uma cultura de arraigo sobre as práticas tradicionais, principalmente para estes dois municípios, fecham a possibilidade da criação e uso de mecanismos de inovação para mitigar os efeitos das alagações, como poderiam ser os estudos de solos ou formas alternativas de cultivos.

Mas a situação não termina. Para complementar, esta zona do Medio Atrato apresenta importantes obstáculos para a comunicação terrestre com o resto da região e do país. Em Murindó, por exemplo, o transporte é majoritariamente fluvial, assim também o é em Vigía del Fuerte dificultando e encarecendo sua comunicação com Mutatá, que possui uma maior capacidade em infraestrutura. Isto se vê refletido na impossibilidade de criar maiores relações mercantis como estratégia monetária para garantir a reprodução do núcleo das propriedades familiares e de acessar a serviços financeiros e institucionais, da mesma forma que para denunciar violações aos direitos humanos.

Finalmente, mas não menos influente, se encontram os impactos da guerra, pois pela sua localização geoestratégica, o Sul de Urabá antioqueño se converte num corredor estratégico com direção ao Golfo em benefício do narcotráfico, altamente disputado por guerrilhas e paramilitares. A zona tem sido de controle paramilitar, e onde consideráveis massacres aconteceram durante os anos 1990 e começos do século XXI. Por exemplo, Mutatá se registra como o município com maior índice de homicídios para o 2005 na região, superando até o índice departamental; com isto, a população apresenta também um alto risco de serem vítimas da violência de novo, especialmente pela aparição das *Bandas Criminales Emergentes (BACRIM)*<sup>163</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014a). Esta situação continua infundindo temor e desconfiança na formação de relações sociais e atrasando as possibilidades do empoderamento territorial. O medo é uma instituição com transformações históricas no Urabá, parte do seu *Path dependence* que tem guiado muitas das traidções e convenções comportamentais da sua população.

Em Urabá, ressalta-se que, para a atualidade, tem sido o processo de desmobilização dos paramilitares de começos do século XXI um dos causadores

---

<sup>163</sup> Como resultado dos reinseridos à criminalidade logo de acontecido o novo processo de desmobilização do paramilitarismo em 2005. Estas bandas se encontram involucradas ativamente no narcotráfico, no tráfico de armas e o contrabando (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014h).

das crises de diferente índole sucedidas na região, incluindo os gargalos das iniciativas de desenvolvimento da economia campesina:

Por su dimensión y capacidad de influenciar las condiciones de la población y de su entorno, pues representa un nuevo escenario en el cual el Estado tiene el desafío de ocupar zonas que han sido dominadas por estas estructuras armadas ilegales y reintegrar a sus participantes<sup>164</sup> (Ibid., 2014, p. 62).

Demonstrando mais uma vez o caráter institucionalizador da guerra que funciona como um *path dependence* da construção dos *campos sociais* na região.

Com os massacres acontecidos em Urabá, as oportunidades para o associativismo viram-se obstaculizadas pelas punições sociais frente ao comunismo ou a sua rejeição – *enforcement* –, como foi relatado previamente. Nos perfis, conseguiu se constatar a presença de várias organizações civis como associações de vítimas, de deslocados, de mulheres, de afrodescendentes, de indígenas, de pecuaristas, de agricultores, de jovens, e assim por diante. Porém, é constante nestas pesquisas ressaltar o fato de que a criação de cooperativas ou associações é mais de nome com o fim de acessar aos programas e projetos de geração de rendas, sejam do governo, de ONGs, de iniciativas privadas ou de cooperação internacional; mas em termos de liderança e gestão comunitária, autonomia econômica e empoderamento territorial, sua capacidade organizacional é limitada, segundo o Índice de Capacidade Organizacional (ICO)<sup>165</sup> para as associações e cooperativas entrevistadas.

Também é possível assinalar que nas organizações se percebe um ambiente de desconfiança na institucionalidade e na funcionalidade das suas propostas. Por exemplo, no Município de Murindó “la participación de la juventud es muy limitada, debido a la falta de credibilidad en los procesos democráticos y políticos”<sup>166</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014f, p. 53). Esta situação é preocupante se é levado em conta que a juventude representa um *bônus populacional* importante para o

<sup>164</sup> Pela sua dimensão e capacidade de influenciar nas condições da população e do seu entorno, pois representa um novo cenário no qual o Estado tem o desafio de ocupar zonas que têm sido dominadas por estas estruturas armadas ilegais e reintegrar aos seus participantes.

<sup>165</sup> O ICO é um instrumento oficial do Estado colombiano que permite determinar os aspectos qualitativos e quantitativos do desenvolvimento das organizações beneficiárias no marco de um programa ou projeto. Sua aplicação (por meio de questionários) periódica permite analisar o grau de evolução ou retrocesso de uma organização. Além, permite medir o impacto do investimento público traduzida em benefícios coletivos (MinTIC, 2011).

<sup>166</sup> A participação da juventude é muito limitada, devido à falta de credibilidade nos processos democráticos e políticos

impulso das diferentes iniciativas de desenvolvimento em todos os municípios, devido a que conformam uma grande proporção no total populacional. Em San Juan de Urabá, se registra uma “tendencia abstencionista del pequeño productor para la asociatividad, por no comprometer sus activos o porque se sienten atraídos por las propuestas de comerciantes que ofrecen un precio mejor”<sup>167</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014b, p. 76). Em Mutatá, se assinala a existência de uma quantidade importante de organizações sociais e cooperativas agrícolas, porém, que respondem mais a um requisito para acessar projetos do que a um verdadeiro processo associativo. Em simultânea:

La participación de las ya constituidas cae sobre uno o dos integrantes, lo cual, sumado a la desconfianza que se genera entre los productores, no dejan desarrollar una actividad fuerte. En cuanto a las veedurías ciudadanas, según la personería del municipio, se encuentran tres registradas, pero su participación en el control social no es continua ni ha tenido un impacto significativo<sup>168</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014a, p. 58).

Em Necoclí, o programa *Acción Social* do governo colombiano em conjunto com o Programa das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNDOC), criaram uma associação de segundo nível<sup>169</sup> chamada GUARDAGOLFO, porém, sua intervenção, em termos de seguimento e avaliação, não foi contínua, provocando o desaparecimento de algumas associações que tinha acolhido, como COPAIGUA, cooperativa produtora de mel (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014g). Outro exemplo disto se expõe no perfil de San Juan de Urabá:

Existe una oferta limitada de programas de generación de ingresos em relación con las carencias existentes y las cifras de pobreza enunciadas [...]. Otra característica común ha sido so temporalidad, pues muchos de los programas son de corta duración y no logran cumplir con los objetivos, muchas veces por falta de recursos económicos<sup>170</sup>. Dicha característica aumenta la probabilidad de que una unidad productiva tienda a desaparecer con el tiempo, a lo que se suma el hecho de que muchos beneficiarios venden sus activos, convirtiéndose en una amenaza para la empleabilidad y

<sup>167</sup> Tendência abstencionista do pequeno produtor para a associativismo, por não comprometer seus ativos ou porque se sentem atraídos pelas propostas de comerciantes que oferecem um preço melhor

<sup>168</sup> A participação das já constituídas, cai sobre um ou dois integrantes, o qual, somado à desconfiança que se gera entre produtores, não deixam desenvolver uma atividade forte. Enquanto às *veedurias ciudadanas*, segundo a *personería* do município, se encontram três registradas, mas sua participação no controle social não é continua nem tem tido um impacto significativo

<sup>169</sup> Quer dizer, que funciona como base para a conformação de outras cooperativas e associações específicas.

<sup>170</sup> Sublinhado nosso



la cooperación en el municipio<sup>171</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014h, p. 55).

Enquanto no perfil do Município de Turbo (2013, p. 35), se observa “Una sobreoferta de instituciones, donde diariamente hacen presencia funcionarios de diferentes instituciones gubernamentales y no gubernamentales que, debido a su poca articulación, general um muy bajo impacto en los proyectos propuestos”<sup>172</sup>.

Este é um comportamento generalizado das intervenções em matéria de política pública em Urabá, e a falta de sucesso nos seus resultados se fixa em duas causas principais: primeiro, são imposições *top-down* ao não encontrar uma sinergia entre as diferentes organizações que intervém e ao não contar com uma participação ativa da população no processo de formulação da política; e segundo, a passividade geral da agência do habitante urabaense leva a não incentivar o *knowledgeability* e *capability* que incida no seguimento e monitoração dos programas de geração de rendas, e de outros tipos de intervenções.

Simultaneamente, é visível como nos municípios onde a empresa privada não tem exercido atividades econômicas, carece a aliança de iniciativas público-privadas no incentivo do bem-estar da população e de unidades produtivas. Porém, se comenta no perfil de Apartadó que tem sido o conflito armado o causador da restrição do investimento privado, “provocando la desaceleración de las actividades agrícolas, pecuárias y de macroproyectos”<sup>173</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014c, p. 63). Este comportamento se relaciona com os custos de transação em Williamson (2000), nos quais a guerra incentivou a ausência das iniciativas privadas, das quais a sociedade poderia se ter visto beneficiada, sempre que estivesse em concordância com suas necessidades e características socioculturais.

Em outra instância, a presença das instituições do Estado também funciona como um domínio que continua sendo ineficiente em matéria de acesso aos direitos de propriedade para os camponeses. Além do fato de que a falta de títulos de

---

<sup>171</sup> Existe uma oferta limitada de programas de geração de rendas em relação com as carências existentes e as cifras de pobreza enunciadas [...]. Outra característica comum tem sido sua temporalidade, pois muitos dos programas são de curta duração e não conseguem cumprir com os objetivos, muitas vezes por falta de recursos econômicos. Dita característica aumenta a probabilidade de que uma unidade produtiva tenda a desaparecer com o tempo, ao que se soma o fato de que muitos beneficiários vendem seus ativos, se convertendo numa ameaça para a empregabilidade e a cooperação no município

<sup>172</sup> Uma sobre oferta de instituições, onde diariamente fazem presença funcionários de diferentes instituições governamentais e não governamentais que, devido a sua pouca articulação, geram muito baixo impacto nos projetos propostos

<sup>173</sup> Provocando a desaceleração das atividades agrícolas, pecuaristas e de macroprojetos

propriedade tenha sido um dos causadores da venda forçada das propriedades camponesas (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014a) e da incerteza sobre os mecanismos de sustento dos deslocados que voltam paulatinamente aos municípios, é repetitivo encontrar nos perfis que este assunto também representa um entrave para os camponeses a respeito do acesso a crédito e financiamento dos seus projetos produtivos, ainda que em alguns municípios as razões também sejam a ausência de bancos ou cooperativas de crédito.

Agora, no norte de Urabá, ainda quando a maior atividade se foque na pecuária de gado, isso não quer dizer que a economia camponesa seja menos significativa. De fato, em todos os municípios onde a pecuária de gado seja preponderante, o que já é uma maioria considerável, se observa a existência de um sobre uso do solo para esta atividade, que, segundo suas vocações, deveriam ser destinadas para atividades agrícolas, ainda que as condições do solo também se mostrem menos férteis que no sul. Isto é um dos resultados da especulação de terras no norte para a atividade pecuária, especialmente para a década de 1980. Sob esta estrutura, a maioria dos proprietários, igual que no centro bananeiro da região, não são moradores permanentes, mas apenas investidores que pouco ou nada deixam de retorno econômico ou social para a região.

Estes investidores são um ator-rede interessante, na medida em que sua agência não se encontra no local de estudo, uma das características assinaladas por Latour da TAR, porém, ela impacta consideravelmente a dinâmica socioprodutiva da região, tanto pela concentração da terra, como pelos efeitos negativos das suas práticas no meio ambiente; um exemplo do que o macro/global já não é mais um agregado do micro/local, mas estão/são interpenetrados por interações sociais as quais têm um efeito dominó em diversas arenas sociais.

Note-se, então, a interação, entre os seguintes atores-rede na arena da segurança alimentar e o risco de doenças nos povoadores: Estado-investidores-meio ambiente-camponeses-Estado. O Estado é um ator-rede quando não age ativamente na problemática da concentração da terra, quando não oferece as ferramentas necessárias para os camponeses legalizarem e aderir a terras, e quando deve investir em programas de saúde para os povoadores doentes por desnutrição ou intoxicação por contato com água não potável. Logo, a infraestrutura em saúde não é suficiente para atender com eficácia aos doentes, pela sua

classificação de sexta ou quarta categoria, e a assistência técnica para os cultivos dos camponeses também é insuficiente.

Agora, outros actantes que tem agido ultimamente na zona norte são as empresas de chocolates e os organismos de cooperação internacional, ao reconhecerem na qualidade dos solos, oportunidades para os cultivos de cacau, um produto que tem funcionado como alternativa produtiva e de geração de rendas para o pequeno e mediano produtor rural, muitas vezes como alternativa para aqueles que têm retornado nas suas propriedades. Assim, o Urabá se conhece como o *cordón cauchero-cacaotero*, onde são múltiplas as iniciativas de unidades produtivas com foco na economia campesina, por parte destes actantes.

Em concordância com a informação dos perfis, isto se traduz em dois cenários: primeiro, na imposição de iniciativas externas como resultado da falta de reconhecimento do entorno urabaense por parte dos seus camponeses, dada a ineficiência da assistência técnica, como os estudos de solos, que poderiam beneficiar a autenticidade de iniciativa próprias por parte dos camponeses e da população no geral. De igual forma:

La elección de las actividades representa una cultura de asimilación por prueba y error, según la cual predominan las experiencias exitosas o las coyunturas del mercado sobre los estudios de suelo y demanda, resultando en cambios para productos de alta demanda que terminan inundando el mercado y dejando a los productores con grandes inventarios sin mercado objetivo<sup>174</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014).

Que é o que de fato aconteceu com o plátano, que pelo seu caráter exportador em conjunto com a banana, atraiu o olhar de pequenos produtores camponeses, em geral de propriedades de 50 ha., que trocaram seus plantios de arroz, milho e cacau a finais dos anos 1990 se focando na produção de plátano de monocultivo (JARAMILLO, 2007), fazendo com que o camponês se integre, ainda que marginalmente, na fronteira agrícola, colocando em risco a segurança alimentar da sua família

Logo, o segundo cenário abrange a forma na qual está se dando a interação deste *actantes* com os camponeses de Urabá. Por um lado, possuem um protagonismo, e pelo outro um papel antagônico. Eles podem agir como impulsores

---

<sup>174</sup> A eleição das atividades representa uma cultura de assimilação por prova e erro, segundo a qual predominam as experiências exitosas ou as conjunturas do mercado sobre os estudos de solo e demanda, resultando em mudanças para produtos de alta demanda que terminam inundando o mercado e deixando aos produtores com grandes inventários sem mercado objetivo

da economia campesina, na medida em que com a intervenção se favorece a criação de associações e cooperativas onde se inclui uma assistência técnica alternativa aos serviços insuficientes das prefeituras. Por outro lado, especialmente as empresas de chocolates podem agir como exploradores, na medida em que o camponês e a cooperativa se proletariza pela demanda que estas lhes condicionam, como acontece em Necoclí, onde também compram terras para cultivar seu próprio cacau e deslocam a produção regional (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014g).

Tem-se, então, a importância da *intervenção planejada* que tenha por escopo criar um poder de barganha entre a intervenção das agências do Estado, ONGs, organismos de cooperação internacional e empresa privada e o empoderamento territorial dos atores urabaenses. Porém, frente à ausência histórica de um ambiente de criação de *knowledgeability* e *capability*, e de um Estado garante e regulador do mercado para o pequeno e mediano agricultor, como acontece na região, se dificulta estabelecer as condições para uma interação que favoreça este tipo de intervenção, assunto que se reflete também em geral das suas iniciativas socioprodutivas.

O centro da região também não é alheio a estas dinâmicas, de fato, ao se constituir como um dos pontos do desenvolvimento das economias extrativistas, os *campos sociais* têm se constituído a base dos desencontros sociais e culturais. Aqui, o campesinato muda mais um pouco sua estrutura, pois com a presença destas economias se estimula sua proletarização.

Este é um dos casos que mencionava Vargas (1987) a respeito das formas de economia campesina na Colômbia, nas quais a subsistência se caracteriza pela oferta constante da mão-de-obra do campesinato, sua relação é só com o mercado de trabalho, deixando de lado as atividades de cultivo para o autoconsumo. É assim como o camponês, que produz para o autoconsumo, se localiza na periferia agrícola da região. Lembre-se, também, da pesquisa feita por Jaramillo (2007) nesta zona central, quando mencionava a respeito da pobreza deste campesinato proletarizado e também daquele envolvido na *nova economia mercantilizada*: nem os salários são suficientes para a cobertura das suas necessidades, nem se encontram as condições para o intercâmbio mercantil da economia campesina.

De uma forma mais universal, para a economia campesina de Urabá localizada nesta periferia da fronteira agrícola constituída pelas economias extrativistas e a pecuária de gado, o acesso aos mercados se dificulta, não apenas

pela distância, mas, também, pela infraestrutura de rodovias terciárias e secundárias que impede um fluxo dinâmico com os mercados e um protagonismo nas relações mercantis produtor-consumidor. É assim como entre as maiores problemáticas que encontra a economia campesina urabaense para o seu desenvolvimento, se encontram a assistência técnica insuficiente, a falta de cooperativismo, a presença de atravessadores, os atores armados e a infraestrutura de rodovias, que comuniquem amplamente as vilas mais isoladas com as zonas urbanas mais próximas para o exercício mercantil, o conhecimento dos mercados e da sua demanda.

Mas os gargalos parecem ainda não ser suficientes. Inclusive no centro econômico mais dinâmico da região, persiste a insuficiência na cobertura dos serviços sociais básicos, com maior intensidade nas zonas rurais, como resultado de “mayores presiones para el desarrollo urbano al tiempo que se genera el olvido y atraso para el sector rural manifestado en menos niveles de desarrollo”<sup>175</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014, p. 59). A cobertura escolar não chega para o ensino médio nas zonas rurais, numa maioria considerável dos municípios, ao qual se adiciona a deserção dos poucos que conseguem ingressar nela, dadas as condições de pobreza em que se encontra imersa a população urabaense e à consequente necessidade de gerar rendas. Por exemplo, se assevera que para o Município de Chigorodó, mesmo quando existe uma articulação dos programas da Secretaria de Educação com a Secretaria de Agricultura:

Los padres de familia ven en sus hijos de quince años una persona en edad y capacidad para trabajar y aportar [recursos]. Entre enero y febrero, la Secretaría de Educación recibe casi 400 solicitudes de los padres para que los jóvenes menores de quince años puedan dejar el colegio para empezar a trabajar<sup>176</sup> (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014, p. 58).

A cobertura ineficiente de redes de aqueduto, esgoto e energia, são constantes em todos os municípios, igual que de Tecnologias da Informação e Telecomunicação (TICs), com maior impacto nas zonas rurais, abrindo muito mais o espectro de desigualdade da região frente ao departamento e o país. De igual forma, existe uma insuficiência generalizada nos meios de transporte da prefeitura que leve

---

<sup>175</sup> Maiores pressões para o desenvolvimento urbano ao tempo que se gera o esquecimento e retrocesso para o setor rural manifestado em menores níveis de desenvolvimento

<sup>176</sup> Os pais de família vêm no seu filho de quinze anos uma pessoa em idade e capacidade para trabalhar e aportar [recursos]. Entre janeiro e fevereiro, a Secretaria de Educação recebe quase 400 solicitações dos pais para que os jovens menores de quinze anos possam deixar a escola para começar a trabalhar.

às crianças para a escola. Desta forma, a demanda por educação é desmotivada pelos custos de transporte, pela distância e horas de viagem e pelos trabalhos do campo (PNUD, MinTrabajo e Red ORMET, 2014g).

Todas estas situações estruturam as condições nas quais se desenvolve a economia campesina em Urabá antioquenho, razão pela qual não resulta difícil pensar sobre o porquê da sua vulnerabilidade e ausência de sustentabilidade, situações que se vêm refletidas na qualidade de vida dos seus habitantes e no escasso empoderamento territorial que possuem.

Desta forma, nos perfis se faz reiteradamente a observação da dependência econômica em famílias que carecem de pais, e muitas vezes de mães, por causa dos homicídios acometidos com maior incidência na década de 1990. Suárez (2007, p. 63) faz um registro do tipo de vítimas da violência desatada por guerrilhas, paramilitares e Exército Nacional entre 1990 e 2001. Se observa que das 597 vítimas de massacres – sem contar outro tipo de ataques, como os homicídios seletivos e outros tipos de assassinato –, 224 foram contra camponeses, seguidos dos 161 obreiros da economia extrativista e dos 108 habitantes urbanos. Logo, sem que signifique uma coincidência de tipo socioestrutural, os que menos receberam foram os administradores das fazendas, com cinco, e os empregados e pecuaristas, cada um com quatorze.

É assim como em todos os perfis, sem exceção, as maiores vítimas do deslocamento forçado em Urabá foram mulheres, crianças e adolescentes, situação refletida no cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional<sup>177</sup> para o 2005, onde o baixo logro educativo e a alta taxa de dependência econômica são os fatores mais incidentes na pobreza do Urabá, com porcentagens que vão desde o 52% para Apartadó até o 97% para Vigía del fuerte, respeito da última variável.

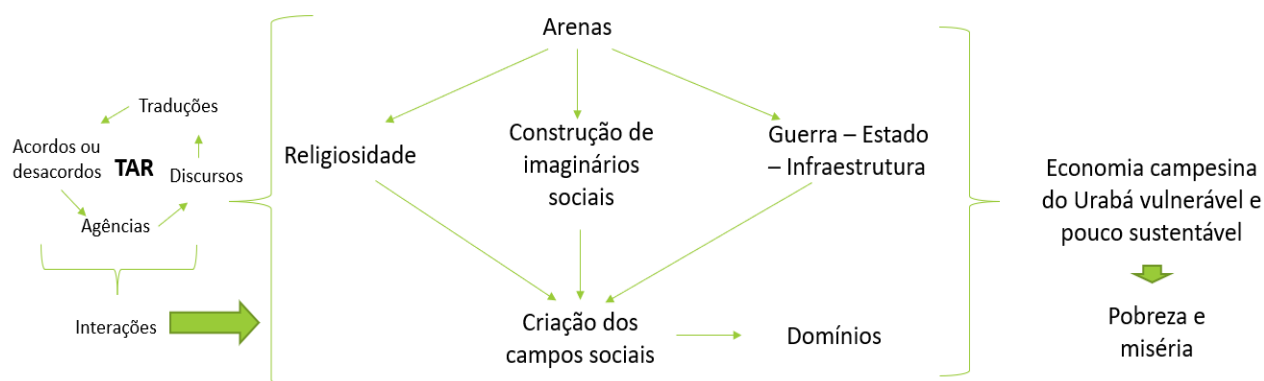
Então, a construção social de Urabá antioquenho criou historicamente estruturas que desfavoreceram notavelmente o desenvolvimento de uma economia campesina que garantisse a segurança alimentar e o bem-estar da sua população.

---

<sup>177</sup> O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) se constrói com base em cinco dimensiones: as condições educativas da família, as condições da criança e juventude, a saúde, o trabalho e o acesso aos serviços públicos domiciliares e as condições da moradia. Estas cinco dimensões envolvem quinze indicadores, e são consideradas pobres as famílias que tenham privação em pelo menos o 33% dos indicadores (DANE, 2016, p. 24). As quinze dimensões correspondem a: baixo logro educativo, analfabetismo, não assistência à escola, atraso escolar, barreiras de acesso a serviços para o cuidado da primeira infância, trabalho infantil, taxa de dependência econômica, emprego informal, não segurança em saúde, sem acesso a fontes de água melhorada, inadequada eliminação de excretas, pisos inadequados, paredes exteriores inadequadas, loteamento crítico.

O *campo social* da região se constitui entre *arenas* e *domínios* que obstaculizaram o empoderamento sobre o território por parte dos seus atores-rede.

**Figura 4** Interpretação da TAR da Economia Campesina no Urabá Antioquenho



Campesinos – Estado – Guerrilha – Paramilitares – Partido comunista – investidores (nacionais e estrangeiros) – missionários – Sacerdotes – cordilheira – meio ambiente – partido liberal – INCODER – Governo de Antioquia – Chocoanos – Cordobeses – Paisas – Indígenas

Fonte: elaboração própria do autor (2017)

Suas agências, então, encontram uma base que gera uma interação de discórdias e desencontros traduzidos na desconfiança e a aversão à associatividade e à solidariedade. Desta forma, não é possível achar um *path dependence* que criasse espaços de *knowledgeability* e *capability*, com os quais se conseguissem endogenizar os impactos gerados nas diferentes *arenas* por parte dos agentes externos à economia campesina de Urabá, como os atores armados, as instituições ineficientes do Estado, os pecuaristas e investidores das economias extrativistas, entre outros. Adicionalmente, desde tempos remotos, não se consegue observar a construção de um ambiente de união e cooperativismo entre os mesmos agentes do território, seja por causas culturais, sociais ou religiosas, assunto que se evidencia no momento de fazer frente a ditas externalidades.

Numa perspectiva mais relacionada com a sociologia econômica e direcionada ao funcionamento da economia de mercado, Resico (2010) no seu livro *Introducción a la Economía de Mercado* expõe os fundamentos básicos dos quais depende o funcionamento dos sistemas econômicos modernos. Enuncia que:

Los sistemas de organización económica están compuestos por una serie interrelacionada de principios, instituciones y políticas económicas concretas. La necesidad imperante de basar en principios un sistema

*económico-institucional para organizar una economía surge de la necesidad de estabilidad inherente a estos sistemas*<sup>178179</sup>(RESICO, 2010, p. 118).

Neste sentido, se observamos que a base institucional, quer dizer, os comportamentos tradicionais, as convenções sociais, as regras morais ou consuetudinárias, os *domínios* e *campos sociais* constituídos num território como Urabá não são socialmente eficientes, dificilmente poderá se considerar que existam as condições necessárias para o funcionamento de atividades como a economia campesina. A construção social é a criação de um grupo particular, e este grupo em Urabá baseia suas agências num *path dependence* conformado pelos seus *domínios* particulares, que não permite transformar as interações sociais fundadas na desconfiança, no temor e na falta de uma identidade sociopolítica e cultural. Assim, existe um baixo ou nenhum incentivo para o grupo urabaense de se empoderar do território em que se desenvolve.

Decorrente do anterior, reconhecer as estruturas que abrangem à economia campesina de Urabá, significa também reconhecer que falta muito caminho por percorrer a respeito da transformação das forças do seu desenvolvimento, e que as medidas a serem tomadas para dita transformação devem incluir, fundamentalmente, a participação ativa e continuada de cada um dos atores do território. Porém, para dito, os esforços devem estar direcionados à criação de confiança entre eles mesmos, de reflexividade das tradições e das regras morais, de caso contrário, nos encontraremos em mais um cenário de intervenção que carecerá de caráter planejado.

Nota-se, finalmente, o difícil ambiente em que a sociedade urabaense tem se encontrado imersa historicamente, não apenas foi *La Violencia*, não apenas foi a *mentalidade cordilheirana* e a conseqüente ausência estatal, não foi apenas a concentração de terra pela aparição de economias de enclave e a pecuária, não foi apenas o confronto étnico e religioso, é tudo, é a violência que parece não terminar, mas que constrói *path dependence*, e com isso instituições alternativas pouco funcionais e atores-rede que se alimentam disso e alimentam as agências dos actantes. É um desafio pensar a Urabá como uma região de construção social a

---

<sup>178</sup> Sublinhado nosso

<sup>179</sup> Os sistemas de organização econômica estão compostos por uma série inter-relacionada de princípios, instituições e políticas econômicas concretas. A necessidade imperiosa de basear em princípios um sistema económico-institucional para organizar uma economia surge da necessidade de estabilidade inerente a estes sistemas



favor da territorialidade e o empoderamento, de criação de *knowledgeability* e *capability*, de Desenvolvimento Endógeno Local e de sustentabilidade da sua economia campesina.

## CONCLUSÕES

Neste ponto é importante realizar algumas considerações que permitam concretizar as apreciações feitas ao longo deste trabalho. As avaliações consideraram a identificação das condições de distinta índole em que a economia campesina de Urabá antioqueño se encontra imersa e, portanto, que a impactam positiva ou negativamente. O interesse de fazer esta identificação se estabelece na compreensão das forças do desenvolvimento que impulsam ou estagnam a sustentabilidade da prática, a saber, as dinâmicas das relações sociais, da sociedade com a natureza/entorno, o empoderamento territorial e o estado das instituições pelas quais se regem os habitantes da região. O panorama não tem sido muito alentador para a economia campesina, de fato, têm sido variados os fatores que confluem desde a primeira etapa de colonização e que impactaram as agências mais recentes. Isto é, o *path dependence*.

Por meio das metodologias de análises da perspectiva ator-orientada e a TAR, conseguiu se fazer uma identificação muito mais precisa do nível destas forças do desenvolvimento ao redor da economia campesina, através da observação dos discursos, interações, traduções, agências e posterior criação de regras comportamentais e instituições para a participação dos atores-rede. Observaram-se importantes obstáculos nas dinâmicas das relações sociais, por exemplo, nos aspectos de religiosidade, a rejeição dos sacerdotes católicos perante a ideologia liberal dos camponeses que provocou um afastamento desta Igreja; as discrepâncias e acordos diante à aparição de outras igrejas na região, levadas por missionários estrangeiros, como testemunhas de Jeová, evangélicos e pentecostais, não interagiram positivamente com outras crenças ao concebê-las como inadequadas. O mesmo aconteceu a respeito das festividades de afrodescendentes e indígenas, como meio de expressão de sua fé, que chocou com as mais tradicionais. Porém, um assunto interessante, é que fosse de um ou outro culto, a religiosidade/espiritualidade funcionou como refúgio para quem se encontrava constrangido com os estragos da violência.

A religiosidade, então, funciona como uma *arena* onde criaram-se *domínios* que estruturaram suas próprias regras comportamentais, tradições e convenções, e assim sua própria institucionalidade. Em consequência, nesta *arena* começou a se alimentar a agência de cada ator-rede que nela se envolvia, passiva ou ativamente, contribuindo individualmente à legitimidade das regras e à conformação dos *campos sociais*. De acordo com o observado, o inevitável nestes *campos* foi a conformação das primeiras atomizações por grupos e o posterior afastamento entre eles, ambiente que se intensificou com os confrontos étnicos e bélicos.

De outro lado, se encontra a configuração de imaginários sociais entre etnias, que estabeleceram com veemência *campos sociais* de interação, com base na rejeição e que tem deixado seus impactos até a as agências na atualidade. Esta é uma das características da TAR que mencionava Latour (2005), a respeito da interação assíncrona entre a agência de um actante com outro, em diferentes temporalidades. No entanto, esta não foi apenas uma característica da agência nos imaginários, mas, também, em outras situações, entre as que se destacam a ausência estatal, a agência dos grupos armados, da religião, da concentração de terra e do narcotráfico, principalmente, criando, assim, o *path dependence* do presente.

As características destes *campos sociais* se evidenciaram em *arenas* como as relações obreiro/patronais do negócio da banana e no acesso a direitos de propriedade a favor dos investidores da montanha – *paisas* na sua maioria – em detrimento dos colonos chocoanos e cordobeses. Mais especificamente, estas *arenas* funcionaram como *nós*, nos quais se desenvolveram as interações e traduções que impulsaram as características das agências entre os atores-rede de Urabá, neste caso, defensivas, pouco confiantes e temerosas. Desta forma, os *nós* se constituíram como pontos críticos do desenvolvimento de *domínios*, *campos sociais* e de marco institucional, pelo qual as regras comportamentais se configuraram.

Posteriormente, nos anos 1960 estes *domínios* e *campos sociais* construídos através das discrepâncias, se intensificaram com a entrada da esquerda em Urabá. Neste ponto neurálgico, sentiram-se os efeitos da agência passiva do Estado colombiano, que desde o momento da configuração da região, deveria ter construído um desenvolvimento funcional de uma zona do país tão estratégica para o comércio

internacional e em geral, para a interação com o mundo globalizado. Não obstante, perante sua ausência, o comunismo colombiano encontrou em Urabá as condições para desempenhar todo um trabalho ideológico ao redor da unificação campesina e do proletariado na busca dos seus direitos.

Com o ambiente de *perda* do comunismo frente ao capitalismo, e com um governo conservador *per se*, as ideias de esquerda representavam uma ameaça para a soberania nacional, reação própria da *mentalidade cordilehirana*. Por dita causa, os fazendeiros em geral cordilheiranos e conservadores, do auge do negócio da banana da década de 1960, estigmatizaram aos movimentos sindicais e camponeses, punindo os obreiros que se integrassem ao movimento, com maus tratos e demissões. Porém, face aos confrontos próprios das relações obreiro/patronais, a esquerda entra ativamente com a conformação do sindicalismo, e à ação comunitária, muitas vezes, desenvolvendo um papel assistencialista, no incentivo à organização, à apropriação, e, inclusive, ensinando os camponeses a ler. No entanto, com a entrada do braço armado do comunismo, a guerrilha, a situação se torna mais conflitiva, e se aguça ainda mais com a entrada no paramilitarismo de extra-direita, e seu apoio ao Exército Nacional no combate à insurgência da região.

Este foi, talvez, o *nó* mais impactante na conformação de forças disfuncionais de desenvolvimento em Urabá. A guerrilha ingressou em um primeiro momento como uma garantia da justiça privada, da ordem, e do bem-estar, impactando as agências dos atores da região através da aceitação e legitimação do movimento político e armado de esquerda. Logo, com o ingresso dos paramilitares e Exército, a guerrilha perdeu valor nos *domínios* de Urabá, a deslegitimando e a identificando como um ator de discrepâncias na região. Assim, urabaenses, já não tinham um institucionalidade que funcionasse a favor do seu bem-estar, nem por parte do Estado, nem por parte da esquerda. O desafio nos anos 1980 até começos do século XXI, era sobreviver entre as balas da esquerda e da direita, entre os contínuos deslocamentos, as ameaças e os homicídios seletivos e massacres por ser ou não simpatizante de um grupo ou do outro. Era como a reafirmação de uma sociedade tipo hobbesiana: todos contra todos.

Neste cenário, consegue-se observar uma característica do povo urabaense: se bem resiste, é passivo. A ausência estatal e os confrontos entre diferentes grupos socioculturais impediu desde tempos remotos, a construção de *knowledability* e

*capability* necessária para endogenizar as forças externas, para gerar um ambiente de empoderamento territorial, para reconhecer as bondades e potencialidades dos seus recursos, e para agir ativamente nas intervenções de outros atores sobre o território.

Por esta razão é que, com a diminuição da intensidade da guerra após 2005, e com o retorno das famílias deslocadas que se arriscaram a recomeçar sua vida em Urabá, inclusive com a família incompleta, a intervenção de agências de governo, ONGs e organismos de cooperação internacional com o desenvolvimento de projetos de geração de rendas ou de segurança alimentar ou outros similares, não deixou os impactos esperados. A razão: o urabaense não sabia se associar, não gerou uma atitude de solidariedade; de fato, se se associava nos finais do século XX, era tratado como comunista, o qual já significava uma sentença de morte para aquele então. Assim, sua agência se configurou entre as interações com a guerra, a rejeição entre etnias e culturas, e o estigma da região pelo seu caráter anti-estatal, e traduziu na desconfiança, no medo e na defensiva com outros atores-rede.

Por este motivo, é comum encontrar na região a conformação e registro de cooperativas e associações de caráter econômico e social, porém, no caso da economia campesina, por exemplo, são estratégias de camponeses que se encontram pouco orientados sobre o rumo da sua organização sócio-produtiva, e que querem aproveitar as intervenções. No entanto, ao analisar sua gestão, liderança, administração de recursos e participação de todos seus membros, estas organizações respondem mais a um requerimento para acesso a recursos que a um verdadeiro processo associativo. Neste sentido, a intervenção não é planejada, pois a agência dos atores locais é pouco ativa.

Assim, estes cenários se reflexam quantitativamente nos indicadores de pobreza apresentados, especialmente na zona rural, onde as carências são maiores. Se percebe uma insuficiência de acesso a redes de esgoto, aqueduto, energia, a TICs, moradias dignas, saúde, educação, infraestrutura de rodovias, assistência técnica rural, titulação e legalização de propriedades, etc. Isto, além de ser o resultado da ausência estatal desde os primórdios da colonização, é também o resultado da falta de empoderamento territorial no qual os agentes teriam as habilidades para executar as agências ativas na demanda dos seus direitos, como

estratégia de desenvolvimento. Porém, se já é difícil se associar e se manter organizado, o ato de se empoderar do território será um processo lento e dificultoso.

Neste sentido, retomando as colocações dos cientistas da *Sociologia Econômica*, da *Nova Sociologia Econômica* e da *Economia Institucional*, se dificulta, também, pensar num sistema econômico funcional, como se desejasse sendo a economia campesina, quando suas bases não se encontram consolidadas através de uma coesão nas relações sociais que gere agência e empoderamento territorial. É como se quiséssemos construir uma casa de tijolos, com cimentos de papel. O entorno institucional de Urabá antioquenho não funciona adequadamente para garantir o suporte no qual se sustente a economia campesina; não se percebe uma coesão social que mitigue a ausência estatal, quem deveria garantir acesso aos direitos de propriedade, a segurança social, justiça e resolução de conflitos de uma forma não bélica, como assim fez em Urabá. Por isso que ao ser um ator-rede, o Estado, ao interagir com Urabá, teve sua agência se traduzindo historicamente em conflito durante boa época do século XX e começos do XXI.

Em complemento, os conflitos etnorregionais e armados que configuraram a construção social da região, criaram um *path dependence*, um marco institucional carregado de regras comportamentais e convenções que não abriram o passo à coesão, a conformação de redes; situação que deixa seus resquícios numa base social da economia campesina que não funciona, e por tanto, não está adquirindo poder de barganha com a sociedade envolvente. De fato, a agência do camponês nas relações mercantis, é anônima, deixando o processo para os atravessadores. Mas não podia se esperar menos quando o básico não se encontra disposto: perante a carência de uma rede de rodovias que facilitem o acesso das vilas para outros pontos, assunto que se encontra também associado à difícil topografia, os camponeses estão condenados a ficarem ausentes nos mercados. Isto sem contar a insuficiência na assistência técnica, na associatividade disfuncional e na falta de titulação e legalização de propriedades que inibe o acesso ao crédito e ao financiamento, sem oportunidade de investir e reinvestir no sentido da reprodução simples na produção de sua atividade.

Decorrente das considerações colocadas acima, as hipóteses de pesquisa se aceitam: a) não é possível conceber a funcionalidade de um sistema econômico, como a economia campesina urabaense, sem que a construção social em que se

encontra envolvida lhe ofereça as condições mínimas para a interação dos agentes; b) as relações mercantis se encontram enraizadas nas relações sociais; e c) os comportamentos socioculturais criam um *path dependence* sobre a reflexividade em termos de Giddens, dos atores de um território.

A perspectiva ator-orientada e a TAR coadjuvaram ao exame da sociologia ao redor do desenvolvimento rural, voltado à economia campesina para esta pesquisa específica, pois a profundidade de análise se deve que por trás de cada situação existe uma infinidade de razões que a causaram. Especificamente, existe uma interação dos atores-rede de um território, que não possui suas origens nas agências mais recentes, mas nas mais remotas e escondidas, pois elas vão determinando o rumo das agências dos atores que dependem das agências de outros que se encontra em espaços, tempos e níveis de significância diferentes. Um ator do passado continua agindo no presente, pois ao mesmo tempo é fio, é rede. Por isso a importância de revisar as condições atuais no passado. Não pode mais se olhar a vulnerabilidade da economia campesina em Urabá como uma crise atual, ou como resultado de uma política neoliberal, ou como resultado de um governo de turno, tudo é reflexivo, vai criando tradições e agências que outros atores apreendem para a construção da sua identidade, isso influencia a identidade do outro, que alimenta a do outro... e assim por diante.

Por isso, esta pesquisa decidiu buscar as raízes desde os primórdios, descobrindo como que estava se criando o *path dependence* do presente em Urabá, como estavam se alimentando as agências, como estavam evoluindo as traduções das mesmas e como o que parece ser tão *global*, incidiu determinadamente num espaço tão específico como na sua economia campesina. Com este exaustivo estudo, e com as bases teóricas a disposição das interpretações, a construção social de Urabá antioquenho funcionou como o principal entrave de uma economia campesina urabaense, que mesmo que resiste, não é sustentável.

As intenções desta análise não pretendem oferecer fórmulas mágicas para a resolução do variado leque de problemáticas desta sociedade, porém, deve se ressaltar o fato de que é imprescindível começar a olhar Urabá antioquenho não como uma região objetivo de intervenções de diferentes organismos governamentais ou não, privados ou de cooperação internacional, na qual suas agências se relacionam com o *discurso desenvolvimentista*, mas conceber ela como mais um

ator-rede, que age e que precisa ser compreendido desde suas raízes que parecem não influenciar mais, porém, que fazem parte essencial do seu atua *path dependence*. Desta forma, poderá se conceber a ideia de uma intervenção planejada.

Assim, a diminuição da intensidade da guerra, ainda que persista um risco de reparação, é um cenário propício para desenvolver na região um ambiente de coesão social e confiança nas suas potencialidades, para que a interação entre Estado e região deixe de ser discrepante e para impulsar o empoderamento territorial. O caminho, sem dúvida, será lento, dificultoso e em longo prazo, razão pela qual a *intervenção planejada* deve deixar de ser discreta e se tornar expressamente continua.

Neste sentido, deve ser entendido, antes de mais nada, que pelas suas características sócio produtivas, o desenvolvimento funcional da economia campesina não pressupõe em momento algum uma transformação das suas condições de vida decorrentes de uma introdução na convencional economia de mercado, como muitos organismos consideram que é uma estratégia. Este é um dos grandes erros daquele *discurso* que tem conseguido marginalizar esta atividade desde o modelo de modernização da agricultura. Se bem o objetivo da reprodução do núcleo familiar abrange estratégias monetárias com não monetárias, o fato da economia campesina não se inserir numa cadeia produtiva convencional, não quer dizer que se encontre numa posição menos desejável, simplesmente, é diferente, faz parte da heterogeneidade.

Talvez, ficar no primeiro ramo da cadeia signifique, para o campesinato, preservar e conservar seu patrimônio sociocultural, e, com isso, sua particular qualidade de vida. Não existe *um* tipo de mercado, como reconhecemos ao convencional, mas sim uma multiplicidade de mercados de diferente índole, como o étnico, o agroecológico, o camponês, o orgânico, o institucional, etc., onde a economia campesina pode desenvolver um papel principal e não mais anônimo, gerando um poder de barganha com a sociedade envolvente. Esta pesquisa faz um chamado ao resgate da cultura campesina, à criação de estratégias de *intervenção planejada* que rompam como o paradigma do desenvolvimento rural, assim como Van der Ploeg *et al* (2000) assinalavam. O chamado procura reconhecer a relevância da sua organização sócio-produtiva como parte da identidade de uma

região campesina e agrícola como a América Latina, pois uma concepção de desenvolvimento, claro, visa o bem-estar, só que isso significa que as estratégias devem levar em conta, aspectos próprios da nossa heterogeneidade sociocultural que diferem consideravelmente dos países do denominado *primer mundo*; o *terceiro mundo* também pode criar sua forma própria de desenvolvimento.

Decorrente do anterior, uma agenda de trabalho ou projeção desta pesquisa surge quando fazemos várias considerações, como, por exemplo, se esta situação apresentada numa região do Litoral, também é visível em uma região de cordilheira, onde, mesmo que se desenvolveram e aplicaram as instituições governamentais desde os primórdios da colonização, o confronto entre guerrilhas, paramilitares e Estado poderia deixar um resultado similar, muito mais se levassem em conta o desenvolvimento de economias de enclave, como a mineração nessas regiões. Como funciona a guerra na construção social de uma economia campesina desenvolvida numa zona de *mentalidade cordilheirana*? Seria interessante fazer comparativos. Outra questão surge sobre aprofundar na análise da economia campesina como uma organização sócio-produtiva de caráter comunal, e as lições que isto pode deixar para o empoderamento territorial destas comunidades na Colômbia. E, talvez, a consideração mais ambiciosa, seria analisar a vulnerabilidade da economia campesina da América Latina decorrente das políticas de desenvolvimento instauradas com o final da Segunda Guerra Mundial, oferecendo uma visão de ruptura do *discurso desenvolvimentista* como estratégia de desenvolvimento territorial nesta região.



## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, A. F., & GUIVANT, J. S. O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural? IN: M. A. Saquet, & R. Alves dos Santos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 89-106, 2010.
- BARIBBI, A., & SPIJKERS, P. . **Camponeses, tierra y desarrollo rural. Reflexiones desde la experiencia del Tercer Laboratorio de Paz**. Bogotá, 2011.
- BENGURIA, S. e. . **Métodos de investigación en educación especial**. Fonte: UAM:  
[https://www.uam.es/personal\\_pdi/stmaria/jmurillo/InvestigacionEE/Presentaciones/Curso\\_10/Observacion\\_trabajo.pdf](https://www.uam.es/personal_pdi/stmaria/jmurillo/InvestigacionEE/Presentaciones/Curso_10/Observacion_trabajo.pdf), 2010. Acesso em 13 de novembro de 2016
- BOBADILLA, J. S.. **El debate paradigmático y la economía campesina en Colombia**. Boletim *DATALUTA*, 1-11, 2015.
- BOTERO HERRERA, F.. **Urabá: colonización, violencia y crisis de Estado**. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 1990.
- CANO SANZ, C. G., VALLEJO MEJÍA, C., CAICEDO GARCÍA, E., AMADOR TORRES, J. S., & Tique Calderón, E. Y. . **El mercado mundial del café y su impacto en Colombia**. Borradores de Economía, 2012, p. 1-57.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTORICA. **Guerrilla y población civil. Trayectoria de las FARC 1949-2013**. Bogotá: CNMH, 2014.
- CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA.. **Ley 617 de 2000**, 2000. Fonte: Alcaldía de Bogotá:  
<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=3771> - Acesso em 23 de junho de 2016
- CHAPARRO AFRICANO, A. M.. **Sostenibilidad de la Economía Campesina en el Proceso Mercados Campesinos (Colombia)**. Córdoba, España: Universidad de Córdoba, 2014.
- CHAYANOV A. V. La familia campesina y la influencia de su desarrollo en la actividad económica. IN: A. V. Chayanov, **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 47-68, 1974a.
- \_\_\_\_\_. Medidas de la autoexplotación de la fuerza de trabajo en la familia campesina. El concepto de beneficio en la unidad de explotación doméstica. IN: A. V. Chayanov, **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 69-94, 1974b.

- \_\_\_\_\_. Los principios básicos de la organización de la unidad económica campesina. IN: A. V. Chayanov, **La Organización de la Unidad Económica Campesina** Buenos Aires: Nueva Visión, 96-131, 1974c.
- DANE - Departamento Nacional de Estadística. **Censo Nacional Agropecuario. Primera entrega de resultados 2014 - cifras preliminares**, 2015. Fonte: DANE:  
<https://www.dane.gov.co/files/CensoAgropecuario/avanceCNA/Boletin%20tecnico-%202sep.pdf> - Acesso em 2 de Setembro de 2015.
- \_\_\_\_\_. **Tercer Censo Nacional Agropecuario**. (2015a). Fonte: DANE:  
<https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/agropecuario/censo-nacional-agropecuario-2014>
- \_\_\_\_\_. **Pobreza Monteria y Multidimensional en Colombia 2015**. (Março de 2016).Fonte: DANE:  
[https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/condiciones\\_vida/pobreza/bol\\_pobreza\\_15\\_.pdf](https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/condiciones_vida/pobreza/bol_pobreza_15_.pdf)
- DÁVILA NEWMAN, G. El razonamiento deductivo e inductivo dentro del proceso investigativo en ciencias experimentales y sociales. IN: **Revista Laurus - Universidad Pedagógica Experimental Libertador**,180-205, Red de Revistas, 2006.
- De LELLIS, C. M., Da SILVA, M. N., SCITTNER, J. V., & DUFFY, D. N.. **La práctica de la investigación evaluativa en un programa de promoción de la salud con instituciones escolares**. Anuario de investigaciones, 299-308, 2010.
- De SOTO, H. **El misterio del capital. Por qué el capitalismo triunfa en Occidente y fracasa en el resto del mundo**. Bogotá: Planeta, 2004.
- DURKHEIM, É.. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1930].
- EAGLETON, T. . **La idea de cultura. Una mirada política sobre los conflictos culturales** . Barcelona: Paidós Ibérica S.A, 2001 .
- ELLIS, F. Peasants. IN: F. ELLIS, **Peasant Economics. Farm households and agrarian development**.. Cambridge: Cambridge University Press, 4-17, 2003.
- \_\_\_\_\_. & Biggs, S.. **Evolving themes in rural development 1950s-2000s**. Development Policy Review, 437-448, 2001..
- FAJARDO, D.. **Tierra, poder político y reformas agraria y rural**. Cuadernos Tierra y Justicia, 1-52, 2002. .

- FALERO, A. **La expansión de la economía de enclaves en América Latina y la ficción del desarrollo: siguiendo una vieja discusión en nuevos moldes.** Revista Mexicana de Ciencias Agrícolas, 145-157, 2015.
- FAVARETO, A. d. Desenvolvimento. IN: A. d. FAVARETO, **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão - Do Agrário ao Territorial** São Paulo: Universidade de São Paulo, 32-77, 2006.
- FERES, J. C., & MANCERO, X. **El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina.** Santiago de Chile: CEPAL - División de Estadística y Proyecciones Económicas, 2001.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2004. Fonte: Biblioteca Digital do Desenvolvimento: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564> - Acesso em 4 de maio de 2016.
- FORERO, A. J. . **El campesino colombiano. Entre el protagonismo económico y el desconocimiento de la sociedad.** Bogotá: Facultad de Estudios Ambientales y Rurales. Pontificia Universidad Javeriana, 2010.
- FORERO A. J. **Economía campesina y sistema alimentario en Colombia: aportes para la discusión sobre seguridad alimentaria.** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2003.
- GAVÍRIA , C. F., & MUÑOZ, J. C.. **Desplazamiento forzado y propiedad de la tierra en Antioquia,** 1996-2004. Lecturas de Economía, 9-46, 2007.
- GIDDENS, A. **The constitution of society: Outline of the Theory of Structuration.** Los Angeles: University of California Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.
- GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE PLANEACIÓN. **Anuario Estadístico de Antioquia 2014.** 2015 Fonte: ANTIOQUIA: <http://antioquia.gov.co/images/pdf/anuario2014/es-CO/presentacion.html> - Acesso em 6 de agosto de 2016
- GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA. DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. DIRECCIÓN DE SISTEMAS DE INDICADORES. **Encuesta de Calidad de Vida 2014.** 2014. Fonte: ANTIOQUIA: [http://www.antioquia.gov.co/images/pdf/encuesta\\_2013/es-CO/indicadores-tematicos/calidad-de-vida/icv\\_md-2011-2013.html](http://www.antioquia.gov.co/images/pdf/encuesta_2013/es-CO/indicadores-tematicos/calidad-de-vida/icv_md-2011-2013.html) - Acesso em 6 de agosto de 2016
- GRANOVETTER, M. . **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão.** RAE-eletrônica, 1-41, 2007.

- HALL, A., & NAHDY, S. . **New methods and old institutions: the 'system context' of farmer participatory research in national agricultural research systems. The case of Uganda.** Agricultural Research & Extension Network AgREN, 1-14, 1999.
- HOFF, K., & STIGLITZ, J.. La Teoría Económica Moderna y el Desarrollo. IN: **B. Mundial, Fronteras de la Economía del Desarrollo: El futuro en perspectiva** Washington: Alfaomega/Banco Mundial, 389-461, 2002
- IGAC - Instituto Geográfico Agustín Codazzi. **Atlas de la Distribución de la Propiedad Rural en Colombia.** Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 2012.
- INCODER.. **Plan Estratégico para la región de Urabá - Darién, 2006.** Fonte: INCODER:  
[http://www.incoder.gov.co/documentos/Estrategia%20de%20Desarrollo%20Rural/Pertiles%20Territoriales/ADR\\_URABA/Documentos%20de%20apoyo/DNPAtrato%20y%20Urabá/plan\\_estrategico\\_uraba\\_fase1.pdf](http://www.incoder.gov.co/documentos/Estrategia%20de%20Desarrollo%20Rural/Pertiles%20Territoriales/ADR_URABA/Documentos%20de%20apoyo/DNPAtrato%20y%20Urabá/plan_estrategico_uraba_fase1.pdf) - Acesso em 25 de setembro de 2014.
- INCODER.. **Resolución número 1133 de 2013.** . Bogotá. 21 de Junho de 2013
- INCODER, CORANTIOQUIA e Gobernación de Antioquia. **Determinación de las Unidades Agrícolas Familiares por Zonas Relativamente Homogéneas (UAF) para el Departamento de Antioquia.** Medellín, 2013.
- INVEMAR - Instituto de Investigaciones Marinas y Costeras "José Benito De Andrés". **Atlas de la Reserva de Biósfera SeaFlower. Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina.** Agosto de 2012. Fonte: INVERMAR:  
<http://www.invemar.org.co/redcostera1/invemar/docs/10447AtlasSAISeaflower.pdf> - Acesso em 14 de março de 2016
- JARAMILLO CEBALLOS, L. F. . **Elementos para el análisis de la población rural en la zona centro de Urabá: el caso de las comunidades Puerto Girón y Zungo Arriba en Apartadó y Casanova en Turbo.** Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2007.
- KALMANOVITZ, S., & LÓPEZ, E. **Instituciones y desarrollo agrícola en Colombia a principios del siglo XX.** Borradores de Economía. Borrador No. 197, pp. 1-37, 2002.
- LAMARCHE, H. Introdução geral. IN: H. LAMARCHE , **A agricultura familiar: uma realidade multiforme.** Campinas: UNICAMP,13-33, 1993.
- LATOURET, B. **The powers of association.** The Sociological Review, 32, 264-280, 1984.

- \_\_\_\_\_. **Reensamblando lo social. Una introducción a la Teoría Actor-Red.** Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LEWIS, A. **The Dual Economy Revisited.** The Manchester School, 211- 229, 1979.
- LONG, N. . **Sociología del Desarrollo: Una perspectiva centrada en el actor.** México D.F. : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.
- \_\_\_\_ & Van Der PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. IN: S. SCHNEIDER, & M. GAZOLLA, **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 21-48, 2011.
- LÓPEZ PEÑA, N., LÓPEZ GONZÁLEZ, M., & MESA CALLEJAS, R. J. . **Finanzas públicas y desarrollo local. El caso de los Municipios del departamento de Antioquia;** Colombia (2001-2011). Perfil de Coyuntura Económica, 57-79, 2014.
- LORENC, F. **Sociología de los mercados: modelos conceptuales y objetos empíricos en el estudio de las relaciones de intercambio.** Papeles de Trabajo, 14-36, 2012.
- LOTERO C, J., & HERNÁNDEZ A , J. . **Desarrollo local y regiones rurales en Antioquia: el papel de la gestión pública en contextos de la transformación productiva.** Territorio, 109-138 ,2002.
- MÉNDEZ, E., & GLIESSMAN, S. **Un enfoque interdisciplinario para la investigación en agroecología y desarrollo rural en el trópico latinoamericano.** Manejo de Plagas y Agroecología (Costa Rica), 5-16, 2002.
- MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
- MinCultura República de Colombia.. **Cartografía de la Diversidad. Raizales, isleños descendientes de europeos y africanos.** Fonte: MinCultura: <http://www.mincultura.gov.co/areas/poblaciones/comunidades-negras-afrocolombianas-raizales-y-palenqueras/Documents/Caracterizaci%C3%B3n%20comunidad%20Raizal.pdf> - Acesso em 6 de maio de 2016
- MinTIC. (2011). **Registro de Indicadores Línea Base e ICO.** Fonte: MinTIC: <http://www.mincit.gov.co/minindustria/publicaciones.php?id=30222>
- NORTH, D. **Economic Performance Through Time .** American Economic Review, 359-368, 1994a.
- \_\_\_\_\_. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

- \_\_\_\_ **Custos de transação, instituições e desempenho econômico.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- ORTIZ SARMIENTO, C. M. **Urabá: pulsiones de vida y desafíos de muerte.** Medellín: La Carreta Editores, 2007.
- PALERM, Á. Los estudios camponeses. IN: Á. PALERM, **Antropología y Marxismo** México D.F.: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), 225-254, 2008..
- PARSONS, J. **Urabá, salida de Antioquia al mar.** Medellín: Imprenta Departamental de Antioquia. 2010[1979].
- PÉREZ V., G.. **El Caribe antioqueño: entre los retos de la geografía y el espíritu paisa.** Documentos de trabajo sobre economía regional, 1-48, 2007.
- PLEIN, C. **Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza.** Curitiba: CRV, 2016..
- PNUD, MinTrabajo e Red ORMET. **Perfil productivo município de Turbo. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral de la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2013.
- \_\_\_\_. **Perfil productivo del municipio de Chigorodó. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral de la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2014.
- \_\_\_\_. **Perfil productivo Município de Mutatá. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral de la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2014<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_ **Perfil productivo Município de San Juan de Urabá. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral da la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2014b.
- \_\_\_\_. **Perfil productivo Município de Apartadó. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral da la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2014c.
- \_\_\_\_ **Perfil productivo Município de Arboletes. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral da la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2014d.
- \_\_\_\_ **Perfil productivo município de Carepa. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral de la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2014e.

- \_\_\_\_\_. **Perfil produtivo município de Murindó. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral de la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2014f.
- \_\_\_\_\_. **Perfil produtivo município de Necoclí. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral de la población víctima del conflicto.** Bogotá, 2014g.
- \_\_\_\_\_. **Perfil produtivo município de Vigía del Fuerte. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral de la población víctima del conflicto.** Bogotá,, 2014i.
- \_\_\_\_\_. **Perfil produtivo município de San Pedro de Urabá. Insumo para el diseño de estrategias de inclusión sociolaboral de la población víctima del conflicto.** Bogotá. 2014h.
- POLANYI, K. . **The Livelihood of Man.** Bennington, Vermont: Harry W. Pearson, 1977.
- \_\_\_\_\_. **A nossa obsoleta mentalidade mercantil.** Revista Trimestral de Histórias e Ideias, 1-17, 1978.
- RAUD-MATEDDI, C. **A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 127-208, 2005.
- RAY, D. El desarrollo económico: una visión panorámica. IN: D. RAY, **Economía del Desarrollo.** Barcelona: Antoni Bosch Editor, 5-44, 1998.
- RESICO, M. F. **Introducción a la Economía de Mercado.** Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2010.
- RIOS, C. A.. **Religión y conflicto en el Urabá antioqueño.** Bogotá: Banco de la República de Colombia, 2001.
- RODRÍGUEZ, D., & CEPEDA, E.. **Concentración de la tierra en Colombia.** Comunicaciones en Estadística, 29-42, 2011.
- SÁENZ, D. & TINOCO, Z.. **Introducción a la Investigación Científica.** FÁrmacos, 60-77, 1999.
- SAMPIERI, R., COLLADO, C., & LUCIO, P. **Metodología de la Investigación.** México D. F.: McGraw-Hill Interamericana, 2003.
- SAQUET, M. **Por una geografía de las territorialidades y de las temporalidades: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial.** La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2015.

- SCHNEIDER, S. **A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe.** Redes (Online), 11-33. 2016.
- \_\_\_\_\_. ESCHER, F.. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural.** Sociologias, 13(27), 180-219, Mai-Ago de 2011.
- SECRETARÍA DE DESARROLLO ECONÓMICO, ILSA, CICC e Oxfam.. **Economía Campesina, soberanía y seguridad alimentaria. La experiencia de Mercados Camponeses en Bogotá y la región central de Colombia** Noviembre de 2011. Fonte: Observatorio de Desarrollo Económico: <http://observatorio.desarrolloeconomico.gov.co/base/lectorpublic.php?id=762#sthash.FmQEiNeh.FJbPJpty.dpbs> - Acesso em 4 de setembro de 2016
- SEN, A.. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 1999.
- SIMIAND, F. **Método histórico y ciencia social.** Revista de Metodología de Ciencias Sociales, 163-202, 2003
- SUÁREZ, A. **Identidades políticas y exterminio recíproco. Masacres y guerra en Urabá 1991-2001.** Medellín: La Carreta Editores E.U, 2007.
- THOMAS, A. **Development as practice in a liberal capitalist world.** Journal of International Development, 773-787, 2000.
- TURNER, J. H. **The Theory of Structuration.** American Journal of Sociology, 91, 969-977, 1986.
- UNIDAD PARA LAS VÍCTIMAS REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Registro Único de Víctimas.** Novembro de 2016. Fonte: Unidad para las víctimas: <http://rni.unidadvictimas.gov.co/RUV>. Acesso em 7 de abril de 2016
- VAN Der PLOEG, J. D., RENTING, H., BRUNORI, G., KNICKEL, K., MANNION, J., MARSDEN, T., . . . VENTURA, F.. **Rural Development: From Practices and Policies towards Theory.** Sociologia Ruralis, 392-408, 2000.
- VARGAS, A.. **La economía campesina. Consideraciones teóricas.** Cuadernos de Economía, 93-123, 1987.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A.. **Desarrollo Endógeno.** Em A. VÁZQUEZ BARQUERO, Las Nuevas Fuerzas del Desarrollo. España: Antoni Bosch Editor, 2005.
- VELÁSQUEZ, E. **Historia del paramilitarismo en Colombia.** Historia, 134-153, 2007.
- VERSCHOOR, G. **Tacos, tiendas and mezcal. An actor-network perspective on small-scale entrepreneurial projects in Western Mexico.** Wageningen: Grafisch Service Centrum vsn Gils B.V, 1997.



- WANDERLEY , M. B. **Raízes históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), GT 17 - Processos sociais agrários, (pp. 1-18). Caxambu (MG), 1996.
- \_\_\_\_\_. **Agricultura família e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, 42-61, 2003.
- WEBER, M. **Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva**. Espanha: Fondo de Cultura Económica. Segunda reimpressão, 2002[1922].
- WILLIAMSON, O. E.. **The new institutional Economics: taking stock, looking ahead**. Journal of Economic Literature, 595-613, 2000.
- ZAPATA, R. D. **Crónicas del destierro. Urabá: tierras arrasada**. Medellín: Fondo editorial Periferia., 2014.